

Sumário dêste número

EDITORIAL: A Criação do Serviço de Geografia e Cartografia — Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 813).

COMENTÁRIO: Em Torno da Divisão Territorial do Brasil — Prof. F. A. RAJA GABAGLIA (pág. 817).

TRANSCRIÇÕES: Geologia Estratigráfica do Brasil — EUSÉBIO PAULO DE OLIVEIRA (pág. 820). — Geografia Cultural do Brasil — III — Dr. B. BRANDT (pág. 829).

RESENHA E OPINIÕES: Estudo do meio, base do ensino da Geografia (pág. 837). — Cidade e interlândia — Zoneamento de povoadores da Amazônia (pág. 839). — As divisas entre os Estado de Goiás e Bahia (pág. 846). — Enxófre (pág. 847). — Haiti (pág. 849).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Território do Guaporé — Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES (pág. 852). — Território de Ponta Porã — Prof. LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS (pág. 859). — Território do Iguaçu — Prof. LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS (pág. 866).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Septuagésima primeira tertúlia, realizada a 4 de julho de 1944 (pág. 873). — Septuagésima segunda tertúlia, realizada em 11 de julho de 1944 (pág. 878). — Septuagésima terceira tertúlia, realizada em 18 de julho de 1944 (pág. 882). — Septuagésima quarta tertúlia, realizada a 25 de julho de 1944 (pág. 886). — Septuagésima quinta tertúlia, realizada a 1 de agosto de 1944 (pág. 890).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 894). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 895). — Ministério da Agricultura (pág. 896). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 897). — Ministério da Fazenda (pág. 897). — Ministério da Guerra (pág. 897). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 898). — Ministério das Relações Exteriores (pág. 898). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 899). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Brasileira de Ciências (pág. 900). — Academia Brasileira de Letras (pág. 901). — Centro dos Professores do Ensino Técnico Secundário (pág. 903). — Clube Filatélico do Brasil (pág. 903). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 903). — Instituto Nacional de Ciência Política (pág. 903). — Liceu Literário Português (pág. 904). — Sociedade Brasileira de Estatística (pág. 905). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 905). — Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (pág. 906). — Sociedade Mineira de Engenheiros (pág. 906). — Touring Clube do Brasil (pág. 907). — CERTAMES — X Congresso Brasileiro de Geografia (pág. 907). — II Congresso de Engenharia de Minas e Geologia (pág. 908). — Congresso Econômico do Oeste (pág. 908). — II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia (pág. 909). — UNIDADES FEDERADAS — Amazonas (pág. 910). — Bahia (pág. 911). — Espírito Santo (pág. 915). — Goiás (pág. 915). — Minas Gerais (pág. 915). — Paraíba (pág. 916). — Pernambuco (pág. 919). — Rio de Janeiro (pág. 920). — Rio Grande do Norte (pág. 921). — Rio Grande do Sul (pág. 922). — Santa Catarina (pág. 922). — São Paulo (pág. 924). — Território de Ponta Porã (pág. 925). — Território do Rio Branco (pág. 925). — MUNICÍPIOS — Antenor Navarro (pág. 926). — Aquidauana (pág. 926). — Araraquara (pág. 926). — Campo Grande (pág. 927). — Campos (pág. 927). — Capão Bonito (pág. 927). — Cuiabá (pág. 927). — Florianópolis (pág. 927). — Itaperuana (pág. 927). — Leme (pág. 927). — Manaus (pág. 927). — Maraial (pág. 927). — Monte Negro (pág. 927). — Ouro Preto (pág. 928). — Passo Fundo (pág. 928). — Pelotas (pág. 928). — Peri-Peri (pág. 928). — Piracicaba (pág. 928). — Porto Alegre (pág. 928). — Prata (pág. 929). — Salvador (pág. 929). — Santa Maria (pág. 929). — São Félix (pág. 929). — São Francisco de Assis (pág. 929). — Três Rios (pág. 929). — EXTERIOR — México (pág. 929).

BIBLIOGRAFIA: REGISTROS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 930). — Periódicos (pág. 933). — Contribuição bibliográfica especializada (pág. 934). — Acheegas para uma bibliografia sobre energia elétrica (pág. 934).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no mês de agosto de 1944 (pág. 939). — Íntegra da legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pág. 943). — Decretos (pág. 945). — Atos diversos (pág. 952). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos — Decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 956). LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 959). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Estatística — Junta Executiva Central — Íntegra das Resoluções de interesse geográfico aprovadas em 1939 (pág. 961). — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Assembléia Geral — Íntegra das Resoluções ns. 127 a 129 (pág. 968). — Diretório Central — Íntegra das Resoluções ns. 126 a 130 (pág. 970). — DIRETÓRIOS REGIONAIS — Santa Catarina — Íntegra das Resoluções ns. 16 a 18 (pág. 973).

Boletim Geográfico

Ano II

SETEMBRO, 1944

N.º 18

Editorial

A Criação do Serviço de Geografia e Cartografia

O Governo brasileiro, com o Decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944, criou o Serviço de Geografia e Cartografia, como repartição central do Conselho Nacional de Geografia.

Há a considerar no importante ato governamental, três aspectos interessantes: o da oportunidade, tendo-se em vista a data em que se assinou a referida lei; o da atividade, pela ampliação do aparelho geográfico brasileiro; o da função, por causa da missão que cabe ao novo órgão técnico desempenhar.

No dia 25 de agosto de 1944 — verdadeira efeméride geográfica — dois fatos memoráveis se passaram e que se correlacionam: um, de manhã, no Palácio Guanabara, residência do Presidente da República, em cujo gabinete de trabalho foi assinado o Decreto-lei n.º 6 828; outro, à tarde, no imponente salão de conferências do Palácio Itamarati, em que, sob a honrosa presidência do ministro das Relações Exteriores do Brasil, se deu a sessão solene de encerramento da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.

A correlação dos dois fatos se evidencia no próprio texto da lei em aprêço, que em seu segundo considerando diz: “considerando os elevados propósitos da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, ora reunida nesta capital, e tomando em grande aprêço suas recomendações, decreta.”.

Quer dizer que um dos objetivos da lei foi prestar homenagem à assembléia de técnicos das Américas reunidos no Rio de Janeiro. E certamente melhor demonstração de aprêço não poderia o Governo brasileiro apresentar

do que, ao encerrar-se aquêle certame pan-americano de Geografia e Cartografia, criar um serviço técnico de Geografia e Cartografia, evidenciando assim os seus propósitos sinceros e firmes de converter em pronta e efetiva realidade as deliberações aprovadas em assembléia de tão elevado teor científico. Res, non verba.

A II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia revestiu-se de êxito excepcional, muito acima das previsões mais otimistas. Tudo concorreu para isso: a vinda de delegações de quase todos os países das Américas, a atuação dedicada e esclarecida de técnicos de subido valor, a realização dos trabalhos em ambiente de harmonia e eficiência, a aprovação de resoluções técnicas e científicas, numerosas, oportunas, interessantes e sábias.

A contribuição do Brasil não pode ficar escondida na cortina de uma modestia injustificável, tão grande, expressiva e valiosa ela foi. Com efeito, o Brasil tornou oficial a II Reunião, deu-lhe sede condigna, proporcionou hospedagem oficial aos delegados e suas famílias, responsabilizou-se por toda a organização do certame, forneceu técnicos para a presidência e a secretaria geral da Reunião e para as presidências das Comissões Técnicas, participou ativamente dos trabalhos científicos, compareceu largamente na exposição de Geografia e Cartografia.

Pois bem, de tôdas essas contribuições, numerosas e significativas, não há uma que se emparelhe em importância com a homenagem, consubstanciada na criação do Serviço de Geografia e Cartografia; e a razão é fácil de ser compreendida, porque a Reunião passa e o Serviço fica, aquela provoca pronunciamentos momentâneos e êste representa uma afirmação constante e crescente... Verba volant, Scripta manent.

É evidente que, com a criação do novo Serviço se amplia o aparelho geográfico brasileiro.

Essa ampliação é considerável, não tanto por ter sido efetivada pelo Governo da União — o que de si já é importante fator — senão pelo fato de ter sido entregue ao Conselho Nacional de Geografia, órgão nacional de supervisão das atividades geográficas no Brasil, e que, portanto, se acha nas melhores condições possíveis para conhecer as necessidades da nossa Geografia, e assim poderá orientar as atividades do novo Serviço, nos melhores rumos de produção encarada sob o ponto de vista nacional.

A superintendência do Conselho é uma garantia, não só de ordem técnica, no sentido de se praticarem os métodos de trabalho mais convenientes, modernos e econômicos, não só de ordem produtiva, para que a execução dos serviços se faça nas regiões do país mais adequadas, não só de ordem administrativa, porque é da competência do Conselho estabelecer a cooperação dos esforços geográficos, senão também de ordem financeira, porquanto os gastos se encaminharão sempre no sentido da execução de planos de conjunto, a se desenvolverem de maneira sistemática e ajustada.

Finalmente, dentre os três aspectos anunciados por êsse comentário, no seu intróito, há a considerar, sob o ponto de vista funcional, a missão a ser desempenhada pelo novo Serviço.

A consideração se impõe porque o Conselho Nacional de Geografia foi criado principalmente com a idéia da coordenação dos esforços geográficos do país, não aparecendo ao início, com nitidez e relêvo, o conceito da execução de serviços técnicos pelo próprio Conselho.

A experiência, colhida dos fatos desde a instalação do Conselho em julho de 1937, levou à conclusão de que a coordenação de esforços tão somente não oferece solução ao problema.

E os exemplos aí estão em abundância.

A razão é de fácil compreensão: não existem no país serviços geográficos suficientes para cobrir todo o território nacional e para pesquisá-lo em todos os seus aspectos geográficos.

Acontece então que é impossível planejar-se e executar-se qualquer campanha ou empreendimento geográfico de caráter nacional, por mais prudente e modesto que tenha sido o seu planejamento, contando-se exclusivamente com a colaboração das repartições técnicas existentes, não só porque tôdas juntas não completam a necessidade integral dos planos de trabalho, como também porque ainda ocorre a impossibilidade da colaboração por parte das repartições, aplicadas em trabalhos das suas atribuições, inadiáveis e intransferíveis.

Então, evidencia-se a necessidade do Conselho entrar com contribuição executiva própria, em caráter supletivo, para completar, como é necessário, o conjunto de trabalhos compreendidos nos planos preestabelecidos.

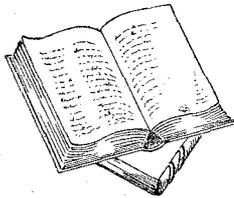
Surge assim — o “coordenar cooperando” — como a fórmula adequada ao Conselho para o cumprimento da sua missão grandiosa e fecunda.

O Serviço de Geografia e Cartografia recém-criado vem responder pelo segundo termo daquela equação, porque, conforme estipula a lei, lhe cabe a execução de trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos que lhe forem determinados pelo Conselho Nacional de Geografia.

Por tudo isso, o Serviço de Geografia e Cartografia está fadado a grandiosos destinos.

Que assim seja!

Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia.



Em Torno da Divisão Territorial do Brasil

Prof. F. A. RAJA GABAGLIA

Diretor do Colégio Pedro II, membro
do Diretório Central do Conselho
Nacional de Geografia

A história da divisão territorial do Brasil reflete a nossa evolução política. Toda a nossa história gira em torno de um fato: *governo central ou governo descentralizado*.

As primeiras ocupações do litoral sucedeu o regime das Capitânicas Hereditárias. É o 1.º esboço de um governo centralizado e que nasceu na mente de D. João III, ou melhor, dos seus conselheiros, dada a vastidão da nossa costa. Fracassado o regime, veio o Governo Geral, concentrando o poder. São os antecedentes históricos da Federação e do Império...

O império caiu para dar vitória à Federação; daí a frase de Rui Barbosa: "Federação com ou sem coroa".

A história do Brasil político é, assim, o duelo das duas idéias, mas o suporte dessas idéias é o território quem realmente o dá. A Federação, que tantas críticas tem levantado e que oferece com o surto do espírito de localismo uma ameaça aos propósitos que devem assegurar a indestrutível unidade do país, é um *imperativo geográfico*. E a prova está na divisão territorial da nossa Pátria.

O 7 de setembro não encontrou nem o Amazonas, nem o Paraná; Alagoas era de poucos anos, de 1817 e, sem embargo de não se escudar em nenhum diploma legislativo, Aires do Casal, o fundador da nossa corografia, considerava como província a Região Missioneira, isto é, o que ele chamava Uruguai e é constituída hoje pelos municípios lindeiros do Rio Grande com a República Argentina.

A fragmentação territorial do Brasil — evidentemente nem a política, nem a espiritual — é uma tendência irreprimível e a Constituição de 1891 admite, não obstante o seu culto ao antigo quadro das províncias, a possibilidade de desmembramento ou de criação de novos Estados Federados.

No 2.º Império houve várias propostas de criação de Províncias: assim, há o estudo interessante de Cândido Mendes, aventando, com a sua autoridade de geógrafo e erudito, a *Pinzônia*, cuja capital seria Macapá. É conhecido o projeto da criação da Província do *Rio Sapucaí*, em Minas, apresentado pelo senador Godói: será a Província de Minas do Sul. E a proposta do insigne Teófilo Otoni, a da Província de *Jequitinhonha*, a Minas do Norte?

Há ainda o estudo de Vernhagen, no qual sob o nome de *Memorial orgânico*, o grande historiador repartia o Brasil em 20 administrações, a saber: o Governo Militar da Fronteira do Sul (capital Bagé), 18 departamentos (São Pedro, Curitiba, São Paulo, São Sebastião, Minas, Principal com a sede do Governo Geral, São Salvador, Barra do São Francisco, Estrêla do Norte, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Goiáses, Paraguaio-Xingu, Centro Amazônico, Madeira e Grão-Pombal), e o presidio de Ultra-mar (Fernando de Noronha). Depois propôs não mais *departamentos*, porém 22 províncias e o presidio de Fernando de Noronha sujeito exclusivamente ao Ministério da Marinha.

Tôdas essas divisões são de caráter político, não dizem respeito às *regiões naturais*. Entretanto, a verdadeira meta de uma construção política deverá ser

o reajustamento, a harmonização dos dois fatores o político-administrativo e o geográfico ou natural. É o que os geopolíticos chamariam a *solução geográfica*. Esta solução, no Brasil, é das mais difíceis, mesmo se fôsse possível superpor a divisão política à divisão natural, porquanto quais as verdadeiras regiões naturais do país? Adotaríamos o critério geo-econômico, como já fez, há pouco, o Ministério da Fazenda? Ou, como está em prática no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma divisão realmente geográfica? Mas, a solução do I. B. G. E. prova ela mesma a complexidade do problema; basta ver as diversas propostas e acentuar que a vitoriosa é uma síntese ou adaptação das propostas individuais, desde Rebouças e Réclus até Backheuser, Segadas Viana, Teixeira de Freitas, Delgado de Carvalho e outros eminentes estudiosos do assunto.

A verdade é está: não é possível superpor-se a divisão das regiões naturais à divisão política; os Estados seriam ou mui grandes, ou talvez, numerosos demais. Acresce que há um dado importante do problema que não logrou solução e vem se arrastando desde a malograda Constituinte de 23, a saber, a localização da capital que, como já propusera José Bonifácio, deveria ser no interior do país, mesmo de acôrdo com os ensinamentos da Geografia Política.

Assim, embora reconheçam-se os erros que a nossa clássica e histórica divisão territorial apresenta, o Brasil não pôde — e dificilmente o conseguiria — fundir um outro quadro político-administrativo. Mas, os excessos da Federação levaram os construtores políticos à adoção de medidas que refreiam as expansões locais e aí está a Constituição de 10 de novembro, que, não abolindo as franquias estaduais, fortaleceu, e de muito, o poder da União. Pois bem, estes excessos da Federação obrigam ao exame do grave problema, problema que se tornou agudo com a valorização das nossas linhas de fronteiras que são hoje, mercê de circunstâncias econômicas ou demográficas, *fronteiras de tensão* e não mais, como outrora, zonas despidas de interêsses imediatos.

As fronteiras representam, no momento atual da nossa evolução política, um papel de real importância, pois a permeação de elementos alienígenas faz das mesmas um campo digno da mais viva atenção nacional.

O Estado Nacional compreendeu o alcance do problema e lutando com as dificuldades que uma solução territorial levanta mui sérias e delicadas, sem ferir em cheio, no domínio das autonomias estaduais, enveredou por um caminho que os competentes tinham vislumbrado, mas que só a força de um governo bem orientado podia levar avante. Defendendo as fronteiras, fortalecendo a linha perimétrica do Brasil e tornando viável uma direta intervenção no povoamento racional e vigiado do Oeste, o governo do Presidente Getúlio Vargas lavrou um tento, criando os *Territórios Nacionais*. Nem outra tinha sido a solução do benemérito Rio Branco, com o Acre, mas foram precisas mais de três décadas para o remate da obra, iniciado pelo Tratado de Petrópolis (1903), que, adjudicando ao Brasil o Território do Sul da Linha Cunha Gomes, não quis, em boa hora, encorporá-lo ao Amazonas ou quiçá ao Mato Grosso, mas o manteve sob a vigilância direta da União Federal.

A criação dos novos *Territórios*, a cuja instalação se está consagrando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, é concretização de admirável programa político. Graças sejam dadas, pelo tom definitivo emprestado à criação dos novos Territórios, os quais entraram no mecanismo da vida civil e administrativa da Nação, pois, com perspicácia e clarividência, os poderes públicos não fizeram, como outros países do continente, territórios de guarnição, mas o decreto-lei erigiu, de modo completo, um órgão jurídico e administrativo.

A nossa vastidão territorial — pois somos um "país-continente" — é tal que seria difícil a regressão a regime unitário, porém como ensina a Geografia Política (de Ratzel aos geógrafos estadunidenses), o Estado, grande que seja, só vive, tal qual o organismo, quando se dá o perfeito equilíbrio entre a circulação central e a circulação periférica. Em outras palavras: o centro, a capital, a União, tem de estar em perfeito entendimento com a Fronteira, a zona ou linha geodésica, até onde, fenecendo a ação do Governo, impõe-se que este seja lá mais que alhures, forte e, portanto, eminentemente nacional.

As divisões políticas inter-estaduais, aliás, quase tôdas felizmente concertadas no último decênio, não ofereceram a mesma importância para a vida política do país que a instituição dos Territórios Federais, sujeitos à ação direta, à fiscalização permanente, do govêrno da União.

As rápidas palavras que aqui profiro são breve comentário de patriótico apoio à criação dêsses Territórios e penso que o Instituto Nacional de Ciência Política, que já manifestou êstes aplausos ao preclaro chefe da Nação, bem avalia a sinceridade civica dêste depoimento.

A unidade nacional é uma resultante de tôda a nossa história política, cultural e religiosa; a sua perpetuidade foi o anelo das gerações pretéritas e é desejo de todo o brasileiro consciente; a sua segurança está, porém, na defesa impertérrita do nosso patrimônio territorial.

A criação dos Territórios Nacionais, encorporando ao govêrno da União as regiões fronteiriças, de uma maneira definitiva, é, de certo, um grande passo na obra da consolidação da Unidade Nacional, expressão da pujança e da glória do Brasil!



Geologia Estratigráfica do Brasil

"Recenseamento do Brasil" — Vol. I.
— Introdução — Diretoria Geral de
Estatística — Ministério da Agricultura,
Indústria e Comércio — Rio de Janeiro
— 1922.

EUSÉBIO PAULO DE OLIVEIRA.

Os materiais componentes da crosta terrestre se formam em tempos e em condições de meio diferentes, constituindo a ordem em que se operou a sucção cronológica das rochas sedimentares propriamente o assunto da estratigrafia, o mais importante ramo da geologia. O fim da estratigrafia é estabelecer a coluna geológica de cada região, a qual é depois comparada com as colunas das outras regiões do mundo, para o que se recorre especialmente aos fósseis, vegetais e animais, que nos dão uma idéa assaz satisfatória da evolução da vida na Terra, correspondente à mesma época em que os fósseis forem idênticos ou pertencerem a espécies muito próximas.

O estudo comparativo das colunas geológicas das mais diferentes regiões levou os geólogos a admitirem seis eras diferentes na evolução da Terra, eras caracterizadas por organismos especiais. São as seguintes: arqueozóica, proterozóica, paleozóica, mesozóica, cenozóica e psicozóica.

Era arqueozóica

Sistema arqueano

A era mais antiga, como o próprio nome indica, é a arqueozóica, representada pelas rochas do sistema arqueano. As rochas arqueanas não revelaram até agora nenhum sinal inequívoco de vida na época a que deviam pertencer, embora a presença nelas de grandes jazidas de grafite e calcáreo seja indício de que naquela era a Terra fôra habitada por organismos inferiores. Todas as rochas arqueanas são cristalinas, ígneas e sedimentares, altamente metamorfoseadas. Gnaisses de vários tipos, xistos de outros constituintes mineralógicos, calcáreos, rochas eruptivas, ácidas e básicas, constituem os materiais componentes deste sistema rochoso.

É enorme, no Brasil, a sua área de ocorrência, entrando as rochas arqueanas na constituição das nossas principais cadeias de montanhas, como a serra do Mar, a Mantiqueira, a dos Almorés, o sistema de Parima, etc. Encontram-se idênticas rochas em áreas mais ou menos grandes, sendo as principais as das regiões semi-áridas do Brasil. Pela sua resistência aos agentes atmosféricos e a outros fatores, formam, na bacia do Amazonas, as regiões encachoeiradas dos seus afluentes, impedindo, quando baixo o curso, a navegação dos rios em longos trechos.

As rochas eruptivas que se encontram atravessando os sedimentos arqueanos fizeram erupções, parte na própria era arqueozóica e parte no fim da era proterozóica, tendo sido certos tipos veículos de úteis substâncias minerais. Dêstes tipos, os mais importantes, dignos de maior especialização, são os pegmatitos. Até agora os limitados estudos estratigráficos e petrográficos, feitos nas áreas arqueanas, não permitem separar ou determinar as diversas fases das rochas eruptivas.

Os minerais úteis, encontrados no Brasil e pertencentes ao sistema arqueano, são: ouro, grafite, magnetita, e manganês.

Era proterozóica

Sistema algonquiano

As rochas da era proterozóica são conhecidas no Brasil pelo nome de "série de Minas", denominação dada pelo Dr. Derby, achando-se a sua região típica na serra do Espinhaço, principalmente na bacia do rio Doce.

A série de Minas é constituída por um conjunto de rochas sedimentares e metamórficas que, por toda parte onde têm sido examinadas, se estendem diretamente e em discordância sobre as rochas arqueanas. São indubitavelmente, em conjunto, as rochas sedimentares mais antigas do Brasil. Representantes da série de Minas existem, provavelmente, em quase todos os Estados do Brasil, mas é nos Estados de Minas, Bahia e Goiás que os afloramentos são mais notáveis e constituem a maior parte das regiões montanhosas desses Estados.

A série de Minas, tal como a definiu Derby, consiste em um grande complexo de xistos predominantemente argilosos, contendo massas subordinadas de quartzitos ordinários, quartzitos ferruginosos (itabiritos em transformação para minério de ferro quase puro) e calcáreos. Todas essas rochas se apresentam fortemente laminadas e caracterizadas por um desenvolvimento maior ou menor de minerais micáceos (biotita, sericita, hematita micácea, clorita, talco, etc.). Estando, em geral muito decompostas, há grande dificuldade em discriminar os diferentes componentes, exceto os quartzosos e ferruginosos, o que tem concorrido para os resultados negativos de várias tentativas feitas no sentido de estabelecer subdivisões.

É quase certo que os diferentes tipos rochosos se repetem em diversos horizontes e eventualmente servirão de base à referência nas subdivisões que devem ser estabelecidas na série de Minas. Por enquanto, convém considerar toda a série como um grupo único e, ao que parece, toda ela fortemente perturbada, apresentando dobras comprimidas, invertidas, ou muito falhas. Rochas eruptivas se apresentam, com certa abundância, atravessando a série de Minas. Além dos granitos, que são as mais ácidas, há rochas eruptivas básicas, gabróides, periodotíticas e diabásicas, as quais revelam indícios de metamorfismo, resultantes de um certo grau de laminação e alteração uralítica do piroxeno, indícios que poderão ser atribuídos aos movimentos de elevação da serra do Espinhaço afetando as rochas paleozóicas.

Além das do Estado de Minas, existem rochas paleozóicas na Bahia, no Estado de Sergipe, em diversos Estados do nordeste brasileiro e na serra dos Pirineus, achando-se muitas vezes envolvidas nas dobras do complexo cristalino.

A série de Minas é o sistema rochoso metalífero por excelência do Brasil. É nas suas rochas que se encontram as mais importantes jazidas de ferro, ouro e manganês.

Era paleozóica

Sistema cambriano

Não se conhece no Brasil nenhuma rocha da idade positivamente cambriana. Alguns geólogos colocam nesse sistema as rochas que temos incluído no sistema algonquiano, isto é, a série de Minas. Devido à falta de fósseis em todas as séries rochosas anteriores ao sistema siluriano superior, temos de recorrer a processos puramente geológicos para correlacioná-las.

As rochas que colocamos no sistema cambriano constituem um espesso lençol, que capeia as séries algonquianas e arqueanas na serra do Espinhaço e a Chapada Diamantina, indo os seus membros inferiores até perto da cidade de Juazeiro.

O professor Branner, nos seus estudos sobre a geologia do Estado da Bahia, admite que a Chapada Diamantina é constituída pelos seguintes sistemas rochosos: arenitos e quartzitos do Tombador, com espessura máxima de 400 metros, relacionados, sem base paleontológica, ou siluriano superior; folhelhos do Caboclo, com espessura máxima de 500 metros, relacionados ao devoniano; arenitos

e quartzitos de Lavras, cortando diamantes em espessura de 500 metros, ligados ao carbonífero. Tôda esta série está por baixo do calcáreo de São Francisco, que o aludido cientista supõe da idade permiana.

Os poucos fósseis, encontrados neste calcáreo, levam-nos a referi-lo ao siluriano superior, de sorte que tôdas as camadas da Chapada Diamantina e serra do Espinhaço são pré-silurianas e, portanto, correspondentes ao cambriano e aos andares do ordoviciano. No Estado de Minas, estas rochas se mostram bem expostas desde Diamantina até Grão Mogol; ao sul de Diamantina, têm menos importância; sendo quase certo que o pico do Itacolomi e as proximidades da serra de Ouro Branco são regiões caracterizadas por arenitos cambrianos. As camadas dêste sistema se compõem de quartzitos alternados, com folhelhos amarelos e cinzentos, que se desagregam, ficando os quartzitos, mais resistentes, como elementos geradores das margens escarpadas de vales e montanhas. Aos quartzitos estão associadas as camadas de conglomerados.

As rochas se apresentam perturbadas, orientando-se as suas camadas na direção NNO e variando a inclinação, para leste, em Diamantina, de 15° a 20°, ou mais, ao longo do Jequitinhonha. As vêzes contêm ouro, outras diamante. Na Chapada Diamantina, na Bahia, o sistema compõe-se essencialmente de fortes camadas de arenito, duro e amarelado, que freqüentemente se transforma em conglomerados. As camadas são muito alteradas, apresentando dobras e muitas falhas, com enormes paredões a pique. As camadas de arenito e quartzito têm a espessura de cerca de 500 metros, sendo a metade inferior constituída de arenito mais grosso e separada da superior, conglomerática e argilosa, por um grande banco de conglomerado, provavelmente o principal repositório de diamante e carbonato da formação, embora não seja o único, pois parece que há, ao longo da coluna cambriana, repetições de camadas conglomeráticas encerrando diamante e carbonato, principais riquezas minerais do sistema cambriano.

Sistema siluriano

Este sistema está caracteristicamente determinado por fósseis na bacia do Amazonas, não tendo base paleontológica nas demais áreas.

Foram encontradas rochas silurianas nos rios Trombetas, Curuá e Maecuru. No Trombetas, numa extensão de oito quilômetros, formando a primeira cachoeira e parte da segunda. Foram reconhecidas também em um morro denominado outeiro dos Cachorros, situado na margem direita do rio do mesmo nome, pouco acima de uma das confluências do Trombetas. Estas rochas são compostas de arenitos duros, argilosos ou micáceos, dispostos em lajes finas. A cor é variável, predominando o vermelho, mais ou menos listado e matizado. Faltam inteiramente os calcáreos e os folhelhos são raros e pouco importantes. A inclinação das camadas é de 5° para SSO.

As rochas silurianas repousam sobre sienito e felsito, ou sobre outras rochas cristalinas indicando os seus fósseis uma notável correspondência com a formação de Medina, da região siluriana da América do Norte.

Fora da bacia do Amazonas, tem sido também reconhecido o sistema siluriano. Assim, encontra-se nos Estados do Paraná e de São Paulo uma série de rochas argilosas, arenosas, grauwachas e calcáreas, fortemente alteradas e inclinadas em franca discordância com as camadas devonianas que lhe estão superpostas. Presume-se que as rochas do Estado de Minas, descritas com o nome de "série de Bambuí" pertencem também ao sistema siluriano inferior ou ordoviciano. No Estado de Mato Grosso, ao norte do de Minas Gerais, e na Bahia, tanto na bacia do São Francisco como na do Paraguaçu e na região do Salobro, a série se compõe de folhelhos argilosos, arenitos avermelhados, duros e calcáreos, com pederneiras, os quais se apresentam também ora perturbados, ora um tanto horizontais, parecendo pertencer ao sistema superior, em vista dos fósseis encontrados no morro de Bom Jesus da Lapa e de sua posição relativamente às camadas mais novas. No Paraná e em Minas Gerais, o siluriano inferior contém pequenos veios de quartzo aurífero. Quanto ao calcáreo, parece ser a rocha matriz, por excelência, dos nossos melhores depósitos de minério de chumbo. Rochas desta natureza têm sido descritas nos Estados de Goiás e do Pará.

Sistema devoniano

Já foi reconhecido na bacia do Amazonas, em Mato Grosso, no Paraná e em São Paulo. Na bacia do Amazonas, as rochas se destacam melhor do lado setentrional do vale e mergulham para o sul. Aparecem nas montanhas do Ere-rê, no Trombetas, Uatumá, Curuá e Maecuru, parecendo estender-se no sul até o Tapajós. As rochas são constituídas por arenitos micáceos, de grãos finos e folhelhos de côres variadas, sendo alguns betuminosos e atravessados por diques de diabase em alguns pontos. Têm pequena inclinação, 5° para SSO, e mais ou menos abundantes os fósseis.

No Estado de Mato Grosso, o sistema devoniano está bem representado na região da Chapada, nordeste de Cuiabá. De cima para baixo encontram-se: folhelhos, argilas arenosas e arenitos, 15 metros; folhelhos estratificados, 20 metros; arenito róseo friável, 100 metros; conglomerados, 5 metros. Os fósseis indicam idade eodevoniana e o conglomerado é matriz secundária do diamante.

No Estado do Paraná, o devoniano se representa pelo arenito de Tibagi, folhelhos de Ponta Grossa e arenito das Furnas, assim denominados em ordem descendente, sendo fossilíferos os dois membros superiores. A fauna é rica e as camadas ocorrem diretamente de um ponto situado ao norte do rio Iguazu até o sul do Estado de São Paulo. Neste Estado só se encontram os arenitos das Furnas. As camadas arenosas inferiores terminam em altas escarpas a pique, que constituem as bordas de planalto conhecidas pelo nome de Serrinha, serra das Furnas, serra das Almas, etc. O calcáreo não existe nesta formação, senão no estado de nódulos, nas rochas argilosas.

Sistema carbonífero superior

Este sistema se revela pelos seus fósseis marinhos característicos na bacia do Amazonas, sendo em conjunto constituído por camadas relativamente moles, muito desnudadas. Aparecem no rio Tapajós, estendendo-se para oeste até o rio Maueaçu e a leste até o Xingu. Ao norte do vale do Amazonas, surgem na região de Alenquer, desenvolvendo-se para o norte e para oeste até o Uatumá, pelo menos, e a leste até às proximidades do Javari.

As rochas são formadas de arenitos moles, folhelhos calcaríferos e calcáreos, destacando-se estes últimos pelo seu valor econômico, como material para fabricação de cal, e valor científico, por serem assaz fossilíferos. O sistema de que se trata tem a sua melhor exposição na vila de Itaituba, região do Tapajós, onde afloram as camadas carboníferas tanto abaixo como acima do terreno, tendo a espessura de 8 metros e a cor azulada, ou pardo claro. Os fósseis aí aparecem mais ou menos silicificados e muito bem conservados.

Até hoje não se encontrou ainda nenhum indício de carvão de pedra no sistema carbonífero.

Sistema permiano

É um dos mais importantes sistemas geológicos do Brasil, não só pela área de ocorrência, como também pelo valor econômico das camadas em que se destaca a presença do carvão.

Existe nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, de Mato Grosso, do Piauí e do Maranhão. Nos Estados do sul, as camadas permianas têm a espessura de cerca de 1 000 metros, sendo o grupo básico de origem glacial, com a espessura média de 350 metros, seguindo-se para cima 200 metros de sedimentos, arenosos e argilosos, no meio dos quais se acham as camadas de carvão; mais para cima encontram-se cerca de 270 metros de sedimentos arenosos calcáreos e argilosos, sendo esses últimos em geral betuminosos, e, por isso, contituindo uma das mais importantes reservas de petróleo latente do país; mais para cima ainda encontram-se arenitos vermelhos e multicoloridos, cuja idade é, em parte, permiana e, em parte, triásica.

No Estado de Minas só têm sido encontradas camadas da série glacial. Em Mato Grosso, em grandes áreas, afloram as camadas do grupo betuminoso, ou as camadas que lhe estão superpostas. Os Estados do norte, apesar de bem representados no sistema, não possuem camadas de carvão e os fósseis indicam que as condições climatológicas na época permiana eram nêles um tanto diferentes das condições climáticas do sul. A importância do sistema permiano consiste na ocorrência das camadas de carvão e dos folhelhos betuminosos.

Era mesozóica

Sistema triássico

O primeiro sistema da época mesozóica é o triássico, bem representado nos quatro Estados do sul, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e também nos Estados do Piauí e Maranhão. A sua constituição é bastante uniforme. Na base, as camadas vermelhas triássicas, cujos caracteres litológicos correspondem às camadas permianas, oferecendo, porém, pequenas diferenças na constituição mineralógica, pois o material é predominantemente arenoso e fortemente carregado de substâncias ferruginosas. Em Santa Maria da Bôca do Monte, Rio Grande do Sul, nas camadas vermelhas têm sido encontrados, não só répteis terrestres, dinossauros, como também muitas matérias petrificadas. Estas camadas afloram no leito do rio Jacuí, podendo ser verificadas em muitos cortes da estrada de ferro. Aparecem nas proximidades do mar, na direção de Santa Catarina, como se observa entre Tôrres e Araranguá; constituindo a parte média e inferior das serras Geral, Espigão, Esperança, Botucatu, e estendendo-se para o norte e para leste de São Paulo, sem atingir, entretanto, o Estado de Minas Gerais. No Estado de Mato Grosso formam grande parte da serra de Maracaju e apresentam notáveis paredões na margem do rio Aquidauana. Esta formação prolonga-se para norte, em extensão desconhecida, parecendo que constitui parte das terras em tôrno da vila de Diamantino.

Acima das camadas vermelhas, surgem os chamados arenitos de Botucatu, encontrados em muitas áreas, nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, e, em menor escala, nos Estados de Santa Catarina e Minas Gerais, onde ficam encobertos por extensos lençóis de lavas augíticas. São brancos, amarelos ou róseos, frequentemente friáveis ou feldspáticos. Apresentam-se, porém, assaz endurecidos nos contactos com as rochas eruptivas, onde o calor delas proveniente muitas vêzes os fundiu, tornando-os vitrosos. Formam a serra do Caverá e os morros dos arredores, os morros das margens do Ibicuí, assim como constituem a parte superior das serras Geral, Botucaraí, Espigão, Esperança, Botucatu, Itaquiri e grande parte dos respectivos planaltos. Em Mato Grosso o seu afloramento é visível nos campos cerrados do sul e na borda da serra de Maracaju. Tôdas essas regiões são cortadas por diques de rochas diabásicas, de várias texturas, predominando a porfirítica e a basáltica, nos lençóis, e a diabase normal ofítica, nos diques. As rochas se compõem essencialmente de augita, plagioclásio, magnetita e ilmenita. Tôdas as camadas triássicas apresentam a espessura de 300 ou mais metros e jazem em posição próximamente horizontal, sem dobras, mas com muitas falhas.

As rochas eruptivas têm a forma maciça e granular da diabase nos diques; mas, há grande número de lençóis, de diabases porfiríticas, frequentemente amigdalóides, indicando provável derrame de lavas na superfície da Terra e conseqüente formação das diabases basaltos. As erupções foram, porém, de tipo maciço, sem os fenômenos explosivos que caracterizam os derrames das rochas propriamente vulcânicas. Para êste caráter concorreu, sem dúvida, o magma eruptivo, que era essencialmente básico e, portanto, muito apropriado para dar lavas dotadas de alta fluidez.

As rochas eruptivas estão mais ou menos expostas nas regiões de sedimentos triássicos. Convém, entretanto, destacar os afamados campos de Alegrete e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, a borda da serra Geral, em Santa Catarina, onde os lençóis apresentam uma espessura de 600 metros. Os campos de Palmas e Guarapuava, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, parecem substituídos quase exclusivamente destas rochas. Destacam-se também os grandes saltos de Santa Maria, Sete Quedas, Urubupungá, Maribondo, Piracicaba, etc.,

formados das mesmas rochas. Em Mato Grosso, formam a região dos campos da Vacaria e da serra de Tapirapoã, no alto Sepotuba, assim como grandes áreas na borda do chapadão de Maracaju. Em Minas Gerais, formam a região dos arredores de Uberaba, importante centro pecuário do país, e em consequência da sua decomposição produzem a célebre terra roxa de São Paulo.

A estrutura amigdalóide é muito freqüente nessas rochas e dá lugar à formação de geodos, nos quais se encontram ágatas belíssimas, calcedônias, quartzos, citrinas, ametistas, vários tipos de zeolitas, pedras d'água, cobre nativo e vários produtos de decomposição tais como a viridita, a delessita, óleo pesado, etc.

Nos Estados do Maranhão e Piauí, o sistema triássico é representado em parte pelos arenitos de Cágado e também pela série que Arrojado Lisboa denominou "série de Mearim", composta principalmente de arenitos vermelhos, com lençóis de *trapp* amigdalóide. São provavelmente sincrônicos com as camadas triássicas do sul do país, estendendo-se os sedimentos de Alpercatas a Grajaú.

Sistema jurássico

Não há nenhuma prova da existência do terreno jurássico no Brasil. É possível que as erupções de picritos-porfiritos e quimberlitos, da serra da Mata da Corda, em Minas Gerais, se tenham dado nessa época.

Sistema cretáceo

As rochas cretáceas existem em grandes áreas do Brasil; quer no litoral, quer no interior. A natureza das rochas é muito variável, sendo umas de origem marítima e outras de origem continental ou salobra.

Entre as bacias cretáceas marítimas, destaca-se a de Maraú, na costa da Bahia, estudada por Gonzaga de Campos. As rochas são formadas de arenitos grosseiros e de camadas arenosas, argilosas e calcáreas, contendo fósseis marítimos e repousando o arenito sobre o complexo cristalino. Esta pequena bacia corresponde, mais ou menos, à de Sergipe, que é a mais conhecida, especialmente nas vizinhanças de Maroim e Laranjeiras, estendendo-se desde a serra de Itabaiana até o mar e estando, em vários pontos, coberta por depósitos terciários.

Das bacias marítimas do interior, a mais importante é a serra do Araripe, no extremo sul do Estado do Ceará. A formação assenta-se sobre o complexo cristalino, sendo constituída de arenitos e conglomerados na base e na parte superior. O depósito que separa estes dois arenitos é constituído de folhelhos e de calcáreos e nele se encontram nódulos e concreções com peixes da idade cretácea. É possível que o arenito da serra Grande seja a continuação do arenito superior da serra do Araripe. Também há no Maranhão, no município de Codó, uma formação cretácea contendo peixes da mesma idade, assim como uma formação de calcáreos e xistos betuminosos cujos peixes são idênticos aos da chapada do Araripe, apresentando-se também em nódulos calcáreos.

Entre as bacias de água doce de formação cretácea do litoral, encontra-se a dos Abrolhos, constituída de arenitos e folhelhos arenosos com lençóis de rochas eruptivas, cuja idade não está, porém precisamente determinada. Além da aludida bacia existe a do rio Almada, perto de Ilhéus, constituída de arenito grosso, na base sobre o complexo cristalino, e por cima, de folhelhos, cinzentos e pretos, betuminosos, contendo peixes do sistema cretáceo inferior.

Uma outra formação lacustre do mesmo sistema aparece nas ilhas e margens da baía de São Salvador apresentando camadas de conglomerados, arenitos e folhelhos calcaríferos, com restos de peixes associados a moluscos de água doce, crustáceos bivalves, entomostráceos, fragmentos de madeira, indícios de depósitos em bacias de água doce. As camadas ocupam a depressão de um sinclinal, entre a cidade da Bahia e Nazaré, e têm também muitos peixes que lembram as formas jurássicas. Os peixes fósseis desta bacia provam que ela pertence à mesma série inferior, como a do Almada, e indicam uma mistura de formas ictiológicas, tipicamente jurássicas e cretáceas.

No baixo São Francisco, próximo da cachoeira de Paulo Afonso há também uma importante formação cretácea, nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, cujos fósseis indicam deposição em água salobra (moluscos, restos de crocodilos e madeiras petrificadas), apresentando as camadas cretáceas notáveis perturbações.

Nos chapadões do interior há notáveis depósitos cretáceos sendo o mais importante e conhecido o descrito pelo Dr. Gonzaga de Campos, com o nome de "Formação de Bauru", estudada mais cuidadosamente pelos geólogos da Comissão Geológica de São Paulo. Estas formações ocupam extensas áreas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, e em pequena parte do Triângulo Mineiro. Compõem-se de arenitos calcáreos e argilas moles, calcárficas, com fósseis de vários tipos, dentre os quais se destacam *dinossauros* gigantescos. A espessura dessas formações em São Paulo atinge 100 metros, aparecendo em Bauru, Barretos, Monte Alto, Lençóis, etc. Ao norte de Cuiabá, no morro de Cambembe, arenitos calcáreos, com *dinossauros* e *quelônios*, indicam formações idênticas às de Bauru. No sul, perto da estação de Buriti, há afloramentos de arenitos da mesma natureza.

Uma outra formação cretácea continental é que tivemos ensejo de descrever com o nome de arenito dos Parecis, por ser dominante no Planalto desse nome, e nas partes elevadas dos afloramentos meridionais da bacia do Amazonas, devendo também ocorrer ao sul de Mato Grosso e ao oeste de Minas, no Chapadão Urucuia. É constituída por grossas camadas de arenitos, de cores variadas, com cimentos feldspáticos ou ferruginosos, assim como leitos de argila vermelha, muito arenosas, onde se encontram madeiras petrificadas, coníferas e dicotiledôneos. Estes arenitos, pela dureza de certos bancos, dão origem a importantes saltos no Planalto dos Parecis, alguns de grande altura constituindo a famosa serra do Norte, a qual não é mais do que uma parte fortemente desnudada do próprio planalto e terminada bruscamente ao sul à semelhança de uma serra. Os picos da Serrinha, no divisor Sucuriú-Verde, no sul de Mato Grosso, diz A. Lisboa, lembram, tanto pelo aspecto da rocha como pela posição mais ou menos idêntica aos restos de uma chapada destruída, os morros isolados dos planaltos do São Francisco, entre o Abaeté e o Paracatu, morros a que se atribui idade cretácea.

No vale do Amazonas, o sistema cretáceo continental foi reconhecido na região do Ererê, onde há três camadas distintas de arenito, separadas por leitos, assim como folhelhos arenosos, micáceos, representando o conjunto 100 metros de espessura. Surge o mesmo sistema nas camadas superior e média das serras do Ererê e Paituma; aparecendo nas últimas fôlhas fossilizadas de vários gêneros dicotiledônios. Nas barrancas do rio Madeira, na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, há arenitos e arcoses semelhantes aos dos Parecis, e na serra dos Pacaás Novos, encontram-se arenitos feldspáticos, com camadas de gipsito. A mais recente formação cretácea do Brasil parece ser a pequena bacia da capital da Paraíba, de origem marítima e estendendo-se desde o morro em que se assenta a cidade até a estação do Entroncamento. Os poucos fósseis conhecidos indicam o mais alto cretáceo, e se não fôsse um cefalópodo, podia ser com razão incluída aquela formação no eocênio. Nos Estados do Piauí, Maranhão e Goiás, nas terras baixas do norte, o sistema cretáceo é representado por uma série de folhelhos betuminosos, calcáreos, arenosos e com camadas de marga. No município de Codó, que é a localidade típica destas ocorrências, os folhelhos betuminosos se acham associados aos calcáreos que afloram ao longo do rio Itapicuru, apresentando um mergulho de 12° para norte. No rio Mearim, os folhelhos betuminosos estão cobertos por calcáreos, com intercalação de gipsito e camadas siliciosas, mergulhando a estratificação em direção ao sul.

Em Grajaú, os mesmos calcáreos gipsíferos emergem à superfície, não sendo visíveis as camadas betuminosas. Em Goiás, esta série tem o seu afloramento nos rios Sereno e Manuel Grande, nas terras baixas do Tocantins. Na base da chapada do Corda, aparecem os folhelhos betuminosos por baixo dos calcáreos, com as camadas ou concreções siliciosas.

A idade desta série é cretácea, por ocorrerem nela camadas betuminosas e nódulos calcáreos, com peixes fósseis iguais aos da chapada do Araripe.

Era cenozóica

Sistema eocênio

As rochas eocênicas do Brasil são de origem marinha, de água salobra. Dêste último tipo são as rochas descritas com o nome de "série de Alagoas", pelo fato de existirem nas costas dêste Estado, em diferentes pontos. Aparecem principalmente, na Bica da Pedra, Riacho Doce e morros de Camaragibe. Os sedimentos constitutivos desta série são de natureza muito variável; arenitos, folhelhos, calcáreos e tipos de transição de umas rochas para outras, sendo característicos os folhelhos betuminosos, que dão óleos minerais quando destilados. O arenito predomina sobre os folhelhos e êstes sobre os calcáreos. Também há depósitos em camadas, pouco espessas, indicando mudanças constantes de nível nas bacias lacustres em que se acumularam. Em todos os pontos em que foi estudado o sistema, apresentam as camadas eocênicas certas perturbações, variando de 10° até 25° ou mais graus e mergulhando tôdas elas na direção do continente, ao contrário do que se dá no sul da Bahia, onde o mergulho se faz no sentido do oceano. Os demais depósitos eocênicos do Brasil são de origem marinha. O depósito situado mais ao sul, no Estado de Pernambuco, conhecido pelo nome de "formação de Itaparica", apresenta afloramentos fossilíferos nas margens do rio Farinha, fronteiro à ilha, estendendo-se para o sul até a cidade de Olinda e para o norte até a ponta das Pedras, perto da foz do rio Goiana.

As rochas são essencialmente formadas de calcáreos amarelos. No Estado do Rio Grande do Norte, camadas calcáreas e fossilíferas se apresentam em vários pontos, ao longo da estrada de ferro, que da capital se dirige para o sul, a poucos quilômetros da costa, prolongando-se também, ao norte, para o vale do rio Mossoró. A formação é constituída na base por um depósito de arenito, calcáreo amarelo no meio e arenito na parte mais elevada. O calcáreo corresponde à máxima depressão continental e o arenito superior à regressão do mar. Os fósseis indicam a correlação com a formação denominada *Midway* pelos geólogos americanos. Idêntica formação geológica se encontra na chapada do Apodi e os mesmos fósseis existem na região de Pirabas, no Estado do Pará. No extremo nordeste do Maranhão, em Carutupera, Arrojado Lisboa observou um calcáreo fossilífero com fauna semelhante à do rio Pirabas, o que revela a existência de uma bacia eocênica marinha também semelhante à do dito rio.

Sistema pliocênio

No Brasil não foram encontrados depósitos pertencentes aos sistemas oligocênio e pliocênio. A chamada "formação das barreiras" pertence ao pliocênio. Suas rochas ocupam uma faixa ao longo da costa, desde as vizinhanças da cidade de Vitória até grande parte do interior do vale do Amazonas. Em vários pontos, é muito estreita a faixa costeira e, em alguns, não aparece, talvez por ter sido destruída pelos agentes de desnudação.

As rochas que entram na constituição das barreiras são formadas de arenitos muito friáveis, a ponto de parecerem areias pouco consolidadas; os folhelhos apresentam grande decomposição, podendo ser tomados por argilas. Nestas camadas predomina a cor vermelha sobre a amarela e esta sobre a branca. São também comuns concreções ferruginosas e areia ligada por óxido de ferro, ou arenito ferruginoso. Na região costeira formam um baixo planalto, de 40 a 100 metros de altura, o qual, em certos pontos, se interrompe como, por exemplo, na serra do rio de Contas, constituída de rochas arqueanas.

No sul da Bahia é onde se verifica a máxima penetração das camadas eocênicas no sentido do continente, pois a chapada vai até os picos das rochas cristalinas da serra dos Aimorés, estendendo-se até o quilômetro 160 da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Em Maraú, a formação das barreiras encerra depósitos conhecidos pelo nome de "turfa" de Maraú, localizados quase exclusivamente no sítio João Branco. Existem duas variedades de turfa, dando-se propriamente êsse nome à amarela, mais rica em depósitos. Sendo imprópria essa designação, convém generalizar a denominação de "maraunita".

Na região de Ouriçanguinhas, no interior da Bahia, próximo à Estrada de Ferro da Bahia a São Francisco, e nas vizinhanças de Alagoinhas, encontram-se também formações semelhantes às das barreiras, quanto ao aspecto das agulhas e variedade das areias. Esta formação das barreiras se estende para o norte, ao longo da costa, e pelo vale do Amazonas, continuando além da fronteira do Peru, entre Tabatinga e Iquitos, e ocupando também ao sul, próximo do rio Jamarí, uma certa área daquele país. Tem os mesmos caracteres que apresenta na costa e conserva sempre a posição horizontal. As serras do Peru são formadas por estas rochas. Fósseis têm sido encontrados no alto Amazonas e Solimões, assim como fôlhas e moluscos de água doce e salobra na região Pebá e noutras localidades do Peru. Na mesma região e no antigo contestado do Amapá, tem sido verificada a presença de linhitos. Outros depósitos terciários, assaz conhecidos, foram achados nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. No primeiro, foram feitos estudos mais perfeitos em Fonseca e Gandarela. Nesta última localidade, predominam as camadas de linhitos e, em Fonseca os folhelhos betuminosos. Os fósseis encontrados indicam a idade pliocênica.

Em São Paulo, há uma pequena bacia, na fazenda do Bonfim, a 11 quilômetros de Caçapava, constituída de argilas e folhelhos betuminosos, associados com camadas de linhito. Também no lugar denominado Quatis, perto de Barra Mansa foram encontradas madeiras carbonizadas entre as argilas pliocênicas. A mais importante bacia pliocênica do Brasil é sem dúvida, a do rio Paraíba, mais conhecida por bacia de Taubaté e localizada entre as serras da Mantiqueira e do Mar, estendendo-se desde Cachoeira até Jacaré, num percurso de 112 quilômetros. Os depósitos mostram que esta bacia foi, outrora, uma lagoa de água doce ou salobra, composta de camadas arenosas friáveis, com intercalações de folhelhos cinzentos, ricos em substâncias hidrocarbonáceas, as quais sob a ação do calor produzem petróleo, assim como parecem originadas do desenvolvimento de algas na lagoa e da sua subsequente decomposição pela ação das bactérias. Estes folhelhos contêm restos de peixes de água doce ou salobra e despojos de morcegos, de pequenos jacarés ou lagartos. Uma outra bacia, da mesma idade, existe no Estado do Rio, entre Resende e Barra Mansa. Parece ser a mesma de Taubaté, tendo a erosão destruído grande quantidade de sedimentos e deixado descoberto o fundo da bacia, constituído por fragmentos de rochas cristalinas. Nos arredores de São Paulo há também uma bacia terciária, tendo sido a afamada avenida Paulista aberta em terrenos formados por camadas arenosas e argilosas terciárias. Variegadas argilas, associadas a seixos constituem os terrenos sobre os quais está edificada a cidade de Curitiba, terrenos que parecem pertencer ao sistema terciário mais recente.

Era psicozóica

A era psicozóica é caracterizada pelo aparecimento do homem na Terra e divide-se em duas espécies: pleistocênica, ou glacial, e a recente, ou post-glacial. Na Europa e nos Estados Unidos, o período pleistocênico é caracterizado pela invasão do gelo, que cobria grande parte setentrional do velho continente e toda a parte setentrional do novo continente. No Brasil, não houve época glacial; houve, porém, uma grande atividade das chuvas e águas correntes, de sorte que foi intensíssimo o trabalho da erosão. Rochas de todas as idades foram fortemente desagregadas e seus detritos transportados para os vales onde se depositaram, entulhando grandes áreas. Muitas dessas rochas continham substâncias minerais úteis, especialmente o ouro e o diamante, minerais que, resistindo aos agentes atmosféricos, se concentraram em aluviões, cuja riqueza muito contribuiu para o desbravamento dos nossos sertões. Nessa época o país era habitado por animais gigantes, dos quais numerosos tipos se extinguíram antes do início da época atual.

A era pleistocênica atribui-se o aparecimento do homem na Terra. No Brasil esqueletos humanos têm sido encontrados com restos de mamíferos extintos, o que faz supor que o homem viveu na mesma época, mas é incerta a idade em que foram encontrados os despojos ou restos animais.

Geografia Cultural do Brasil

Kulturgeographie von Brasilien von
Dr. B. Brandt, 1926, Stuttgart
Verlag von J. Engelhorn's Nachfo

Dr. B. BRANDT

CAPÍTULO III*

• ESPAÇO E POPULAÇÃO

Zonas de povoamento

Em virtude de sua extensão em latitude e da distribuição quanto à altitude, o espaço encerrado nas linhas já estudadas articula-se, de sul para norte, com respeito à capacidade de povoamento, em zonas diversamente dotadas. O extremo sul, Rio Grande do Sul, aproxima-se pelo clima da planície do Prata. Mais sujeito à influência do mar e ainda pertencente ao planalto brasileiro, não apresenta as bruscas variações dessa imensa e uniforme massa continental. Predomina um clima suave, entre subtropical e temperado. A ele se segue na altura do trópico de Capricórnio, em São Paulo e no sul de Minas, uma faixa em que o clima tropical correspondente à latitude ameniza-se, pela elevação do território, em subtropical, e em que — abstraindo-se das planícies da costa — reinam condições que, de certo modo, lembram as da região mediterrânea. Mais ao norte vêm terras tipicamente tropicais, comparáveis às da África sob a mesma latitude. Elas são seguidas finalmente, a partir aproximadamente do ponto de encurvamento da costa, por espaços equatoriais — entre os quais o Ceará flagelado pelas sécas — depois pela planície muito úmida do Amazonas em que as condições se assemelham às da bacia do Congo.

As fronteiras dessas zonas são constituídas por espaços de transição, que, em função da altitude, se engrenam em caprichoso endentamento; assim, a série de cadeias costeiras, sobretudo, forma um prolongamento da zona subtropical, o qual penetra profundamente os trópicos.

Juntamente com o clima influem na capacidade de povoamento as doenças por ele condicionadas e aquelas próprias do país. Sob esse aspecto é relativamente favorável a situação do Brasil, mais favorável em todo caso que a das terras tropicais africanas. A temível febre amarela, cujo nome é tão freqüentemente pronunciado com o do Brasil e que chegou a desacreditar centros como Santos e Rio de Janeiro, limita-se aos portos marítimos e fluviais e mal pode, pela sua rápida evolução e seu fácil diagnóstico, insinuar-se mais profundamente no país. Importada das Índias Ocidentais no século passado e, desde a descoberta de sua transmissão pelo mosquito *Stegomya*, combatida eficazmente com meios apropriados, a febre amarela foi apenas um flagelo passageiro. A malária, como em tôdas as terras quentes, encontra-se em tôda parte, principalmente na planície úmida, onde numerosas águas paradas oferecem ao seu transmissor, o anófele, boas condições de vida. Ela também perdeu sua temibilidade, depois que o quinino, doado pelo solo sulamericano e reconhecido pelos indígenas em sua ação terapêutica, se tornou o bem comum de todos os habitantes, e que a natureza da doença foi totalmente reconhecida. De importância extraordinária é a inexistência de numerosas doenças do gado, que na África tropical impedem ou dificultam a criação e assim limitam fortemente o povoamento.

A distribuição do espaço segundo os fundamentos climáticos do povoamento reflete-se fielmente na população do Brasil, quando se considera a composição racial dos habitantes das várias zonas. Os Estados do sul são sabidamente o campo principal da colonização alemã. Ao lado dos alemães, os poloneses, em grande número, acharam no Paraná uma segunda pátria. Em São Paulo, os colonos ale-

* N.R.: Os capítulos I e II foram publicados nos ns. 16 e 17, ano II, deste *Boletim*.

mães e eslavos são substituídos pelos italianos, que concorrem com mais de 50% da população.* Em Minas prevalece o velho elemento português. Simultaneamente começa a população de côr, pouco considerável mais ao sul, a avultar, com uma participação de 1/3 da população. Vêm à frente os negros cujo número, inclusive os mulatos, alcança na Bahia o limite superior. Com a mesma diminuição do contingente branco, a população negra é substituída nos Estados nordestinos por um tipo trigueiro, cujo componente indígena predomina finalmente na bacia amazônica.

A ligação entre a composição racial e as zonas de povoamento naturais torna-se ainda mais patente quando se considera a atividade dos habitantes e a duração e constância de seu estabelecimento. Nos Estados sulinos e em São Paulo vive uma população sedentária de agricultores e trabalhadores rurais, que já conta gerações e assim provou que se enraizou em um solo equivalente à gleba de origem. Em Minas, os italianos passaram em grande parte da lavoura para o artesanato e o comércio menos trabalhoso, estabelecendo-se nas cidades. Na Bahia e nos Estados nordestinos vizinhos, o europeu trabalha durante decênios, para gozar os proveitos em sua pátria; no Amazonas, sua permanência, mesmo não demorada, exige interrupções freqüentes. No Brasil equatorial, além dos europeus, a população mestiça está sujeita a um deslocamento contínuo. Só os índios e os mestiços escuros se fixaram.

Os próprios erros da colonização denunciam o condicionamento do povoamento pelo clima. A faixa de colonização alemã se antepôs uma cinta equatorial de colônias desaparecidas, deficientemente desenvolvidas ou desviadas de sua finalidade primitiva. Em Ilhéus, sob 14º de latitude sul, na costa da Bahia, a colônia alemã foi suprimida.¹ Petrópolis, perto do Rio de Janeiro, não prosperou muito.² Leopoldina,³ em vez de colônia de pequenos agricultores, tornou-se uma colônia de plantação, com força de trabalho de côr. Do mesmo modo, ao norte do território de colonização italiana se apresenta uma cinta de tentativa de colonização fracassada.⁴

Não obstante serem de importância para a distribuição da população, também, fatores negativos de outra natureza, como as sêcas do Ceará que impõem o êxodo, o deficiente desenvolvimento econômico de muitos territórios e acontecimentos da história econômica, por exemplo, a transplantação dos negros para a mineração em Minas, há no geral um paralelismo entre espaço e raça, clima e côr, adequação colonizatória do solo e fixação, sem dúvida condicionado pelas diferenças de latitude. Fatalmente, porque assentando em alicerces brônzeos, os limites das zonas naturais de colonização não poderão ser jamais totalmente removidos pelas conquistas atuais da técnica e da higiene, nem tão pouco pelas futuras. A população brasileira, qualquer que seja sua modalidade, terá sempre uma distribuição espacial acorde com a capacidade de adaptação ao clima de suas partes; sempre se apresentarão os contrários branco no sul e escuro no norte em uma borda intermédia de tez mista.

A população branca

A população atual, em certos casos muito mestiçada e mesclada, é o resultado, ou melhor, o estágio passageiro de uma colonização de 400 anos e ainda em franco progresso. Ela começou em 1531, sob a forma de colonização estatal, em uma época em que a cobiça a princípio dominante dos tesouros tropicais havia cedido lugar à implantação decidida do poder português na terra, quando o

* Essa percentagem é manifestamente exagerada. Pelo censo de 1920, para um total de 4 592 188 habitantes, havia 829 851 estrangeiros (além de 3 858 de nacionalidade ignorada). Mesmo tendo-se em vista a grande percentagem de italianos entre esses estrangeiros, fica-se muito aquém da estimativa do autor.

¹ Lufft, l. c., II, pág. 27.*

² J. J. v. Tschudi, *Reisen durch Südamerika*, I, págs. 199 e seguintes.**

³ V. Tschudi, l. c., I, págs. 21 e seguintes.

⁴ Lufft, l. c., II, pág. 31.

* V. Brás do Amaral, *Recordações Históricas*, Porto, 1921, págs. 261-266: *A Colonização Estrangeira na Bahia*.

** A afirmação é aceitável se se considera exclusivamente o elemento germânico. Este, porém, foi reforçado por outros elementos e Petrópolis progrediu consideravelmente.

Brasil ainda virgem, pouco promissor em comparação com a Índia civilizada, subiu de valor como território, quando a abertura recente da via ocidental para as ilhas das especiarias (1520) * tornava necessária a segurança, contra os espanhóis, das costas situadas nessa via. Os primeiros imigrantes não foram, como os espanhóis na costa do Pacífico, guerreiros de aventuras, chefiados por conquistadores ambiciosos, em busca de domínio, riqueza e glória, mas lavradores, artífices, comerciantes, etc., gente que esperava encontrar no Brasil melhores condições que em sua pátria, a quem mais importava a fixação e a rápida consecução do bem estar pacífico que as conquistas de resultado incerto. Além disso, os portugueses, que, à base de suas experiências na Índia, logo se haviam revelado como os mestres da cultura e transplantação das plantas úteis tropicais, tinham reconhecido bem cedo, sem dúvida, o valor do seu descobrimento mais no solo fértil dos trópicos que os espanhóis, os quais, obstinados nas terras altas e pouco férteis dos Andes, corriam atrás do fantasma do Eldorado. Essa situação foi mais favorável a uma verdadeira colonização na América portuguesa do que na espanhola. Ela também teve por consequência que os portugueses deixaram a princípio o sul extra-tropical, semelhante à metrópole, e procuraram a região tropical — do cabo de São Roque ao Capricórnio — tão diferente do velho *habitat*, mas promissora sob o ponto de vista econômico. Enquanto os portugueses de hoje, que emigram pelos mesmos motivos, desejam em sua maioria voltar para a velha pátria, depois de longa estada, tal não se dava com os primeiros colonos. O estado ainda virgem da nova pátria, com seu clima que se fazia sentir em tôda a sua aspereza, ainda não neutralizado pela adaptação e medidas protetoras, excluiu o acompanhamento de mulheres e provocou um grande mestiçamento com a raça americana.⁵ A rapidez com que êle se operou é documentada pelo fato de, já no quarto decênio do século XVI, se terem oposto os jesuítas aos famosos mamelucos. O mestiçamento foi favorecido pela estreita convivência entre portugueses e indígenas, de cuja força de trabalho aquêles dependiam.

Com a introdução dos escravos negros (desde 1574) * fluíu o sangue negro na raça mestiça e avultou na medida em que se preferia a força de trabalho negra à indígena. Assim se originou uma nova população composta de três raças fundamentalmente diversas e misturadas em tôdas as gradações possíveis, ao contrário do Peru espanhol, onde o caráter guerreiro da colonização, o fanatismo religioso e o clima mais favorável e menos oposto à vinda de mulheres brancas separaram conquistadores e vencidos, e onde, com os crioulos, se formou uma nobreza de raça, tôda preocupada com a pureza do sangue.⁶

Esse primeiro mestiçamento em massa foi, contudo, passageiro. A entrada crescente do sangue branco da metrópole, a natural preferência às mestiças mais claras e a chegada de mulheres brancas, resultante da maior pacificação da terra e do desenvolvimento da vida urbana, impediram a progressiva absorção da raça branca pelas de côr e iniciaram um gradativo desmestiçamento, de que resultou uma considerável população "branca", que, em certos indivíduos, pelo tom mais claro da pele, pela qualidade dos cabelos, forma do rosto e lábios apresenta traços ainda indistinctíveis dos antepassados de côr. O viajante faz essa observação a cada passo. Ao mesmo resultado se chegará passando em revista as fotografias de muitos estadistas e políticos brasileiros.

Mau grado ter-se increpado aos portugueses essa fraca consciência de raça, também observável em suas outras colônias, e quaisquer que possam ser suas inconveniências reais, sua importância para o desenvolvimento colonial do Brasil não pode ser subestimada. O mestiçamento fixou os colonos e tornou-lhes possível lançar nos trópicos úmidos a pedra fundamental de um estado de tipo europeu, o único até agora.

* O autor refere-se à viagem de Magalhães, começada a 20 de setembro de 1519. Só a 6 de setembro de 1522 tem lugar a chegada a Sanlúcar dos sobreviventes da gloriosa expedição.

⁵ H. Boehmer, *Die Jesuiten. Leipzig*, 1913, pág. 106.

* Em carta a D. João III, de 14 de setembro de 1551, Nóbrega pedia "alguns escravos de Guiné", para o Colégio da Bahia. Em carta de 1552, ao Provincial de Portugal, o mesmo Nóbrega fala dos "escravos que se tomaram, dos quais um morreu logo, como morreram outros muitos, que vinham doentes do mar" (*Cartas Jesuíticas*, I, págs. 126 e 129 [ed. da Academia Brasileira]).

⁶ Na Bahia, ao invés, as famílias mais importantes afirmam com orgulho descender do casamento de um dos primeiros imigrantes portugueses com a filha de um cacique.

O mestiçagem e a adaptação ao clima não ocasionam apenas modificações físicas dos imigrantes, mas também aquelas de ordem espiritual. No caráter dos brasileiros se combinam, assim, velhas qualidades herdadas e outras adquiridas posteriormente. A vivacidade latina subsistiu, mas só se manifesta ocasionalmente e é, comumente, encoberta por um fleugmatismo estranho aos povos latinos. No proverbial "paciência", que tantas vezes põe em desêspero o europeu, êle se caracteriza tão concisa e adequadamente quanto no *time is money* a diligência americana. Êle se expressa na vida social, não raro, por uma incuria, dir-se-ia, oriental. A interferência dos dois traços opostos, que explica tantos julgamentos contraditórios, manifesta-se, entre outras cousas, em um pronunciado antagonismo entre o querer e o fazer. Em consequência, são comuns no Brasil os empreendimentos semi-acabados, nos quais os gastos não correspondem aos resultados, por exemplo, construções monumentais e inúteis, muitas vêzes não terminadas.

Esse tipo, que se seguiu ao imigrante português ainda intacto em seu ser e que se constituiu sob a influência do novo ambiente, recebe sua melhor designação com a palavra, antes tão geralmente empregada, "luso-brasileiro", que abrange os dois componentes de sua natureza. O luso-brasileiro aparece-nos em toda sua pureza no fazendeiro que vive patriarcalmente, cercado dos seus escravos domésticos e filhos que moram sob o mesmo teto com suas famílias, tal como referem os antigos viajantes e a literatura de ficção.

Vê-se, pois, que êsse tipo pertence ao passado ou apenas sobrevive. A libertação dos escravos, a transformação fundamental, econômica, política e cultural do império brasileiro, que começa na primeira metade do século passado, especialmente, porém, a renovação da população brasileira que se processa com o avultar da imigração, suplantam-no a olhos vistos.

Contingentes de sangue não português derramaram-se no Brasil já por ocasião das tentativas de conquista dos franceses e holandeses. A colônia franco-huguenote de Villegaignon, no século XVI, faz-se ainda sentir por notável mestiçamento e pela predominância de formas culturais francesas.* A colônia holandesa de Maurício de Nassau deixou em Pernambuco, ao lado de vestígios materiais, talvez também traços na população, tal como se dá em New-York, onde nomes como Vanderbilt, Roosevelt e outros evocam New-Amsterdam. No conjunto, porém, o caráter do povo foi tão pouco influenciado, em medida sensível, por êsses fracos contingentes, quanto pelos vários imigrantes estrangeiros do passado. Isto só se verificou com a imigração maciça do século XIX.

A independência do Brasil, a abertura de suas fronteiras, a remoção do isolamento colonial e a incipiente participação no comércio mundial processaram-se em uma época em que a dispersão da posse da terra, em certas partes da Europa, ainda não corrigida pela legislação agrária, havia atingido tal grau, que não era mais possível alimentar a população crescente. Excesso de população de um lado, terras virgens e carência de gente, do outro, provocaram o deslocamento da massa excedentária européia, tanto para o Novo Mundo em geral quanto para o Brasil. Destacaram-se o oeste e o sul populosos da Alemanha, aos quais se oferecia um alvo no sul temperado do Brasil. A onda de imigração alemã começa em 1820 e alcança o limite máximo depois do meado do século, quando fortalecida pelos acontecimentos políticos-sociais de 1848. Depois baixa lentamente, na medida em que a indústria ascendente da Alemanha pôde alimentar o excesso de população, e quase cessa, finalmente, na passagem do século.

O seu lugar foi, com o tempo e cada vez mais, ocupado pelos imigrantes das terras européias que, igualmente superpovoadas, pouco se industrializaram, especialmente italianos, a seguir espanhóis e portugueses, cujas relações com o Brasil nunca foram interrompidas. Esses povos dominaram entre os imigrantes, até o primeiro decênio do nosso século, de modo tal que é possível falar de uma onda de imigração latina.

Finalmente, também se apresentaram as terras de população de crescimento mais acelerado, porque menos civilizadas, de agricultura atrasada e industrialmente pouco desenvolvidas, do leste e sudeste europeus, com grupos

* O autor repete inadvertidamente Hermann Lufft: "In der Beimischung französischen Bluts und französischer Kultur in Rio lebt die alte Hugenothensiedlung noch heute fort". (*Gesch. Südamerikas*, II, pág. 48).

cada vez maiores, sobretudo eslavos, depois, elementos do labirinto racial do Oriente, turcos, árabes, sírios, judeus, etc. Como essa corrente que se alimenta em parte em países extensos e populosos será mais duradoura que a dos pequenos Estados latinos, pode-se conjecturar que em futuro próximo dominará a imigração uma onda eslavo-oriental. Os efeitos da guerra a retardarão talvez, mas não a deterão.⁷ Além dessas grandes ondas, oriundas dos grandes processos, dir-se-ia, telúricos, da geografia humana, concorre para o povoamento do Brasil atual um número apreciável de imigrantes, isolados ou em grupo, provisórios ou definitivos, que são atraídos pelas tão grandes possibilidades econômicas desta terra do futuro. Não há um só povo, participe da economia mundial, que não concorra anualmente com algumas centenas ou milhares de indivíduos, dos próprios países cheios de possibilidade do Novo Mundo, a Argentina, a Bolívia, o Uruguai e outros, vêm eles, constituindo um variegado quadro populacional.

Se a distribuição dos imigrantes pelos espaços climáticos correspondentes à sua natureza era antes deixada ao acaso, se ela foi regulada pelas experiências, acertos e erros, pela seleção natural, o Estado vê-se hoje obrigado a orientar convenientemente as dezenas de milhares de imigrantes que chegam anualmente. A esse fim serve um serviço de imigração inteligentemente delineado, que marcha de mãos dadas com o desbravamento econômico. Como suas intervenções são também inspiradas em outros fins, no desejo da maior extensão possível do povoamento branco dos trópicos, em benefício do fortalecimento da economia e do poder estatal, na preocupação de conservar a predominância do elemento brasileiro seriamente ameaçado, mediante a interdosagem máxima das nacionalidades, em fins, portanto, só limitadamente compatíveis com o primeiro e mais importante deles, também no futuro dependerá a distribuição das raças da seleção natural, podendo-se afirmar que insucessos, mesmo da colonização estatal, serão registrados.

Todos esses imigrantes, de raças tão diversas e vindos das mais variadas regiões, influem como um fermento dissolvente na população já radicada. Eles a substituirão e, em se combinando e assimilando, criarão um novo tipo brasileiro, comparável ao *yankee*, o que exigirá, em todo caso, muito tempo. Atualmente, os brasileiros tentam ainda manter sua característica, por todos os meios, e tornar-se o núcleo da nação futura. Isto se processa por meios em parte bastante violentos, por um nacionalismo assente em velhas tradições e

⁷ Em 1911, o número de imigrantes foi, segundo dados oficiais, de 135 967 (para um total de 20 642 viajantes). Em média, portanto, estabeleceram-se cada dia 373 estrangeiros no Brasil. As várias nações assim se distribuem:

Portuguêses	47 493	Argentinos	624
Espanhóis	27 141	Barbadianos	293
Italianos	22 914	Belgas	293
Russos	14 013	Americanos	275
Turcos e árabes	6 319	Gregos	250
Alemães	4 251	Holandeses	247
Austríacos	4 132	Suíços	229
Brasileiros	2 392	Uruguaios	229
Franceses	1 397	Bolivianos	163
Inglêses	1 157	Diversos	39
Suecos	1 116		

Como prova a inclusão de brasileiros, registra-se também a imigração interna. Mui provavelmente, trata-se de cearenses, que se dirigem sobretudo para a região amazônica. Além disso, incluem-se os imigrantes de estada passageira. Quanto a eles se devem fazer deduções consideráveis, principalmente em se tratando de portugueses, espanhóis e italianos. A maioria dos russos, dos austríacos de origem eslava, dos turcos e árabes fixa-se definitivamente. — O destino dos imigrantes, dos quais 99 811 se declararam agricultores, é revelado pela tabela seguinte dos portos de desembarque:

Rio de Janeiro	72 970	Rio Grande	1 150
Santos	53 067	Vitória	25
Paranaguá	78	Bahia	902
Itajaí	43	Pernambuco	802
São Francisco	308	São Luís	60
Florianópolis	76	Belém	6 086

Minas Gerais e São Paulo são então os destinos preferidos, enquanto os Estados sulinos, antes tão procurados, parecem relativamente saturados e vêm após a própria bacia amazônica. Em 1920, o nordeste tropical aparece como destino da imigração alemã (Paraíba). Trata-se de uma experiência, que o Governo Federal, dada a superabundância de candidatos à imigração, na época, julgou poder permitir.

excessivo, ao qual se deve submeter a massa dos imigrantes, por uma prevenção sistemática contra o estrangeiro, que, como o "gringo" dos vizinhos hispânicos, se considera inferior, atitude que se alinha com o nativismo dos primeiros tempos da imigração, pelo desdém da "velha Europa", cujo adiantamento econômico e cultural se intenta, pelo menos superficialmente, igualar, cuja superioridade se nega, dessa Europa que se chega a imaginar ter ultrapassado. Mas esse pseudo-nacionalismo, manifestado com tanta insistência, não pode encobrir a marcha vigorosa da metamorfose nacional. Mais importante para a conservação da velha característica brasileira é que os estrangeiros devem sofrer as mesmas adaptações ao espaço e, conseqüentemente, com o abandono dos costumes trazidos de fora, assimilar as felizes criações da colonização portuguesa, que assim constituirão um elemento essencial da nação futura.

A população de côr

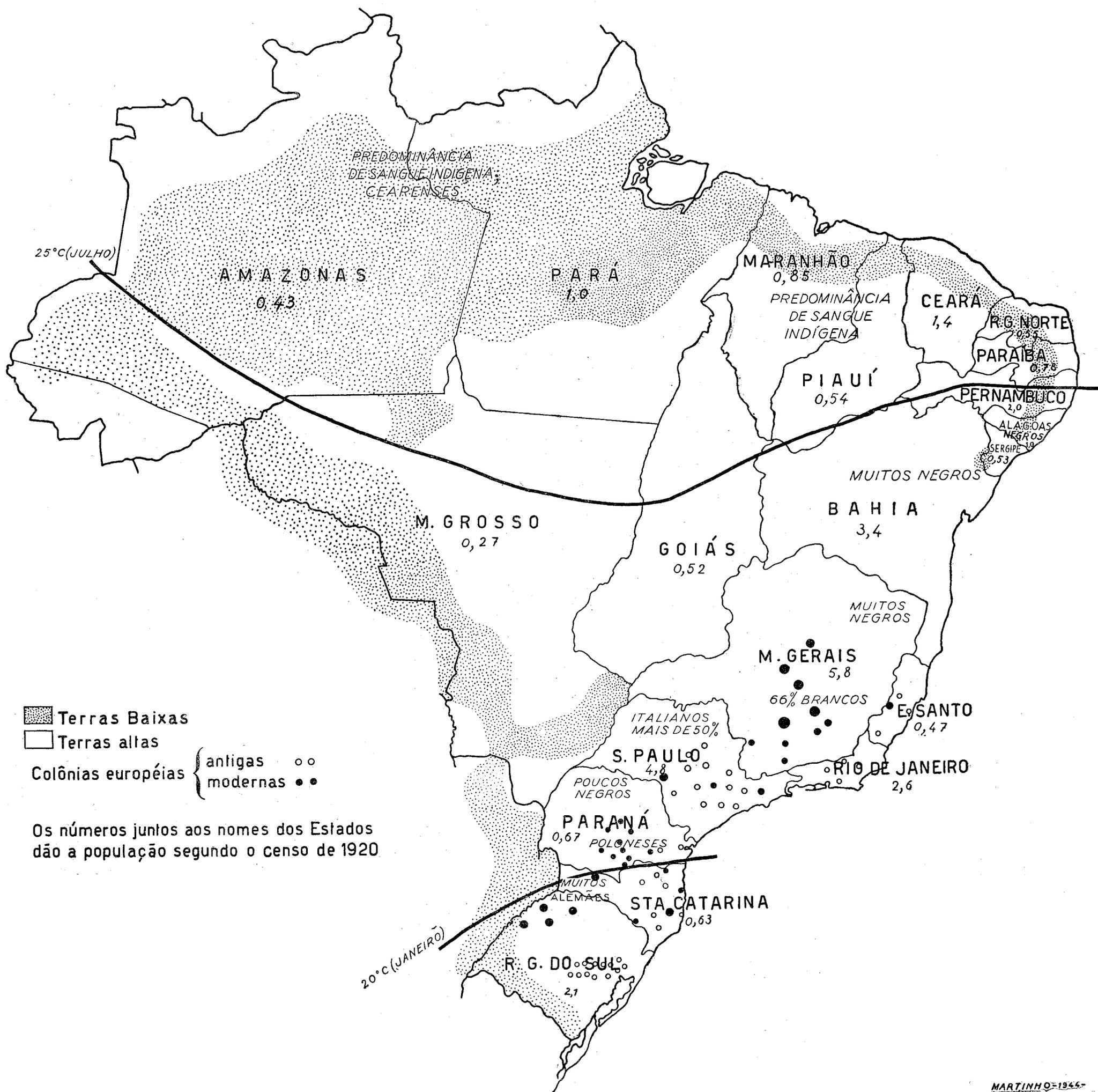
A incorporação dos indígenas na vida colonial começou pela fôrça, por caçadas de escravos, que não ficam atrás, em atrocidade, das dos árabes na África. A escravidão dos índios, que perdurou até a segunda metade do século XVIII, alastrou-se a princípio dos primeiros pontos ocupados na costa ao interior de São Paulo e ao território do Paraguai. Seguiram-se mais tarde o norte do Brasil e os territórios dos atuais Estados interiores. Bem cedo, desde 1549, começou a forma de incorporação mais suave, a missão, sobretudo a jesuítica, que abordou a bacia amazônica no século XVII e trabalhou sempre em duras lutas contra os colonos escravizadores. As caçadas de escravos e as missões, observe-se de passagem, foram cheias de conseqüências para o devassamento do país. Modernamente, o Governo Federal, mediante a criação de um serviço de proteção ao indígena, entregou-se também à tarefa de sua incorporação na vida nacional. Com a supressão dos meios dantes conhecidos, o Governo, "para a remoção de um dualismo", retira das missões ainda existentes sua incumbência e intenta fazer sedentárias as tribos encontradas nos pontos extremos da construção ferroviária. Essas três intervenções, de natureza tão diversa — para a última delas não se registam ainda resultados notáveis — deram um novo tipo à população brasileira o "índio civilizado", equiparável aos mestiços, cuja importância para o reforçamento do Estado em material humano reside em sua adaptação, que o capacita para o povoamento dos territórios inadequados à população restante, especialmente a região amazônica.

Os demais indígenas, os "índios bravos", vivem em territórios ainda não incorporados sob o ponto de vista econômico, imensas reservas naturais que, por certo, vão sendo progressivamente aproveitadas. As perspectivas desses índios não são tão lastimáveis quanto as dos seus irmãos norteamericanos. O clima, a ausência das barreiras de côr e o possibilidade de serem transformadas em índios civilizados favorecem a conservação da raça; os índios desaparecerão sob o ponto de vista etnológico, mas sobreviverão antropológicamente. Pelo que se viu, indígenas e imigrantes assimilaram-se de uma maneira que exclui uma questão de raça entre si.⁸

O mesmo não se observa com os negros, que, dada sua capacidade produtiva superior à dos índios, foram importados desde o século XVI até o XIX. No comêço dêste iniciou-se o movimento de abolição da escravidão negra, que, para tôda a América, devia ser acompanhado de forte abalo. Nimbado por um manto de filantropia, foi introduzido no Brasil pela Inglaterra, que também o apoiou enérgicamente. A partir de 1826, a Inglaterra dificultou a entrada de escravos, baseada em um tratado impôsto ao Brasil, tratado que concedia aos cruzadores britânicos o direito de busca. Em 1845, o maior rigor do controle impediu a importação, que, por isso, foi proibida por lei brasileira de 1850.* A abolição norteamericana abriu caminho à abolição brasileira. Em 1871 foi votada a lei do ventre livre, em 1888, a abolição total.

⁸ Ela desapareceu com o fim da escravidão indígena. Só o pastor semi-bárbaro do interior ainda guarda ódio ao branco, ódio que se manifesta na resistência ao poder estatal e em revoltas ocasionais.

* O bill Aberdeen (de 8 de agosto de 1845) não impediu a importação de escravos. Pelo contrário, ela aumentou, alcançando, de 1846 a 1850, a cifra de 243 496 indivíduos. A lei de 14 de outubro de 1850 foi seguida pela de 5 de junho de 1854. Em 1855 registrava-se o último desembarque de africanos no litoral brasileiro.



MARTINHO-1946-

Fig. 1 — Faixa de povoamento e população

Os isotermos separam aproximadamente as faixas de clima subtropical e temperado, tropical das terras altas e equatorial das terras baixas. A elas correspondem três faixas de povoamento, a saber: faixa em que predomina o europeu, faixa de mestiçagem em que é forte o elemento negro e aquela em que se destaca o elemento indígena. Na zona de colonização branca a escala da adaptação climática transparece na sucessão de colonos em maioria alemães e eslavos nos três Estados do sul e italianos em São Paulo. A difusão das colônias é indicativa da área de povoamento branco permanente; a existência de novas colônias em Minas mostra simultaneamente que ela é ainda capaz de expansão. No Brasil equatorial o Ceará, assolado pelas secas, fornece seu saldo demográfico aos Estados do norte, sobretudo aos dois Estados amazônicos.

NOTA — Os números ao lado dos nomes dos Estados dão a população em milhões.

Ao lado da influência já referida na formação do povo brasileiro e da sua participação na economia, de que se tratará adiante, o negro criou também uma questão de raça. Pela libertação precipitada, em que não se cuidou de adotar medidas que encarassem a nova situação, êle foi súbitamente desligado do nexo sócio-econômico em que tinha vivido. Em sua incorporação na nova vida só pôde contar com as próprias forças. Uma minoria mais capaz acomodou-se satisfatoriamente e presta, em situação de destaque, como empresários autônomos, pequenos funcionários, mesmo professores, que ensinam alunos brancos, serviço de utilidade social. A grande massa, porém, perdeu com a sujeição o gosto pelo trabalho ordenado e contenta-se com uma atividade ocasional, correspondente às suas necessidades vitais limitadas. Como, já na era colonial, negros fugidos e organizados em bandos assolaram o país — tal o caso da “República dos Palmares” — que constituiu um Estado no Estado (1630-1699) —, do mesmo modo a maioria dos libertos degradou-se em um grupo social inferior, de valor duvidoso para o Estado e, por crimes e rebeldias, ocasionou sérios transtornos (levante da armada, em grande parte constituída de homens de côr, em 1910). Êsse fato pôe em conexão com a ruptura de uma estreita convivência de séculos um afastamento que se alarga progressivamente e se contrapõe à primitiva indiferença racial. Dessarte, mormente em vista do crescimento da população em que cooperam elementos de povos com consciência de raça, tudo faz crer que o tempo fará nascer uma “questão negra” da mesma acuidade que a norteamericana.

Problemas demográficos

Com uma população⁹ de aproximadamente 25 milhões,¹⁰ o Brasil ocupa, com vantagem, o primeiro lugar entre os Estados sulamericanos, descendo, quanto à densidade, para um dos últimos. Essa desproporção entre espaço e população torna patente que o Brasil não pode fazer valer com respeito aos vizinhos, ou só o consegue com respeito aos mais fracos, a proeminência que lhe conferem a vastidão territorial e o número de habitantes. Há outro aspecto de maior significação. Dada a hodierna tendência da economia mundial de não deixar inaproveitado um único trecho útil do Globo, pela sua expansão irresistível em todos os territórios de matérias primas, nenhum Estado pode guardar duradouramente um grande patrimônio, se não o utilizar na medida correspondente às necessidades da economia mundial. Para isso são necessários homens. Se o Brasil

⁹ Deixou-se de fazer ultimamente, no recenseamento, a discriminação sob o ponto de vista racial. Assim foi estimada, em 1912, a proporção das várias raças na população total: 36% de brancos, 19% de negros, 5% de índios, 36% de mestiços.

¹⁰ Era a estimativa que se fazia anteriormente à publicação dos resultados do censo de 1920. Segundo este a população ascende a 30 553 509 habitantes, que assim se distribuem segundo os Estados (v. Pettermanns Mitt., 67, p. 69, 1921; entre parênteses, em milhares, os números do penúltimo censo, segundo o *Annuaire du Brésil Economique*. Rio de Janeiro, 1913):

Minas Gerais	5 788 837 (4 500)	Pará	992 290 (608)
São Paulo	4 823 100 (2 893)	Alagoas	990 278 (795)
Bahia	3 372 901 (2 316)	Maranhão	853 050 (698)
Rio Grande do Sul	2 138 831 (1 561)	Paraíba	785 344 (534)
Pernambuco	1 975 441 (1 326)	Paraná	674 113 (516)
Rio de Janeiro	1 501 969 (1 200)	Santa Catarina	633 462 (457)
Ceará	1 436 309 (900)	Rio Grande do Norte	552 071 (380)
Distrito Federal	1 130 080	Piauí	548 250 (407)
Sergipe	535 094 (494)	Amazonas	435 448 (392)
Goiás	528 879 (293)	Mato Grosso	274 138 (245)
Espirito Santo	479 188 (323)	Acre	104 436 (185?)

Se a população total se elevou realmente de 25 milhões (1910) ao número registrado pelo censo de 1920, tem-se, de um lado, que a capacidade de absorção de colonos, alienígenas ou nativos, é ainda muito grande e que o povoamento do país se acha ainda em um estágio de desenvolvimento ilimitado, como foi o caso dos Estados Unidos anteriormente. Por outro lado, os números indicam que o saldo de nascimentos deve ser considerável, porquanto o crescimento demográfico devido à imigração é incomparavelmente menor que o aumento total. Êle registrou nos últimos anos anteriores à guerra de 1914 a cifra anual de 90 a 140 000 e baixou muito em consequência da mesma. Na verdade, os nascimentos são numerosos na população branca dos Estados sulinos e pequena é a mortalidade. O Brasil, portanto, ainda não conhece o malfusianismo que assola os Estados civilizados da Europa e os próprios Estados Unidos. Particularizando, o aumento proporcional é tanto mais forte quanto mais jovem e menos civilizada e quanto mais próxima do equador é a unidade federativa (Rio de Janeiro 25%, São Paulo 26%, Minas Gerais 27%, Bahia 41%, Amazonas 63%, Ceará e Goiás 80% de aumento). O aumento distribui-se, assim, em consonância com as necessidades do povoamento nacional.

não estivesse em condições de cumprir essa missão, dela se encarregariam outros povos; e ele se veria despojado da disposição dos seus recursos, progressivamente, quaisquer que fôsem as aparências. O povoamento é, por isso, não só uma necessidade econômica, mas também de alta conveniência política. É o que compreendeu o Governo brasileiro, iniciando simultaneamente enérgicas medidas econômico-políticas. Elas são o objeto de um serviço especial (Serviço de Povoamento), dois ramos dos quais já foram estudados, o Serviço de Proteção aos Índios, que cuida da fonte interna da força de trabalho, o Serviço de Imigração, ao qual incumbe o recrutamento dos elementos de fora.¹¹ Examinaremos adiante sua função principal, a colonização.

A meta que se impõe o Brasil e que seu Governo tem em mira é elevar a população a um nível que equipare o país às grandes potências mundiais. O primeiro pressuposto desse desígnio, a existência de uma superfície colonizável suficientemente grande, apresenta-se satisfatoriamente: o espaço adequado ao povoamento branco abrange, calculado cautelosamente, o dôbro da superfície da nação alemã, enquanto aquêle colonizável por uma população mestiçada é muito maior. Resta ainda decidir se o planalto tropical não se prestará para o povoamento, em escala considerável, com elementos brancos. Quanto ao segundo pressuposto, a proporção do crescimento demográfico, o Brasil tem duas vantagens perante os grandes Estados: a corrente migratória e o não ter ainda sido tocado pela diminuição dos nascimentos, conjugada com o avultar da civilização e de efeitos deploráveis para os Estados que dela sofrem. O rápido aumento da população não requer, contudo, apenas espaço e povoadores, senão também meios consideráveis para a preparação do solo virgem e auxílio às jovens colônias. A deficiente satisfação dessa terceira necessidade constituiu até hoje o ponto fraco da política colonizatória brasileira e foi a causa de insucessos da colonização e de desilusões dos imigrantes. A remoção desse obstáculo depende do fortalecimento da situação financeira, no fundo, portanto, do desenvolvimento econômico.

Em face da instabilidade desse fator e da imperfeição dos dados estatísticos, de sua análise dificultada pelo concurso das duas fontes do crescimento demográfico, o excesso de nascimentos e a imigração, e da relativa novidade da política demográfica consciente começada em 1909, é cedo para tirar conclusões referentes ao movimento futuro da população e fazer um prognóstico sobre a posição do Brasil entre as grandes potências populosas. De qualquer modo, o exemplo norteamericano ensina que o povoamento de grandes espaços, dentro de um período dado, é possível, e que o desígnio da política demográfica brasileira é exequível.

¹¹ Relatório do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Pedro de Toledo ao Presidente no ano de 1912; reproduzido no *Annuaire du Brésil Economique*, Rio de Janeiro, 1913.

Resenha e Opiniões

Estudo do meio, base do ensino da geografia

Há pelo menos um ponto sobre o qual pedagogos e psicólogos, teóricos e práticos da escola moderna concordam: o de basear o ensino da geografia na observação direta do meio local.

A idéia de utilizar no ensino os recursos que o meio oferece não é de certo nova. Pôsto que “nada há na inteligência que não tenha entrado pelos sentidos”, como se repete desde Aristóteles e São Tomás, a pedagogia sã concluiu, há muito tempo já, que é necessário “pôr a criança em contacto direto e pessoal com a natureza”, penetrá-la do concreto *que a cerca* antes de abordar o abstrato, e proceder do conhecido ao desconhecido.

A opinião dos teóricos

No entanto, foram os educadores de nossa época que, à luz da psicologia experimental, fizeram do estudo do meio um princípio básico da pedagogia moderna. “O quadro, ao mesmo tempo, o mais rico e o mais verdadeiro, o mais variado e também o mais equilibrado, escreve o Dr. Décolry, é o oferecido pela natureza tal qual ela é ou tal qual o homem a entende para responder às suas necessidades e aos seus gostos”. É também o estudo do meio que preconiza, o grande pioneiro da escola ativa: Dr. Ferrière, quando aconselha que “as crianças vivam no seio da realidade visível e palpável, que sua ação alcance esta realidade e que sua experiência nela se alimente” — “É a ela que fazem apêlo, apesar de orientarem diversamente seus métodos, além dêsses: o professor Pettersen d'Iena, o austriaco Otto Glockel, a inglesa Mabel Barker, vulgarizadora das idéias de Le Play, Geddes e Demolins, os americanos Washburne e Dewey, os italianos Lombardo-Radice e Brizio Casciola, os franceses Blanguemon e Cou-sinet.

Nos seus admiráveis ensaios de metodologia nova, o Irmão Léon, professor de pedagogia na Escola Normal dos Irmãos Maristas de Arlon, Bélgica, não concebe de outra maneira a iniciação

geográfica: “Para que a geografia produza efeitos benfazejos, ela deve ser uma ciência que a criança adquira por seu próprio esforço; ela deve partir do conhecido, do realmente visto e sentido, de sua esfera pessoal de pensamentos e sentimentos, para chegar ao mais longínquo e ao mais abstrato. Qualquer que seja o meio onde decorre a existência infantil, êle apresenta fenômenos geográficos, que podem constituir um sólido ponto de apoio para os desenvolvimentos posteriores: “Deve-se portanto colocar os alunos em face dos fatos que testemunham cotidianamente: a estrada que sobe, a água que corre, a rocha que se cava, o vento que sopra, o sol que se levanta ou se deita”... etc.

Todos os reformadores do ensino, de Comênio até Rousseau, Pestalozzi e Mme. Montessori exprimiram opiniões semelhantes à de M. R. Ozouf, diretor da Escola Normal, que assim as resume: “Partir do fato e não da definição; construir sobre coisas e não sobre palavras; transformar toda noção em uma visão clara; tornar a criança o ator de sua própria educação. Ninguém contesta que o conhecimento deve penetrar nos espíritos pelo *caminho dos sentidos*, que são as coisas “sentidas e percebidas” que devem introduzir as palavras, que a inteligência do universo dos homens começa pela inteligência do mundo da criança”. Mr. Ross exprime-se da mesma forma no seu tratado de pedagogia: “A geografia é uma ciência de observação (...) É necessário, portanto, romper impiedosamente com a rotina das definições abstratas, das enumerações áridas e das recitações verbais. Pedir-se-á mais à natureza que ao livro (...) As primeiras lições serão dadas o mais possível no exterior”.

Estas provas que poderiam ser multiplicadas, tendem a demonstrar o caminho que tomou a moderna pedagogia: colocar-se ao nível do aluno fazendo de sua esfera de atividade e de interesse, *do seu meio*, o ponto de partida de toda a formação. “Nada de sentidos, nada de idéias, nada de observações reais, nada de verdadeiros conhecimentos!” Aí está em suma uma conclusãe que decorre da tese tomista e que se alastra por todo o mundo pedagógico.

A opinião dos práticos

Mas este princípio aplicado à geografia transpõe realmente do domínio da concepção teórica dos pedagogos?, perguntar-se-á. Os práticos, os especialistas do ensino da geografia o aprovam sem reserva?

Aqui ainda, os testemunhos se acumulam. É necessário escolher. M. Raoul Blanchard, quererá dizer outra coisa, quando afirma, pilheriando, que a "geografia se aprende com os pés?" Seu mestre Vidal de La Blache e, poder-se-ia dizer, o mestre de todos os geógrafos da escola francesa, pensaria de outra maneira quando escrevia, no começo do século, que é "o estudo do meio local, sem cessar vivificado e retificado pela observação, que deve servir ao mestre para inculcar aos alunos a idéia do encadeamento e da repercussão recíproca dos fatos"; o geógrafo Paul Dupuy, exprimiu-se de outra maneira? "A geografia local, sempre que as condições encontradas permitem fazer um exercício de observação direta, deveria ser a alma dos estudos de geografia". Na sua obra sobre *O Ensino da Geografia*, M. J. Cressot, por sua vez, insiste no fato de que o domínio da iniciação geográfica, é o recanto da terra onde a criança vive, onde ela respira, onde passeia seus olhos e suas pernas... A visão e o estudo direto do solo e do céu natal, dos homens que aí trabalham, só isso pode dar às crianças conhecimentos que não sejam verbais, e é este sentido das relações entre os fatos que é o princípio da ciência geográfica. Todo o resto, geografia da França, e do mundo, se aprende em seguida por comparação". Pierre Defontaine acha, de seu lado, que depois de ensinar às crianças a se orientarem, será necessário estudar "os fatos observáveis na vizinhança da escola, a casa que está do outro lado da rua, ao norte ou ao sul, depois com o auxílio de mapas, a cidade grande, os campos, etc... que se estendem além. Assim se atingirá os limites do França". M. Albert Demangeon que era, no momento de sua morte, ainda recente, professor da Sorbonne, diversas vezes exprimiu esta mesma idéia em termos diferentes: "O melhor estudo regional, escreve ele, é o da terra natal, do *patelin*. Esta pedagogia por regiões e por províncias, que se recomenda para o ensino da história, é propriamente falando, a pedagogia geográfica. Partir do conhecimento do seu pequeno rincão para me-

lhor atingir o dos outros países, é o caminho natural. Para ensinar a geografia da França, seria melhor começar por lições locais em lugar de lições gerais".

A aplicação do princípio na Bélgica e na França

Proposta pelos pedagogos, adotada pelos geógrafos e os universitários, o estudo sistemático do meio penetrou pouco a pouco no ensino secundário e primário na França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e mesmo em certas províncias canadenses.

A escola belga já partilha totalmente desta idéia. Provam isso, a circular ministerial de 15 de junho de 1935, e o plano de estudos primários, pôsto em vigor pelo decreto de 13 de maio de 1936. Eis como M. E. Breuillard, professor, termina seus comentários sobre essas instruções oficiais: "Em conclusão, o novo Plano de Estudos Primários toma constantemente como ponto de partida o estudo do meio". Eis como o próprio ministro se exprime na sua circular: "A fim de conservar no ensino primário o caráter concreto e coerente, que deve ser o seu, achamos que as lições de geografia, de história e de ciências naturais podem ser de algum modo confundidas numa só e única rubrica: exercícios de observação. — No curso dos quatro primeiros anos de estudos, estes exercícios bem conduzidos fornecerão uma bagagem de conhecimentos, os colocarão em contacto direto com o mundo exterior e desenvolverão seu espírito de observação e pesquisa. O meio direto, ao qual a criança se interessa e que a solicita de todos os lados, fornecerá a matéria de todo este ensino. A escolha da matéria não terá nada de absoluto e o programa dos exercícios de observação será estabelecido em função do meio e das circunstâncias... A observação das coisas no meio ambiente enriquecerá a experiência da criança e fornecerá a ocasião de lhe ensinar a exprimir seu pensamento".

Na França, dominou concepção semelhante, como se pode ver pelas instruções, programas oficiais e por comentários feitos por M. A. J. C. Bertrand, inspetor de escola primária: "No curso *elementar*, a necessidade de apoiar o ensino sobre a observação do meio, conduz a uma divisão adaptada a cada região... No curso *médio*, o ensino começará por uma revisão detalhada do

meio local. O horizonte será em seguida ampliado até a região natural onde se localiza a escola. Depois passar-se-á às regiões vizinhas, terminando o estudo da França pelas regiões mais afastadas da escola"... No 1.º ano do curso superior estuda-se a França metropolitana e colonial, assim como as principais regiões do Globo. Mas na *classe do fim dos estudos primários*..., o ensino geográfico escolhe deliberadamente para eixo o meio onde vive a criança. Esta aprende "a considerar vastos conjuntos" tomando "como ponto de partida as necessidades particulares, as atividades especiais" do meio circundante. Ela estuda, por outro lado, sua própria região, à luz de conhecimentos científicos adquiridos durante sua escolaridade. Cada escola deverá pois tirar dos textos oficiais um programa adaptado a seu quadro regional, e, em seguida, organizado segundo as atividades econômicas deste quadro: pequenos camponeses se interessarão sobretudo pelos produtos alimentícios enquanto seus camaradas citadinos partirão da indústria ou das indústrias que animam sua cidade..."

Noutros países

Este estudo do meio, da "nossa casa", das escolas francesas e belgas não é outro que o *Heimat* da escola alemã onde o ensino do país natal (*Heimatskundeunterricht*) ocupa desde muito tempo um lugar proeminente; não é outra coisa que o *Regional Survey* dos ingleses, do qual Mlle. Mabel Barker se fez, depois de algumas outras, a zeladora na Grã-Bretanha, e que tem por objeto colocar "as crianças em relações estreitas e permanentes com todos os elementos do meio geográfico no qual elas vivem"; não é outro senão o *Environment* dos americanos que se fez observar nas escolas dos Estados Unidos pelos "out-of-schools contacts"; não é outro senão o *Home Geography first* das escolas de Ontário.

Em nossa Província

M. Benoît Brouillette, professor de geografia na Escola de Altos Estudos Comerciais, diversas vezes exprimiu, em nossa Província, opinião semelhante: "É na observação direta que deve repousar o ensino geográfico (...) Para aplicar este método, o ideal seria aprender toda a geografia em face das realidades. Deve-se tender a este ideal pela organização da classe-passeio (...) É com este propósito que eu insisto na observação

direta (.....) Acho que de todas as ciências à base de observação, a geografia é a mais fecunda, pois ela só faz a criança notar as coisas familiares que freqüentemente passam despercebidas".

O diretor da Escola de Altos Estudos Comerciais, M. Esdras Minville, compreendeu tão bem a importância prática, quanto a pedagógica do conhecimento do meio, que julgou a propósito apresentar, no curso dos quatro últimos anos, séries de conferências públicas sob o nome geral: "Nosso meio". Também outros universitários da Província de Quebec manifestaram de uma maneira tangível todo o interesse que revela o estudo do meio. Nós pensamos neste momento em M. Edouard Montpetit, e em seus discípulos, do trabalho particularmente fecundo que dirige o Irmão Marie-Victoire e seus colaboradores, tais como M. Jacques Rousseau, do Instituto Botânico da Universidade de Montreal, Rev. Léo Monin, diretor do Instituto de Geologia da Universidade de Montreal e em muitos outros. Mas esta *idéia mestra* do estudo do meio não parece ter penetrado sistematicamente no ensino secundário e primário. Esta "propagação em cascata de degrau em degrau do ensino, da Faculdade à escola da vila", de que falava M. A. Demangeon a respeito da evolução dos estudos geográficos na França, não se produziu ainda entre nós de uma maneira geral. As instruções oficiais só fazem alusões vagas, incidentalmente, à importância da observação local, e os práticos, salvo exceções, não parecem ter compreendido o preenchimento dessa lacuna.

Se nós insistimos sobre o interesse que representa o estudo do meio, e multiplicamos as provas, é que nós consideramos, conforme tantos outros, que aí se encontra o ponto de partida de toda a metodologia geográfica. — PIERRE DAGENAIS (Traduzido do "Bulletin des Sociétés de Géographie de Québec et de Montreal". Vol. III — ns. 5 e 6, maio-junho de 1944).

★

Cidade e hinterlândia. Zoneamento de povoadores da Amazônia

Um século de vida à moda de caranguejos, arranhando as costas brasileiras, não serviu de lição aos aspectos da nova experiência portuguesa do século XVII, desta vez na melhor terra do mundo, no dizer clássico de Simão

Estácio da Silveira. Formou-se na Amazônia uma sociedade sem consciência econômica, descontrolada nos processos de vida sempre atrás do mais fácil para fazer sua estabilidade. Nada de agrícola nem de pastoril, tampouco de sistema industrial. O que se definiu, de logo, para os novos colonizadores do vale foi o aproveitamento comercial de tudo quanto ali se achava em pé de render. Usufrutuários das novas terras, não tentaram realizar obras sem resultados eficazes, imediatos. Seguiram, sim, o regime da apropriação naturalista, cortando madeiras, colhendo cacau, cravo, salsa, baunilha, urucu, breu, estôpa, as originais drogas do sertão, como eram conhecidas. Extraíam os óleos, as resinas aromáticas, as raízes medicinais. Utilizavam aquilo que a natureza lhes entregava, farta, dadivosamente.

Só o sertão fornecia as drogas. Em resultado disso ninguém se emperrava nas cidades, e não foram poucos os colonos que daí se largaram pelo centro das terras, marchando para oeste, em tarefas que sensacionalizaram os primeiros momentos da nossa formação. Trocavam uma vida simples, estável, por outra vida de movimentos e choques, onde a coragem precisava ser posta de frente.

Quase nenhum cronista teve a lembrança de fixar esse fenômeno de desagregação das nossas cidades, corolário lógico das aventuras do sertão, muito em voga no espírito daquelas sociedades inquietas. Importa acentuar, embora, que sem criarmos de princípio uma aristocracia do interior, fixada em domínios como aquêles que fizeram um nordeste enfeudado, alcançamos, desde o século XVIII, uns aspectos curiosíssimos dessa luta entre a cidade e a hinterlândia, a última imprimindo melhor, com mais rigor, os caracteres de movimento e instabilidade que se impuseram como credenciais definitivas nos nossos processos de existência colonial.

Belém que, durante largos períodos foi o núcleo mais progressista da região, sofreu bastante com esse quadro de dispersão. Talvez tenha bases nisso aquela fisionomia pobre com que a retratam os cronistas das nossas primeiras direções de existência política. Em 1653, ao tempo da chegada de Antônio Vieira, apresentava um aspecto de burgozinho acanhado, simples arraial de gente desorganizada, gente ociosa, sem ideal de trabalho e vivendo em estado de eterna insubordinação. Existia apenas como centro das ambições insaciáveis que dali se estendiam, à cata de ri-

quezas. Ruas lamacentas e estreitas, casas de barro e cobertura de palha, sem nenhum alinhamento, mostravam que o povo ia vivendo levado pela desorganização do cenário. Faltava a esse embrião social aquêlê ar faustoso, arejado, ou pelo menos aquela obra mais acabada doutras cidades nascentes do então Estado do Brasil, e isso se justifica pelo desinteresse do povo a tôda idéia de estabilização urbana. Propriedade imóvel jamais se irmanou com ânsia de expansão e aventuras. Num tempo em que uma sobrevive, a outra, necessariamente, tem de fracassar. Porque uma é sedentarismo, a outra é movimento.

A população branca do burgo, quando em 1734 se fêz um censo jesuítico, mal chegava a cem famílias, a viver penúria extrema. É da Câmara de Belém, nesse ano, a pregação: "Está este povo e os moradores em estado o mais miserável, que se pode considerar: razão porque alguns nobres, conquistadores e povoadores, que derramarão seu sangue, e têm gasto as suas vidas, e fazendas, em serviço de Sua Magestade, e ajudado a conquistar esta conquista, não trazem seus filhos, e família a esta cidade, por não terem remeiros, que lhe comboiem, e remem as canoas, para virem a ella, sendo cousa fallível, e incerta a navegação por mar; a qual não se pode conseguir sem escravos, tanto que para esta festa passada do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, não vierão a esta cidade as familias de alguns nobres, por causa de suas filhas donzellas, não terem que vestir para ouvir missa, nem seos paes possuem cabedaes para o comprarem. É tão grande a miseria com que se vive nesta cidade, que todos, até os mais principaes da terra, andão vestidos de panno de algodão grosso tinto de preto, e muitos, com o que compram por preço valor excessivo, como é a 300 reis a vara sendo que nos annos passados não valia mais que 100 reis"¹

Tal era a cidade, pobretona, acanhada. Casas de pouquíssimo conforto e nenhum adorno artistico. Gente muito pouca a maioria índios que se deixavam localizar entre os missionários. Nada de mulheres louças e custosas. Nada de ornatos caros, chamalotes, veludos e sêdas, ou de festas e banquetes fazendo da vida novo paraíso, da descrição clássica de Fernão Cardim.

¹ Documento pub. por Melo Moraes em sua *História dos Jesuitas*, tomo I, Rio, 1872.

Na Amazônia a pobreza de todos, e das mulheres principalmente, se acentuava em côres fortes.

Os colonos chegavam parcamente, atraídos pela liberalidade da Côrte e pela literatice louvaminheira e colorida de Simão Estácio da Silveira, André Pereira, Manuel de Sousa d'Eça, frei Crisóstvão de Lisboa, Gaspar de Sousa, Maurício de Heriarte e outros vários, que riscavam a região ao sabor de exaltado entusiasmo. A quantidade maior de povoadores provinha de soldados, que se desligavam dos corpos de tropa na esperança de enriquecer com os frutos do sertão. Degredados, negros, suíços, até ciganos, representavam-se nesse esforço de aumento demográfico.

Na época de que fala o documento antes citado, quase em metade do século XVIII, a população classificada do burgo mais a das redondezas, não havia atingido a um número elevado. A emigração de casais só depois iria começar. Sem contar índios e pretos a estatística personaliza mil almas, a maioria desaclimatada, enfraquecida por lutas íntimas e sobretudo obediente, turibularia da paisagem em que vivia. Mil almas como aquelas que encontrou Buarque de Holanda no resto do Brasil colonial: ociosas, cultuando uma invencível antipatia ao trabalho e a tôda atividade que exigisse emprêgo de esforço. Mil almas como aquelas outras da visão de Paulo Prado: amando a preguiça e servidas de um poder sensual irrefreado.

Ao fidalgo inabordável, ao rude campônio, ao simples artífice, principalmente ao homem de armas, que ali viviam, a religião do trabalho indistintamente foi planta exótica. Com o batismo dos mundos amazônicos parecia nascer, nas gentes lá da outra banda atlântica, a preocupação de largos proventos, de enriquecimento fácil. A lei do menor esforço sempre foi aplicada, jamais perdeu o rigor de norma na experimentação lusitana. *He verdade que neste paiz, com ser mui geral a ignorancia, a preguiça inda he mais poderosa*, falava em carta, para a Côrte, o governador Sousa Coutinho.²

Mas, não se veja tudo isso com maus olhos. O processo do colonizador espanhol também foi o mesmo. A psicologia da sociedade ibérica desprestigiava as instituições do trabalho, via virtudes morais na contemplação, no êxtase, no afastamento das batalhas fi-

sicas. Para a compreensão do tempo, possivelmente as ações e reações humanas, aquelas que agissem derredor de qualquer atividade feita trabalho material, tiravam a dignidade. Prejudicavam, aviltavam³. Eis como se explica o fato, por demais anotado nas crônicas de antanho, da estima do branco pela indolência.

Não havia casa de boas posses que não estivesse guardada ciosamente num círculo familiar, o branco chefe de núcleo amparado no trabalho de seus fâmulos, fôsem índios ou pretos. Nas mais abastadas crescia o círculo em atenção ao maior número de escravos, assumindo o serviço uma divisão proporcional. Com os cametaoaras, exemplares pálidos da nobreza olindense, viviam os maiores régulos da sociedade nascentes, alguns até, como os Pantouja e Moraes Bittencourt, que tinham casas com centenas de pessoas, num mundo de produção própria.

Aqui não se vive em comum, mas em particular, — escreveria José da Serra ao cardeal Mota — sendo a casa de cada habitante, ou de cada *regulo destes uma republica, porque cada hum tem nella todos os officios que compõem aquella*⁴. Sem serem dispersas, e ao contrário, apertados num ambiente que territorialmente pouco se estendia, os domínios urbanos da época imitavam ilhas isoladas, cuja vida, feita de si mesmo e para si mesmo, mantinha-se particularíssima, alheia daqueles sintomas de solidariedade que são alma e espelho dos regulares ajuntamentos sociais.

Deixar a cidade, que nada de imediatamente lucrativo poderia proporcionar, trocá-la pela hinterlândia, subir os dois rumos de oeste, era o mesmo que fazer fortuna. Nessa orientação psicológica exuberantemente aventureira, sobravam aquelas atitudes de desordem chafurdante, de instabilidade e dissolução, que se originavam e adquiriam estímulo nos imperativos antropogeográficos do exercício colonizador. Homens que não se aquietavam e tinham o mal das correrias, jamais poderiam dar

² Correspondência de D. Francisco de Sousa Coutinho com a Metrópole. Em *A Política de Portugal no Vale Amazônico*, ob. cit...

³ Na Amazônia, tão grande era a desonra para aqueles que trabalhavam em ofícios que em 1731, quando um homem que foi ferreiro público e ainda tem em sua casa tenda aberta tentou entrar para a Comp. de Ordenanças, o protesto foi geral e chegou até as mãos do rei. Ver *Anais de Bibl. e Arq. Público do Pará*, tomo III.

⁴ Publ. por Melo Moraes em *Corografia Histórica*, tomo I, Rio, s/data.

outro sentido e estrutura ao sistema original que constituía sua ação no vale. Muito movimento expandiu-lhes as atitudes, e até hoje essa herança pesa sobre nós. Econômicamente submissos às riquezas espontâneas da floresta e do rio, penetraram, exerceram atividades de colheita em pontos centrais do território, sem todavia ligar-se pelo sedentarismo às zonas desgastadas. Por efeito mesmo dos seus rumos primitivos de exploração, abarcaram uma área esgotante do sertão, sem ocupá-la, até hoje, sob traços de continuidade. Dispersavam-se, em arrancos bruscos, gerando pelo interior uma sociedade mestiça linear e rala, que só adquiria estrutura nas orlas fluviais e apenas em atenção às estradas líquidas não permanecia sob zonas estanques, inflexivelmente isoladas na paisagem matagosa e difícil.

Até meados do século XVIII a Metrópole não instituíra, nem para a cidade nem para a hinterlândia, um severo plano de trabalhos. Do particular também não se esperasse realizações, que êle, como já fiz sentir, marcava sua vida num sistema profundamente móvel. A atividade mais forte e eficiente, de aproveitamento da terra e valorização do homem, provinha dos missionários, espalhados pelo sertão a fazer uma imensa obra de catequese. Belém, quando recebeu Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mano do celeberrimo Pombal, em nada havia progredido. Documento com a sua linguagem, espantado daquilo que enxergava: Esta cidade, quando eu a ella cheguey, não fazia mais differença das Aldéas do matto, que ser povoada com mayor numero de moradores e a esta proporçam ter mais hum par de casas, porem na construcção dellas nem semelhança tinha de cidade civil⁵.

Na hinterlândia, também, quase só os religiosos assinalavam marcos legítimos de civilização e povoamento, aldeando os nativos, esclarecendo-lhes mais justos destinos de existência, prendendo-os à terra, ensinando-lhes o trabalho sob aquelas diretivas psicológicas que fundamentam a moral cristã. Não dera resultados satisfatórios a instituição da propriedade territorial, pelas sesmarias, com que o govêrno pensou fixar o homem no Marajó, no Xingu, cabo Norte e Tocantins. As fortalezas,

os pousos militares guardando zonas estratégicas, principalmente as de fronteiras, pouca importância ainda possuíam e só daí há décadas iriam aparecer como força de estabilização humana e coadjuvante social. Evidentemente, afora o religioso que pisara e permanecera no sertão, nos estuários, nos manadeiros, pelos paranás e lagos distantes, em meio da selva, fazendo como o índio uma civilização diferente e iniciando, desde então, a nossa longa e ininterrupta posse em muitos recessos territoriais, afora as suas obras de fixação humana nada mais constituía página impressionante de povoamento.

Tudo isso saltou aos olhos de Mendonça Furtado. Fácil, logo, lhe foi conquistar, para a Amazónia, uma legislação abundante e equilibrada, com planos e instruções que definiam um forte anseio de refinamento colonizador. Novos órgãos políticos vieram alargar capacidades funcionais. A carta-régia de 3 de março de 1755 deu vida à Capitania de São José do Rio Negro, em obediência aos imperativos de garantir o alto sertão. As antigas missões transformaram-se em vilas e povoados. Surgiu o Diretório, rebento pombalino, como traço de transição para a completa liberdade e aproveitamento social dos índios. Foi tentada a delimitação das fronteiras com a Espanha. Portugal encheu-se de atenção pela sua colônia americana. Introduziu a moeda, regulou preços, disciplinou produções, incentivou o aproveitamento e a efetiva ocupação das terras, deu garantias, localizou o homem nalguns pontos.

Não podia ser esquecido o fundamental problema do povoamento. Soldados, degredados, casais de ilhéus e açorianos, homens do Douro, de Alentejo, Algarves, Minho, Mazagão, Trás-os-Montes, suíços, ciganos, pouco a pouco chegaram para a conquista humana da Amazónia. Rematando as vontades da Metrópole o clima tropical, morno, as seduçções da índia nua, as imposições do sexo e a ausência de mulheres brancas, avivavam o natural erotismo do luso e concorriam para uma intensa aproximação físico-sexual das raças que chegavam e as nativas. Soldados da tropa, rebotalhos das galés metropolitanas, aventureiros à cata de riquezas, homens bons e maus, democraticamente nivelados pelas mesmas necessidades e aspirações, começavam os primeiros amores, a que a posse fácil da mulher índia lhes excitava e as ordens da Côte os conduziam.

⁵ Carta de Mendonça Furtado para a Metrópole, datada de 21 de fevereiro de 1759, publicada nos *Anais da Bibl e Arq. do Pará*, tomo VIII.

Erguiam-se as raízes da paisagem humana e o próprio espírito social da Amazônia. Aliás, os cronistas não fixaram bem a fisionomia dessa sociedade nascente. Muito das suas origens, contornos, particularidades, só a custo poderá vir à tona. Não se disse ainda, por exemplo, se os zelos do homem pela mulher eram grandes como noutras partes brasileiras, onde até na sala das igrejas havia a separação de sexos. Naturalmente para as mulheres brancas, que se contavam a dedo, não podiam existir facilidades democráticas. Ninguém se aventurou a analisar também o regime alimentar que ali vigorava, a higiene nas relações de família e sexo, o mundanismo como predisposição religiosa, a arte e o sentimento de nacionalidade. Parece que a família desenvolvia-se sob bases pobres, sendo raríssimos aquêles tipos aristocráticos patriarcais, descobertos em Cameté por frei João de São José, com casas magníficas, adornadas no estilo da Córte, com cadeiras de veludo, cortinas de damasco, papelheiros, cômodas e cantoneiras com serviço de baixela e porcelana e tudo com grande asseio.⁶

Fortalezas, postos, destacamentos militares, até presídios, ocupando certos lugares estratégicos e zelando pelos nossos interesses de fronteiras, nucleavam soldados, e estes por sua vez, sem formalidades casamenteiras quase sempre, já davam início à formação de famílias com a mulher indígena. Levantavam suas barracas, plantavam suas roças, num principiar de aproveitamento da terra e humanização da paisagem pelo sedentarismo da morada e da agricultura. Cresciam vagarosamente de importância demográfica, dando margem à formação, nalgumas vèzes, de povoações perdidas sob as matas, onde a vida corria singela, em estreita dependência do rio e numa profunda ignorância do mundo longínquo. Óbidos, Santarém, Almeirim, Salinas, Macapá, Manaus, São Gabriel, Tabatinga, resultaram desse estímulo que os canhões proporcionavam à estabilidade e ao adensamento das populações.

Das antigas aldeias indígenas, que Mendonça Furtado fizera transformar em vilas e povoados secundários distribuídas ainda indecissamente pelos rios de baixada e rios de manadeiro, algumas já fixas, outras todavia em errante

odisséia, originavam-se outras zonas de povoamento cujos sintomas de evolução prosseguiam, principalmente aquelas situadas no Negro, Madeira, Solimões, baixo Amazonas e na região do estuário, onde as facilidades de navegação, combinadas à abundância dos produtos de comércio, importavam nos mais fortes laços de amizade do homem pela terra. Acará, Soure, Viseu, Portel, Lugar de Aveiro, Pôrto de Moz, São Francisco Xavier, Altamira, Monte Alegre, Alenquer, Faro, Itaituba, Borba, Itarendaua, Serpa, Silves, Alvelos, Ega, Tomar, Carvoeiro, Olivença, espalhadas pelos cursos fluviais inscreviam-se como páginas mais fortes de fixidez e concentração humana. Uma igreja tósca, casas que se arruam às beiradas fluviais, uma população escurecida pela mestiçagem lógica e trazendo costumes acomodados à vida nômade do canoeiro, eram a imagem bucólica desse povoamento de antanho, secularmente afastado de nós mas até hoje mantido sob vocações idênticas, no fundo como na forma. Ali as indústrias oficiais tomavam ares significativos. A política da economia dirigida, com que Portugal cercava sua colônia ultramarina, deu eficaz contribuição para fixar o homem em certas zonas. Pesqueiros reais, feitorias de manipulação das manteigas, fábricas de cordoalha, de telhas e féculas, de anil, ribeiras, roças, engenhos de aguardente, plantações de cacau, foram mais marcos dessa cimentação do homem ao solo. Principalmente a criação, a pecuária iniciada no Marajó, baixo Amazonas e Rio Branco, conseguiu desenvolver um sentido maior de sedentarismo, por força mesmo dos seus processos de trabalho.

Quando alcançamos a maioria política os passos do povoamento haviam atingido raias bem bojudas. No labirinto do Marajó, no Tocantins, Xingu, Tapajós, Araguaia, Trombetas, Japurá, Madeira, Negro, Branco, Japurá, Solimões, Içá, Javari, noutros cursos menores dos tantos que se entrosam na bacia amazônica, assinalavam-se os grandes e os pequenos ajuntamentos humanos, origens longínquas das nossas cidades e povoados atuais. Um mapa da Amazônia que se elaborasse ao tempo, propositadamente atrás de indicar os esforços humanos tingindo os horizontes geográficos, mostrar-nos-ia o homem ainda sob os estímulos da exploração rudimentar, da economia destrutiva, por isso mesmo, em grande número, sem instalar pousadas definitivas, e antes, peregrinando continua-

⁶ *Viagens e visitas ao sertão em o bispado do Grão Pará, em 1763. Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, tomo IX.*

mente, conforme o aceno das suas necessidades de existência fácil. Não obstante isso, constatar-se-ia um traçado de zoneamento antropogeográfico, de certo sem linhas conjugadas e como simples pontos intercalados de aglomeração humana, entorpecidos uns, retrogradados outros, poucos progressistas, aqui e ali subordinados a razões particulares de vida, tanto de vaqueiro como de pescador, de colhedor da riqueza vegetal, agricultor, comerciante. Somente intermediando o Madeira e o Javari, nas regiões do Juruá, Purus e Acre, espalhavam-se vastidões sem povoamento, "tierras no descubiertas," segundo assinalavam as cartas bolivianas.

☆

Território vasto e em formação, endurecido pela sua cumulante seqüência de perturbações geográficas, médicas, climáticas, que deformam e amesquinham a vida humana, a Amazônia tem demorado séculos nessa enorme desproporção dos dois complexos, — o da terra e o do homem — até hoje absurdamente desiguais, não obstante a história triste dos nossos sacrifícios de morte, de longuíssima data insistentemente derramados através do quinhão de sangue índio, português, negro, caboclo, nordestino. Exagera-se-lhe, em consequência disso, o poder dos atributos e o tônus da empolgância panorâmica e dramática, sentenciadores inexoráveis das incapacidades humanas e das desorientações de governo. Assinala-se-lhe, porém, desde os dias de colônia, a soma das grandezas que a podem definir, economicamente, à custa exclusiva da aplicação e do aparelhamento material e técnico de seu contingente humano.

Não é de hoje que se interpreta a Amazônia à luz das equações da sociologia racional. No frasear pitoresco dos cronistas de antanho, nos relatórios de viagem, nas observações dos cientistas, nas falas governativas, nas atas de legislação, nos documentos de vereação municipal, nós podemos enxergar um acerto de visão naquilo que se relacionava com as nossas necessidades imediatas. Apura-se que o mistério da esfinge não foi descoberto agora. É antigo. Vem dos séculos que ficaram atrás.

Não admira pois, que logo em seguida àquelas soluções políticas conquistadas após muito sangue vertido, durante longos anos, nos estouros da independência e na autêntica luta de classes que se inscreveu, entre nós, sob o nome de Cabanagem, tivessem os go-

vernantes do Pará e do Amazonas voltado suas vistas, entre outras cousas, para o problema da ocupação humana do território, pedindo opiniões credenciadas, ensaiando providências, traçando rumos para chamar uma corrente migratória que ajudasse a imprimir, ao vale molhado, maior sópro de energia e trabalho. José Furtado, investido das funções de presidente da província amazonense, em 1858, preocupado grandemente com o problema da organização de colônias rurais, visitou várias zonas do interior, atrás de pontos de localização. Miranda Reis, governador em 1872, para quem a colonização dirigida era a mais palpitante das necessidades da Província,⁷ despendeu a mesma quota de esforços. Wilkens de Matos e Epaminondas de Melo andaram a braços com os pianos que lhes apresentaram Daniel Wolf e Luís Girard, para estabelecer, no Purus e no Amajari, respectivamente, núcleos coloniais de população inglesa. Eduardo Ribeiro preocupou-se com a imigração japonesa, que lhe pareceu superior e foi por êle defendida, com arroubos, em mensagem à Assembléia do Estado. Maués e Itacoatiara inscreveram-se como agrupações malogradas. No Tocantins e Tapajós, esforços idênticos não vingaram.

Enquanto isso engenheiros, geógrafos, técnicos nacionais e estrangeiros, sertanistas sizudos, exploravam atentamente o curso de alguns rios, observando-lhes as particularidades, pintando-lhes os remotes de valorização, traçando, dêles, mapas minuciosos, que eram excelentes prefácios dos nossos futuros internamentos econômicos. As bacias do Juruá e do Purus tinham figurado nessa investida oficial. João Cametá, Serafim Salgado, Romão de Oliveira, Manuel Urbano, William Chandless, Charles Brown, Cunha Correia, percorreram-nas intrêpidamente, alterando o conhecimento rudimentar das suas riquezas nativas e da navegabilidade das suas vias. Deixaram relatórios, constituíram uma bibliografia extensa e sem mistérios, deram a mão aos indígenas que por ali se espalhavam, principiaram, até, a localização de núcleos brancos.

Derredor dêsses territórios, que antes tinham sido o deserto mas já então representavam uma fonte substancial de economia, fixaram-se as atenções.

⁷ Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, vol. III.

Desviaram-se destinos, como o daquele Nicolau de Melo, que se largara de Recife cheio de interesse pelo rio Negro, mas terminou em pleno Purus, cercado da família e de uma farta escravaria moura. Fazia-se, por ali, um princípio de avançada, ainda sem sintomas da espetacularidade que caracterizou, anos depois, o ciclo tormentoso do curo negro. Procurando salsa, castanha, óleos, cacau e outros gêneros, catando a flora e a fauna ictiológica, extraindo a hévea que já se incluía, como valor saliente, nas nossas pautas de comércio e exportação, as populações ascendiam demograficamente sobre aquelas zonas, emigradas de longe do Maranhão, da região marajoara, do Jari, de Gurupá, Santarém, Obidos. Uma frota mercante singravahes os lençóis fluviais, encurtando distâncias, movimentando produtos de comércio e consumo, ligando, demoradamente embora, longitudes extremas que eram um ponto escuro nas fontes de sociabilidade humana, lógicas em quaisquer situações e existências.

O nordestino também começava a chegar, aos magotes, fugido dos rigores físicos de sua terra ensolarada. Vinha aventureiramente, maltrapilho, sujo, cuspinhando e praguejando a toda hora. Carregava consigo uma cultura patriarcal acentuada nas formas sócio-econômicas do boiadeiro e do plantador, uma predisposição ética para a mística e para o fanatismo, um caráter de agressividade e cangaço. Chegou, transitando logo de profissão e de atitudes psicológicas. O trabalho, os costumes, a alimentação, o transporte, o meio moral, passaram a um estado inferior verticalmente, do mesmo jeito que se distendeu horizontalmente. Esmagou-se em tudo quanto tinha sido, mas a sua ganância de pecúnia e o amor pela terra longínqua foram fortes demais e não lhe permitiram baquear perante os traços singulares, maiores ou menores, das florestas e dos rios. Ao invés, adquiriu ares típicos de vida individual coletiva. Desbravou, conquistou, bruta-mente, sem legalizar títulos, fiado em sua legítima posse de pioneiro. Abriu estradas, construiu transitórios ranchos de paxiúba, rústicos, distantes do barracão da margem, onde finalizava um regime de trabalhos juridicamente normal, mas injusto, desumano, escravagista.

O nordestino fez mão amiga à transposição de atitudes. De agricultor e criador caiu na condição inferior da economia extrativista. Virou seringueiro. Era sedentário e precisou ser nômade. Subiu rios amplos, perlongou igarapés, mata a dentro, abrindo seringais, adensando populações, caldeando, fazendo para nós uma sociedade diferente e uma soberania territorial sobre o Acre, que anos depois seria mantida a força de rifle. Os nascedouros do Purus e Juruá foram sendo atingidos. Vilas e povoados tomavam alento em função econômica da hévea, cujo padrão aquisitivo, quanto mais se elevava, mais elasticidade imprimia ao novo ciclo de bandeirismo, no mesmo passo que assegurava a divisão do eixo econômico do país com o café e fazia crescer, até, na vida brasileira, o papel político da Amazônia. Canutama, Lábrea, Bôca do Acre, Rio Branco, Xapuri, Pôrto Acre, Carauari, Seabra, Feijó, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, assinalam-se como marcos dessa nossa última grande fase de desvirginamento geográfico e fixação territorial, processada à custa de um intenso desgaste humano e econômico, verdadeiro seccionamento orgânico e histórico que hoje importa em escola para novos rumos de valorização antropogeográfica. Milhares de flagelados, em verdadeiro *rush*, acorriam para a Amazônia, no bôjo dos gaíolas, sem assistência, abandonados, à mercê da cupidez dos "aviadores", dos patrões e dos fados incertos da sua aventura. Cento e cinquenta mil, aproximadamente, falam as inseguras cifras de estatística. Alguns ficavam pelo estuário, baixo Amazonas, Madeira, Negro, Solimões, Javari, Içá, por aí se espalhavam, nas barrancas, vinculados à atividade gomífera e pesqueira, à faina dos currais e roçados, à tira do cacau e das madeiras. Irradiavam-se por toda a região, enchendo-a de um sôpro de atividade, elevando-lhe a capacidade produtiva, acelerando o povoamento, alargando a soberania do Brasil na América. O triângulo florestal que medeia os vales do Juruá e Purus, principalmente, atraiu-lhes melhor. O Acre todo é obra deles. Construíram-no em movimentos espontâneos, defenderam-no contra a Bolívia armada, fizeram, ali, uma sociedade que nem é mais nordestina nem indígena, é tipicamente acreana, nativa nos costumes, no espírito, nos gostos, nos

traços físicos e emocionais. Muitos voltaram ao seu rincão de sol e campos, para a luta da criação e do plantio. Dos que permaneceram na Amazônia, aqueles que não se crucificaram às endemias e aos entreveros pela posse dos terrenos, radicaram-se, deixando de ser nômades para sedentarizar-se. Largavam a monocultura da seringa. Vinham dos centros para as beiras, onde também iriam se votar, nos intervalos das safras, à agricultura, à criação, ao sentido patriarcal de família. Antes, moral e socialmente inferiores, pela própria lógica do isolacionismo que os brutalizava. Ao sabor daquelas fórmulas aberrantes de animalidade sexual, comprometedoras das leis naturais de reprodução da espécie. Sodomistas, onanistas, pervertidos no gosto genésico em razão de seu próprio estado social, conforme os enxergou Ferreira de Castro. Já agora, porém, faziam um lar, família, sociedade. Civilizavam a floresta, matando o vaticínio de Chandless.

Moacir Paixão e Silva

★

As divisas entre os Estados de Goiás e Bahia

O Eng.^o Gilvandro Simas Pereira, do Departamento Geográfico do Estado da Bahia, atualmente à disposição do Conselho Nacional de Geografia fez declaração à imprensa sobre as expedições em que tomou parte com o objetivo de estudar a região limítrofe entre os Estados de Goiás e Bahia.

— “Quando se cogitou dos limites de Goiás com a Bahia — disse inicialmente o engenheiro Gilvandro Simas Pereira — para a nova carta geográfica do Brasil, notou-se logo uma série de grandes diferenças na posição do divisor das águas dos rios São Francisco e Tocantins que, pela lei, marca os limites entre essas duas unidades federativas. Diante dessa dificuldade, o Conselho Nacional de Geografia resolveu organizar uma expedição para percorrer aquela região com a finalidade de localizar exatamente o que existia no terreno. É bom frisar que não havia, no caso, qualquer questão de limites, apenas, a representação cartográfica do referido divisor de águas é que variava por uma razão muito simples: jamais se tinha estudado essa zona”.

Mais para o oeste do que constava nos mapas a linha divisória

— “Em 1942 — prossegue o Eng.^o Gilvandro Pereira — entre os meses de maio e setembro, trabalhou uma expedição da qual fiz parte, procurando determinar a verdadeira extensão daquela área. Percorreu-se, então, o trecho que vai das cabeceiras do rio Carinhonha, rumo ao norte, até às cabeceiras do rio Branco, já no território baiano. O programa da expedição não foi durante este ano inteiramente levado a cabo motivado pela estação chuvosa e uma série de outras circunstâncias, inclusive a entrada do Brasil na guerra, interrompendo-se o serviço na altura das margens daquela última artéria fluvial. Porém, nessa expedição, de que fez também parte um representante de Goiás, o engenheiro Luís Horácio, foi nos dado o ensejo de observar que a verdadeira linha divisória estava mais para o oeste do que constava nos mapas, confirmando mais tarde que a área da Bahia era muito maior do que se supunha. Como não ficaram ultimados os trabalhos respectivos organizados para serem executados na ocasião, foi organizada em 1943 uma outra expedição que estudou a parte restante do terreno, isto é, a zona chamada “Jalapão”.

Levantada uma área maior do que a do Estado de Alagoas

— “Essa segunda expedição — continua o Eng.^o Gilvandro Simas Pereira — foi muito mais completa uma vez que efetuou o levantamento de uma área maior do que a do Estado de Alagoas, compreendendo parte dos territórios do Maranhão, Piauí, Goiás, e Bahia. Os resultados acusados não só confirmaram a situação bem para o oeste da linha divisória entre os Estados da Bahia e Goiás como também demonstraram a inexistência de um ponto — como se pretendia crer anteriormente — em que se encontravam as quatro unidades já mencionadas acima. Por outro lado, verificou-se a veracidade da hipótese do encontro natural das águas das bacias dos rios São Francisco e Tocantins, no local denominado “Veredão”, que é uma grande cabeceira donde saem os rios Sapão (sub-afluente do São Francisco) e Formoso (sub-afluente do Sono) na bacia do Tocantins”.

Não houve prejuízo e nem lucro real para Goiás ou Bahia

Mostrando-nos um interessante *croquis* em que se elucida a localização exata do divisor de águas das bacias do São Francisco e Tocantins, indicando-nos a trajetória percorrida pela expedição que chefiou em 1943, diz ainda aquele técnico:

— “Confrontando-se a nova carta geográfica com a elaborada pelo Clube de Engenharia, em 1922 — conhecida como Carta do Centenário — e uma edição americana do Mapa Geográfico da América do Sul conclui-se, perfeitamente, que a linha divisória fica bem mais para o oeste numa média de 50 a 60 quilômetros, o que indica uma diferença a mais para a área do Estado da Bahia de 28 000 quilômetros quadrados, área essa que é subtraída de Goiás anteriormente calculada. Todavia, convém ficar muito bem esclarecido que esta diferença de área não representa nenhuma diminuição do terreno. As divisas continuarão como sempre foram desde os tempos coloniais. A diferença é, apenas, nos mapas donde são calculadas as superfícies de cada Estado”.

Finalizando as suas declarações acentuou, mais uma vez, o engenheiro Gilvandro Simas Pereira que não houve prejuízo algum, muito menos lucro real para qualquer das duas unidades federativas. “O que se fez, somente, foi representar, correta e cartograficamente, uma zona até então desconhecida para os meios geográficos”.

★

Enxôfre

O enxôfre é produto de primeira necessidade ao homem civilizado. Na agricultura é usado no combate às pragas; na indústria, além de múltiplas aplicações, é a matéria prima do ácido sulfúrico, e esse é por sua vez a matéria essencial ao preparo dos outros ácidos minerais e de muitos outros compostos químicos. Pode-se considerar o enxôfre como elemento fundamental da indústria química porque raríssimo é o processo industrial que prescinde de um composto seu. Seus compostos agem como redutores, como oxidantes, como desidratantes, como catalizadores, como absorventes: daí a generalização do seu emprego.

E qual é a situação do Brasil com relação a produto de tal importância? No momento — pior que a do carvão e comparável à do petróleo, isto é, de-

pendente na quase totalidade dos mercados externos e com perspectivas nacionais dependentes ainda dum grande esforço técnico.

Importamos ultimamente cerca de 24 000 toneladas (1940) valendo cerca de 15 milhões de cruzeiros; os números não são fabulosos, porém a importância dessas 24 000 toneladas é profundamente grande pois sem elas se ressentiria toda a nossa indústria relacionada diretamente com atividade de química industrial.

Além da própria indústria química, da fabricação de sulfeto de carbono, a tinturaria das fábricas de tecidos, a galvanoplastia, a indústria metalúrgica, a indústria de curtume e um sem número de atividades ficariam prejudicadas sem o ácido sulfúrico, o gás sulfuroso, os hidrossulfitos e outros derivados do enxôfre.

Para garantir uma estabilidade à nossa vida industrial urge pois, que se criem no país fontes de enxôfre, problema que não obstante sua importância tem sido relegado a um plano secundário como se fôra assunto de menor relêvo.

O enxôfre nativo se encontra nas regiões vulcânicas e como tal, são grandes produtores o Japão, a Itália e o Chile.

Foi também encontrado nos Estados Unidos quando se faziam perfurações no subsolo da Luisiânia e assim essa região passou a ser um dos grandes produtores mundiais, sem ser zona vulcânica.

As pesquisas superficiais no Brasil nunca revelaram jazidas de enxôfre. Há muitos anos nós nos preocupamos com esse problema mas todas as providências têm sido improdutivas. Na costa sul da Bahia já fizemos pesquisas minuciosas onde se dizia existir enxôfre mas nada achamos que justificasse essa ocorrência. No Rio Grande do Norte examinamos uma ocorrência referida nos velhos livros, desde o Império. Trata-se duma jazida de enxôfre nativo no município de Currais Novos que visitamos no ano de 1942 por sugestão de Glycon de Paiva, então diretor do Serviço de Fomento da Produção Mineral, empenhado também na descoberta de tão precioso elemento.

Infelizmente trata-se apenas duma ocorrência mineral de pequeno vulto, relacionada com um dique diabásico portador de piritas que por alteração metassomática produziram enxôfre elementar.

Destituída assim de interesse nacional, representando apenas curiosidade regional, fica em parte em aberto a questão das jazidas de enxôfre no Brasil.

Como não possuímos regiões vulcânicas em condições de produzir enxôfre, resta a esperança do achado em camadas sedimentares tal como nos Estados Unidos. Essa pesquisa é de molde a não poder ser prevista havendo tão somente que se guiar pelas áreas de possibilidades maiores. A nosso entender é um problema dentro da pesquisa do petróleo que não exige nada de especial para si e que poderá ser resolvido no curso de sondagens para óleo na região nordestina, como Alagoas e Sergipe onde já foram encontradas camadas de salgema, tal como na zona produtora de enxôfre dos Estados Unidos. Somente esse fato da possibilidade do encontro de enxôfre justificaria uma campanha de perfurações na região citada porque o enxôfre é quase tão importante para o país quanto o petróleo ou o carvão.

O enxôfre importado no Brasil é consumido principalmente em três aplicações; pulverização para combate a certas pragas das plantas cultivadas, fabricação de sulfato de carbono e fabricação de ácido sulfúrico.

Somente na terceira aplicação pode-se substituir o enxôfre nativo pelas piritas; de modo que se vê perfeitamente que o aproveitamento da pirita nacional não leva à libertação das importações de enxôfre.

Cumpra pôr em evidência que a fabricação de ácido sulfúrico é sem dúvida a mais importante aplicação do enxôfre no Brasil porque é a que está mais diretamente ligada à defesa nacional e ao pleno funcionamento das mais importantes indústrias. A aplicação do enxôfre na campanha contra os parasitos e insetos daninhos é também muito importante porque, como já dizia Saint-Hilaire, no século passado, ou o Brasil destrói a formiga, ou a formiga destrói o Brasil. Daí a preocupação que atormenta os que estudam as condições básicas do desenvolvimento material do país, quando se sente a falta de enxôfre para um auto-abastecimento.

A importação desse produto nunca poderá nos dar essa matéria prima a preço tão baixo quanto necessário à ampla expansão industrial que se deseja para o Brasil.

A pirita só resolve em parte a questão e a fábrica de Piquê já funciona há dois anos exclusivamente com o minério de procedência brasileira, principalmente de Ouro Preto. Entretanto a produção de pirita nacional é ainda muito restrita e o preço é muito elevado de modo que não resolve economicamente o problema. Uma condição essencial é produzir *muito* para permitir um preço unitário *baixo* e assim satisfazer à condição essencial de uma matéria prima desse gênero, que deve ser o *custo de produção* muito baixo.

O Departamento Nacional da Produção Mineral está empenhado vivamente nesse problema e estão sendo feitos os trabalhos necessários nas jazidas de Ouro Preto e Rio Claro para a elucidação completa das condições de produção.

A transformação da pirita em enxôfre elementar é um problema técnico da mais alta importância para o Brasil pelo menos enquanto se mantiver a situação atual do não conhecimento de jazidas de enxôfre. As fontes de pirita não faltam, sobretudo de pirita impura que resulta do beneficiamento do carvão. Segundo afirma o Eng.^o Ernane Bittencourt Cotrim, somente os lavadores da Companhia Siderúrgica Nacional porão no mercado cerca de 450 000 toneladas de pirita com 5% de carvão, matéria prima que poderia satisfazer e ultrapassar a todas as necessidades do Brasil em matéria de enxôfre e seus compostos, pois equivale a cerca de 180 000 toneladas do metalóide.

Restam os problemas técnicos de duas naturezas: 1.^o o da extração do enxôfre de modo a produzir matéria para agricultura e para fabrico de sulfeto de carbono; 2.^o o da fabricação de ácido sulfúrico em condições satisfatórias para a indústria, com piritas do carvão.

Atualmente ao que nos consta, nenhum desses dois problemas está perfeitamente solucionado; são questões em curso de estudo, já com soluções apregoadas como satisfatórias, porém ainda com aspectos difíceis e pontos duvidosos.

O problema do enxôfre não passou despercebido a Henrique Laje que custeou muitas experiências, sempre preocupado com o desperdício de matéria tão preciosa, nem a Luís Betim Pais Leme a quem nenhum problema técnico

angustiou tanto quanto êsse do aproveitamento da pirita do carvão. Se atacarmos o problema como se deve, com técnica, com dinheiro e muita vontade de resolver, dentro de alguns anos a solução chegará e então nós ficaremos admirados como pudemos permanecer tanto tempo com a nossa indústria asfixiada pelo preço do ácido sulfúrico e nossos estoques de enxôfre na dependência da chegada de navios do estrangeiro!

Resumindo o nosso pensamento, o problema do enxôfre poderá ser resolvido em parte com o aproveitamento das piritas, quer das jazidas de Minas e São Paulo quer dos refugos da lavagem dos carvões. É apenas problema técnico, dependente da habilidade, e aparelhagem para conduzir reações conhecidas nas condições vantajosas, mas é sem dúvida um problema delicado, e acima do nível do nosso aparelhamento industrial.

Silvio Fróis Abreu

★

Haiti

A República do Haiti ocupa a parte ocidental de uma das ilhas das Antilhas, e compreende aproximadamente 16 320 quilômetros quadrados, ou seja uma terça parte da superfície total da ilha. A República Dominicana ocupa a parte oriental da mesma ilha. A população do Haiti é de cerca de 3 000 000 de habitantes, sendo por conseguinte uma das nações mais densamente povoadas da América.

Resenha histórica

A ilha de que Haiti é parte, foi descoberta por Cristóvão Colombo em sua primeira viagem, em 1492. Os espanhóis não tardaram muito em ocupar toda a ilha e subjugar os índios Arawak que a habitavam. A população indígena, calculada então em cerca de 1 000 000, desapareceu dentro de poucos anos e a coroa espanhola, com o fim de repovoar a ilha, autorizou a importação de escravos da África.

Tomando como base uma pequena ilha situada a pouca distância da costa haitiana, os flibusteiros franceses começaram no século XVI a estender a sua influência até o território de Haiti, chegando, com o decorrer do tempo, a ocu-

par toda a parte ocidental da ilha. Em fins do século XVII conseguiram tornar-se tão fortes que a Espanha cedeu à França, pelo Tratado de Riswick de 1697, aquela parte da ilha, que era então denominada "Partie Française de Saint-Domingue", e considerada a mais rica das colônias francesas.

A revolução francesa teve fortes repercussões em Saint-Domingue. Em consequência, surgiram diversas facções que dividiram a colônia, sendo esta pouco depois invadida por forças armadas inglesas e espanholas. Em 1793, de conformidade com um decreto da Convenção Nacional, as autoridades francesas proclamaram a abolição da escravidura em Saint-Domingue, e chamaram todos os habitantes às armas para lutar contra os invasores, os quais foram expulsos do país pelos habitantes sob o comando de Rigaud e Toussaint Louverture.

Toussaint Louverture, um escravo que havia ascendido de um humilde posto no exército colonial francês até ao de general em chefe, foi nomeado governador em Saint-Domingue.

De acôrdo com Tratado de Basileia em 1795, a França obteve o contrôlo de toda a ilha.

Em 1801 Louverture convocou uma Assembléa Constituinte que preparou uma constituição para a ilha, sendo Louverture nomeado governador vitalício.

Com o fim aparente de desfazer-se do governador Louverture, porém de fato com a intenção de restabelecer a escravidão na colônia, Bonaparte enviou um numeroso exército a Saint-Domingue, sob o comando do general Leclerc. Louverture, depois de lutar valorosamente em repetidas batalhas, rendeu-se, sendo enviado traiçoeiramente para a França, onde morreu na prisão, em 1803.

Leclerc procurou restabelecer a escravidão, porém os oficiais haitianos que haviam sido até então leais à França, sublevaram-se contra o exército francês e recomeçaram a luta até ser assinado um armistício em novembro de 1803, o qual estipulou que as forças francesas deveriam evacuar a colônia. A 1 de janeiro de 1804, Jean Jacques Dessalines, general em chefe do exército haitiano, proclamou a independência na cidade de Gonaives, sendo então dado à ilha mais uma vez o velho nome índio de Haiti.

Depois da morte de Dessalines em 1806, Henri Christophe foi eleito pre-

sidente. Mais tarde, Alexandre Pétion foi eleito presidente, para suceder a Christophe. Este último, porém negou-se a passar o poder ao novo presidente eleito e proclamou-se rei, assim começando uma prolongada luta entre as forças de Christophe no norte de Haiti e as de Pétion no sul. Depois da morte de Pétion em 1818 e da de Christophe dois anos mais tarde, subiu à presidência Jean Pierre Boyer, o qual governou pelo espaço de 25 anos. Durante esse período o domínio haitiano estendeu-se a toda a ilha. Em 1844 a parte oriental da ilha tornou-se independente sob o nome de República Dominicana, estabelecendo-se assim as duas nações existentes atualmente.

Em conexão com a história do Haiti, é interessante mencionar que Simón Bolívar, o Libertador, visitou duas vezes a ilha durante as suas ativas campanhas para libertar a parte setentrional da América do Sul. Bolívar obteve reforços em Haiti, tanto de homens como de armas, para continuar a sua luta pela independência.

Desde 1884 a 1915, a história política do Haiti tem sido caracterizada por numerosas mudanças de governo. Durante esse largo período a República lutou para consolidar o trabalho iniciado nos primeiros anos do século XIX para conseguir a sua independência e estabilidade política. Em 1915 as forças militares dos Estados Unidos intervieram nos negócios do país, continuando esta intervenção em grau mais ou menos marcado até 1934, ano esse em que foram retiradas as últimas forças dos Estados Unidos que restavam na República.

Geografia e clima

O Haiti em geral é um país montanhoso. Os picos mais elevados atingem a cerca de 2 700 metros acima do nível do mar. A linha costeira estende-se por cerca de 1 600 quilômetros, com numerosas baías e enseadas, e o golfo de Gonaives, que penetra profundamente na forma de um grande círculo do lado do ocidente da República. Isto dá ao Haiti a forma de um "U" com a parte aberta na direção ao ocidente.

Cinco importantes cordilheiras, entre as quais sobressai a de Cibau, desprendem-se da linha costeira, dirigindo-se para o interior. Exuberante vegetação e frondosas matas cobrem estas montanhas e através delas estendem-se férteis planícies, sendo a principal co-

nhecida com o nome de Planície Central, que corre do ocidente para o oriente na direção da vizinha República Dominicana.

Das montanhas do Haiti descem em tôdas as direções uma multidão de pequenos rios que vão desaguar no Oceano Atlântico ao norte, no golfo de Gonaives ao ocidente, e no mar Caribe ao sul. O Artibonite é o rio mais caudaloso. O seu curso estende-se por cerca de 300 quilômetros, atravessando toda a República em direção ao ocidente até ao golfo de Gonaives. Os rios que regam o solo haitiano não têm importância como meios de transporte, excetuando-se o Artibonite, que é navegável por pequenas embarcações.

O Haiti tem um clima muito uniforme, e embora situado nos trópicos não está sujeito ao calor úmido que se sente em muitas outras regiões tropicais nem tão pouco a mudanças violentas de temperatura. As numerosas e elevadas montanhas, as matas que as cobrem, a abundância de fontes e de cursos de água e a sua rica vegetação contribuem para suavizar a temperatura.

Produtos e indústrias

O Haiti é essencialmente um país agrícola. O seu solo é sumamente fértil permitindo a cultura de quase todos os produtos tropicais e sub-tropicais. Do ponto de vista econômico o café é a colheita mais importante. A sua qualidade é superior, encontrando o seu melhor mercado na França. O café representa ordinariamente pelo menos 80 por cento do valor total da exportação haitiana. Depois do café o produto mais importante exportado pelo Haiti é o algodão. Seguem-se em menor escala o henequém (cuja importância é cada dia maior), o açúcar, o pau de campeche, o melaço, o rum, o cacau, etc. Nos últimos anos, têm sido estabelecidas com bastante êxito várias plantações de bananas na região norte do Haiti, plantações essas que com o decorrer do tempo talvez cheguem a rivalizar com o henequém e o açúcar.

As matas do Haiti estão repletas de madeiras de lei; a criação de gado oferece grandes possibilidades na planície central da República; e as águas que circundam o país têm muitas variedades de peixes. As manufaturas não se têm desenvolvido muito, limitando-se as fábricas atualmente existentes à produção do açúcar, rum, charutos e cigarros e materiais de construção.

Constituição e governo

A República do Haiti é governada por uma constituição que entrou em vigor a 17 de junho de 1935. O presidente da República permanece no poder pelo espaço de cinco anos, e nenhum cidadão pode ser reeleito se tiver ocupado já a presidência por dois períodos. Logo que a Assembléa Nacional, composta da Câmara de Deputados e do Senado, em sessão plenária, designa três candidatos, o povo procede então à eleição de um entre eles para a presidência.

O Poder Legislativo reside na Câmara de Deputados e no Senado, e na Assembléa Nacional, a qual é composta por ambos êsses corpos, em sessão plenária. Há 37 deputados e 21 senadores. Os deputados são eleitos por votação popular para um período de quatro anos. O presidente nomeia 10 dos 21 senadores, sendo os restantes nomeados pela Câmara de Deputados de entre duas designações de três candidatos para cada lugar, submetida uma pelos colégios eleitorais e a outra pelo presidente. Os senadores desempenham as suas funções por um período de seis anos.

O Poder Judiciário é exercido pela Côte de Cassação, pelos tribunais civis e pelos de paz, cujo número e poderes são determinados pela lei. O presidente nomeia os juizes.

Cidades principais

Port-au-Prince, capital do Haiti, situada na ponta oriental do golfo de Gonaives, com uma população de cerca de 125 000 habitantes, é o centro comercial, cultural e político mais importante do país. O seu pôrto é excelente, com cais modernos, que aceleram o comércio, e facilitam o desembarque de turistas, os quais cada inverno se tornam mais numerosos. Nos últimos anos, a capital haitiana tem sido embelezada com a construção de imponentes edifícios públicos e belos parques. Várias rodovias modernas permitem percorrer a ilha por automóvel de um extremo ao outro.

Ao norte do Haiti, o pôrto de *Cap Haitien*, com uma população de uns

15 000 habitantes, é a cidade mais importante. Acha-se situada no centro da indústria do café e do cacau. A curta distância ao sul de Cap Haitien, e visível da cidade, ergue-se a cidadela "Laferrrière", construída em 1806 por Henri Christophe, no cume da montanha de Bonnet-à-l'Evêque, a uma altura de mais de 915 metros. Esta antiga e histórica fortaleza, inexpugnável no passado, foi a cena de heróicos e gloriosos acontecimentos e hoje é a meca de um crescente número de turistas.

Entre os outros centros importantes cabe mencionar *Port-de-Paix*, com 8 000 habitantes, na costa setentrional; *Gonaives*, com uns 12 000 habitantes, na costa ocidental, onde foi declarada a independência do Haiti em 1804; *Saint Marc*, também na costa ocidental, com 9 000 habitantes; e *Jérémie, Aux Cayes e Jacmel*.

Educação

O governo do Haiti tem melhorado consideravelmente durante os últimos anos as facilidades educativas da República, especialmente quanto à educação agrícola e industrial. Em 1923 foi organizada uma repartição especial no Ministério da Agricultura para facilitar o ensino da agricultura e das artes e ofícios aos jovens, e da costura, arte culinária e artes industriais às moças. Há também outras instituições que oferecem educação elementar.

A educação secundária é ministrada nos liceus e nas escolas dirigidas por várias organizações católicas de ensino. Os cursos compreendem seis ou sete anos de estudo, os dois últimos anos incluindo a retórica e a filosofia, matérias essas necessárias para o aluno poder ingressar nas instituições profissionais.

A educação superior é ministrada na Escola de Medicina, que funciona sob a direção do Serviço de Saúde Pública; na Escola de Direito, administrada pelo Ministério da Justiça; na Escola de Ciências Aplicadas que está sob a direção do Ministério das Obras Públicas, e oferece cursos de engenharia, mecânica, elétrica e arquitetônica e na Escola Central em que se ensina a pedagogia agrícola e industrial.

 **AOS EDITORES:** Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Território do Guaporé

Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES
Chefe da Seção de Estudos do Serviço de
Geográfica e Cartografia

Traço de união entre as regiões Norte e Centro-Oeste, o Território Federal do Guaporé abrange o extremo noroeste do planalto brasileiro e uma parte da planície amazônica. Apesar de sua complexidade, esta nova Unidade Política, pelos seus aspectos predominantes — clima e vegetação, bem como povoamento e economia — deve ser considerada como pertencente à Grande Região Norte, no quadro da divisão regional brasileira para fins práticos.

Constituído por parcelas que antes pertenciam aos Estados de Mato Grosso e Amazonas, o Território está em grande parte compreendido entre o rio Guaporé, a sudoeste, e o divisor de águas dos rios Gi-Paraná e Roosevelt, ambos afluentes do Madeira, a nordeste. No extremo sueste é delimitado pelo Cabixi, tributário do rio Guaporé, enquanto que a noroeste estende-se até o divisor de águas Purus-Madeira.

Do Estado do Amazonas, englobou o município de Pôrto Velho e parte do de Humaitá; do Estado vizinho, compreendeu o município de Guajará Mirim e partes dos de Alto Madeira e Mato Grosso. A área abrangida, 251 000 quilômetros quadrados, é ligeiramente superior à do Estado de São Paulo.

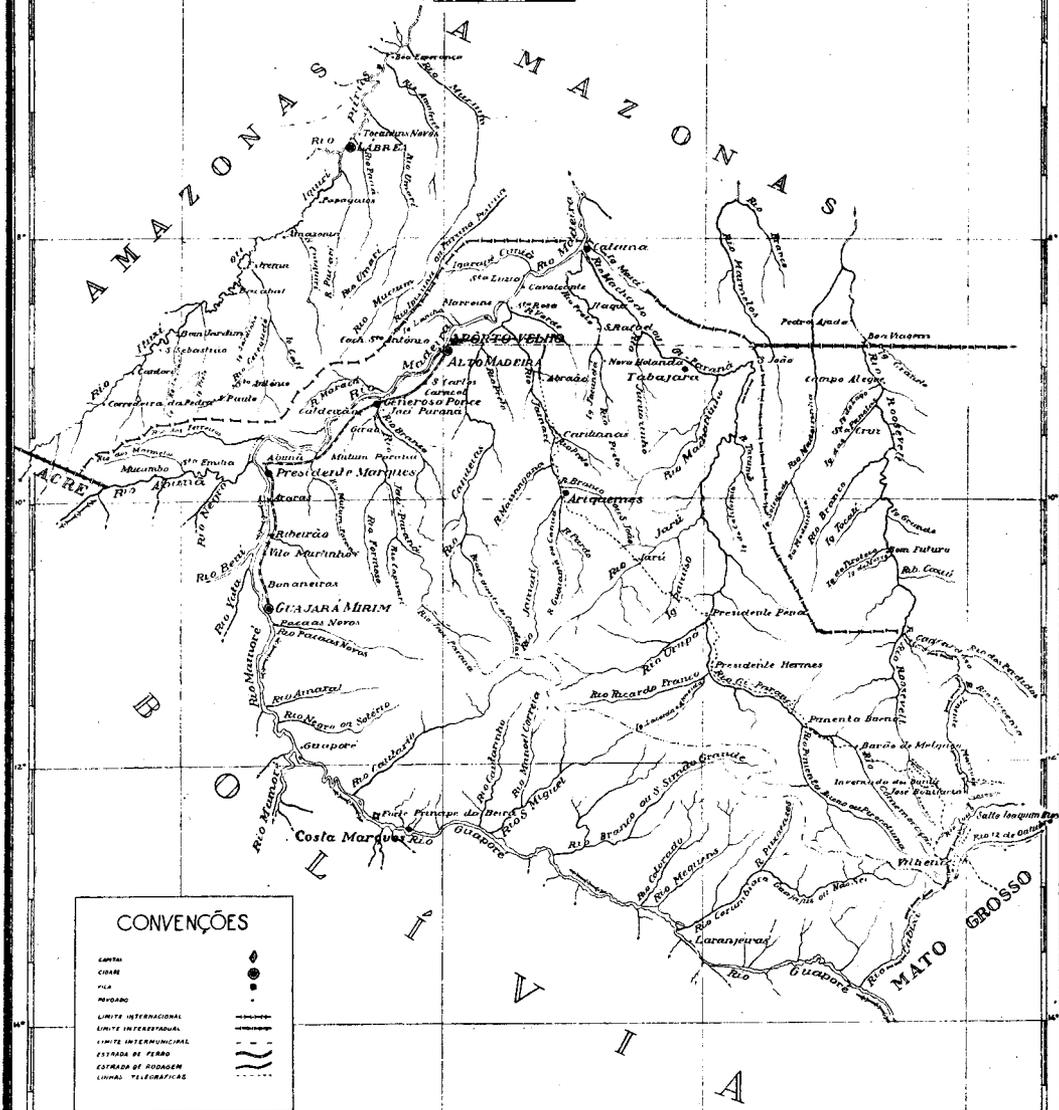
Em quatro regiões naturais pode ser dividido o Território do Guaporé: *planície amazônica, encosta setentrional do planalto brasileiro, chapada dos Parecis e vale do Guaporé.*

A *planície*, que corresponde a uma pequena parte antes pertencente ao Estado do Amazonas, é formada pelos sedimentos terciários argilosos e arenosos, típicos da chamada “terra firme” na Amazônia. Sua altitude média é de cerca de 100 metros. Esta região é drenada pelo trecho do rio Madeira a jusante de Pôrto Velho, que aí se comporta como autêntico rio de planície, perfeitamente navegável.

A *encosta*, situada na parte nordeste do Território, é constituída pelos granitos e gnaisses do Complexo Cristalino Brasileiro, que aí aparece desnudado. O afloramento de tais rochas nos rios Madeira e Mamoré, entre Pôrto Velho e Guajará Mirim, aí origina várias cachoeiras e corredeiras, que interrompem a navegação nesta grande artéria fluvial. O mesmo acontece com os afluentes da margem direita do Madeira — Jaci-Paraná, Jamari, Gi-Paraná e outros — que descem encachoeirados pelo pronunciado declive da encosta.

A *chapada dos Parecis*, longa faixa que se estende na direção sueste - noroeste, é, por assim dizer, a espinha dorsal do Território. É uma região relativamente plana e elevada, que em seu extremo sueste, nos campos de Vilhena, ultrapassa a altitude de 600 metros. Para o norte, em direção à encosta do planalto, a descida se faz suavemente, em degraus sucessivos; mas para o vale do Guaporé, a sudoeste, há escarpas de erosão, bastante abruptas. A chapada é constituída de depósitos sedimentares, do período cretáceo (os chamados “arenitos de Parecis”), dispostos em camadas horizontais. Esses arenitos, de cimento argiloso, dão solos de pequena fertilidade. Sob êsses sedimentos, afloram rochas semelhantes às da “série de Minas”, cortadas com freqüência por veeiros auríferos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIAGRÁFICA
TERRITÓRIO DO
GUAPORÉ



CONVENÇÕES

CURTO	●
CRUZ	⊕
PIA	⊙
PIVÃO	⊗
LIMITE INTERNACIONAL	—+—+—+—
LIMITE INTERESTADUAL	—+—+—+—
LIMITE INTERMUNICIPAL	—+—+—+—
ESTRADA DE FERRO	—+—+—+—
ESTRADA DE RODAGEM	—+—+—+—
LINHA TELEGRÁFICA	—+—+—+—

Limites segundo o decreto-lei nº 6.750 de 31-5-944

O vale do Guaporé é uma zona estreita e baixa, com a altitude média de uns 200 metros, formada por aluviões quaternários, que continuam a se depositar por ocasião das enchentes periódicas do rio. O Guaporé e o Mamoré formam uma importante via navegável que se estende até Guajará Mirim.

O clima do Território tem, de modo geral, as características do clima amazônico, isto é, quente e com chuvas abundantes. Constitui, porém, já a transição para o clima do Brasil Centro - Oeste, que se vai acentuando progressivamente à proporção que se caminha para sueste. Já se nota, com efeito, a existência de duas estações — a chuvosa e a seca — correspondentes respectivamente ao verão e ao inverno. A estação seca, que é curta a noroeste, alonga-se para o sueste. Quanto à salubridade, apenas as regiões baixas deixam a desejar, sendo bastante saudável a chapada.

Nas regiões da planície, da encosta e do vale do Guaporé, domina a grande floresta amazônica — a "Hiléia", com as suas características bem conhecidas. No planalto dos Parecis prevalece, no entanto, a vegetação campestre (campos cerrados e campos limpos) em consequência do clima mais seco e da pobreza do solo.

O povoamento do Território do Guaporé é essencialmente de origem amazônica, sendo uma consequência do ciclo de exploração da borracha, da castanha e de outros produtos extrativos da grande floresta. No princípio deste século havia ainda um grande vazio, quanto ao povoamento pelo homem civilizado, entre os pontos extremos atingidos pelos seringueiros que subiam os afluentes do Madeira e os velhos núcleos do povoamento matogrossense, no alto Paraguai. O rio Guaporé era o único elo a estabelecer contacto entre as populações dos dois Estados — Mato Grosso e Amazonas. O devassamento dessas terras, então quase inteiramente desconhecidas, constitui um importante capítulo dessa grande epopéia que foi obra da comissão dirigida pelo general Rondon. O atual Território faz com efeito parte da extensa região ao norte de Mato Grosso, muito justamente conhecida pela denominação de Rondônia.

Atualmente a população distribui-se essencialmente ao longo dos rios e junto à Estrada de Ferro Madeira - Mamoré, que contorna o longo trecho encachoeirado entre Pôrto Velho e Guajará Mirim. Núcleos habitados encontram-se ainda ao longo da linha telegráfica construída pela Comissão Rondon e que percorre a zona nordeste do Território, de Vilhena a Pôrto Velho.

As únicas aglomerações urbanas de alguma importância são Pôrto Velho, capital do Território e Guajará Mirim, à margem direita respectivamente do Madeira e do Mamoré. As duas primeiras, com as populações respectivamente de 3 200 e 1 300 habitantes, devem sua importância ao fato de estarem nas pontas dos trilhos da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré, apresentando assim intenso movimento comercial. A terceira cidade do Território, Alto Madeira (ex-Santo Antônio do Rio Madeira), é uma pequena localidade, outrora próspera, mas hoje em extrema decadência, reduzida a 58 habitantes. A sua antiga atividade entrou em declínio desde a construção da estrada de ferro, com ponto inicial em Pôrto Velho, oito quilômetros a jusante. À proporção que o movimento comercial se transferia para esta localidade, que rapidamente progredia, Alto Madeira declinava até contar atualmente uma vintena de casas.

Grandes áreas do Território restam ainda sem povoamento pelo homem civilizado, nelas se encontrando numerosos agrupamentos indígenas, já pacificados e assistidos pelo Serviço de Proteção aos Índios.

A população total era de 21 mil habitantes na data do último recenseamento, correspondendo à insignificante densidade demográfica de 0,08 habitantes por quilômetro quadrado, isto é, em 12 quilômetros quadrados encontra-se apenas 1 habitante, em média.

As atividades econômicas limitam-se quase exclusivamente à produção extrativa vegetal. A extração da borracha e a coleta de castanhas são as principais, podendo ainda ser citadas as madeiras e o óleo de copaíba. No vale do Guaporé

tem alguma importância a produção da poaia. A pesca é atividade importante, como em toda a Amazônia, e a caça tem certa expressão, como produtora de couros e peles silvestres.

A agricultura é ainda feita em pequena escala, apenas para consumo local. A pecuária, ainda incipiente, encontra boas possibilidades nos campos da chapada dos Parecis, uma vez melhorados quanto às espécies forrageiras. Outra atividade de certo futuro será a mineração, dada a presença de aluviões auríferos, especialmente no vale do Guaporé; de jazidas de gipsita, na chapada, além de outras riquezas minerais.

Os transportes e comunicações são feitos principalmente por via fluvial, sendo os rios Madeira, Mamoré e Guaporé as principais artérias. Este sistema é completado pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com a extensão de 366 quilômetros, que tem grande significação internacional como escoadouro da região norte-oriental da Bolívia, servida pelos rios navegáveis da bacia do alto Madeira.

A maior parte do comércio do Território é feita com as praças de Manaus e Belém, das quais Pôrto Velho dista respectivamente 697 e 1 622 milhas.

Por via aérea o Território se comunica com o Amazonas, o Acre e Mato Grosso, sendo Pôrto Velho e Guajará Mirim os principais aeroportos.

Os transportes terrestres se fazem por caminhos em precárias condições, como o que se estende ao longo da linha telegráfica de Cuiabá a Pôrto Velho. Nova era se inicia com a execução do plano rodoviário, já iniciada, ficando a capital do Território ligada ao Brasil Centro-Oeste por uma rodovia que aproveitará as excelentes condições naturais oferecidas pela chapada até Vilhena, ponto em que encontrará a estrada ora em construção, partindo de Cuiabá. Realizado este plano, passará o Território do Guaporé a desempenhar importante função, como um dos elos principais fortalecedores da unidade nacional.

De acordo com o Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio último, são os seguintes os limites do Território do Guaporé:

A noroeste, o divisor de águas Ituxi - Abunã e Ituxi - Madeira, até o ponto mais próximo da nascente do paraná Pixuna, descendo pelo dito paraná Pixuna até o paralelo da confluência do igarapé Maici com o rio Madeira; — ao norte, nordeste, leste e sueste, pelo paralelo da confluência do igarapé Maici com o rio Madeira até essa confluência, subindo esse igarapé até a sua nascente; seguindo pelo divisor Gi-Paraná - Marmelos e Gi-Paraná - Roosevelt, até o paralelo da confluência do rio Capitão Cardoso com o rio Roosevelt; seguindo por esse paralelo até a dita confluência, sobe o rio Capitão Cardoso e o seu formador rio Tenente Marques até a foz do igarapé Pesqueira; dessa foz, por uma reta, até o salto Joaquim Rios no rio Iquê, subindo o rio Iquê até a foz do córrego Tolui - Inazá, pelo qual sobe até a sua nascente e daí, pelo divisor de águas até a nascente principal do rio Cabixi, pelo qual desce até sua foz no rio Guaporé; — ao sul, sudoeste e oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi com o rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar o divisor de águas Ituxi-Abunã.

Ainda segundo o mesmo decreto, o Território do Guaporé é dividido em três municípios, com as denominações de Pôrto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim, compreendendo o primeiro a área do município de igual nome e parte do município de Humaitá, ambos do Estado do Amazonas; o segundo, a área do município de Alto Madeira, do Estado de Mato Grosso; o terceiro, a área do município de igual nome e parte do de Mato Grosso, que pertenciam ao último Estado acima referido. Sua capital é a cidade de Pôrto Velho.

N.º 15 — A população de fato do Território do Guaporé, nas suas novas fronteiras *

SUMÁRIO: 1. *Municípios que contribuem para a área e a população do Território.* — 2. *Discriminação da população atribuída ao Território.* — 3. *População de fato do Território, segundo o sexo.* — 4. *Distribuição da população de fato segundo a situação dos domicílios.* — 5. *Densidade da população.* — 6. *População atual do Território.*

1. — Contribuem para a formação do Território do Guaporé 2 municípios do Amazonas e 3 de Mato Grosso.

Entre os primeiros, o de Pôrto Velho fica totalmente incluído no Território; o de Humaitá cede-lhe parte dos distritos de Humaitá (sem a sede) e de Calama (com a sede).

Entre os segundos, o antigo município de Guajará Mirim fica totalmente incluído no Território; o de Mato Grosso cede-lhe uma parte do distrito homônimo (sem a sede); o de Alto Madeira cede os distritos de Alto Madeira e de Ariquemes e uma parte do distrito de Tabajara (com a sede).

O Território divide-se em 3 municípios. Entre estes, o de Pôrto Velho abrange o antigo homônimo, mais as áreas desmembradas do município de Humaitá; o de Alto Madeira é constituído pelas partes do antigo município homônimo cedidas ao Território; o de Guajará Mirim compreende, além do antigo homônimo, a área desmembrada do município de Mato Grosso.

Como sede da capital é destinado o município de Pôrto Velho.

2. — A determinação da população de fato do Território do Guaporé pôde ser feita pelos resultados da apuração definitiva, no que diz respeito aos municípios e distritos totalmente incluídos.

Para os distritos cortados pelas fronteiras, a parte da população incluída no Território foi discriminada mediante exame coordenado dos mapas topográficos e das cadernetas dos agentes recenseadores. Apesar das deficiências dessas duas fontes, e de algumas discordâncias entre uma e outra, tornou-se possível localizar com certeza quase todos os domicílios e efetuar com um bom grau de aproximação a discriminação desejada, aplicando-se uma pequena redução à população recenseada, constante das cadernetas, para se obter a população de fato.

3. — A população de fato existente em 1.º de setembro de 1940 nas áreas agora atribuídas ao Território do Guaporé consta da tabela I, onde está discriminada segundo os municípios a que então pertencia e segundo aqueles a que agora pertence, e subdividida por sexo.

Em conjunto, a população do Território ascende a 21 297 habitantes.

TABELA I

População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território do Guaporé, por sexo

MUNICÍPIOS ANTIGOS	Homens	Mulheres	Total	Municípios atuais
Pôrto Velho.....	4 560	3 802	8 362	} Pôrto Velho
Humaitá (parte).....	815	690	1 505	
Alto Madeira (parte).....	2 956	2 040	4 996	} Alto Madeira
Guajará Mirim.....	3 342	2 759	6 101	} Guajará Mirim
Mato Grosso (parte).....	182	151	333	
Total.....	11 855	9 442	21 297	Total

N.R. — Por gentileza do Presidente da Comissão Censitária Nacional, reproduzimos o estudo n.º 15 do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, realizado pelo professor Giorgio Mortara.

4. — Discriminando-se a população de fato do Território segundo a situação dos domicílios — urbana, suburbana ou rural — obtêm-se os resultados expostos na tabela II.

TABELA II

População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território do Guaporé, segundo a situação dos domicílios

MUNICÍPIOS ANTIGOS	SITUAÇÃO			Total	Municípios atuais
	Urbana	Suburbana	Rural		
Pôrto Velho.....	2 341	848	5 173	8 362	} Pôrto Velho
Humaitá (parte).....	—	—	1 505	1 505	
Alto Madeira (parte).....	58	—	4 938	4 996	Alto Madeira
Guajará Mirim.....	1 743	234	4 124	6 101	} Guajará Mirim
Mato Grosso (parte).....	—	—	333	333	
Total.....	4 142	1 082	16 073	21 297	Total

Conforme a divisão administrativa, a população do Território é rural na proporção de 75,47%; urbana, na de 19,45%; suburbana, na de 5,08%.

No sentido demográfico, a única aglomeração urbana existente no Território é a de Pôrto Velho, com 2 341 habitantes no quadro urbano e 848 no suburbano, ou seja, em conjunto, 3 189 como população aglomerada. Um centro menor, com 1 072 habitantes no quadro urbano e 234 no suburbano, ou seja, 1 306 em total, encontra-se no distrito de Guajará Mirim.

5. — A superfície total do Território é de 251 194 quilômetros. Em relação a esta superfície, a população de 21 297 habitantes corresponde a uma densidade média de 0,085 habitantes por quilômetro quadrado.

Indicam-se na tabela III a superfície, a população e a densidade desta, para cada município, conforme a nova divisão territorial.

TABELA III

Superfície, população presente em 1.º-IX-1940, e densidade da população nos municípios do Território

MUNICÍPIOS ATUAIS	Superfície (km ²)	População (hab)	Densidade (hab/km ²)
Alto Madeira.....	123 985	4 996	0,040
Guajará Mirim.....	95 856	6 434	0,067
PÓRTO VELHO.....	31 353	9 867	0,315
Total.....	251 194	21 297	0,085

A superfície média do município é de 83 731 quilômetros quadrados; a população média, de 7 099 habitantes.

A densidade é extremamente baixa em todos os municípios, atingindo um máximo de apenas 0,315 habitantes por quilômetros quadrados no de Pôrto Velho.

6. — Supondo-se que a taxa anual de crescimento da população no Território do Guaporé seja a mesma provisoriamente adotada nas estimativas para o conjunto da União, pode-se calcular em cerca de 23 000 habitantes a população do Território em 31 de dezembro de 1943.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1944.

GIORGIO MORTARA
Consultor Técnico

Território de Ponta Porã

Prof. LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS

Auxiliar da Secção de Estudos Geográficos
do Serviço de Geografia e Cartografia

Dentre os Territórios recentemente criados sobressai o de Ponta Porã. Destacado do sul de Mato Grosso êste Território é uma faixa, com a forma aproximada dum paralelogramo, estendida, de NW para SE, desde a margem esquerda do rio Paraguai até a margem direita do rio Paraná.

É muito interessante a posição geográfica dêsse Território. Colocado entre duas vias de circulação fluvial sem dúvida alguma valiosas e que até certo ponto têm sido o caminho principal de escoamento dos produtos do sul de Mato Grosso, continuará a nova Unidade Federada a gozar das vantagens naturais que permitiram ao sul matogrossense tornar-se a região mais próspera do veterano Estado.

O Território de Ponta Porã abrange terras da vertente do rio Paraguai e do rio Paraná. As da vertente do Paraguai são baixas e em grande parte alagáveis. As do lado do rio Paraná acham-se em nível mais alto, descambando suavemente para a calha do rio enquanto se erguem abruptas sôbre as terras baixas da outra vertente.

Assim, do ponto de vista do relêvo, encarado com muita simplicidade, o novo Território é constituído de uma planície a oeste à qual se segue, a leste, um planalto que vai descendo desde 600 metros, na borda, até cêrca de 200 metros, já nas margens do rio Paraná.

A planície, que se estende desde o rio Paraguai até o paredão degrau do planalto, é parte da grande Baixada de Mato Grosso, apresentando também uma fração inundável nas cheias e que reproduz o aspecto geral do faiado Pantanal matogrossense. Porque, o Pantanal é a parte da Baixada periódicamente inundada, em virtude das chuvas que se concentram de setembro a abril e da pequena altura dos terrenos sôbre o nível dos rios que facilmente transbordam. Por outro lado, quando as chuvas quase desaparecem — e isto dá-se no inverno — o Pantanal enxuga-se consideravelmente.

A Baixada não apresenta em todo o seu domínio o aspecto de planície. Encerra muitos morros isolados e destaca-se uma elevação de seus 400 metros de altitude média — a serra da Bodoquena. E ainda, na zona de contacto com o Planalto ou Chapada esta como que se intromete na Baixada, com a forma de prolongamentos tabulares e estreitos, chamados pitorescamente de *trombas*.

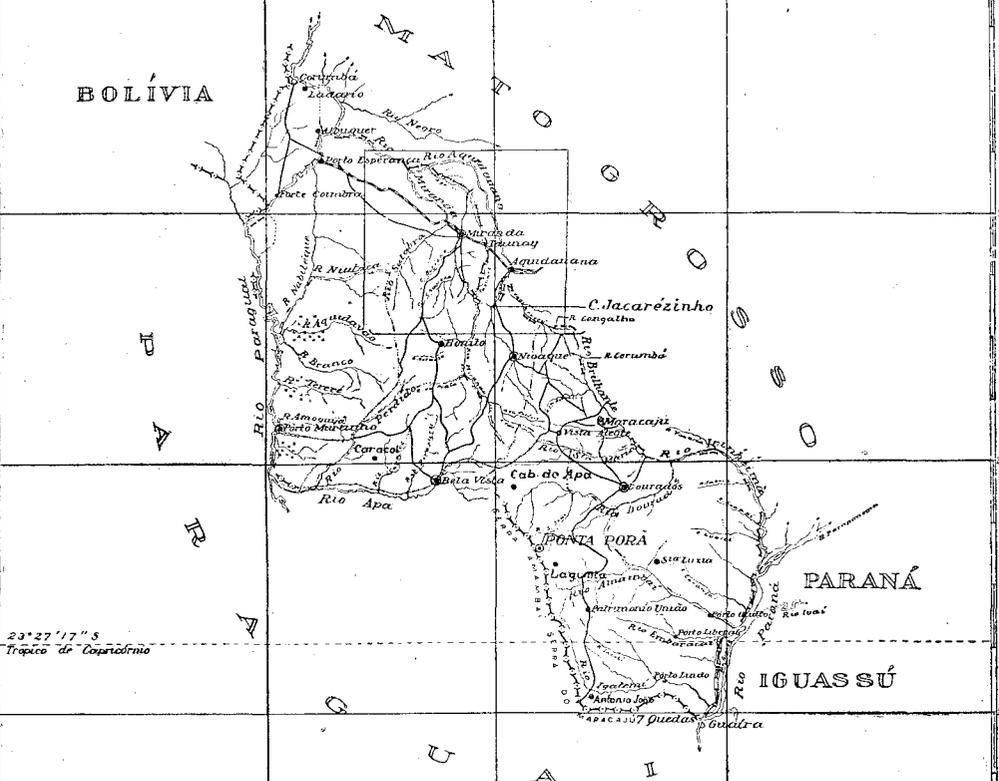
O clima, na Baixada, é quente e úmido, com chuvas no verão. Mas, em função das condições de umidade no solo e qualidade do mesmo, a vegetação campestre domina na zona do Pantanal, enquanto assume o aspecto de cerrados nos pontos acima da inundaçào e de matas em galeria ao longo dos rios. Êstes, prestam-se a uma navegação precária, salvo o rio Paraguai, que é via permanente, e o rio Miranda, que oferece boas condições de navegabilidade desde a foz até pouco antes da cidade de igual nome. Na Baixada, nos domínios do Território, os rios afluentes do Paraguai, em geral valem mais pelas pradarias marginaes que suas aluviões fertilizam do que pelas possibilidades da navegação. As fazendas de criação distribuem-se ao longo dos seus cursos, e neste caso também está o rio Apa, que ainda tem a função de servir de limite internacional com a República do Paraguai.

Em virtude das inundações periódicas a planície aluvionar possui um solo fértil, humífero e arenoso, o qual após o abaixamento das águas se reveste espontâneamente de pastagens excelentes e largamente aproveitadas para

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
 SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRAFICA

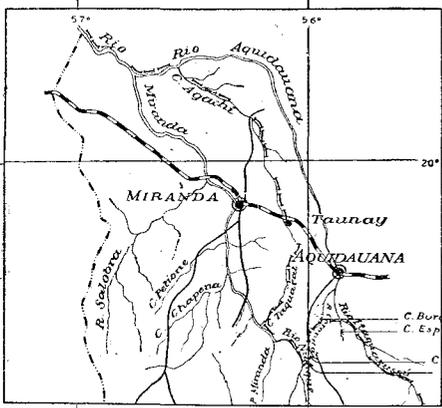
TERRITÓRIO DE PONTA PORÃ

0 20 40 60 20
 1943



23°27'17" S
 Trópico do Capricórnio

--- Limites segundo o dec. lei n.º 6550 de 31-5-1944



CONVENÇÕES	
Capital	●
Cidade	⊙
Vila	○
Povoado	•
Limite internacional	—+—+—+—+—+—+—+—+—+—
.. Interestaduais	— — — — —
.. Intermunicipal	— · — · — · — · — · — · — · — · —
Estradas de Ferro em Tráfego	—+—+—+—+—+—+—+—+—+—
.. .. Construção	— · — · — · — · — · — · — · — · —
.. .. Rodagem	— — — — —
.. .. Carrageável	— · — · — · — · — · — · — · — · —

a pecuária, destacando-se dentre os bovinos — pelas suas características especiais de adaptação ao meio — o gado pantaneiro. A pecuária é a atividade principal do habitante da planície e representa a sua riqueza mais importante. Daí resulta uma população predominantemente rural, sendo os núcleos urbanos ainda modestos. Contudo a maior concentração de população está na cidade de Bela Vista, seguindo-se Pôrto Murtinho; esta, à margem do rio Paraguai, é o principal pôrto fluvial no Território, salientando-se pela exploração do quebracho, matéria prima na produção do tanino, indispensável no tratamento de couros. Bela Vista, na margem direita do Apa tem como ligações principais as carroçáveis para Ponta Porã (130 quilômetros), Nioaque (104 quilômetros) e Pôrto Murtinho (220 quilômetros). Ao norte do Território, no vale do rio Miranda, que é um condensador de população, situa-se a cidade de Miranda, importante pela sua “função de foco da vida econômica e cultural do município”. Acresce que essa cidade é, no Território, a principal escala da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, única ferrovia que por aí passa.

De um modo geral a ligação da Baixada com o Planalto ou Chapada é mantida por carroçáveis e pela ferrovia já mencionada.

A Noroeste estabelecerá melhor conexão com o Território quando puser em funcionamento o ramal para Ponta Porã e dará fácil acesso à margem esquerda do Paraguai quando a sua ponta de trilho, atualmente em Pôrto Esperança (no Território), atravessar a grande ponte em construção, demandando a cidade de Corumbá. A conexão, relativamente satisfatória, entre as duas regiões do Território tem tornado possível a exportação, da maior parte disponível do rebanho criado na Baixada, para o Estado de São Paulo o qual é também o maior mercado consumidor de couros e chifres.

Agora passemos ao Planalto.

Do lado da planície erguem-se paredões, já bastante trabalhados pela erosão torrencial. Têm o aspecto um tanto abrupto de serra e denominam-se mesmo serra de Maracaju e de Amambai. Contudo não passam de ser o rebordo ocidental do Grande Planalto Brasileiro. Galgado o paredão ou degrau estamos num planalto tabular, constituído de rochas sedimentares (arenitos) em boa porção capeados pelos derrames de rochas efusivas constitutivas do chamado *trapp* do Paraná. Mas êste planalto tabular — que na sua face escarpada chama-se serra de Maracaju e de Amambai — não é rigorosamente horizontal, pois os rios que o percorrem — o Ivinheima, o Amambai, o Iguatemi — deslizam para leste, em busca do rio principal — o Paraná.

O Planalto ou Chapada, onde o clima continua a apresentar um verão chuvoso e um inverno sêco, moderando a temperatura, é o domínio dos campos com árvores esparsas, avultando, no entanto, pelas suas expressões econômicas, os campos limpos de Vacaria e os ervais nativos nos vales dos principais afluentes do Paraná. Os campos de Vacaria, situados entre a serra de Maracaju e o alto curso dos rios Ivinheima, Amambai e abrangendo todo o Dourados, são usados na criação de gado enquanto os ervais nativos e metidos nas matas justafluviais, são alvo de uma exploração regional de subido valor no mercado de exportação. A indústria do mate, baseada na exploração dos ervais, tem sido uma fonte ininterrupta de atividades intensas na vertente do rio Paraná. A cidade de Ponta Porã, deve muito do seu progresso ao comércio da erva-mate. Outros centros ervateiros importantes são: Dourados, Maracaju (capital do Território) e Campanário. Ponta Porã é a 2.^a cidade do Território em população, reunidos os habitantes das zonas urbana e suburbana. Acha-se na fronteira e a Avenida Internacional separa-a de Pedro Juan Caballero, na República do Paraguai. É um importante centro regional, fazendo o “abastecimento de tôda a região fronteiriça, notadamente do Paraguai” e por sua vez mune-se em Campo Grande (principal centro regional do chamado sul de Mato Grosso) através duma rodovia que é a estrada de maior tráfego comercial. Maracaju, capital do Território, “é uma cidade em pleno desenvolvimento, com um bom traçado e prédios modernos” e dela sai a estrada para Nioaque, ligando a vertente do Paraná à vertente do Paraguai. Também Maracaju está perto da importante rodovia Campo Grande-Ponta Porã, com a qual se articula.

O engenheiro Filúvio Rodrigues, que esteve na região em 1942, escreve, no seu relatório publicado sob o título *As rodovias dos ervais matogrossenses*, o seguinte a respeito de Campanário: "É uma cidade com suas casas construídas, em sua maioria de madeira, tipos modernos e de *chalets* suíços que a Cia. Mate Laranjeira fez construir para seus empregados e sua alta administração, e onde estão os seus escritórios, instalações completas de serraria, carpintaria, ferraria, boas oficinas mecânicas, usinas de força e luz, um bom hotel, muito confortável, aliás o melhor que encontrei nessa região do extremo sul.

"Com uma população de cerca de 1 500 habitantes, dispõe Campanário de um magnífico campo de pouso de aviação militar, que aí mantém um pósto-rádio.

"É toda iluminada a luz elétrica, cuja energia provém de uma usina termo-elétrica, ótima água, fossas, jardim, cinema, assistência médica modelar, com um bom hospital, um grande armazém de fornecimento, cooperativa dos trabalhadores, um grande grupo escolar, cuja frequência vai a 400 alunos diariamente. Vi uma boa quadra de tênis, e campo para *volley* e *basket-ball* com instalação de luz para jogos noturnos. Um bom campo para equitação, uma boa pista de corridas para cavalos e um cassino, onde a fina sociedade de Campanário se reúne à noite para ouvir música, jogar o *bridge* e *snooker*, completaram minha surpresa".

A exploração na zona é sobretudo extrativa, exigindo intenso transporte. Para isso os rios Ivinheima, Brilhante, Vacaria, Dourados, Amambaí e Iguatemi, todos dotados de portos, são navegados pelos barcos da Companhia Mate Laranjeira e da Viação São Paulo-Mato Grosso, os quais descendo o rio Paraná, até antes do obstáculo das Sete Quedas, descarregam em Guaira (já no Território do Iguazu), donde a erva toma destino para o principal mercado consumidor: a República Argentina.

O Território de Ponta Porã além de estar favorecido nas comunicações, pelo interior do continente, com os mercados platinos, também apresenta a vantagem de ser o menos distanciado dos importantes centros de São Paulo e Rio de Janeiro e ter ligação ferroviária com o litoral brasileiro (porto de Santos) mercê do Noroeste do Brasil e da São Paulo Railway, podendo ainda aproveitar a Sorocabana que atinge a barranca do Paraná em Porto Epitácio, na margem paulista. Com uma população calculada em 97 500 habitantes distribuída por cerca de 100 mil quilômetros quadrados, vale dizer 1 habitante para cada quilômetro quadrado, possuindo já uma economia organizada e experimentada, o Território de Ponta Porã é uma das mais vitalizadas Unidades da Federação.

No Decreto n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, que fixa o âmbito do novo Território Federal de Ponta Porã assim são descritos os limites:

— a oeste e noroeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até a foz do rio Miranda; — a nordeste, leste e sueste, pelo rio Miranda, desde a sua foz no Paraguai até a foz do rio Aquidauana, subindo por este até a foz do ribeirão Agachi pelo qual segue até as nascentes; deste ponto, por uma linha reta até a principal cabeceira do ribeirão Taquaral, descendo por este até a sua desembocadura no rio Miranda; em seguida, por este rio acima até a barra do rio Nioaque pelo qual sobe até a foz do córrego Jacarêzinho; por este córrego acima até sua nascente e daí, por uma linha reta, até a cabeceira do córrego Laranjeira; desce por este córrego até a sua foz no ribeirão Carandá; pelo qual desce até a foz do córrego Buriti; deste ponto, por uma linha reta, até a confluência do córrego Espenídio no ribeirão Taquaruçu, subindo por este até a foz do ribeirão Corumbá; por este acima, até a foz do rio Cangalha, pelo qual sobe até a sua nascente; daí, alcança o divisor de águas do rio Brilhante e do ribeirão Buriti, também chamado do Américo; segue por este divisor até a nascente do rio Brilhante, pelo qual desce até a sua foz no rio Ivinheima; prossegue pelo rio Ivinheima abaixo e, pelo seu braço navegável mais impor-

tante, alcança o rio Paraná; descendo por êste, segue até a fronteira com a República do Paraguai, na serra do Maracaju; — ao sul e sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até a foz do rio Apa;

Ainda segundo o mesmo decreto:

O Território de Ponta Porã é dividido em sete municípios, com as denominações de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju; cada um dos quatro primeiros compreende a área do município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto, parte dos municípios de Miranda e de Corumbá, do mesmo Estado; o sexto e o sétimo, respectivamente, parte dos municípios de igual nome, ainda do mesmo Estado; sendo sua capital a cidade de Maracaju.

☆

N.º 11 — A população de fato do Território de Ponta Porã,
nas suas novas fronteiras*

SUMÁRIO: 1. Municípios que contribuíram para a área e a população do Território. — 2. Discriminação da população atribuída ao Território. — 3. População de fato do Território, segundo o sexo. — 4. População de fato do Território, segundo a situação dos domicílios. — 5. Densidade da população. — 6. População atual do Território.

1. — O Território de Ponta Porã abrange, em todo ou em parte, as áreas e os habitantes de 8 municípios, que até a criação dêsse Território pertenciam ao Estado de Mato Grosso.

Os municípios totalmente incluídos no Território são os de Bela Vista, Dourados, Miranda, Ponta Porã e Pôrto Murtinho.

O município de Corumbá perde, para o Território, o distrito de Pôrto Esperança.

Os municípios de Maracaju e Nioaque ficam incluídos no Território com exceção de partes relativamente pequenas, e quase despovoadas, das suas áreas.

O Território divide-se em 7 municípios. Dêstes, 4, ou seja, Bela Vista, Dourados, Ponta Porã e Pôrto Murtinho, coincidem com os anteriormente existentes; 2, Maracaju e Nioaque, compreendem respectivamente a maior parte dos antigos municípios homônimos; 1, Miranda, abrange todo o antigo município homônimo, mais o distrito de Pôrto Esperança, desmembrado do município de Corumbá.

2. — A determinação da população de fato do Território de Ponta Porã, conforme o censo de 1940, não encontrou dificuldade no que diz respeito aos municípios e distritos que passaram integralmente para o Território. Com efeito, a apuração definitiva, já realizada, forneceu todos os elementos necessários para essa determinação.

Pôde-se também determinar com relativa facilidade, mediante o exame comparativo dos mapas municipais e das cadernetas dos agentes recenseadores, a população das pequenas partes de outros municípios, excluídas do Território, como está esclarecido na nota que acompanha a tabela I.

3. — A tabela I indica a população do fato existente no mês de setembro de 1940 nas áreas que agora passaram a formar o Território de Ponta Porã, dividida segundo os municípios a que pertencia e segundo os que agora pertence, e discriminada por sexo.

* Elaborado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento e reproduzido por gentileza do presidente da Comissão Censitária Nacional.

Em conjunto a população do Território ascende a 90 912 habitantes.

TABELA I

População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território de Ponta Porã, por sexo *

MUNICÍPIOS ANTIGOS	Homens	Mulheres	Total	Municípios novos
Bela Vista.....	7 226	6 549	13 775	Bela Vista
Dourados.....	8 080	6 905	14 985	Dourados
Ponta Porã.....	17 408	15 588	32 996	Ponta Porã
Pôrto Murтинho.....	3 872	3 313	7 185	Pôrto Murтинho
Miranda.....	5 579	5 043	10 622	} Miranda
Corumbá (parte).....	903	612	1 515	
Maracaju (parte).....	2 628	2 532	5 160	Maracaju
Nioaque (parte).....	2 448	2 226	4 674	Nioaque
TOTAL.....	48 144	42 768	90 912	

A população média por município é de 12 937 habitantes. O município mais populoso é o de Ponta Porã, com 32 996 habitantes; o de menor população, o de Nioaque, com apenas 4 674 habitantes.

4. — As apurações realizadas permitem discriminar a população de fato do Território segundo a situação dos domicílios: urbana, suburbana e rural. A tabela II apresenta os resultados desta discriminação.

TABELA II

População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território de Ponta Porã, segundo a situação do domicílio

MUNICÍPIOS ANTIGOS	SITUAÇÃO			Total	Municípios novos
	Urbana	Suburbana	Rural		
Bela Vista.....	2 463	3 403	7 909	13 775	Bela Vista
Dourados.....	852	969	13 164	14 985	Dourados
Ponta Porã.....	3 986	2 067	26 943	32 996	Ponta Porã
Pôrto Murтинho.....	2 041	162	4 982	7 185	Pôrto Murтинho
Miranda.....	1 450	415	8 757	10 622	} Miranda
Corumbá (parte).....	415	310	790	1 515	
Maracaju.....	888	471	3 801	5 160	Maracaju
Nioaque (parte).....	612	350	3 712	4 674	Nioaque
TOTAL.....	12 707	8 147	70 058	90 912	

* Para os cinco primeiros municípios e para o de Corumbá (distrito de Pôrto Esperança), dados da apuração definitiva do censo demográfico.

Para Maracaju, dados da apuração definitiva referente ao conjunto do município. No exame das cadernetas não foi encontrado nenhum domicílio situado na parte do município que fica excluída do Território, embora o mapa municipal assinala nesta parte a existência de uma fazenda.

Para Nioaque, o exame das cadernetas permitiu apurar em 83 o número das pessoas recenseadas nos domicílios situados na parte do município que fica excluída do Território. Discriminados por sexo conforme estimativa (43 horas e 40 minutos), êsses 83 foram subtraídos da população de fato do município, constante da apuração definitiva, que se reduziu às cifras indicadas na tabela.

A população do Território é em parte preponderante — 77,06% — rural. A população urbana constitui apenas 13,98% do total e a suburbana 8,96%.

As principais aglomerações urbanas encontram-se nos distritos de Ponta Porã, com 4 480 habitantes (3 027 no quadro administrativo urbano e 1 453 no suburbano); Bela Vista, com 5 641 (2 463 urb., 3 178 sub.) e Pôrto Murтинho, com 2 203 (2 041 urb., 162 sub.). O pequeno centro de Maracaju, no distrito homônimo, com 756 habitantes no quadro urbano e 255 no suburbano, foi escolhido como sede da capital do Território.

5. — A superfície total do Território é de 101 239 quilômetros quadrados. Em relação a esta superfície, a população de 90 912 corresponde a uma densidade de 0,89 habitantes por quilômetro quadrado.

Na tabela III indica-se a superfície, a população e a densidade desta em cada município, conforme a nova divisão territorial.

TABELA III

Superfície, população presente em 1.º-IX-1940, e densidade da população nos municípios do Território

MUNICÍPIOS NOVOS	Superfície (km ²)	População (hab)	Densidade (hab/km ²)
Bela Vista.....	9 358	13 775	1,47
Dourados.....	19 688	14 985	0,76
MARACAJU.....	4 493	5 160	1,15
Miranda.....	24 142	12 137	0,50
Nioaque.....	6 213	4 674	0,75
Ponta Porã.....	22 425	32 996	1,47
Pôrto Murтинho.....	14 920	7 185	0,48
TOTAL	101 239	90 912	0,89

A densidade da população é muito baixa em todos os municípios, variando entre o mínimo de 0,48 no de Pôrto Murтинho e o máximo de 1,47 nos de Bela Vista e Ponta Porã.

6. — Supondo-se que a taxa anual de crescimento da população no Território de Ponta Porã seja a mesma provisoriamente adotada nas estimativas para o conjunto da União, pode-se calcular em cerca de 97 500 habitantes a população do Território em 31 de dezembro de 1943.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1944.

GIORGIO MORTARA
Consultor Técnico

Território do Iguaçu

Prof. LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS
Auxiliar da Secção de Estudos Geográficos do
Serviço de Geografia e Cartografia

O domínio do Território do Iguaçu abrange boa parte da vertente esquerda do vale do rio Paraná, no Estado de igual nome e no de Santa Catarina.

Compreende uma parte do Planalto Meridional do Brasil no seu patamar mais ocidental e que suavemente se inclina para oeste, na direção do rio principal.

Do ponto de vista do relêvo não oferece variedade notável. É um planalto fundamente recortado por rios que o decompõem em blocos cujos cimos são planuras, mais ou menos onduladas, e revestidas de campos e de florestas. Assim, o aspecto do relêvo se resume num planalto regular com vales profundos onde deslizam os rios bem encaixados.

A constituição geológica resume-se em camadas de arenito intercaladas de lençóis de rochas efusivas as quais formam um revestimento resistente ou produzem diques. Resulta daí apresentarem-se os rios encachoeirados nos pontos em que atingem estes diques. Tal fato tem repercussão na circulação regional e, portanto, na vida econômica do Território que desta forma fica privado do uso vantajoso das vias fluviais para as comunicações e transportes.

Na parte ocidental do Território, tanto os blocos do planalto como os vales apresentam uma cobertura florestal que é o tipo de vegetação dominante.

É uma floresta alta, algo espessa, com árvores de troncos robustos. Está florêsta, algo parecida com a da encosta atlântica, encerra muitas reservas de recursos naturais sendo ela própria a fonte básica da economia da região.

Mas, além da floresta, há um outro aspecto da vegetação — o campestre — de importância econômica. São os campos da zona de Clevelândia, de Laranjeiras e de outros pontos, aproveitados para a criação, reproduzindo em menor escala aí no oeste, os mesmos cenários dos Campos Gerais, típicos do segundo patamar do Planalto do Brasil Sul.

A floresta, dominante, revela de um certo modo as condições do clima. Este é bastante úmido. A zona dos municípios de Foz do Iguaçu e Xaçupé é a mais chuvosa do Planalto Meridional. As chuvas são mais fortes — com tempestades — durante o verão, quando a temperatura também apresenta-se mais elevada com a média de mais de 30°. No inverno as chuvas decrescem porém a baixa maior é na temperatura que desce à escala temperada. De um modo geral as chuvas são uniformemente distribuídas destacando-se mais as estações quanto à temperatura.

As águas correntes que atravessam o Território são drenadas tôdas para o rio Paraná refletindo a inclinação geral dos terrenos para oeste. Os afluentes do Paraná são apenas navegáveis em pequeno trecho a partir das desembocaduras, não o sendo mais para cima em virtude das condições de estrutura geológica já referidas. Dentre os afluentes diretos do Paraná destacam-se o rio Ivaí — limite norte do Território — o rio Piquiri, o rio Iguaçu e limitando a nova Unidade Política pelo sul corre o rio Uruguai.

É nos domínios territoriais da nova Unidade que se encontram as mais importantes quedas d'água do Brasil Sul: o salto das Sete Quedas, também chamado Guaíra, no rio Paraná, e o salto do Iguaçu, também chamado salto Santa Maria, no rio Iguaçu pouco a montante da sua confluência no Paraná.

O rio Paraná é o mais importante prestando-se a uma navegação relativamente franca até Porto Mendes donde parte uma estrada de ferro até Guaíra, contornando o obstáculo das Sete Quedas. A navegação no grande rio tem

expressão internacional sendo comuns os barcos argentinos. É através do Paraná que se dá o escoamento maior dos produtos dos ervais de Ponta Porã e do das margens do próprio rio.

Como já dissemos, a floresta é a fonte básica da economia tradicional da região, que é essencialmente extrativa, destacando-se principalmente a exploração dos ervais metidos na mata e na exploração de madeiras como a pe-roba, o ipê, o cedro e em menor escala, o pinheiro.

Em virtude da deficiência de ligações com o leste, a atividade econômica do Território tende a voltar-se para o lado de transporte mais fácil, sendo notada a influência dos mercados platinos nos negócios regionais, isto porque é o rio Paraná a via mais fácil de acesso daqueles mercados ao oeste do Brasil Sul.

Mas a colonização que avança de leste para oeste e de sul para norte tende a determinar melhores comunicações com o resto do Brasil Sul. Até agora a cidade de Guarapuava é um valioso ponto de partida de ligações leste-oeste com o Território havendo mesmo apenas uma só rodovia regular para a cidade de Foz do Iguaçu. A única estrada de ferro é a construída pela Companhia Mate-Laranja, de Pôrto Mendes a Guaíra, mas futuramente poderá haver ligação ferroviária de Guaíra ou Pôrto Mendes com Londrina, no norte do Paraná, a qual possui ligação com São Paulo.

O povoamento do Território apresenta o seu aspecto mais regular, mais estável, nas colônias de regime agrícola e que lentamente vão se infiltrando rumo oeste. No conjunto o povoamento ainda é disperso, mas a região reúne as melhores condições de desenvolvimento econômico e de adensamento humano; a questão é dotar o Território de vias de circulação suficientes ao tráfego de produtos e necessárias ao deslocamento fácil dos habitantes. Dentre os Territórios recentemente criados o de Iguaçu é o que apresenta maior densidade demográfica, com um e meio habitante por quilômetro quadrado. Os aglomerados de população mais importantes são os de Foz do Iguaçu, Pato Branco e Clevelândia. Guaíra a montante das Sete Quedas, é um núcleo bastante progressista, dotado de requisitos da civilização, intimamente ligado à exploração ervateira no Território vizinho de Ponta Porã. Iguaçu (ex-Xagu, por sua vez ex-Laranjeiras) é a capital do Território e constitui um núcleo promissor, ainda modesto mas gozando de uma boa situação geográfica; é o primeiro ponto importante a oeste de Guarapuava, colocado numa franja pioneira. A população do Território, calculada, para os fins de 1943, em 104 000 habitantes tem considerável parcela no antigo oeste catarinense, onde o município de Xaçupé agrupava, em 1940, 44 327 habitantes. Convém assinalar que 90 % da população do Território ocupa a zona rural.

O Território do Iguaçu, por falta de boas comunicações ainda não apresenta o devido progresso econômico, estando ainda a maior parte das suas riquezas em estado potencial. Porém, com uma administração agora mais direta, é de esperar-se que venha a ter a verdadeira expressão, que tanto a sua posição geográfica como o que as suas terras encerram, garantem.

Estabelecidas as ligações indispensáveis, animado o comércio, garantido o intercâmbio com os planaltos de leste, vivificada, enfim, a economia já evoluída para o estágio mais adiantado da agricultura e da indústria, o Território do Iguaçu será outra importante extensão do Planalto de Oeste, como já o é a parte ocidental do Estado de São Paulo, e assim, pouco a pouco, serão integrados, na economia nacional, em termos positivos, os vazios demográficos e econômicos do nosso Brasil.

Segundo o Decreto-lei n.º 6 550 foram fixados os seguintes limites para o Território do Iguaçu:

— ao norte, nordeste, leste e sueste, o rio Ivaí desde a sua foz no Paraná até a confluência do rio Tapiracuí, subindo por este até a foz do ribeirão Sal-tinho pelo qual sobe até as suas cabeceiras; daí, por uma linha reta e seca, alcança as nascentes do rio d'Areia e descendo por este vai até a sua foz no rio Piquiri; deste ponto segue pelo rio Piquiri acima até a foz do rio Cobre, pelo qual sobe até a foz do rio das Cinco Voltas, por este acima até a desembocadura do arroio dos Quatis, pelo qual sobe até a sua nascente; daí por uma linha

reta, alcança a cabeceira do rio Restinga Grande e por este abaixo até sua foz no rio Cantagalo pelo qual desce até o rio Cavernoso, descendo por este até sua foz no rio Iguaçu, deste ponto, segue pelo rio Iguaçu acima até a foz do rio Butiá, pelo qual sobe até as suas nascentes, de onde segue em linha reta até as cabeceiras do lajeado Rancho Grande pelo qual desce até sua foz no rio Chopim; daí pelo Chopim abaixo, até a foz do rio das Lontras e por este, águas acima, até a foz do ribeirão das Capivaras pelo qual sobe até sua nascente; desse ponto segue pelo espigão divisor das águas dos rios Iguaçu e Uruguai, passando pelo morro da Baliza, no rumo geral de leste, até encontrar as nascentes do lajeado Santa Rosa; desce por este lajeado até sua desembocadura no rio Xapecó, pelo qual sobe até a foz do lajeado Norte, e por este acima até sua nascente; daí continua por uma linha seca até encontrar a nascente do lajeado Tigre e por este abaixo até sua foz no rio Xapecózinho; descendo por este até a foz do lajeado do Paulo, pelo qual sobe até sua nascente; daí por uma linha reta, à cabeceira do lajeado Torto; desce por este até a sua confluência no rio Ressaca, pelo qual continua águas abaixo até sua foz no rio Irani, descendo por este até sua foz no rio Uruguai; — ao sul o rio Uruguai, da foz do rio Irani até a foz do Peperi-guaçu, nos limites com a República Argentina; — a sudoeste, oeste e noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai, prosseguindo pelo talvegue do rio Paraná até a foz do rio Ivai.

Ainda de acôrdo com o referido decreto-lei,

o Território do Iguaçu é dividido em cinco municípios, com as denominações de Foz do Iguaçu, Clevelândia, Iguaçu, Mangueirinha, e Xapecó; o primeiro compreende a área do município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná, e parte do distrito de Campo Mourão, do município de Guarapuava, do mesmo Estado; o segundo compreende a área do município de igual nome, que pertencia ao Estado já referido; o terceiro, o distrito de Laranjeiras e parte do distrito do Catanduvás, ambos do município de Guarapuava, já mencionado; o quarto, parte do município de Palmas, ainda do mesmo Estado; e o quinto, parte do município de Xapecó, que pertencia ao Estado de Santa Catarina, sendo a sua capital a cidade de Iguaçu (ex-Vila de Xagu, por sua vez ex-Laranjeiras).



N.º 13 — A população de fato do Território do Iguaçu, nas suas novas fronteiras *

SUMÁRIO: 1. *Municípios que contribuíram para a área e a população do Território.* — 2. *Discriminação da população atribuída ao Território.* — 3. *População de fato do Território, segundo o sexo.* — 4. *População de fato do Território, segundo a situação dos domicílios.* — 5. *Densidade da população.* — 6. *População atual do Território.*

1. O Território do Iguaçu abrange, em todo ou em parte, as áreas e os habitantes de 5 antigos municípios, dos quais 4 situados no Estado do Paraná e 1 no de Santa Catarina.

Dos 4 municípios paranaenses, os de Clevelândia e Foz do Iguaçu ficam totalmente incluídos no Território.

O município de Palmas cede ao Território os distritos de Chopim e Mangueirinha.

* Elaborado pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento e reproduzido por gentileza do presidente da Comissão Censitária Nacional.

O município de Guarapuava cede o distrito de Laranjeiras, a maior parte do de Catanduvas, com a sede, e uma parte vasta, mas quase deserta, do distrito de Campo Mourão, sem a sede.

O município catarinense de Xaçecó fica incluído quase totalmente no Território, restando fora d'êste apenas uma pequena parte do distrito de Santo Antônio.

O Território divide-se em 5 municípios. Entre êstes, o de Clevelândia coincide com o existente; o de Foz do Iguaçú abrange a área do antigo homônimo, mais a parte do distrito de Campo Mourão cedida pelo município de Guarapuava; o de Xaçecó abrange tôda a parte do antigo homônimo, mais a parte do distrito do de Campo Mourão cedida pelo município de Guarapuava; o de Xaçecó abrange tôda a parte do antigo homônimo cedida ao Território. Os municípios de nova constituição são o de Mangueirinha, que abrange os dois distritos cedidos pelo município de Palmas, e o de Iguaçú, que compreende o distrito de Laranjeiras e a parte do distrito de Catanduvas cedidos pelo município de Guarapuava.

Êste novo município de Iguaçú fica na sede da capital do Território.

2. A determinação da população de fato do Território do Iguaçú pôde ser feita pelos resultados da apuração definitiva no que diz respeito aos municípios ou distritos totalmente incluídos.

Sômente para os distritos de Catanduvas, Campo Mourão e Santo Antônio se tornou necessário recorrer ao exame coordenado das cadernetas dos agentes recenseadores e dos mapas topográficos, para discriminar a parte da população incluída no Território. Para os distritos de Catanduvas e Santo Antônio, não foram encontrados habitantes nas partes excluídas do Território. Quanto ao distrito de Campo Mourão, encontraram-se apenas 8 habitantes na parte incluída no Território.

3. — A população de fato existente em 1.º de setembro de 1940 nas áreas agora atribuídas ao Território do Iguaçú consta da tabela I, onde está discriminada segundo os municípios a que então pertencia e segundo os a que pertence agora, e subdividida por sexo.

Em conjunto a população do Território ascende a 96 848 habitantes.

TABELA I

População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território do Iguaçú, por sexo

MUNICÍPIOS ANTIGOS	Homens	Mulheres	Total	MUNICÍPIOS ATUAIS
Clevelândia.....	8 859	8 381	17 240	Clevelândia.
Foz do Iguaçú..... (Guarapuava)	4 301	3 344	7 645	} Foz do Iguaçú.
Distrito de Campo Mourão (parte).....	5	3	8	
Distrito de Catanduvas (parte).....	1 114	1 079	2 193	} Iguaçú.
Distrito de Laranjeiras.....	6 203	5 874	12 077	
Palmas (parte).....	6 719	6 639	13 358	Mangueirinha.
Xaçecó (parte).....	22 865	21 462	44 327	Xaçecó.
TOTAL.....	50 066	46 782	96 848	

4. Discriminando-se a população de fato do Território segundo a situação dos domicílios — urbana, suburbana ou rural —, obtêm-se os resultados expostos na tabela II.

TABELA II

População presente em 1.º-IX-1940 na área do atual Território do Iguaçú, segundo a situação dos domicílios

MUNICÍPIOS ANTIGOS	SITUAÇÃO			TOTAL	MUNICÍPIOS ATUAIS
	Urbana	Suburbana	Rural		
Clevelândia.....	1 076	803	15 361	17 240	Clevelândia.
Foz do Iguaçú..... (Guarapuava)	1 962	588	5 095	7 645	} Foz do Iguaçú.
Distrito de Campo Mourão (parte).....	—	—	8	8	
Distrito de Catanduvas (parte).....	—	—	2 193	2 193	} Iguaçú.
Distrito de Laranjeiras.....	638	—	11 439	12 077	
Palmas (parte).....	93	72	13 193	13 358	Mangueirinha.
Xapecó (parte).....	2 729	1 399	40 199	44 327	Xapecó.
TOTAL	6 498	2 862	87 488	96 848	

A população do Território, conforme a divisão administrativa, é em parte preponderante rural; com efeito, encontram-se no quadro rural 90,34% dos habitantes, em comparação com apenas 6,71% no quadro urbano e 2,95% no suburbano.

Não existem no Território aglomerações urbanas, no sentido demográfico da expressão. Entre os pequenos centros existentes, os principais encontram-se nos distritos de Foz de Iguaçú (com 853 habitantes no quadro urbano e 588 no suburbano, ou seja, em total 1 441 no centro); Clevelândia (747 habitantes no quadro urbano e 90 no suburbano; em total, 837 no centro); Pato Branco (no município de Clevelândia, com 329 habitantes no quadro urbano e 713 no suburbano; em total, 1 042 no centro); Laranjeiras (sede da capital), com a nova denominação de Xagu; 628 habitantes no quadro urbano e 0 no suburbano); e Xapecó (505 habitantes no quadro-urbano e 296 no suburbano; em total, 801 no centro).

5. A superfície total do Território é de 65 854 quilômetros quadrados. Em relação a esta superfície, a população de 96 848 habitantes corresponde a uma densidade de 1 047 habitantes por quilômetro quadrado.

Indicam-se na tabela III a superfície, a população e a densidade desta, para cada município, conforme a nova divisão territorial.

TABELA III

Superfície, população presente em 1.º-IX-1940, e densidade da população nos municípios do Território

MUNICÍPIOS ATUAIS	Superfície km2	População hab	Densidade hab/km2
Clevelândia.....	9 525	17 240	1,81
Foz do Iguaçú.....	30 102	7 653	0,25
IGUAÇU.....	7 666	14 270	1,86
Mangueirinha.....	4 159	13 358	3,21
Xapecó.....	14 402	44 327	3,08
TOTAL	65 854	96 848	1,47

A superfície média do município é de 13 171 quilômetros quadrados; a população média, de 19 370 habitantes.

A população dos municípios varia entre o mínimo de 7 653 (Foz do Iguaçu) e o máximo de 44 327 (Xapecó).

A densidade, embora sendo em todos os municípios baixa e inferior à média nacional, apresenta variações relativamente grandes, entre o mínimo de 0,25 (Foz do Iguaçu) e o máximo de 3,21 (Mangueirinha).

6. — Supondo-se que a taxa anual de crescimento da população no Território do Iguaçu seja a mesma provisoriamente adotada nas estimativas para o conjunto da União, pode-se calcular em cerca de 104 000 habitantes a população do Território em 31 de dezembro de 1943.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1944.

GIORGIO MORTARA
Consultor Técnico

Tertúlias geográficas semanais

SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA TERTÚLIA, REALIZADA A 4 DE JULHO DE 1944

EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE — VISITA À CIDADE DE ITABIRA E EXCURSÃO À FAZENDA DO GIRAU PELA PROF.^a LUCI ABREU — FUNDAÇÃO DE ITABIRA, A EXPLORAÇÃO DO OURO — DECADÊNCIA — O CICLO DO CAFÉ — O CICLO DO FERRO — A ANTIGA FORJA CATALÁ DO GIRAU — APROVISIONAMENTO EM MINÉRIO E CARVÃO — FUNCIONAMENTO — CAUSAS DE SUA LOCALIZAÇÃO — DEBATES: IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO DO GIRAU E OUTRAS FORJAS NO SÉCULO PASSADO

Presidindo a sessão, o Prof. Lúcio de Castro Soares comunicou a continuação do tema da excursão ao vale do rio Doce, promovida pela Faculdade Nacional de Filosofia e patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia. Seria assunto do dia a apresentação do relatório geral do trecho entre Itabira e a fazenda do Girau, pela Prof.^a Luci Guimarães de Abreu, que tomou a palavra a seguir.

Depois de uma longa viagem, de Monlevade, através de Nova Era, pela estrada de rodagem, os excursionistas chegaram a Itabira no sábado, dia 21 de agosto de 1943, às 7 horas da noite.

Itabira conserva ainda esse ar de cidade mineira de antanho, com suas lazeiras estreitas e casas de sacada de grade como Sabará, Ouro Preto e como quase todos os núcleos de população mineira de fundação ligada à exploração do ouro.

Foi no início do século XVIII, mais ou menos em 1720, que Francisco Faria Ibernaz, seus irmãos e alguns paulistas partiram de Itambé (ao norte da atual Itabira) e atravessaram 10 léguas de florestas, na procura do ouro, em direção ao pico de Itabira, o atual Cauê. Depois de atravessar a garganta do Piçarrão, encontram o precioso metal junto ao córrego da Prata, assim por eles denominado, e hoje segundo informações locais córrego da Pria. Aí, na base do morro, estabeleceram o primeiro núcleo, de onde surgiria a cidade e em cujo local ainda se encontram as ruínas da capela que ergueram em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. A cidade que nascia, deram o nome de Itabira, nome que segundo os indianistas quer dizer "Pedra que brilha". Referiam-se ao Cauê que nos dias ensolarados é a pedra que brilha.

Esse núcleo teve rápido desenvolvimento, à proporção que o ouro ia sendo descoberto, com a exploração, o cobiçado metal se foi extinguindo e Itabira foi entrando em crise.

Um novo ciclo econômico procurou substituir o ouro — o café. Itabira chegou a ser uma grande produtora, exportando até para São Paulo, via Santa Bárbara. No entanto esse novo ciclo seria mais efêmero e menos rendoso que o primeiro. Vários fatores concorreram para sua queda: além do esgotamento das terras, havia a dificuldade dos transportes, pois a exportação era feita em lombo de burros. Só atualmente Itabira tem melhorado os meios de comunicação, pois só em 1924 é que ela foi ligada a Santa Bárbara por estrada de rodagem, a Nova Era foi mais recentemente e apenas no dia de nossa chegada é que a estrada de ferro, ligando-a a Nova Era, foi inaugurada. Ainda há em Itabira vestígios dessa fase cafeeira, tendo plantações de café, muitas das quais abandonadas nas encostas das montanhas não muito longe da cidade. Um resto de floresta é conservado no alto para manter a umidade, evitar a erosão violenta ou as grandes enxurradas que prejudicariam as plantações.

Como cidade mineira, Itabira não possui grande tradição agrícola ou pastoril, e sua produção nesse setor é para o próprio consumo. A produção é além do café, milho, arroz e feijão.

Por esse declínio da fase de mineração e o breve surto agrícola, a cidade de Itabira, como tantas outras do Brasil, relembra uma era próspera. No entanto por seu isolamento, Itabira conservou mais do que as outras esse ar de antanho.

Por esses fatores, Itabira estacionou muitos anos, mas não chegou a retroceder. Embora tudo fôsse contrário, especialmente a falta de transportes, seus habitantes laboriosos conseguiram erguer duas fábricas de tecidos: Gabiroba e Pedreira que estão em pleno funcionamento. Possui uma indústria de arreios, hoje decadente e ainda tem boas oficinas de fundição. Tem ainda possibilidades de explorar uma fonte termal — Água Santa, assim chamada, por lhe ser atribuída a qualidade de curar os reumáticos.

A educação não foi descuidada, tendo para isso um ginásio, o Sul Americano, uma escola normal — Nossa Senhora das Dores, para onde vêm pessoas de regiões bem distantes, inclusive do Espírito Santo, e também vários grupos escolares.

Do seu esplendor antigo ainda guarda alguns edifícios como a nova Igreja de N. Sra. do Rosário no largo da Matriz, numa altitude de 815 metros o hotel da atual Cia. do Vale do Rio Doce, casa estilo colonial que foi residência da família Andrade, o prédio do Colégio N. Sra. das Dores.

Itabira esqueceu o tempo... mas isto não estava predestinado a ser para sempre. Situada numa das zonas mais ferríferas de Minas, teria possibilidades para ressurgir iniciando um novo ciclo econômico, a exploração do ferro.

Embora há muito se pensasse nisso, basta lembrar a longa discussão da Itabira Iron, nada fôra feito até agora. Mas, com essa nova grande guerra, surgiram necessidades prementes do minério de ferro e urgia que se ultimassem o plano de exploração e mais do que isso a sua realização. É o que hoje se faz, com grandes capitais americanos.

E assim, dentro em breve em Itabira haverá uma repetição do que aconteceu em Sabará: duas cidades. De um lado a cidade velha, estilo colonial, que se conserva como uma reliquia, a cidade-museu, testemunha de antigo esplendor. Do outro, para o lado do Cauê, surgirá uma nova cidade de plano pré-estabelecido, com todo o conforto moderno, inclusive um campo de aviação, que já está construído. Essa nova cidade será o produto de uma nova época — a do ferro, que irá transformar a pacata Itabira num ativo centro industrial. Itabira e a nova Presidente Vargas se desenvolverão como Sabará e Siderúrgica.

Na 2.^a feira, dia 23, os excursionistas realizaram uma visita à fazenda do Girau, ao norte de Itabira, afim de conhecer uma velha forja catalã. Era uña "volta ao passado", segundo disse o professor Veríssimo.

Essa fazenda do Girau, já existia desde 1817 produzindo duas arrôbas por mês, embora possuísse máquinas tôscas, movidas a força hidráulica.

Na fazenda, ao lado da casa grande, de moradia, encontra-se um grande barracão, onde estão as maquinarias para a fabricação do ferro e por isso está situado nas margens do rio Girau. Havia ainda um galpão onde se guardavam os produtos da forja.

Essa pequena forja, embora tão rudimentar (não para a época em que foi construída, mas em comparação às grandes usinas metalúrgicas) funcionou até três anos passados, pertencendo à Itabira Iron e atualmente à Cia. do Vale do Rio Doce.

Segundo informação do encarregado da fazenda o minério era extraído das vizinhanças imediatas do alto do campo, situado entre Itabira e Girau. O minério preferido é a jacutinga, porque já é pulverulenta o que facilita sua exploração. Já o itabirito compacto, encontrado nos caminhos, precisa ser reduzido a pó e para tal foi construído um soquete hidráulico. Para facilitar o trabalho, no local de extração do minério, havia um trabalhador encarregado de socar a areia e peneirá-la. Depois, o minério era transportado para as forjas em bêstas. O carregamento de um dia bastava para alimentar a fábrica durante quinze dias.

O carvão que alimentava os fornos, era o carvão vegetal, extraído nas redondezas e transformado no "Alto da Cruz", segundo três processos diferentes: a) do *buraco*, o processo mais simples, que em um dia fornece o carvão; b) o processo de *rumas*, que exigia 5 a 6 dias para produzir o carvão, e c) da *caieira* que levava 10 a 12 dias. O carvão do primeiro tipo de obtenção,

isto é, o do buraco, é um carvão de fraco valor calorífico, empregado somente para as ferragens. Já para a fundição era necessário o carvão de ruma e melhor ainda o de caieira.

O tipo preferido de madeira, para transformar em carvão era o *camboatá*, abundante nas florestas das vizinhanças que, por ser mais durável, era também empregado nas construções.

Feito o carvão no Alto da Cruz, era ele transportado para a forja, por meio de tropas de 8 a 10 burros de carga, conduzidos por dois operários.

Para a fundição do minério havia 6 fornos, de dimensões muito reduzidas constituídos de itacolomita e argila refratária. No entanto, somente trabalhavam de cada vez três fornos, porque as trompas hidráulicas não produziam ar suficiente para fazer funcionar todos os fornos ao mesmo tempo. Faziam as corridas de 4 em 4 horas, desde as 4 da manhã até às 6 da tarde.

A lupa, ou bola que saía do forno pesava aproximadamente de 15 a 20 quilogramas e era levada incandescente para ser martelada, isto é bitolada, na medida desejada. As bitolas eram diferentes: a bitola das ferragens tinha 3 centímetros de largo e 1 de espessura. Após sofrerem o bitolamento, as peças destinadas a foices voltavam ao forno para refinamento, e novamente iam ser bitoladas para tomar a forma definitiva.

A última fase do processo era a forja. Havia quatro forjas também tocadas pelo ar, onde se batia o ferro sobre 4 bigornas: aí ficavam dois homens com um martelo e o malho de mão. Depois de forjadas, as ferraduras são temperadas e depois de preparadas separadas em dúzias. As foices e as armas eram preparadas com mais cuidado.

Tôda a energia para movimentar a fábrica provinha do açude da Fábrica, no rio Girau, hoje chamado Cachoeira, situado a 2,50 quilômetros da fábrica.

Essa antiga forja não exigia um número muito grande de operários: além dos homens que cortavam a madeira e preparavam o carvão, havia: um operário encarregado de triturar a "pedra de ferro", um aprendiz puxando o minério, dois homens transportando o carvão, um homem encarregado da fundição, oito homens encarregados das forjas, na razão de dois para cada uma, e oito homens trabalhando nas ferragens.

Era, portanto, um total aproximado de 25 empregados. Serviços como o do transporte, podiam ser feitos por aprendiz e os mais práticos eram os que trabalhavam nas foices e nas ferraduras. Assim o salário era proporcional ao trabalho e também à produção: o ferreiro ganhava Cr\$ 1,20 por dúzia de ferraduras. Já o malhador percebia menos, Cr\$ 1,00 por dúzia.

O administrador morava na casa e todos os empregados recebiam alimentação e dormida, pois só iam à casa, onde moravam suas famílias, no fim da semana.

A produção diária era, em média, de 24 dúzias de ferraduras, correspondendo portanto, seis dúzias para cada forja, além de foices e material agrícola. Essa produção era escoada por duas estradas: a estrada antiga que ia de Itabira a Itambé do Sérro, passando pela Mata do Moleque e por uma mais nova, a estrada do Girau. Era levada por burros e vendida em Itabira ou em Itambé.

Esta pequena fábrica, embora abandonada, não está inutilizada, pois há pouco tempo esteve lá um técnico inglês, que a fez funcionar, conseguindo produzir ferro, do qual nos deram umas amostras.

Quase não cuidavam de agricultura; a que existia não chegava para os trabalhadores. A única preocupação era a exploração do ferro. Vários fatores concorreram para a localização da fazenda do Girau: — 1.º sua localização está em função da água, que devia vir de certa altura, para se fazer o aproveitamento da força hidráulica; 2.º a existência do minério de ferro nas redondezas; 3.º outra grande necessidade era de matas, para tirar o carvão vegetal e aí existia a chamada Mata do Moleque; 4.º proximidade da estrada, porque essas forjas supriam as necessidades dos mineiros em ferragens, mas especialmente as dos tropeiros, em ferraduras.

Estando num ponto de passagem a sua existência era de grande utilidade.

Além desta forja do Girau, havia uma série de outras forjas em tórno de Itabira, marcando uma zona de povoamento antigo, de caráter industrial, com ausência de agricultura. No entanto, o estabelecimento de usinas metalúrgicas evoluídas em Sabará e Monlevade, pouco a pouco trouxe a ruína a essas pequenas forjas, que não podiam competir com os grandes centros modernos.

Foi ilustrada a exposição com numerosas fotografias comentadas na ocasião, tanto da parte antiga de Itabira, como das instalações da fazenda do Girau.

Abertos os debates, o Prof. Lúcio de Castro Soares pediu um esclarecimento quanto ao arrendamento da fazenda do Girau pela Itabira Iron.

Respondeu a Prof.^a Luci G. de Abreu que no período da Itabira Iron a fazenda explorava o minério por sua própria conta; o informante da fazenda forneceu, também, dados comparativos sobre os preços dos produtos e os salários.

Falou, então o Prof. Ruellan que frisou ter sido a tertúlia dedicada à geografia humana, compreendendo um assunto bem interessante, que foi bem exposto e interpretado de acôrdo com as observações dos membros da excursão pela Srta. Luci G. de Abreu. Acrescentaria alguns complementos. Em primeiro lugar, salientou que em interrogatórios feitos em habitantes ou operários locais, como sucedera na fazenda do Girau, era necessário sempre um certo espírito de crítica; assim, segundo as informações dadas pelo encarregado, um carregamento de carvão vegetal servia para o aprovisionamento da forja por 15 dias. Ora, se havia quatro corridas por dia e para cada uma três fornos funcionando produzindo cada uma 20 quilos ter-se-ia em 15 dias 3 600 quilos e é verdadeiramente espantoso que o pobre lombo do burro pudesse transportar em um só dia mais de três toneladas de minério, necessárias para garantir um aprovisionamento de 15 dias. Havia necessidade de maior precisão quanto ao número de burros e o tempo do trabalho.

A fazenda do Girau estava ligada a uma atividade especial, como tôdas as fazendas de exploração do ouro nesta zona, isto é, a atividade derivada da proximidade dos locais de transporte. A fazenda produzia ferraduras para os animais que constituíam a alma dos transportes da região. Depois da decadência da mineração, continuou um comércio local e até hoje os burros ainda circulam para garantir o abastecimento.

Desde o fim do século XIX existiam pequenas indústrias de ferro que vegetaram desde o momento em que a concorrência das grandes usinas se fêz sentir; foi o acaso que fêz com que Girau continuasse a funcionar até há pouco tempo; seu isolamento liga-se ao de Itabira, devido às deficiências de comunicações. Esta indústria local desapareceu como as outras, quando as estradas e a ferrovia chegaram às vizinhanças de Itabira.

Quanto à pavimentação das ruas de Itabira, informou a Madre Superiora do Colégio de N. S. das Dores que o prefeito de Itabira pretende extrair o ferro das ruas para exportá-lo.

Em relação ao sítio de Itabira, apontou um detalhe interessante: o núcleo mais antigo do povoamento se encontra no fundo do vale e seu desenvolvimento ganhou os terraços vizinhos mais saudáveis. A cidade se estende ao pé da crista monoclinial que vai desde o pico do Cauê até o pico da Conceição e a partir daí há uma série de anfiteatros formados pelas nascentes de pequenos rios, de modelado bem evoluído; os rios depois, escavaram, o que está marcado por colinas ou terraços para onde subiu a cidade, conforme atesta a igreja de N. S. do Rosário. Desta forma, evita-se a umidade do fundo do rejuvenescimento atual sem perder no entanto o abastecimento de água.

Falou, em seguida, o Dr. J. Carlos Junqueira Schmidt que indicou nos desenhos o funcionamento da pequena fábrica: o malho era composto de três peças pesadas, cada qual movida por uma roda d'água. O soquete era movimentado por uma peça transversal que sobre êle fazia pressão, quando, por sua vez, empurrada por uma roda. A madeira empregada era o camboatá, muito abundante na região, mas a parte que modelava a lupa era de ferro. Acionado o soquete, havia quatro marteladas para cada volta completa da roda. Outra

roda fazia funcionar o pulverizador; os minérios eram colocados, um a um, no chão pela pessoa encarregada dêsse serviço, o malhador; daí, ia para os fornos catalães.

Aparteu o Prof. Everardo Backheuser que essa excursão assumia um caráter histórico, pois remontava a um século atrás e as forjas catalãs davam um triste aspecto de como era obtido o ferro.

Continuou o Dr. Schmidt, dizendo que, atualmente, a fazenda só fornecia legumes e algum carvão vegetal para os altos fornos. O interesse despertado por estas forjas foi para se fazer uma comparação com Monlevade, que também começara desta forma. Mostrou, então, nas fotografias quatro condutos de madeira — os cochos — sendo três para levar a água e um para o ar comprimido, cuja pressão não era, entretanto, suficiente para fazer funcionar os fornos todos ao mesmo tempo, mas só três de cada vez.

O Prof. Backheuser perguntou se o calçamento das ruas era de jacutinga, o que era de estranhar, pois esta é de fraca resistência, visto resultar da decomposição do itabirito. Respondeu o Prof. Ruellan que se tratava do itabirito, sendo a jacutinga apenas empregada nas antigas forjas.

Disse ainda o Prof. Backheuser que, neste caso, contrariava a Prof.^a Luci G. de Abreu, pois o local de Itabira não era o único a ter tal pavimentação; o mesmo se encontrava na estrada perto da atual Itabirito até Ouro Preto.

O Sr. Miguel Alves de Lima lembrou então aos presentes que não haviam assistido às tertúlias anteriores que esta visita ao passado se colocava ao lado das excursões junto às modernas atividades, representadas, sobretudo, por Sabará e Monlevade.

Acrescentou o Prof. Ruellan que estas forjas catalãs constituem uma sobrevivência do que também se encontra na Europa; aliás foram europeus, Eschwege e Monlevade, os primeiros que as instalaram nesta região para suprir durante muito tempo as necessidades locais. Mas não resistiram à concorrência das instalações mais modernas e oferecem, hoje, marcante contraste com a nova usina de Monlevade.

O Prof. Backheuser acentuou que era deveras interessante guardar uma documentação fotográfica do passado.

Falou, então, o Prof. José Veríssimo. Declarou ter observado a paisagem de Itabira do alto do pico do Cauê e notado que as fazendas se dispunham em torno da cidade, como verdadeiras sentinelas avançadas. Quando visitou, então, a fazenda do Girau, fez uma interpretação, lançando as vistas para o passado, da razão de ser das fazendas em torno de Itabira. Examinando-se a penetração humana no interior de Minas, pode-se avaliar a importância dos caminhos das tropas de burros; iam os aventureiros em busca do ouro e as forjas catalãs aparecem para a época com o significado da usina para os dias de hoje. A disposição dessas forjas, não está só em função do minério, mas principalmente em função da água, porque aproveitavam a força das quedas d'água para seu funcionamento. Eram elas que garantiam o transporte, pois forneciam aos animais de carga as ferraduras com que galgavam os caminhos do coração de Minas e aos homens, espingardas e outras armas.

Também teve ocasião de examinar mais vestígios do ciclo do ouro perto do pico da Conceição, no chamado Cemitério dos Inglêses e chegou à conclusão de que as forjas catalãs mais aperfeiçoadas foram as do Girau, cujo valor é inestimável para o histórico da ocupação humana da região da velha Itabira do Mato Dentro.

Quanto à jacutinga, o Prof. Ruellan lembrou que a Itabira Iron explotara um poço onde havia jacutinga associada ao ouro; e ela apareceu como verdadeiro jazigo, sem estar alterada, mostrando ao lado de finas palhetas de ferro, outras palhetas de ouro. A Companhia atual, Vale do Rio Doce, olha-a com bastante interesse.

O Prof. Lúcio de Castro Soares agradeceu à Prof.^a Luci G. de Abreu a oportunidade de conhecer mais de perto uma forja catalã e acentuou também o caráter de volta ao passado que oferecia contraste forte com o desenvolvimento da moderna siderurgia e principalmente com o futuro de Volta Redonda.

Acrescentou ainda o Dr. Schmidt, confirmado pelo Prof. Backheuser, que, na verdade, se devia também levar em conta que o ferro obtido nas forjas era de qualidade superior.

Encerrando os debates do dia, o Prof. Ruellan apontou a interessante disposição das instalações da forja; desde o ponto em que se apanhava o minério até o local de sua transformação em objetos, esta disposição obedece a estágios harmoniosos, distribuídos para evitar grandes transportes mostrando como o homem racionalizou esta pequena indústria.

A seguir, foi encerrada a sessão.



SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA TERTÚLIA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 1944

COMUNICAÇÃO DO SR. HENRIQUE CAPPER DE SOUSA SÓBRE UMA VIAGEM AO ARAGUAIA — O BAIXO CURSO ATÉ A CONFLUÊNCIA TOCANTINS-ARAGUAIA — QUAL DOS DOIS É O RIO PRINCIPAL — GARIMPOS DESSA ZONA — A EXPLOTAÇÃO DE CASTANHA MARABÁ — TRECHOS ENCACHOEIRADOS — GARIMPOS DO ARAGUAIA — PEQUENAS SERRAS ALGONQUIANAS — AS POSSIBILIDADES DA REGIÃO — DEBATE: QUAL O RIO PRINCIPAL: ARAGUAIA OU TOCANTINS?

Presidiu a sessão o Eng.^o Fábio M. S. Guimarães que anunciou a comunicação do Eng.^o Henrique Capper de Sousa, geólogo da Divisão de Fomento da Produção Mineral já de todos conhecido por seus inúmeros trabalhos e por ser um velho desbravador do interior do país. A palestra versaria sobre uma recente viagem ao Araguaia, para onde regressaria em breve.

Tomando a palavra, o Eng.^o Capper de Sousa agradeceu as amáveis palavras e esclareceu que a finalidade dessa excursão foi estudar as possibilidades em diamantes e cristais de rocha da região, buscando prever seu futuro mineiro. Já haviam realizado viagens no Araguaia, engenheiros do antigo Serviço Geológico e Mineralógico percorrendo a zona entre a confluência do Tocantins-Araguaia e a ilha do Bananal e já se falava na existência de cristal de rocha nestas cercanias, isto é, em muitos afluentes, cristal cuja importância atual advém principalmente das necessidades bélicas dos Estados Unidos, para onde é exportado.

Nessa excursão fizeram um mapa da região percorrida mais completo do que os anteriores, inclusive o de Coudreau, que também empreendeu esta viagem. Projetou um esboço do mapa de conjunto da zona percorrida, desde Belém do Pará até a ilha do Bananal, subindo o Araguaia.

A navegação é fácil desde Belém até Alcobaça, numa extensão de mais de 450 quilômetros; é justamente a parte mais navegável do Tocantins que é transitada pelos característicos "gaiolas". O rio Moju é ligado ao Tocantins por um igarapé.

Pouco acima de Alcobaça segue-se um trecho encachoeirado e uma região banhada por dois rios, o Tocantins e o Araguaia; a parte baixa, convencionalmente, tem o nome de Tocantins, embora a contribuição mais importante seja a do Araguaia. Segundo cálculos já realizados o valor da descarga dêste é dupla; também é mais extenso que o Tocantins, nascendo o 2.^o mais ao sul e por outro lado, apresenta tendência mais retilínea. Por isso, achou que o Tocantins deve ser considerado afluente do Araguaia, tratando-se de uma questão de nomenclatura.

O trecho encachoeirado vai até São João do Araguaia, embora a parte mais importante atinja somente Jatobá.

O centro diamantífero e de concentração de garimpeiros é Jacundá; coincide com a zona encachoeirada e perigosa, principalmente das cachoeiras de Itaboca, que não merecem essa designação e sim de corredeiras, porque as quedas não são grandes, embora o rio apresente um leito rochoso que constitui obstáculo para a navegação. Por isso, então, vai-se por estrada de ferro de Alcobaça a Jatobá, numa extensão de 114 quilômetros, em zona de difícil penetração por causa de grandes empecilhos de ordem técnica e também pelos ataques dos índios. Daí a São Vicente segue-se um trecho de navegação fácil; novas corredeiras aparecem até Santa Maria do Araguaia e o 3.^o grupo em Jacu e Pacu.

A partir de então, é relativamente fácil o trânsito, com exceção de Santa Maria das Barreiras; mas, depois, sucedem-se belos e extensos patamares.

Declarou o Eng.^o Capper de Sousa que só percorreu o braço direito do rio, levando 13 dias e meio desde Belém até o pôrto Domingos Ribeiro. Daí para SE, a 9 léguas, atingiram os garimpos de cristal do norte de Goiás, embora os mais ricos sejam os da zona de Cristalina; mas aquêle é o ponto mais distante de penetração, por causa das dificuldades e do povoamento escasso.

A seguir, projetou outro mapa do levantamento expedito, realizado nesta viagem. O principal instrumento utilizado foi a bússola; obtiveram um cálculo médio, comparando a velocidade normal da lancha com a grande variação verificada nas cachoeiras; depois fizeram-se as correções, embora ainda haja erros e a largura do rio apareça bem exagerada.

O levantamento começou em Alcobaça; na zona dos encachoeiramentos os garimpeiros são muito pobres e vivem ao Deus dará, trabalhando para qualquer patrão, quer seja um comerciante, um dono de garimpo ou um garimpeiro mais esperto. A E os índios Gaviões atingiam os garimpos de diamantes e é provável que estivessem sendo atacados pelos índios Urubus. Em suma, trata-se de uma região de difícil penetração.

Jacundá, centro diamantífero complicado pela cachoeira Itaboca, é o ponto terminal da estrada de ferro do Tocantins e meio de ligação entre sua parte média e baixa.

Entre o Tocantins e o Araguaia é difícil dizer qual o mais navegável; o último talvez seja mais favorável por ter maior largura, mas é mais desconhecido.

Continua o trecho de garimpos e dos índios Gaviões que aparecem também em Mãe Maria.

Atinge-se Marabá na foz do Itacaiúna, afluente do Tocantins; é a zona da castanha, a capital econômica do trecho do baixo Tocantins e Araguaia e comunica-se com o centro comercial de Carolina, já no Maranhão. Marabá é um centro de vida irregular; sucedem-se épocas de estagnação e outras de grande movimento, seguindo os diversos ciclos: da castanha, da borracha (paralisada pela falta de exportação) e agora do diamante.

Visitando as margens do Itacaiúna, Coudreau teve razão ao afirmar que era um rio deserto e uma região sem grandes objetivos. De fato, no estado de desenvolvimento da população flutuante do Tocantins, fixada apenas pela castanha, pela borracha ou pelo diamante, só mesmo as grandes artérias podem estabilizá-la; a densidade de população é insignificante e para o sul domina absoluta desolação.

Projétou, a seguir, um terceiro mapa, do Araguaia propriamente dito. Ainda no Pará aparecem dois garimpos de cristal: Sororó e Chamburá e a floresta dificulta a penetração. A região se caracteriza pelo arqueano e, no entanto, aparecem manchas algonquianas, assinaladas por serras de quartzitos e xistos de caráter muito uniforme. São muitos erodidas e bem diferentes das de Minas, onde o algonquiano forma grandes serras; os cristais estão ligados a injeções de quartzo nos xistos, portanto, existem possibilidades de outras jazidas de cristal nesta zona.

É provável também a existência do ferro, embora o Eng.^o Capper afirmasse não ter visto o itabirito; há calcáreo em pequenas proporções. Havendo itabirito, talvez fôsse possível aí estabelecer-se uma siderurgia à base de carvão de madeira, graças às matas circundantes, para abastecer o norte do país.

O Araguaia e o Tocantins caracterizam duas regiões distintas no Brasil: uma ao norte, de caráter amazônico e tropical terminando em São Vicente e outra de caráter goiano, ao sul, com chapadas pobres em vegetação e que seriam em tudo semelhantes ao Nordeste, com seu carrasco esparso, se não gozassem de chuvas que a fertilizam; somente as vertentes de algumas serras ostentam vegetação mais densa, enquanto que a outra região possui floresta luxuriante e castanha.

Até São Vicente é fácil a navegação; surge, depois o obstáculo da cachoeira de Santa Maria, desde Chamburá (?). As serras são mais ou menos paralelas à direção geral do rio que segue aproximadamente NS e em alguns tre-

chos elas marcam desvios no seu curso, pegando-se contacto entre quartzitos de um lado e gnaisses do outro. São, na verdade, morros de xistos capeados por quartzitos de 300 a 400 metros de altitude acima do rio.

Pequenos povoados de Carajás, de caráter nômade, vão surgindo; segue-se um trecho em que o Araguaia se apresenta bem navegável e com bastante largura. Nas proximidades da serra do Cinzeiro as margens são arenosas.

A diferença total de altitude entre Bananal e Belém é de uns 200 metros, representadas em enormes patamares.

O que mais impressiona nesse rio é seu perfil de calha larga, de 1 quilômetro e meio em média, margens planas e sucessivos terraços de 20 a 30 quilômetros de extensão. O Araguaia é um imenso coletor de águas de toda a região.

Referiu-se, então, à missão de Conceição do Araguaia, sendo os padres representantes do único marco de cultura da região.

Atinge-se Santa Maria Velha e daí se tem a entrada do grupo mais setentrional de garimpos de cristal de rocha do Araguaia, sendo o outro distante de umas 15 léguas para o sul.

Pouco acima de Santa Maria das Barreiras chega-se, na verdade, ao fim da civilização, pois se segue uma região despovoada.

Continuando, disse o Eng.^o Capper de Sousa tratar-se de uma zona muito bela, de caça abundante. Penetra-se no rio Pium, que os índios Carajás chamam de Itorina, com a mesma lancha até a casa do Crispim, assinalada no mapa, e depois muda-se de embarcação. Poucas casas aparecem e daí se parte para os garimpos do sul.

A seguir, projetou fotografias, em torno das quais teceu alguns comentários; mostrou o tipo das embarcações empregadas, geralmente muito leves; as ondulações dos quartzitos formando acidentes topográficos; os trabalhos de garimpagem no leito do rio Tocantins realizados em Jacundá, na época da seca, quando o rio "corta", isto é, separa-se e ficam ilhas separadas por canais onde se trabalha de preferência. Existem também ensaios de represamento do rio por meio de cimento e empregando bombas para esgotar o trecho. Existem enormes caldeirões, onde o torvelinho das águas faz concentrar os minerais pesados. Trabalha-se com escafandros.

Há trabalhos de cristal de rocha no Pium, sendo feita a escavação no xisto; grandes desmontes são realizados: encontra-se geralmente 1 quilo para cada 20 toneladas de rocha.

As jazidas são cobertas de aluvião, "rolado", e os seixos contêm quartzo, permitindo um grande lucro, que dá margem à exploração das jazidas virgens.

Passou, então, à parte de considerações sobre os objetivos já assinalados desta excursão, para saber quanto pesa essa região para a economia do país, comparando com o seu passado.

Dentre seus produtos contam-se a castanha, a borracha, couros e minerais, sendo que é destes a predominância; Goiás pesa com 200 mil contos na nossa economia mineira.

É uma região pouco percorrida porque é verdadeira fronteira econômica do Brasil; a população rala do interior está agora sendo alimentada por uma corrente do norte, de influência de Belém e do Piauí e na região de Goiânia, pelo Triângulo Mineiro. Por que, então, ficou o Araguaia esquecido?

Verificando-se a produção do ouro colonial, era Goiás quem estava à frente; segundo Eschwege, já em 1730-50 houve épocas em que populações de umas 12 mil pessoas se fixaram em diversos pontos e depois flutuaram de um local para outro. É isto que hoje se repete. O ouro foi substituído pelo cristal de rocha e pelo diamante, que alcançam maiores preços.

A média de produção aurífera naqueles tempos era de 1 tonelada e meia por ano; ora, usando-se o coeficiente de 3 para comparar o poder aquisitivo da moeda entre o período colonial e o atual tem-se que o valor era mais ou menos o mesmo, respectivamente 150 mil e 250 mil contos.

O Araguaia não foi atingido pela escassez de dinheiro, daí haver também carência do fator humano; hoje se dá o mesmo fenômeno.

Dando sua impressão pessoal, declarou o Eng.^o Capper de Sousa que previa grande futuro para esta área, por causa do problema das comunicações no interior. De acordo com o plano da Fundação Brasil Central, o objetivo essencial, neste particular, é estabelecer aeroportos no meio do sertão, para encurtar as distâncias entre o norte e o sul através do centro do país, com função econômica.

O progresso da fixação da população deve ser conjugado com uma via natural mais acessível e importante, como é o caso do Araguaia; as embarcações devem ser adaptadas ao rio, isto é, mais resistentes, de fundo chato e com motores possantes que vençam as cachoeiras. Estabelecidos os meios de comunicação, será fácil levar gente, que deverá concentrar-se ao lado das grandes artérias naturais, pois pelos afluentes só pode estender-se com o auxílio de elementos estrangeiros.

Abrindo os debates, o Eng.^o Fábio M. S. Guimarães declarou ter sido a comunicação fiel e objetiva e concitou os conhecedores da região aí presentes, como frei Pedro, Cel. Lísias Rodrigues e todos os presentes a fazer perguntas.

Perguntou, então, o Cel. Lísias Rodrigues ao tertuliano porque considera o Tocantins mais profundo do que o Araguaia e com maior volume de água.

Replicou o Eng.^o Capper de Sousa que se baseara em números obtidos pelo engenheiro Sousa Leão para cálculos das bacias e verificou que a descarga do Araguaia, próximo à ilha do Bananal, é maior que a do Tocantins.

O Cel. L. Rodrigues objetou que estes cálculos não eram seguros. Possui dados da descarga, medida por alguns engenheiros, como por exemplo Barbosa de Oliveira, que indicam para o Tocantins 8 400 metros cúbicos e para o Araguaia 8 200. Declarou que "tomava a defesa" do Tocantins como rio principal e como verdadeiro marco da civilização, assinalado pelos últimos aeroportos.

Quanto aos melhoramentos das condições de navegabilidade do rio, asseverou que as corredeiras poderiam ser evitadas mediante canais de comunicação entre Tocantins e Araguaia.

Declarou, então, o Eng.^o Capper de Sousa que, na verdade, não percorreu o Tocantins e que trouxe tão somente a contribuição pessoal do que observou no Araguaia. Em relação aos melhoramentos técnicos disse que, realmente, em alguns canais pequenos, cuja dificuldade consiste em pedras no meio do leito, era possível a retirada destas. Já uma barragem custaria muito caro nessa região; por isso não se considerava em condições de afirmar ser possível, no momento, um grande melhoramento técnico, pois não via ainda uma base de estudos necessários e julgava também muito precário o desenvolvimento da região que torna extremamente difícil, ali, obras de grande vulto. A primeira fase deveria começar com as embarcações adequadas e a segunda, então, já abrangeria os planos de melhoramentos e sua realização.

Disse ainda que não comparou o Araguaia com o Tocantins apenas concluiu, pelos dados e informações, que aquele deveria ser o rio principal.

Aparteou ainda o Cel. L. Rodrigues que o Tocantins é mais navegável e o Eng.^o Capper de Sousa disse que o Tocantins foi o primeiro a ser percorrido, pois o Araguaia é mais distante. O mal da região é a falta de interesse do governo pois é sabido não ser ela visitada há mais de 120 anos por nenhum chefe de governo.

O Eng.^o Fábio M. S. Guimarães disse que eram necessárias observações diretas na própria confluência dos dois rios.

Falou então frei Pedro que confirmou ser o Araguaia mais retilíneo, seguindo aproximadamente a direção SN e o Tocantins faz uma grande volta para atingi-lo por meio de duas ou três bocas. Mas o Tocantins sobe mais rapidamente que o Araguaia e por isso se deve conhecer o período próprio para as medidas.

Aparteou o Cel. L. Rodrigues que existem estações no Tocantins que realizam estas medições.

Continuando, disse frei Pedro que era preciso cautela com as informações dos Carajás, pois deturpam a verdade, para satisfazer a quem os indaga; não têm nomes exatos para os rios e, por isso, era possível que o rio Pium não fosse percorrido pelo Eng.^o C. de Sousa.

Referiu-se à vegetação, dizendo que a partir de Santa Isabel, desde as cachoeiras de Santo Antônio e Grande, mais ou menos à mesma altitude, começa a floresta amazônica e termina a ocorrência do chamado côco da Bahia. Entre o Tocantins e o Araguaia estende-se a mata pura, densa e escura, que também cobre as vertentes, enquanto nas chapadas há fazendas de criação de gado.

Indagou o Sr. Schmidt se há grande diferença de altitude de onde desapareceu o côco.

Responderam frei Pedro e o Eng.^o C. de Sousa que era apenas de 10 metros, sendo as cachoeiras muito pequenas.

Relatou ainda frei Pedro que alguns índios, como os Caiapós, chegam a atacar as próprias fazendas; outros, apenas por curiosidade se aproximam dos garimpos.

O Sr. Schmidt disse que, provavelmente, haveria influência no regime dos rios pelo fato de correr o Tocantins sobre pedras e o Araguaia sobre areia, tendo essa circunstância conseqüências no escoamento.

O Cel. L. Rodrigues disse que, de fato, o Tocantins corre encaixado e o Araguaia em praias largas.

O Sr. Schmidt ainda acrescentou que chove mais no Araguaia, graças aos ventos de NE vindos do oceano e também aos ventos de N; a quantidade de umidade cresce para o interior, retida pela barreira montanhosa de oeste.

O Eng.^o Capper de Sousa disse também que a bacia do Araguaia é menor, mas tem muitos afluentes.

Encerrando a sessão, o Eng.^o Fábio M. S. Guimarães, agradeceu a comunicação a respeito das informações sobre a situação do Araguaia e de suas atividades minerais.

SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA TERTÚLIA, REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 1944

COMUNICAÇÃO DO PROF. ALÍRIO DE MATOS SOBRE O EMPREGO E FUNCIONAMENTO DO TRIMETROGON — CARTAS DE RECONHECIMENTO DE ZONAS NÃO CARTOGRAFADAS — TRÊS OBJETIVAS: UMA HORIZONTAL E DUAS OBLÍQUAS — REDUÇÃO DOS ÂNGULOS AO HORIZONTE — DEBATES: QUAIS AS VANTAGENS DAS CARTAS ASSIM OBTIDAS E HISTÓRICO

Presidiu a sessão o Prof. Lúcio de Castro Soares que anunciou a comunicação do Prof. Alírio de Matos sobre a explicação do emprego e funcionamento de um aparelho que viu nos Estados Unidos — o trimetrogon, usado na fotogrametria.

Preliminarmente, o Prof. A. de Matos fez uma ressalva, dizendo não ser o assunto de fotografia aérea a sua especialidade; resolvera dar uma ligeira exposição a pedido de certas pessoas, embora não conhecesse a tradução de muitos termos do inglês, o que talvez pudesse ser corrigido.

Passando ao assunto, disse que o trimetrogon é uma simples câmara aérea fotográfica, usada para o levantamento de cartas aeronáuticas. O sistema de trabalho apresenta bons resultados, mas é destinado a mapas de reconhecimento de regiões que ainda não possuem cartas. É rápido e relativamente barato (embora não conheça o preço). Pode entretanto, desde que se tenham pontos de contróle terrestre suficientemente precisos, apresentar resultados melhores.

Comparando os métodos europeus com os americanos, os primeiros produzem aparelhos cada vez mais caros, completos e precisos, porque cuidam de um problema diferente, uma vez que sendo os países já topografados, o papel da fotografia é de fornecer maiores detalhes.

Já o americano conta com regiões que nem foram ainda representadas em cartas; por isso, é de grande utilidade este aparelho principalmente para regiões onde os mapas são solicitados com muita rapidez. O Brasil, com 20 % de terrenos levantados e 80 % por levantar, se aplica a este caso.

O metrogon é o nome de uma objetiva; possuindo três, o trimetrogon tem seu nome adequado, com uma objetiva na câmara que apresenta um plano horizontal com um eixo vertical e duas em ângulo de 60° na direção perpendicular ao vô; os aviões apanham certas partes superpostas, quer no sentido do vô, quer no sentido transversal.

Obtidas as fotografias, sofrem certas transformações para passar à planta, numa série de operações secundárias. Talvez isto seja devido a um defeito de construção; o ângulo das câmaras não é constante e é imediatamente determinado. Esse ângulo de fixação das câmaras entre si é determinado aproveitando uma pequena faixa de recobrimento da chapa horizontal com a inclinada. É fácil reconhecer o terreno nos pontos comuns às duas chapas; fêz, então, uma série de operações no quadro negro para atingir finalmente o ângulo de fixação da chapa horizontal com a oblíqua direita e o mesmo repete para a oblíqua esquerda. Estando o avião sujeito a flutuações, quando a fotografia é tomada, a máquina não está na posição vertical; torna-se então necessário ver as componentes nas orientações lateral e longitudinal. Há uma depressão aparente do horizonte, que é obtida por fórmula em função da altura do vô.

A componente longitudinal fornece a inclinação da linha do horizonte. Se a chapa estivesse na posição normal, isto é, a linha do horizonte paralela aos bordos da chapa, ter-se-ia o verdadeiro ângulo de mergulho; mas como é inclinada, aparece maior, o que obriga a uma redução.

Teoricamente, supõe-se que as 3 chapas são perpendiculares a um plano comum; desdobrando-as, teríamos um retângulo contínuo, mas como tal não se dá, as linhas de intersecção são inclinadas e devem ser determinadas para orientação dos pontos localizados nas oblíquas — são as isolinhas. São determinadas por arcos de círculo que passam por pontos na faixa de superposição e nesta, então, o local de encontro dá a isolinha.

São estes os chamados elementos de orientação interna.

Assim, com todos os dados necessários, as fotos são encaminhadas para uma secção especial, onde se procuram os pontos de amarração: os geodésicos (caso haja triangulação) ou os astronômicos.

Os pontos de amarração são marcados na fotografia com círculos azuis. Depois, procuram-se os pontos da faixa de superposição em todos os sentidos. Três cores caracterizam os diversos pontos: para os de amarração, os longitudinais e os dos vôs paralelos anexos.

Daí, vão ainda a outra secção onde são calculados os dados.

Os ângulos são reduzidos ao horizonte, pois as chapas são inclinadas; na chapa horizontal são marcadas as inclinações horizontal e longitudinal. Segue-se um vetor para baixo, correspondendo ao mergulho do avião para trás e outros vetores relativos às diversas posições do avião.

A dedução dos ângulos faz-se através de pontos previamente escolhidos pela triangulação radial.

A fotografia oblíqua os deforma porque está inclinada a 60° . A redução é feita por um aparelho adequado, o "Recto-Oblique", que é muito simples, conforme apareceu na fotografia projetada. A chapa é colocada num ponto da prancheta que indica a direção reduzida do horizonte; esta é então traçada num papel.

Obtém-se uma irradiação de pontos, pois para cada grupo de 3 fotografias é realizada esta operação.

Segue-se a mecanização, depois de marcados os pontos; é a triangulação radial. Coloca-se o papel com os círculos em torno dos pontos marcados sob um conjunto de pequenas réguas metálicas que devem ficar rígidas, graças ao manejo de um parafuso central. Cada uma torna-se, assim, orientada na sua direção. A seguir, arma-se tudo num conjunto que representa todos os pontos de controle fotografados e tem-se uma triangulação aérea baseada nos pontos geodésicos ou outros previamente escolhidos e facilmente reconhecíveis nas fotografias. Os pontos conseguidos pela fotografia são marcados por furos no papel, na sua posição horizontal.

A fotografia horizontal, salvo pequenos erros, já dá uma projeção horizontal do terreno quase certa, podendo ser completada pelo estereoscópio para o relêvo (traçado das curvas de nível).

Já na parte oblíqua, a perspectiva é diferente da realidade; o endireitamento é feito por câmara clara, aliás, também usada para as chapas horizontais.

A fotografia é colocada na parte escura e o papel em baixo; olhando-se pelo prisma da câmara clara devem ambos ser vistos e os pontos marcados na chapa devem coincidir com os do papel, para o que está a câmara aparelhada por meio de dispositivos de ajustamento. Trazendo a justaposição, percorre-se com o lápis os acidententes que se vêem na fotografia.

No caso da chapa oblíqua, há outra câmara de dispositivo diferente, com inclinação apropriada, mas seguindo o mesmo processo.

Trata-se de um sistema econômico de trabalho. A parte altimétrica das plantas de reconhecimento é mais fraca, por haver dificuldades de ordem material.

As projeções horizontais, como já foi mencionado, só podem ser boas com auxílio do estereoscópio que muito se assemelha ao do major Wolf, do Serviço Geográfico do Exército. Projetou então, a fotografia do aparelho que tem hastes de pantógrafo para manter uma posição paralela à primitiva. A ponta do lápis, ajustada ao aparelho, reproduz seus movimentos; é de muita precisão, chegando a dar o centésimo de milímetro. Traça curvas de contorno que não são as verdadeiras curvas de nível, mas que podem ser corrigidas com curvas de erro.

Não se trata, portanto, de um método para topografia de precisão; é empregado em cartas aeronáuticas e apresenta interesse para o levantamento de vastas áreas do Brasil, gastando menos que outros processos. A escala inicial (1:40 000) é depois reduzida a 1:500 00 e 1:1 000 000.

Projetou a folha dos cálculos, mostrando os principais elementos.

Abrindo os debates, o Prof. Lúcio de C. Soares concitou o Prof. Langer aí presente a iniciá-los; este, porém, disse nada ter a acrescentar.

Falou então o Cel. Lísias Rodrigues que indagou não ser melhor o processo da fotocarta simples com amarração, para o caso do Brasil. Com um bom filme fotográfico e lentes poderosas um avião percorrendo mil quilômetros em ida e volta pode obter uma boa chapa. É também mais econômico porque o custo do vôo e do rôlo não é grande e a superposição das fotocartas é simples, pois não exige cálculos.

Replicou o Eng. Alirio de Matos que a fotocarta, de fato, oferece tais vantagens, mais deixa muito a desejar em terrenos acidentados.

Disse o Cel. L. Rodrigues que no Serviço Fotográfico do Exército faziam-se correções com o estereoscópio atenuando os efeitos de sombra e luz. Pode-se assim conseguir uma precisão relativa para a grande extensão geográfica do Brasil. Por outro lado, declarou não discernir a utilidade das chapas inclinadas.

O Eng. A. de Matos frisou que, realmente, os ângulos de 60° não permitem grande aproveitamento da chapa, enquanto que uma simples fotografia abrangge quase tudo. Sua impressão foi de que o principal defeito é justamente a falta de rendimento; mas a fotocarta também pode sofrer a influência de desvios nos vôos paralelos.

Replicou o Cel. L. Rodrigues que, atualmente, com o grande contrôle exercido na direção dos vôos, é muito difícil o desvio e principalmente em vôo paralelo. Achou preferível baterem-se 2 chapas horizontais, pois as correções panorâmicas também dão deformações e a câmara clara não dá uma precisão absoluta.

O Eng. A. de Matos, então, reafirmou que o trimetrogon tinha boa aplicação apenas para mapas de reconhecimento, mas pode ser ainda muito aperfeiçoado.

O Prof. Lúcio de C. Soares anunciou a presença do major Armando Carvalho Dias, técnico do Serviço Geográfico do Exército e convidou-o a dar seu parecer. Este, entretanto, explicou não ser especialista no assunto, lamentando, então, a ausência do Cel. Adir Guimarães, que poderia esclarecer alguns pontos.

O Eng. Alírio de Matos disse que já conversara com este último a respeito desse assunto.

Perguntou o Cel. Lísias Rodrigues porque deram preferência à escala de 1:62 500.

Respondeu o tertuliano que é por ser o resultado da duplicação contínua das escalas a partir de 1:1 000 000.

O Prof. Orlando Valverde exprimiu uma dúvida quanto à depressão aparente do horizonte ser uma fórmula empírica ou determinada por cálculo.

Esclareceu o Eng. A. de Matos que foi obtida pelo cálculo do coeficiente de refração.

Perguntou ainda o primeiro porque não são constantes os ângulos alfa e beta, pois se o fossem, não seria necessária uma redução com tantos cálculos.

O Eng. Alírio de Matos respondeu o que lhe informaram, isto é, que tentavam torná-los fixos, parecendo assim denotar dificuldades de construção.

A seguir o Prof. Lúcio de Castro Soares deu a palavra ao Prof. Ruellan, para fazer o comentário geral da tertúlia.

Em primeiro lugar, o Prof. Ruellan elogiou-a como a lição de um grande mestre e depois, então, lembrou o histórico das fotografias vertical e oblíqua, recorrendo à história da cartografia.

No início do século XX, tomaram os franceses chapas verticais e depois oblíquas nos Alpes para realizar trabalhos cartográficos, dada a natureza do relêvo. Foram depois seguidos pelos suíços, austríacos, alemães, etc. Obtiveram boas cartas, aplicando ainda a restituição geométrica ou com a câmara clara.

Os americanos aproveitaram este processo e combinaram-no com a fotografia horizontal, que oferece a vantagem de obter maior extensão e melhor representação do relêvo; já a fotografia oblíqua apresenta melhor o desnivelamento graças à abertura dos ângulos, e assim, apesar dos cálculos posteriores, pode-se reconstituir mais precisamente a paisagem.

As fotocartas representam, na realidade, um resultado mais rápido para o Brasil e são praticadas pelos americanos na Amazônia. São de grande utilidade para fotografar as planícies e as chapadas. Mas já numa região como o Jalapão, de relêvo mais complexo, a fotografia oblíqua se torna verdadeiramente preciosa; e seu grande mérito é combinar as vantagens de ambas as posições numa única operação. Pode-se, então, aplicar no Brasil o emprêgo das duas.

Mesmo antes de 1914 apareceram em muitos tratados topográficos ótimas exposições de fotogrametria terrestre de grande precisão. A guerra de 1914-18 desenvolveu bastante, a seguir, os estudos das restituições de fotografias oblíquas tomadas em avião.

Concluiu o Prof. Ruellan, referindo-se a uma questão imposta em relação às escalas das cartas.

Os franceses partindo da carta de 1 milhão, dividem a superfície para conservar escalas que facilitem os cálculos, como 1:500 000, 1:200 000, 1:100 000, 1:50 000, enquanto que os americanos dividem unicamente a superfície por 4 e obtêm sucessivamente as escalas de 1:500 000, 1:250 000, 1:125 000 e 1:62 500.

A seguir o Prof. Lúcio de Castro Soares encerrou a sessão.

SEPTUAGÉSIMA QUARTA TERTÚLIA, REALIZADA A 25 DE JULHO DE 1944

EXCURSÃO AO VALE DO RIO DOCE: A EXCURSÃO AO PICO DO CAUÊ PELA PROF.^a LÉIA LERNER — A SITUAÇÃO DE ITABIRA — O CAUÊ: RIQUEZA EM MINÉRIO E SUA EXPLORAÇÃO — ITABIRITO COMPACTO E CANGA — VISTA DO ALTO DO PICO: A CRISTA MONOCLINAL — CONCEIÇÃO, CAUÊ E A PENEPLANÍCIE — DEBATES: POSSIBILIDADES ECONÔMICAS — OS PROBLEMAS DA ESTRUTURA E DO RELEVO DA REGIÃO DE ITABIRA E AS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidindo a sessão, o Prof. Orlando Valverde anunciou a apresentação de mais um relatório geral da série do vale do rio Doce pela Prof.^a Léia Lerner: *Excursão ao Pico do Cauê*.

Tomando a palavra, a Prof.^a L. Lerner declarou que esta excursão tivera duração de poucas horas, e por isso não fôra feito um estudo detalhado; mas, encarada dentro do conjunto do vale do rio Doce, confirmou observações anteriores já descritas nas excursões de Monlevade e Nova Era.

Constataram de modo geral um forte rejuvenescimento algonquiano, com erosão intensa nas encostas do vale e vários níveis na peneplanície, perturbados por novas ações.

Itabira está marcada nos mapas no limite entre o arqueano e o algonquiano e embora esperassem aí encontrar o contacto entre ambos, problema que constituiu continua preocupação, apenas verificaram rastros de sua ocorrência, através de xistos sericíticos e micaxistos mais ou menos metamorfizados ou um gnaisse xistoso.

Houve metamorfismo repetido nos sedimentos e massas eruptivas, que mascarou as feições primitivas. A série de Minas foi dobrada e metamorfoseada pelo diastrorfismo huroniano.

Na mencionada excursão só foi encontrado o algonquiano que se apresenta rico em minério de ferro, não só em quantidade como em qualidade.

Foi, portanto, a importância econômica do Cauê, tanto nacional como internacionalmente, que constituiu a novidade desta excursão.

A cidade de Itabira situa-se às cabeceiras de afluentes do rio do Peixe e do fundo do vale subiu para os terraços laterais a uns 720 metros que ascendem até o Campestre, ao norte da velha cidade. Este é um patamar a 854 metros, correspondendo a outros de igual altitude, o que faz pensar num nível de erosão, que também abrange o aeroporto, a 891 metros. O nível do Campestre é bastante regular, donde a facilidade de trabalhos de planificação para construção da futura Itabira do Ferro. Aí virão as linhas férreas, como forte elemento de ligação do coração de Minas com o litoral; estão sendo construídas pela Companhia Vale do Rio Doce, que também encorporou as estradas de ferro Vitória-Minas e promove seu melhoramento.

Esta entidade é de data recente e foi organizada com capitais americanos e brasileiros. Pagaremos em 25 anos com minério.

Atualmente, a produção mensal é de 12 mil toneladas e projeta-se extrair no futuro 5 mil toneladas diárias; tem-se, assim, idéia do potencial econômico que representa o Cauê e o progresso que desfrutará. Também está sendo tentada uma industrialização local do ferro, mas, na verdade, o papel principal é o da exportação do minério.

No Campestre se encontram os escritórios da Companhia e as vilas dos operários encarregados de fazer a planificação e a exploração do minério. Cada grupo de pequenas vilas é presidido por um patrão que é empreiteiro de uma obra; as casas possuem aspecto bem miserável, lembrando com suas coberturas de sapê as da Baixada Fluminense. São, entretanto, provisórias, pois já estão projetadas inúmeras avenidas, onde se localizarão futuramente as vilas operárias.

Dois rios aí vão ter — o córrego Sêco e o canal da Serra —, que facilitarão o abastecimento em água; podem ainda ser captadas as águas do córrego Água Santa que banha a cidade.

No Campestre o minério é a hematita pulverulenta que não é explorada industrialmente; ainda hoje é aí explorado o ouro, que constituiu o principal atrativo de outrora. Visitaram uma bôca de mina em más condições; trata-se de um trabalho accessório.

Este local se mostrava animado por grande movimento de caminhões; segundo informações do engenheiro que os acompanhou, trabalhavam na ocasião 400 operários.

Prosseguiram pela estrada até o sopé do morro do Cauê, na altitude de 1 200 metros, sempre em contacto com o minério. O caminho é revestido de canga e jacutinga (hematita pulverulenta). A exploração própria dita está a 1 200 metros no sopé do Cauê, cuja reserva foi calculada em 40 milhões de toneladas. Observaram, então, os afloramentos de itabirito que apresenta estratos intercalados de hematita compacta, em camada espessa e de quartzo, mais ou menos granular. Segundo Fróis de Abreu, a análise desta hematita quase não indica impureza: não há fósforo e há pouca sílica. Tomadas direções, verificou-se que estas variam muito, embora domine a de NW; também foi notado com as inclinações, de 54 a 60° para NE.

Tudo isto leva a crer em grandes perturbações locais, além da perturbação de ordem geral que sofreu o algonquiano, principalmente na proximidade do arqueano e ainda em movimentos conjuntos abrangendo as duas eras.

Os minérios aí dominantes são o itabirito compacto e a jacutinga, menos densa e porosa. Recebem muitos nomes locais, como "chapinha", que encerra pouca sílica e 62 % de ferro e outras variedades.

O minério extraído será quebrado por um britador cuja espessura é de $\frac{1}{2}$ a 6 polegadas e transportado por funicular até a linha férrea que o conduzirá ao litoral, para o pórtio de Vitória.

Revestindo a encosta leste do Cauê, mais suave, por onde subiram, encontraram a canga de *brecchia*, com seus elementos angulosos, de formação local argilo-limonitosa. Também verificaram os efeitos da erosão elementar, através da ação dos raios atraídos pelo minério de ferro, que produzem desintegração e transporte dos materiais menos resistentes. Na descida, passaram por um trecho recoberto de pequenas pedras angulosas, cascabulhos, lembrando a ação de dinamite. Revestem jazidas maciças e escorregam graças ao declive, formando o talude.

A presença da canga era assinalada por uma vegetação pobre de samambaias, tornando-se depois xerófila, com predominância de bromeliáceas, líquens, mirtáceas e canela de ema; certas raízes são utilizadas numa pequena indústria de pincéis.

O clima sofre variações bruscas havendo geadas; o minério esquentase e esfria-se com facilidade.

Atingiram o cume do Cauê subindo pela encosta mais suave, coberta de canga, a partir do nível de 1 200 metros e o desnível era de uns 170 metros. Do alto do pico tiveram uma visão de conjunto da região de Itabira, onde se encontram arqueano e algonquiano.

Projetou a Srta. Lerner alguns croquis e fotografias e um mapa, em tórno dos quais teceu comentários.

Indicou numa carta com curvas de nível a crista monoclinial que se prolonga do Cauê pelo Esmeril até o pico da Conceição, numa direção SW-NE, paralela, portanto, à da serra do Curral del Rei. Na carta estavam assinalados a canga e os afloramentos de minério ferrífero. Não se conhece qual a espessura da camada de canga, mas o fato é que repousa sobre o minério de ferro.

Do pico do Cauê tem-se uma vista de conjunto sobre toda a região circunvizinha; encontra-se a 1 373 metros de altitude e avista-se o pico da Conceição um pouco mais baixo, a W. Parecem corresponder ao nível de erosão que partiu da altitude de 1 400 metros, de acôrdo com as interpretações formuladas durante a viagem pelo Prof. Ruellan. Esta crista monoclinial sobressai dos relevos vizinhos, onde também surgem as formas de *hog-backs*, rochas que subsistiram ao ataque da erosão. Para E-W estendia-se um relêvo de peneplano e foram projetados croquis da peneplanície algonquiana em nível mais baixo que o Cauê a cerca de 1 050 metros, correspondendo a um nível de erosão. Já na direção

S. o problema é mais complexo; é a direção onde se deve situar o contacto. As formas do relevo lembram o arqueano, mas não há diferença visível entre ambos: a transição é suave e o nível bem semelhante, levando a crer numa superfície de erosão que atacou a ambos.

Num outro croquis apareceu a cidade de Itabira que nasceu no fundo do vale e subiu para as colinas, formando verdadeiro anfiteatro, graças ao progresso da cidade que tende para o peneplano.

Do alto do Cauê constataram-se vários níveis de erosão, a partir do Campestre, que corresponde ao de 850-900 metros; na encosta W do Cauê encontra-se testemunho do nível de 1 040 a 1 070 metros, que, provavelmente, se prolonga além; a seguir, o de 1 200 a 1 275 metros, no sopé do pico e finalmente o deste último, de 1 350-1 400 metros.

Concluiu a Srta. Lerner dizendo que Itabira fica no limite exato entre o gnaisse arqueano e o quartzito algonquiano. O Cauê, essa enorme massa de minério de ferro que está condenada a ser arrasada é como uma última exaltação da série de Minas, antes de desaparecer em favor do arqueano.

Itabira como que se abre para E, fornecendo um caminho natural para o minério que deverá percorrer uma estrada longa, porém direta, sem obstáculos a transpor e sem baldeações a fazer. O barateamento do transporte e os lucros compensadores só serão atingidos simultaneamente com a exportação em larga escala. A exportação tem que crescer gradativamente, pois a adaptação do transporte não se processa com rapidez. Como ponto final dessa estrada e principalmente como razão de ser da sua existência, Itabira terá um rápido progresso. Porém a Itabira do ferro não nascerá sobre as ruínas da Itabira do ouro e sim será encravada no próprio ferro, no Campestre a 850-900 metros e nas próprias encostas do Cauê a 1 200-1 270 metros.

Antes de abrir os debates, o Prof. Orlando Valverde elogiou a palestra da Prof.^a Léia Lerner, como sugestiva e brilhante; proferiu, também, algumas palavras a respeito de certos problemas, despertados pela paisagem descrita. Em primeiro lugar, apontou a questão do teor do itabirito; este deve ser médio, dada a grande variedade das qualidades de minério. Quanto à direção, a série de Minas é realmente muito difícil, por tratar-se de uma zona de intenso metamorfismo que se estendeu às séries de Lavras e Itacolomi. É, portanto, uma Geografia Física complicada cujas soluções o Prof. Ruellan talvez possa indicar.

A Geografia Humana, entretanto, apresenta problemas encantadores ao lado de uma zona de antiga mineração do ouro e de adaptação do homem à floresta megatérmica, ter-se-á a paisagem moderna da Itabira do ferro.

A excursão ao rio Doce passou por uma zona muito interessante de transição da siderurgia da madeira para a do carvão mineral. Seria muito interessante que se cogitasse de aplicar à nossa indústria a energia elétrica, como na Suécia ou então, combiná-la com o uso do carvão mineral.

Aparteou a Srta. Lerner que já está projetada pela Companhia a eletrificação da linha férrea; pensa-se também em estabelecer em iguais bases a siderurgia local e em Vitória.

Declarou o Cel. Lísias Rodrigues que, realmente, tudo no Brasil tende para o uso das quedas d'água para produzir eletricidade, mas não desejava sair do assunto da palestra. Disse que o governo federal iria ser fatalmente levado a esse aproveitamento, graças à criação do Departamento de Águas e Energia Elétrica, pois não falta energia elétrica e não sobra carvão.

O Dr. J. C. Schmidt afirmou que, no entanto, para certas qualidades de aço era preferível o uso do carvão vegetal cuja obtenção é fácil com um reflorestamento cuidadoso que, aliás, fornece o tipo de árvores necessárias, isto é, de pequeno porte.

Replicou o Cel. L. Rodrigues que a proporção de aços especializados era pequena e que para produção em grande escala deveria ser empregada a energia elétrica.

A prof.^a Léia Lerner disse então que a Companhia pretendia mesmo manter o carvão na siderurgia, pois a linha férrea que conduz na ida o minério, trará carvão na volta.

O Prof. Veríssimo declarou que se tratava de uma questão complexa por apresentar uma série de objetivos. Assim, no ponto de vista regional, a siderurgia associada ao carvão vegetal no vale do rio Doce, trazia um benefício para um dos graves problemas do Brasil, a falta de povoamento. Realmente, nesta região, o desflorestamento racional implica em povoamento conseqüente, marcando o avanço importante da faixa pioneira no vale do rio Doce; o desflorestamento ainda implica em saneamento, que é uma complexa questão nesta zona. Entretanto, confessou que para o conjunto do Brasil, o problema talvez apresentasse figura diferente.

O Dr. Schmidt ainda disse que a zona de influência de Monlevade se estendia até o baixo rio Doce, assegurando a compra do carvão vegetal por contrato de vários anos e garantindo, também, as bases da ocupação humana.

Falou a seguir o Prof. Ruellan que declarou haver esta tertúlia imposto problemas que a Prof.^a Léia Lerner expôs com clareza e precisão. Tendo sido igualmente bem tratada a questão dos níveis de erosão, passaria a discutir outros assuntos de interesse.

Assim, a estrutura constitui um problema delicado no Brasil Central. Os *facies* mais nítidos da série de Minas como o itabirito só se apresentam nesta região em pedaços pequenos e isolados: é o caso do Cauê, do maciço do Periquito e do pico da Conceição que representam geologicamente muito pouco.

Por este motivo é também difícil afirmar, com certeza, se a série de Minas é tão perturbada quanto se calcula; realmente, só aparece em pedaços e a parte intermediária não foi encontrada.

Projetou novamente a carta já mostrada, confeccionada pelos ingleses da Itabira Iron, que procuraram a direção dos afloramentos de itabirito compacto, quando êsses desapareciam. Indicou então no Cauê uma parte de camadas inclinadas regularmente em média, seguida de outra já diferente. Duas explicações podem servir: de perturbações locais cortando as camadas ou movimentos de dobra com depressão e cúpola que foram arrebatadas pela erosão. Há inclinação em sentido inverso no Esmeril; parece tratar-se de um pequeno sinclinal. O pico da Conceição também se apresenta contraditório com a parte sul do Esmeril e também possui localmente inclinações diferentes.

A direção geral dos afloramentos nada tem a ver com a direção das camadas. Parece ter havido uma justaposição de vários movimentos: ao lado do movimento geral que se estende de Belo Horizonte ao Cauê, há dobras de cobertura locais, reproduzindo ou não a direção do primeiro e que apenas afetam a parte superior das séries.

Os problemas da tectônica geral, ante a imensidade de problemas locais que o vasto território brasileiro apresenta, não foram ainda abordados e na verdade não são fáceis.

Na região do Cauê parece que tudo partiu de uma grande peneplanização; freqüentemente surgem camadas cortadas em bisel que desaparecem em profundidade. A superfície de erosão não segue, portanto, a direção das camadas. Formaram-se os chamados *hog-backs*, ou cristas monoclinaes, pouco a pouco delimitados pela erosão. Grande parte da forma do Cauê é recente, constituindo um relevo saliente do resto da superfície de erosão.

Nem sempre o metamorfismo é forte, principalmente quando se tomam os Alpes como termo de comparação. É mais de epizona, talvez, do que de catazona; e o grande problema geológico é conhecer a passagem do metamorfismo profundo do gnaiss para o de epizona da série de Minas através dos micaxistos, mas o contacto não foi verificado. Na excursão do dia seguinte o Prof. Ruellan relatou que tiveram ocasião de acompanhar progressivamente uma cachoeira onde aparecia o gnaiss até as alturas vizinhas do itabirito algonquiano, mas também não o encontraram visivelmente.

Tôda a questão do posição do algonquiano em relação ao arqueano deverá ser retomada, seguindo o caminho que MORAIS RÊGO abriu com seus estudos da série de São Roque em São Paulo, que poderão ser aplicados à série de Minas.

Em relação ao aspecto econômico, declarou que a riqueza do Cauê é verdadeiramente assombrosa, comparando-se às jazidas ferríferas de primeira ordem, como as da Suécia, da China e E. U. As da França, por exemplo, são mais

diffíceis de trabalhar e o minério é menos rico. A orientação atual visa a exploração do minério, com o auxílio dos Estados Unidos através de maquinaria que permitirá progressos na extração do minério (5 mil toneladas diárias) e melhoramentos nas linhas férreas.

Mas há problemas derivados da constituição de um imenso parque ferroviário, que revolucionará as possibilidades de transporte. Os vagões condutores do minério, em vez de voltarem vazios poderão ser utilizados para transporte do carvão que fará a metalurgia dos fornos Martin - Siemens e do carvão de lenha da floresta que segue a linha férrea do rio Doce desde Colatina. O frete será pago pelo próprio minério, pois existem bons mercados para o minério rico, tais como os dos Estados Unidos e outros que pagam bem, de maneira que seu transporte não oferecerá dificuldades financeiras.

Com os benefícios da venda, podem ser construídos, graças à força hidroelétrica que o Brasil possui em abundância, fornos especiais para a produção de aços finos, o que não implica em problemas complexos de povoamento, pois não exige grande mão de obra.

O Brasil possui minerais raros que são indispensáveis para a fabricação de aços especiais e, que suportam, mesmo em tempo normal, os fretes de viagem, desde o interior do país.

Tôdas estas condições favoráveis combinadas mostram um grande futuro para a Companhia Vale do rio Doce, talvez mesmo implicando em mudança da atual orientação; isto se evidenciará nos melhoramentos das vias férreas e na organização da grande exploração do minério. Assim, o potencial econômico poderá transformar o Brasil no maior detentor de riqueza em aço do hemisfério sul.

A seguir, foi encerrada a sessão.



SEPTUAGÉSIMA QUINTA TERTÚLIA, REALIZADA A 1 DE AGOSTO DE 1944

COMUNICAÇÃO DO ENG. CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO SOBRE SUA VIAGEM AOS ESTADOS UNIDOS — MOTIVOS DA VIAGEM — VISITA A DIFERENTES SERVIÇOS GEOGRÁFICOS EM WASHINGTON E OUTRAS CIDADES: N. YORK, TROY, ROCHESTER, BUFFALO, CHICAGO — COMENTÁRIOS DO PROF. JORGE ZARUR — AS UNIVERSIDADES — INTERCÂMBIO; O VALE DO TENNESSEE

Abrindo a sessão, o Eng.^o Cristóvam Leite de Castro falou do grande regozijo que sentia ao voltar ao Brasil; não implicava isso em passadismo ou qualquer fórmula sentimental, pois quem sai do Brasil aprende a amá-lo mais intensamente; o fator distância é fator de estimação. Expressou também o prazer de retornar ao contacto que lhe é tão caro dos tertulianos; tôdas as terças-feiras seu pensamento se voltava para êste recinto.

De acôrdo com as notícias dos jornais, deveria transmitir as impressões de viagem; na verdade não se considera geógrafo, ao contrário do seu companheiro de delegação, o Prof. Jorge Zarur, e talvez não fôsse justo tratar de impressões de viagem sem aspecto geográfico, neste recinto.

O tempo de duração da jornada foi de 9 de maio a 28 de julho e três foram os motivos da viagem: 1.^o realizar entendimentos e conversões a respeito da II Reunião de Consulta Pan-Americana de Geografia e Cartografia; 2.^o porque fôra designado consultor da Library Congress de Washington, a maior do mundo; 3.^o para estudar, nos países que visitou, tudo quanto se relacionasse com atividades geográficas, para aperfeiçoamento do nosso aparelhamento.

Sobrevooou La Paz, Lima, Quito, Panamá, Guatemala e México, parando dois ou três dias, nessas cidades. Entendeu-se com as autoridades para se recordarem do convite do governo brasileiro quanto à representação na II Reunião Pan-Americana de Consulta e com os técnicos, afim de que conheçam os propósitos da mesma. No México, teve ocasião de efetivar pessoalmente o ingresso do Brasil no Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Chegando a Washington às 6 horas da manhã, o que mais o encantou foi a aurora maravilhosa e depois o abraço brasileiro do Zarur. Começaram, então, juntos a peregrinação pelos Estados Unidos e sendo o Prof. Zarur grande conhecedor do inglês e dos técnicos, proporcionou os contactos necessários.

O Cel. Lísias Rodrigues pediu que o Eng.º Leite de Castro também relatasse alguma coisa do trajeto em avião, pois muita coisa interessante deve ter sido observada.

Respondeu o Eng.º Leite de Castro que não era geógrafo e o assunto da tertúlia versava só sobre os Estados Unidos; o problema dos países por onde passou será assunto de próxima tertúlia.

Continuando, relatou que, em Washington, teve oportunidade de visitar as principais repartições federais que fazem geografia e mapas. Uma delas é a "Army Maps Service", que o Prof. Zarur explicou estar sob a direção da Divisão de Engenharia do Exército Norte-Americano, que aí abriga material secreto; o edifício não possui janelas e só tem um andar fora do subterrâneo. É totalmente refrigerado, o que é indispensável para o tórrido clima de Washington. Trabalham aí cerca de 3 000 funcionários, confeccionando mapas num trabalho de várias partes, como a coleta de material (levantamento de todas as mapotecas dos Estados Unidos e dos países aliados, inclusive a Rússia, porém em pequena proporção). Disse o Eng.º Leite de Castro que se impressionara na sala das chapas de zinco, em número de mais de 20 mil, com mapas de todo o mundo que, embora simples, pois são compilações de outros mapas, demonstram o desenvolvimento de ótimas técnicas. Trouxeram chapas do Brasil e de outros países.

O Eng.º Leite de Castro afirmou que os serviços são deveras formidáveis; a geografia do próprio território é relativamente fácil, mas a do inimigo oferece dificuldades.

Continua o Prof. Zarur, dizendo que no "Office of Strategic Service", sob direção do Estado Maior da Marinha e do Exército, realizam-se análises geográficas dos territórios inimigos; viu, assim, milha por milha, toda a costa da Normandia. São assim, estudados os tipos de doença, línguas e dialetos dos países e zonas que interessam às operações militares, não só nos aspectos de geografia física, como também política e humana.

O material físico é muito importante porque houve não só mobilização dos geógrafos nacionais, como também foi solicitado o material útil de qualquer pessoa que possuísse fotografias, notas, cartas e também os relatórios do corpo diplomático americano que, possuem dados geográficos interessantes. Encontrou aí muita coisa sobre o São Francisco.

Declarou o Eng.º Leite de Castro que travou conhecimento com grandes geógrafos, como o Prof. Robert Platt, homem encantador e admirável na geografia de campo.

Falou também da Universidade de Chicago, fruto da doação Rockefeller de 20 milhões de dólares. O famoso Nelson Rockefeller coordenador dos negócios inter-americanos, quando se formou, deu à sua universidade um cheque de um milhão de dólares. Possui esta Universidade famosos professores, como C. Colby, introdutor da análise regional e verificou o entusiasmo deste pelo trabalho sobre o São Francisco do Prof. Zarur, que apareceu como verdadeiro colaborador e não simplesmente como discípulo, pois aplicou seu método num âmbito muito maior.

Trouxe dados, impressões e ofertas de *fellowships*.

Explicou o Prof. Zarur que ficou mais ou menos selado um convênio entre a organização técnica norte-americana e a nossa, para fazer um intercâmbio de técnicos; assim, serão enviados técnicos do Conselho para trabalhar em Chicago e Wisconsin. Para atender ao aspecto econômico e utilitário da ciência geográfica, o Eng.º Leite de Castro fez negociações com a Universidade de Maryland, onde está o Prof. Clarence Jones, para também enviar para ali membros do Conselho Nacional de Geografia. Igualmente serão enviados funcionários para as secções de biblioteca geográfica e fotogrametria.

Receberemos em troca a visita, ainda problemática, de Preston James, que é muito necessário, no entanto, para os Estados Unidos em vista dos importantes serviços de guerra a seu cargo e de Platt, especialista em micro-geografia. Esses dois valiosos elementos darão uma feição dinâmica aos trabalhos no Brasil.

Disse o Eng.^o Leite de Castro que observou grande número de jovens brasileiros, moças e rapazes, nos Estados Unidos; são eles recrutados das repartições públicas federais e, embora inteligentes, ressentem-se da falta de experiência por estarem no início de suas carreiras. Voltam ao Brasil entusiasmados pela grandiosidade dos Estados Unidos e pela imponência técnica, mas são combatidos pelos que estão em posição superior. Não são compreendidos e passam a ocupar cargos não de sua especialidade, tendo assim perdido tempo e energia. Apontou duas causas que explicam este fenômeno. Em primeiro lugar, o funcionário está no princípio da carreira e não penetra bem o espírito técnico dos Estados Unidos, de maneira que, aqui chegando, adquire uma situação antipática pois ainda não possui crítica suficiente para empregar em nosso país o que lá viu de útil. A outra causa implica no peso das autoridades superiores em posição. Por isso, achava que o governo deveria remediar a situação e, para isso, talvez a melhor orientação fôsse enviar funcionários mais experimentados e de maior responsabilidade. Valendo-se da experiência e da autoridade que possuem como funcionários de alta categoria, transmitiriam ao Brasil o que aqui é adaptável.

Será este o seu critério no Conselho; irão técnicos já experimentados e com grande responsabilidade no destino de sua secção.

Voltando ao assunto, disse que o Departamento de Estado organizou para ele um programa de excursões ao interior dos Estados Unidos, para visitar outras instituições.

De Washington partiram pelo Empire State Express para Nova York, onde teve uma sensação agradável que lhe recordou a alegria carioca, depois do cinzento de La Paz, do sombreado de Lima, do verde escuro de Quito e do abafamento de Washington. Forte emoção o esperava na Quinta Avenida, onde se comemorava a Semana das Nações Aliadas, sendo cada quarteirão dedicado a um país; e entre eles também a bandeira excepcionalmente bela do Brasil estava desfraldada. Bastante trabalho teve em Nova York, e limitou por isso as visitas à Broadway e ao Empire State Bulding.

Daí foram a Albany, capital do Estado de Nova York; a cidade principal não é, em regra, capital do Estado. Na cidade de Troy visitaram estabelecimentos de fabricação de instrumentos geográficos. Seguiu-se Rochester que é uma cidade pequena muito interessante. Visitaram aí a Kodak, que possui várias fábricas nos Estados Unidos; tem 18 mil empregados na fabricação de instrumentos para a guerra. Existe um processo de fotografia aérea que reproduz o terreno em côres, como um verdadeira mapa.

Explicou o Prof. Zarur que o rôlo era contínuo sem haver superposição de quadros.

Disse o Eng.^o Leite de Castro que se referiram a uma grande descoberta, mas não a especificaram; parece ser relacionada com a fabricação de lentes. Falou, então, o Prof. Zarur no cristal de rocha brasileiro, mas informaram que se tratava de um material novo, talvez o vidro artificial, que fornece condições arrojadas para as lentes, em matéria de polaridade, refração, etc.

Relatou o Prof. Zarur que perderam o trem para Búfalo, por causa de informações erradas, de maneira que viajaram de dia para esta cidade, situada na ponta dos lagos Erié-Ontário, onde visitaram Niágara. Daí partiram para Chicago e o Eng.^o Leite de Castro descreveu-a como cidade de trabalho intenso e fecundo. Como Nova York, possui quatro planos de transporte: o *subway*, ultramoderno, com luz fosforescente e escadas rolantes, a rua, o "elevador" e o avião. Visitaram a Universidade e o Planetário, que reproduz de maneira impressionante a abóbada celeste e uma professora, cuja voz vinha do escuro, explicava seus movimentos. Do 25.^o andar do hotel onde se acomodaram, tiveram magnífica paisagem.

Partiram para Chatanooga e daí para o vale do Tennessee, onde foi obrigado a conter os impulsos entusiásticos do Zarur, sobretudo com a antevisão do que será o São Francisco, se para ele se encontrar uma solução parecida.

Disse o Eng.^o Leite de Castro ter divisado neste empreendimento três grandes vitórias, com o que, aliás, o Prof. Zarur não concordou: a vitória técnica, submissão das forças da natureza à inteligência do homem, vitória econômica de uma

região apontada como ingrata; vitória política de um regime democrático, onde as jurisdições dos vários poderes públicos se harmonizaram nesta arrojada iniciativa.

O Prof. Zarur disse que este empreendimento é uma experiência econômica e social em que o geógrafo contribuiu de maneira decisiva: no começo, na planificação, na execução e cooperação nos resultados. É a vitória não só da técnica, da economia e da política, como também da transferência da ciência do laboratório para o campo; é a vitória em suma da geografia regional, que deixou de ser acadêmica demais e passou a estudar diretamente a região, fazendo de cada habitante um fator de economia. Também é uma vitória para a Geografia do Brasil, pois o Eng. Leite de Castro parece que ficou igualmente convencido do seu êxito, a ponto de colocar uma verba à disposição dos estudos de Geografia regional. Porém, não só o vale do São Francisco mas todos os outros, Araguaia, Tocantins, etc., e mesmo as bacias menores que apresentem importância política e econômica deverão ser estudadas com estes métodos e só assim se desenvolverão.

Terminada a sessão, o Eng.º Leite de Castro declarou que trouxe alguns troféus de viagem, como publicações, mapas, etc., e ainda amizades, nos vários setores técnicos. Acrescentou, também, os planos no terreno prático das realizações e convênios para intercâmbio entre instituições. E dentre todos estes troféus o maior era a vinda do Prof. Zarur para o Conselho Nacional de Geografia.

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comissão da Indústria de Material Elétrico

AS FINALIDADES DO NOVO ÓRGÃO — Pelo Decreto-lei n.º 6 824, de 25 de agosto último, o Sr. Presidente da República instituiu a Comissão da Indústria de Material Elétrico, composta de dez membros nomeados pelo chefe do Governo. Incumbe à Comissão, que será autônoma e funcionará diretamente subordinada ao Presidente da República, promover a implantação da indústria de material elétrico em larga escala no país.

DESIGNADOS O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE — Por decreto de 30 de agosto último, publicado no *Diário Oficial* de 1.º do mês corrente, foi designado pelo Sr. Presidente da República o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do I.B.G.E., para exercer as funções de presidente da Comissão da Indústria de Material Elétrico.

Por decreto de igual data, foi designado o Sr. Mário Pinto Peixoto da Cunha para exercer as funções de vice-presidente da mesma Comissão.

★

Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil

A Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, criada a 27 de março de 1943, e composta pelos Srs. embaixador João Veloso, presidente, e professor Rodolfo Garcia, ministro Heitor Viana e Sr. Luís Camilo de Oliveira Neto, secretariada pelo cônsul Roberto Luís Assunção de Araújo, divulgou a bibliografia de História do Brasil, referente ao segundo semestre do ano passado, como uma das suas atribuições normais. Esse trabalho constitui uma relação de todas as obras sobre História do Brasil aparecidas naquele período, algumas das quais com comentários sucintos de membros da Comissão. Além dos livros, há também a resenha dos opúsculos, publicações periódicas e seriadas e trabalhos incluídos em publicações periódicas.

Essa publicação destina-se principalmente aos centros educacionais e culturais do país e do estrangeiro.

★

Comissão Executiva da Pesca

OS COMPONENTES DA COMISSÃO — Pelo Decreto-lei n.º 6 843, de 31 de agosto, publicado no *Diário Oficial* de 4 do corrente, foi dada nova composição à C.E.P., a qual será constituída de um representante de cada uma das seguintes entidades e regiões do país: Serviço de Economia Rural, Departamento Nacional da Produção Animal, Ministério da Marinha, Norte e Nordeste, Leste e Sul.

★

Conselho de Imigração e Colonização

DESPEDE-SE DO CONSELHO O EMBaixADOR CASTELO BRANCO CLARK — Na reunião de 24 de julho, cuja ata foi publicada no *Diário Oficial* de 7 de agosto, do Conselho de Imigração e Colonização, o embaixador Castelo Branco Clark deu conhecimento ao Conselho da terminação do seu mandato como presidente, por haver sido designado para, com a categoria de embaixador, exercer as funções de delegado do Brasil, junto ao Comité Francês de Libertação Nacional, em Argel — por decreto de 19 do corrente, havendo, igualmente, sido exonerado da comissão que exercia como conselheiro e presidente do Conselho de Imigração e Colonização por decreto de sexta-feira última, dia 19. Assim sendo, o embaixador propôs passar o exercício ao vice-presidente, comandante Atila Monteiro Aché, elogiando em palavras de encômio, a colaboração dos demais conselheiros, durante a sua presidência. Mencionou quanto lhe tinha sido grato conviver, no Brasil, com individualidades do relevo dos que representavam no Conselho, os vários campos da atividade civil e militar brasileira. Disse ainda muito ter contribuído tal conveniência para uma maior e melhor compreensão do espírito nacional, o que lhe seria certamente, útil no desempenho da nova missão que desempenhará no exterior. Fez, em seguida, votos pela felicidade geral e particular de cada conselheiro. Assinalou a seguir, o presidente, a cooperação, inexcusável de dedicação e eficiência, que encontrara no cônsul Zoraima de Almeida Rodrigues, que com tanto tato e patriotismo chefiava a Secretaria do Conselho, onde encontra escopo adequado a suas raras qualidades de funcionário inteligente, zeloso e dotado de invulgar tirocínio, de modo a conquistar o respeito, a estima e admiração de seus superiores e companheiros de trabalho; propunha, assim, o que foi unânimemente aprovado, que se consignasse em ata um voto de louvor pelos serviços que o referido funcionário prestara ao Conselho, durante sua gestão. Mencionou, também, muito especialmente o nome do chefe da Seção Técnica do Conselho, cônsul Wagner Pimenta Bueno, operoso e inteligente funcionário que, durante mais de dois anos, prestou ao Conselho colaboração brilhante. Lembrou o trabalho que acabava de ser publicado — *Ante-projeto de Lei sobre Imigração e Colonização*, — da autoria do aludido cônsul, que muito contribuirá, tanto neste momento como no futuro, para a solução de problemas tão palpitantes para o Brasil, sobretudo porque entrará em execução no período de após-guerra, momento em que a nossa política imigratória terá de se valer da experiência, para evitar erros já conhecidos. Referiu-se, ainda, o embaixador, em termos elogiosos a Dona Júlia Lisboa Figueiredo de Melo, chefe da Seção Administrativa do Conselho, a Dona Ellen Christiana Kjer Dona Margarida Pôrto e em geral a todos os dedicados funcionários da Secretaria do Conselho.

Em seguida usou da palavra, em nome dos membros do Conselho, o vice-presidente, comandante Atila Monteiro Aché, que disse la-

mentar a terminação do mandato do embaixador Castelo Branco Clark ao mesmo tempo que se congratulava com a escolha feita pelo Governo para o delicado encargo de que fora incumbido. Lamentava a saída do embaixador do alto cargo de presidente do Conselho, porque perdiam todos a convivência do alto funcionário diplomático de largos anos na carreira e que, entretanto, nesta hora difícil, se tinha entregue inteiramente a assuntos novos à sua atividade funcional com a mesma inteligência, brilho, dedicação e competência com que se vem distinguindo entre seus colegas do Itamarati. Que entretanto o Conselho tinha também razão de alegrar-se e mesmo de envaldecer-se com a escolha do seu presidente, para ser o primeiro representante brasileiro junto ao Governo da Nova França.

Formulou em seguida votos para que em sua nova missão no exterior o embaixador Castelo Branco Clark continuasse a prestar ao Brasil os mesmos relevantes serviços que prestara na presidência do Conselho, e pela felicidade pessoal de Sua Excelência.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO — No dia 16 de agosto, reuniu-se o Conselho, em sessão especial, para tomar conhecimento de um projeto de criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, proposto pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e sobre o qual deve o Conselho emitir parecer.

★

Coordenação da Mobilização Econômica

A EXPORTAÇÃO DE MINERAIS OU MINÉRIOS — O coordenador da Mobilização Econômica assinou recentemente uma portaria regulando a exportação de minerais ou minérios. Determina a aludida portaria que os contratos de exportação, para fora do território nacional, de qualquer mineral ou minério brasileiro, só produzirão efeito, após a audiência e aprovação deles, pelo diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral. Refere-se, ainda, às atribuições da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil e da Fiscalização, no que concerne àquele assunto.

CONTRATO DE EXPORTAÇÃO DE MINERAIS OU MINÉRIOS DO BRASIL — Pela Portaria n.º 253, de 1 de agosto, o Sr. coordenador designou o Sr. diretor geral do D.N.P.M. também para examinar os contratos de exportação de minerais ou minérios do Brasil. Dos contratos firmados anteriormente à referida portaria, deverá ser levada uma cópia ao conhecimento do diretor geral do mesmo Departamento.

DISTRIBUIÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DO CARVÃO MINERAL EXTRAÍDO NO PAÍS — O Sr. Presidente da República, considerando que, no momento atual, é indispensável incrementar a produção do carvão mineral, discipliná-la e distribuí-la de acordo com as necessidades do país e as exigências do plano de mobilização econômica, e, considerando o próximo início da usina siderúrgica da Cia. Siderúrgica Nacional, assinou, no dia 7 de agosto, o Decreto-lei n.º 6 771, determinando que todo o carvão mineral extraído no país será distribuído, pelo Governo Federal, por intermédio da Coordenação da Mobilização Econômica.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DESIGNAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA FAZER UM CURSO DE APERFEIÇOAMENTO NOS ESTADOS UNIDOS — A 3 de agosto último, o Sr. Presidente da República, aprovou uma proposta do presidente do I.B.G.E., sugerindo o nome do Sr. Raimundo Nonato Pais Barreto, ora à disposição do Serviço Nacional de Recenseamento, para acompanhar cursos de aperfeiçoamento projetados pelo U. S. Bureau of Census, em Washington, D.C.

QUOTA DE ESTATÍSTICA — Em edital publicado no *Diário Oficial* de 2 do corrente mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tornou público que a cobrança da "quota de estatística", a que se refere o Decreto-lei n.º 6 730, de 24 de julho último, terá início no dia 10 deste mês.

INAUGURAÇÃO DO CURSO DE ESTATÍSTICA "BULHÕES DE CARVALHO" — Realizou-se no dia 21 de agosto último no auditório do edifício Hollerith, à avenida Graça Aranha n.º 182, a sessão de abertura do Curso de Estatística "Bulhões Carvalho", instituído pelo Departamento Cultural dos Serviços Hollerith S.A. em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Presentes os alunos inscritos, em número de 105, todos eles profissionais em vários serviços estatísticos oficiais, inclusive quatro de diferentes Estados, o Sr. Valentim Bouças, presidente da aludida organização técnica, convidou para fazer parte da Mesa os Srs. M. A. Teixeira de Freitas, secretário geral e representante do presidente do I.B.G.E.; J. Carneiro Filipe, presidente da Comissão Censitária Nacional; João Carlos Vital, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil; João Inácio de Azevedo Amaral, diretor da Escola Política; Rafael Xavier, diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento; Giorgio Mortara, consultor técnico da C.C.N., e Jorge Kafuri, diretor do Curso.

Explorando os objetivos da iniciativa dos Serviços Hollerith, falou em primeiro lugar o professor Kafuri. Em seguida, o Sr. João Carlos Vital falou sobre a personalidade de Bulhões de Carvalho, fundador da Estatística Geral Brasileira e patrono do Curso, cuja abertura se estava solenizando.

O professor Giorgio Mortara deu, depois, a aula inaugural, situando a estatística no campo científico e mostrando a multiplicidade de sua aplicação no mundo atual.

Falou, de improviso, o Sr. M. A. Teixeira de Freitas, agradecendo, em nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o empreendimento dos Serviços Hollerith, o qual representava uma importante contribuição para o aperfeiçoamento profissional dos que se dedicam à estatística no Brasil.

Encerrando a sessão, o Sr. Valentim Bouças pronunciou um discurso no qual acentuou o grande papel que a estatística seria chamada a desempenhar na reconstrução do mundo e na organização de uma paz justa e estável.

★

Conselho Nacional de Geografia

A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — O Presidente da República assinou no dia 25 de agosto último, o Decreto-lei n.º 6 828, criando o Serviço de Geografia e Cartografia, como repartição central do Conselho Nacional de Geografia, que terá como finalidade a execução de trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos que forem determinados pelo Conselho.

A criação do novo Serviço amplia o aparelho geográfico brasileiro, atendendo à necessidade do Conselho, órgão nacional de supervisão das atividades geográficas no Brasil, de completar, com contribuição executiva própria, em caráter supletivo, o conjunto dos trabalhos compreendidos nos planos preestabelecidos. O número anterior do *Boletim* publicou na íntegra o aludido decreto-lei.

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Conselho Florestal Federal

CRIAÇÃO DA PRIMEIRA RESERVA FLORESTAL DO MARANHÃO, NA ILHA DE SÃO LUÍS — Na sua última reunião, o Conselho Florestal Federal tomou conhecimento do relatório apresentado ao diretor do Serviço Florestal pelo conselheiro Cunha Baima, a respeito de sua recente viagem aos Estados do Maranhão e do Ceará, como chefe da Seção de Proteção das Florestas daquele Serviço do Ministério da Agricultura.

O agrônomo Cunha Baima pôs o Conselho a par dos pormenores que redundaram no decreto-lei já publicado declarando florestas protetoras na ilha de São Luís no decreto-lei do governo maranhense criando sua primeira reserva florestal de 5 milhões e 640 mil hectares; no projeto de um Hárto Florestal com 500 hectares de superfície na mesma ilha; na Delegacia Regional naquela capital com função de superintender todo o trabalho florestal no Estado; na designação dos 66 prefeitos maranhenses para delegados no interior na forma do respectivo Código em vigor; no plano geral de trabalho traçado para o território maranhense a ser custeado por quota da União e do Estado na forma do acórdão proposto pela interventoria interessada, acórdão esse apreciado pelo Serviço Florestal e aprovado pelo ministro da Agricultura que, por sua vez, acaba de encaminhar a respectiva proposta ao Presidente da República solicitando os recursos correspondentes à quota da União.

O Conselho Florestal Federal secundou unanimemente as idéias, sugestões e medidas contidas no relatório do chefe da Seção de Proteção das Florestas, cuja ação foi elogiada por vários conselheiros e pelo presidente José Mariano Filho.

Aquêle órgão consultivo do Governo deliberou dirigir-se ao Sr. ministro da Agricultura, interventor Paulo Ramos, e presidente do D. A. S. P., a propósito das referidas medidas, cuja divulgação, por essa ou por aquela forma, recomendou ao relator, que o fizesse, pois reconhece no mesmo matéria de interesse geral, de fim educativo e de exemplo útil a outros Estados.

★

Divisão de Águas

INFORME SOBRE O NÍVEL DAS ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO — No princípio do mês de agosto transato registraram-se chuvas excepcionalmente fortes no Estado de Alagoas, que causaram inundações e, em consequência, graves danos e prejuízos.

Sobre essa ocorrência, a imprensa carioca forneceu amplo noticiário, tendo ainda alguns vespertinos consignado em suas colunas o transbordamento do São Francisco. A esse respeito, a Seção de Pluviometria e Inundações da Divisão de Águas expediu o seguinte comunicado informativo:

"Havendo a imprensa vespertina noticiado no dia 8, que o rio São Francisco inundara a

cidade de Pão de Açúcar, situada no Estado de Alagoas, bem como destruíra as culturas de arroz, localizadas nos municípios de Penedo, Igreja Nova e Pôrto Real do Colégio, a Seção de Pluviometria e Inundações da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura informa que o referido rio se acha estacionário e em nível muito baixo, não podendo as chuvas de grau e intensidade e longa duração que se vêm manifestando naquela região, provocar o seu transbordamento.

As águas do rio São Francisco, no dia 8, atingiam na nossa escala situada em Pão de Açúcar a altura de 1 metro e 66; a inundaçãõ da cidade só poderá se verificar quando ultrapassada a quota de 9 metros".

★

Serviço Florestal

PROPOSTA PARA NOMEAÇÃO DE DELEGADOS FLORESTAIS — O diretor do Serviço Florestal propôs ao Ministério da Agricultura, para as funções de delegados florestais, na forma do art. 56 do Código Florestal em vigor, os nomes dos 66 prefeitos municipais maranhenses.

Trata-se de medida decorrente do espirito de colaboração entre o Governo do Maranhão e o Ministério da Agricultura, e do entendimento pessoalmente havido entre as autoridades daquele Estado e o Serviço Florestal, por intermédio do chefe da Seção de Proteção das Florestas, recentemente designado para tratar com o Sr. interventor Paulo Ramos de interesses florestais comuns à União e à administração estadual.

Tratando-se de pessoas que exercem parcelas do poder público local ao que juntam, assim, a autoridade federal que lhes vão conferir o Código Florestal e o Sr. ministro da Agricultura, tudo indica que sua atuação seja eficaz como, aliás, se verifica em outros Estados.

Acontece mais que, como prefeitos, os novos e primeiros delegados maranhenses do Serviço Florestal reúnem às condições anteriores a vantagem do conhecimento local de seus municípios, o que é importante para o julgamento dos casos de infração, contrações e crimes florestais.

★

Serviço de Meteorologia

REDE COMPLETA DE RADIOCOMUNICAÇÕES — O Sr. Durval Marta, chefe da Seção de Radiocomunicações do Ministério da Agricultura prestou ao *Correio da Manhã* desta capital, as declarações que damos abaixo, as quais foram precedidas dos seguintes comentários daquele matutino, que, *data venia*, transcrevemos:

"Para o Sr. Durval Marta, chefe da Seção de Radiocomunicações do Serviço de Meteorologia, o rádio é um poderoso agente na tarefa em favor do progresso do país. Como elemento de colaboração nas investigações meteorológicas, a ajuda que presta é, realmente, notável. Proclama-o o chefe da Seção de Radiocomunicações, acentuando que o Serviço de Meteorologia se vinha utilizando, há muitos anos, do telégrafo para recepção dos boletins meteorológicos provenientes das estações disseminadas pelo litoral e sul do país. Com o desenvolvimento natural do Serviço, às previsões especiais que se faziam, em princípio, para a agricultura, seguiu-se a necessidade de proteção à navegação marítima comercial, acarretando novo surto para a rede meteorológica, e portanto, mais trabalho para o Telégrafo Nacional. O estabelecimento das companhias de transporte aéreo,

a criação de novas linhas, quer pelo litoral, quer pelo interior do país, atravessando mesmo suas fronteiras, em busca de países vizinhos e amigos, fêz com que o Serviço de Meteorologia sofresse uma transformação radical, de modo a que se aparelhasse para melhor corresponder às suas finalidades. Já o Telégrafo Nacional não podia atender, com a presteza necessária o quanto lhe pedia a Meteorologia.

O serviço do exterior deixou de ser feito pelas companhias telegráficas particulares e retransmitido pela radiografia brasileira. E mais: a urgência na confecção das cartas de tempo, para satisfazer às atividades aeronáuticas, exigia um serviço cada vez mais rápido. Foi quando, visitando o Serviço de Meteorologia, e informado de todas as suas necessidades, o Sr. Getúlio Vargas resolveu dotá-lo de uma rede própria de estações radiotelegráficas.

De tudo isso nos fala o Sr. Durval Brochado Marta, chefe de Secção de Radiocomunicações, dizendo que as duas primeiras estações montadas foram, no Rio, a PPM 2, de 2kw, e em Porto Alegre a PPM 3, de meio kw. Mais se foi ampliando a rede, já agora quase ultimada, dado que apenas faltam, para completá-la, a montagem das estações de Fortaleza, Curitiba, Itaparica, Florianópolis e Santa Cruz, esta no quilômetro 47 da estrada Rio-São Paulo. São inumeráveis as vantagens que daí decorrem.

— Todo o serviço do exterior para o Brasil e, deste para o exterior — disse-nos o Sr. Durval Marta, é feito por intermédio da Secção de Radiocomunicações. O Telégrafo Nacional foi aliviado da transmissão e recepção de cerca de 4 500 palavras diárias. As previsões, que se faziam às 15 horas passaram a ser feitas às 13, sendo que os coletivos transmitidos para o exterior o são às 12 horas e 30 minutos, contendo todos os dados meteorológicos do Brasil. Convém não esquecer que a S. R. só trabalha com duas frequências, em toda a rede, o que constitui, de certo modo, grande inconveniente, em virtude do *Fading* que perturba, de muito, os nossos serviços. Para evitá-lo tanto quanto possível, já providenciamos a aquisição de mais quatro frequências menores, o que trará enormes benefícios aos serviços da Secção.

— Temos, atualmente o maior empenho — prossegue o Sr. Durval — em reduzir os horários das estações de rádio para atender mais prontamente, as necessidades da repartição.

Convém acentuar que, além do serviço interno, a Secção de Radiocomunicações mantém o intercâmbio com os demais serviços meteorológicos sul-americanos fazendo, por intermédio da PPM 2, sua retransmissão para todo o mundo.

A Secção de Radiocomunicações espera estar com sua rede completa dentro de um ano; continua entretanto incluindo um transmissor automático para emissão dos coletivos: Amer-sud, Meteoro Brasil e Meteoro Marítimo, sendo que só o Meteoro Brasil conta cerca de 750 palavras. Tendo-se em vista que o custo das estações de rádio transmissoras e receptoras atinge a soma de Cr\$ 980 000,00 seria econômico dispor à S.R. de uma oficina técnica para reparação, ajustagem e conservação de todo o material, bem como de inspetores técnicos em rádio para verificar e sanar quanto possível, os defeitos apresentados no material.

E o Sr. Durval conclui:

— Creio que, com a importância que hoje tem a Meteorologia na vida do país, é lícito esperar se realizem nossas justas aspirações.”

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Universidade do Brasil

Escola Politécnica

CATÁLOGO DE PARES DE STERNECK — A Escola Politécnica da Bahia, que empreendeu a tarefa meritória de publicar trabalhos de utilidade didática da autoria dos seus professores acaba de apresentar a monografia n.º 6 — *Catálogo de Pares de Sterneck* — do Prof. Aurélio Brito de Menezes, catedrático de Astronomia de Campo e Geodésia Elementar.

O autor, técnico e especialista na matéria que professa com reconhecido saber, tem já publicado outras obras, dentre elas o original *Novo Método para a Determinação da Meridiana*, de real utilidade prática para o engenheiro.

Sobre o *Catálogo de Pares de Sterneck*, no qual o Prof. Aurélio de Menezes, após dedicado labor intelectual, reuniu todos os elementos das *calagens* do elevado número de 3 825 pares de estrelas observáveis no Brasil e utilizáveis na determinação da latitude geográfica, o coronel Djalma Polli Coelho, chefe do Destacamento Especial do Nordeste do Serviço Geográfico do Exército, prefaciando o livro diz que “não precisa gastar palavras em demonstrar a utilidade de um livro como esse”, e prevê o seu “merecido sucesso”, pois que contribuirá certamente para facilitar a preparação de mais engenheiros que sejam aptos para os trabalhos de “Astronomia de Campo”, julgando ainda “necessários, no Brasil, muitos desses engenheiros, para se incumbirem de cooperar no vasto e urgente empreendimento da nossa carta geográfica e topográfica.”

★

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho de Economia e Finanças

ADIADO O CONGRESSO DE INTERVENTORES — O secretário do Conselho de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, de ordem do Sr. ministro, presidente do mesmo Conselho, telegrafou aos chefes dos Executivos estaduais e prefeitos municipais, cujas entidades apresentem dívida externa, para enviarem a esta capital, com a necessária urgência, os seus respectivos contadores. A finalidade desse convite é promover a adoção das medidas técnicas indispensáveis à consolidação da dívida externa nos termos dos Decretos ns. 6 019, de 23 de novembro de 1943 e 6 410, de 10 de abril de 1944.

Essas providências preliminares tornam, conseqüentemente, adiável a reunião dos Srs. interventores, previstas para o mês em curso.

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

Comissão de Festas do Cinquentenário da Lapa

EXTINÇÃO DA COMISSÃO — Em officio ao ministro da Guerra, o general Raimundo Sampaio, presidente da Comissão Central de Festejos do Cinquentenário do Cêrculo da Lapa, que foi comemorado em fevereiro último, solicitou sejam consideradas extintas a Comissão Central e a Sub-Comissão da Lapa. Após a prestação de contas em seu relatório, o atual comandante da 4.ª R. M. louvou o auxílio pessoal prestado na organização do programa das comemorações, por todos os membros.

★

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Exposição de livros e documentos de geografia, história e cartografia

Inaugurou-se solenemente no dia 26 de agosto último na sede do Arquivo Nacional a exposição de livros e documentos sobre geografia, história e cartografia. Seguir-se-á a esta, na Semana da Pátria, a Exposição da Independência.

VISITA DO GENERAL JOSÉ PESSOA À EXPOSIÇÃO — O Sr. general José Pessoa, inspetor da arma de cavalaria e presidente do Clube Militar esteve, no dia 29 de agosto, no Arquivo Nacional, em visita à exposição de documentos e livros de história, geografia e cartografia.

Recebido pelo Sr. diretor E. Vilhena de Moraes e pelos funcionários chefes de serviço, percorreu aquêlê general, tôdas as secções, examinando com grande atenção as mais importantes peças expostas, documentos originaes, em reprodução fotográfica, livros raros de roteiros, viagens, explorações. Especial interesse, lhe mereceu a secção destinada às "Fronteiras", onde se acham exibidos os documentos relativos aos pleitos arbitrais advogados pelo barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e a obra monumental de Joaquim Caetano da Silva, antigo diretor do Arquivo Nacional, sobre o Oiapoque e o Amazonas.

Passando à "Sala Cairu", recentemente inaugurada, examinou os mapas relacionados com a figura do duque de Caxias, isto é, a Carta Geográfica do Império do Brasil e das operações no Rio Grande do Sul, tendo antes observado as cartas expostas na Secção Administrativa, onde se acham arquivadas dezenas de milhares de documentos dessa natureza, e, no gabinete do diretor, a galeria dos vultos representativos da história brasileira.

Depois de externar a agradável impressão do que lhe foi dado observar deixou o general José Pessoa a sua assinatura no álbum dos visitantes e retirou-se acompanhado pelo diretor, funcionários e demais pessoas gradas presentes, entre as quais o Sr. Anibal Maia, diretor de Divisão do Departamento Administrativo do Serviço Público.

VISITA DE REPRESENTANTES DO ITAMARATI — ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS SOBRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — O Arquivo Nacional recebeu no dia 31 de agosto último a visita de altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, com a qual foi encerrada a exposição de documentos de história, geografia e cartografia.

O Prof. Vilhena de Moraes, diretor daquela repartição recebeu a comitiva composta dos Srs. Orlando Leite Ribeiro, chefe da Divisão de Fronteiras do Itamarati, que fez a apresentação dos seus companheiros, coronel Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz, chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.^a Divisão, coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, consultor-técnico do Itamarati, capitão de mar e guerra Brás Dias de Aguiar, chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.^a Divisão, tenente-coronel Jacinto Dulcar do Moreira Lobato, sub-chefe da 2.^a Divisão e 1.^o secretário de embaixada Hygas Chagas Pereira.

Agradecendo no final com palavras de apreço, a visita efetuada, o Sr. Vilhena de Moraes declarou que nenhuma ocasião mais propícia poderia encontrar senão essa em que via reunidos na casa do passado histórico nacional, diante da efígie de Joaquim Caetano da Silva,

antigo diretor do Arquivo, os técnicos especializados na demarcação das nossas fronteiras. Nenhuma outra mais oportuna lhe poderia oferecer para dar cumprimento a antigo dispositivo, até hoje letra morta no regulamento do Arquivo Nacional. Referia-se à instituição de um concurso que declarava nesse momento aberto mediante condições que seriam oportunamente estabelecidas, para uma memória impressa oficialmente sobre a personalidade, até hoje, fato incrível, não estudada de Joaquim Caetano da Silva, o mesmo glorioso autor de *L'Oyapock et l'Amazonie* a obra monumental da questão do Amapá e cujos originaes manuscritos, na tradução inédita em vernáculo, ali se achavam pela primeira vez expostos aos estudiosos.

★

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política

REORGANIZAÇÃO — Pelo Decreto-lei n.º 6 937, de 6 de outubro, foi reorganizado o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, subordinado administrativamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e obediente à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística. O S.E.D.M.P. constituiu um dos órgãos centrais do I.B.G.E. e tem por finalidade levantar as estatísticas referentes às atividades demográficas, morais, administrativas e políticas do país, bem como promover, em publicações próprias, ou por intermédio do Serviço de Comunicação e do I.B.G.E., a divulgação dessas estatísticas.

Na secção competente dêste *Boletim*, publicamos na íntegra o referido decreto-lei.

★

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Curso de História da Cartografia, Geografia Física das Fronteiras e Mapoteconomia

A 15 de agosto último realizou-se no Palácio Itamarati, a cerimônia da instalação da nova série de preleções do Curso de História da Cartografia, Geografia Física das Fronteiras e Mapoteconomia, iniciado em abril do corrente ano.

Esse curso, organizado no Itamarati com objetivos culturais e técnicos, aberto aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores e aos estudiosos em geral, que se interessam pelos assuntos que o mesmo compreende, vem sendo lecionado regularmente.

Acha-se o Curso de História da Cartografia nas proximidades da quadragésima lição, devendo, de agora em diante, ser alternadas as aulas do Prof. Jaime Cortesão, com as de Geografia Física das Fronteiras, a cargo dos professores Fernando Raja Gabaglia, Delgado de Carvalho e Afonso Várzea.

Abrindo essa nova série de preleções fará uma palestra prefacial o Sr. Jorge Latour, funcionário do Corpo Diplomático e chefe interino do Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores.

Deverão, igualmente, colaborar nessa parte do Curso, os Srs. coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, consultor técnico do mesmo Ministério; o comandante Brás Dias de Aguiar, e coronel Sebastião Claudino de Oliveira e Cruz, chefes das Comissões Demarcadoras de Limites.

★

Aulas de Geografia das Fronteiras

BIOGEOGRAFIA DA REGIÃO — Realizou-se, no dia 29 de agosto, no salão de leitura da Biblioteca do Itamarati, a segunda aula de Geografia das Fronteiras, recentemente inaugurada, versando a mesma sobre Biogeografia da referida região.

* Essa aula esteve a cargo do professor Afonso Varzea e foi ilustrada com documentação especial e projeções.



Estrada de Ferro Concepción-Pedro Juan Caballero

APROVADA A CONVENÇÃO — Pelo Decreto-lei n.º 6 842, de 31 de agosto último, publicado no *Diário Oficial* de 2 do corrente mês, foi aprovada a Convenção entre o Brasil e o Paraguai, para a construção e exploração da Estrada de Ferro Concepción-Pedro Juan Caballero, firmada no Rio de Janeiro, a 11 de agosto, substitutiva da Convenção firmada por ambos os países no Rio, a 14 de junho.



MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

ADIADO O 2.º CONGRESSO PAN-AMERICANO DE MINAS E GEOLOGIA — Na reunião realizada no dia 6 de julho, conforme ata publicada no *Diário Oficial* de 12 de agosto último, o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia tomou conhecimento da Exposição de Motivos n.º 1 609, de 14 de junho, do Sr. ministro da Fazenda, aprovada pelo Sr. Presidente da República por despacho de 14 de junho, contrária à concessão do crédito de Cr\$ 2 000 000,00, para as despesas com a realização do 2.º Congresso Pan-Americano de Minas e Geologia, que se deveria reunir no Rio em outubro vindouro. Nessa exposição diz o Sr. ministro da Fazenda: "não me parece que se deva conceder tão vultoso auxílio para a realização do conclave quando o país está empenhado na execução de inúmeros, urgentes e dispendiosos empreendimentos, intimamente ligados com o nosso esforço de guerra. Ademais, há recente recomendação de Vossa Excelência no sentido de restringirem-se as despesas do país, a fim de que seja possível, justamente, ocorrer aos gastos extraordinários com a Segurança Nacional".

O Conselho resolveu que oportunamente tratará da realização do Congresso em apêço.

MINERAÇÃO EM CRISTALINA — O Sr. Óton Leonardos, na reunião levada a efeito no dia 27 de julho, fez uma exposição sobre a mineração em Cristalina, Goiás, mostrando que a garimpagem tem sido pretexto para se burlar os princípios sadios do Código de Minas. Invocando considerações de ordem geológica, mostra que a reserva inferida do quartzo industrializável (cristal de rocha) é sem dúvida muito grande. Mas, na sua opinião, só os depósitos superficiais ou "casqueiros" podem ser lavrados por processos rudimentares.

Ocorre, o cristal de rocha em geodos genéticamente associado a veios hidrotermais de quartzo leitoso, encaixados em uma formação arenítica com 400 metros, pelo menos, de espessura, a qual se estende numa área com dezenas de quilômetros de raio, mineralizada, com muita frequência. São jazidas, porém que, pela sua natureza, exigem trabalho mecanizado. As atuais "catas" abertas a picareta e pá, com exaustação da água por meio de latas, passadas de mão em mão, tornam-se anti-econômicas a partir de uns poucos metros de profun-

didade, dada a enorme infiltração de água e a friabilidade do arenito, responsáveis por frequentíssimos acidentes. Por isto, só os intermediários e uma minoria dos garimpeiros vêem seus esforços remunerados.

Sonhando com lucros fabulosos, o garimpeiro continua sendo o aventureiro de antanho, sacrificando tudo em luta tremenda e inglória de azar e habitando com a família em sórdidos ranchos de palha, no mais deprimente padrão de vida, mudando frequentemente de um local para outro, quando não de pontos extremos do país, e deixando atrás de si, unicamente, a devastação.

Manter a crescente população garimpeira no seu atual nomadismo — insiste o conselheiro Leonardos — não é ampará-la, mas sacrificar duas gerações de infelizes sertanejos no vício que as agrilhoas.

Não é possível transformar de um dia para a noite, os garimpos em lavras organizadas. Urge, por conseguinte, que o Governo tome, de um lado a iniciativa de formar e financiar inicialmente as cooperativas de garimpeiros — único meio de minorar-lhes a miséria, livrando-os de seus costumeiros exploradores, atenuando os riscos individuais, e aumentando o rendimento do trabalho. E que, por outro lado, fomente a criação de poderosas empresas — quando não seja pela simples agremiação dos pequenos e médios mineradores — capazes de produzir em condições mais econômicas, evitar o parasitismo dos intermediários e industrializar enfim o produto. Este último assunto foi recentemente debatido no Conselho Federal de Comércio Exterior pelo engenheiro Antônio José Alves de Sousa, diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral e mereceu todo apoio do ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica.

O Brasil é praticamente o monopolizador mundial de cristal de rocha e o valor da exportação de quartzo feita no estado bruto, tem sido nos últimos tempos da ordem de trinta milhões de cruzeiros por mês. Com as novas medidas que estão sendo postas em prática pela Coordenação, obrigando os compradores de cristal em bruto a adquirir uma determinada quota de osciladores piezo-elétricos de quartzo muito maior será o benefício para o país.

TÉCNICOS DE ENGENHARIA DE MINAS E GEOLOGIA — Na sessão do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, de 4 de agosto, conforme ata publicada no *Diário Oficial* de 23 de setembro, foi lido o ofício de 28-7-44, do Departamento de Geologia e Paleontologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, apresentando sugestões para solucionar o problema de técnicos de engenharia de minas e geologia, o qual foi distribuído ao Sr. Óton Leonardos.

APROVEITAMENTO DE OPERÁRIOS ESPECIALIZADOS — A seguir o Sr. Óton Leonardos submeteu à consideração do plenário uma indicação propondo seja estudada pelo Governo a possibilidade de aproveitarmos, depois da guerra, os técnicos e operários especializados de que se ressentem as nossas indústrias incipientes, e que poderão ser contratados, em condições muito vantajosas, no continente europeu, na fase da desmobilização.

O Sr. ministro-presidente sugere que, após o exame pormenorizado do Conselho, seja o assunto transmitido ao Sr. Presidente da República, o que é aprovado.

NOMENCLATURA DA INDÚSTRIA — Na sessão realizada no dia 17 de agosto, o Sr. Bernardino de Matos relatou o processo atinente ao ofício-circular do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística, remetendo um impresso da Resolução n.º 243, do Conselho Nacional de Estatística sobre a nomenclatura da indústria e pedindo que este órgão se pronuncie quanto ao critério por aquele adotado, e, bem assim, em relação aos agrupamentos e subdivisões dos ramos industriais estabelecidos.

Aprovado o parecer do relator, que conclui pela aceitação do critério seguido pelo Conselho Nacional de Estatística a respeito do assunto, de vez que nenhuma sugestão lhe ocorreu no sentido da alteração das especificações elaboradas pelo referido Conselho.

PRONUNCIAMENTO DO CONSELHO SOBRE NOMENCLATURA DAS INDÚSTRIAS — Sob a presidência do professor Emílio Ferreira da Silva Júnior e com a presença dos Srs. Edmundo de Macedo Soares e Silva, Bernardino Correia de Matos, Casimiro Montenegro Filho, Antônio José Alves de Sousa, Otton Henry Leonardos e João Maria Broxado Filho, reuniu-se o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente do qual constou vários ofícios dentre os quais um do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, agradecendo o pronunciamento do Conselho em relação ao projeto desse Instituto sobre nomenclatura das indústrias. O Conselho ficou ciente.

Por último, o Conselho, atendendo ao convite que lhe foi feito verbalmente pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do X Congresso Brasileiro de Geografia, que ora se realiza nesta capital, resolveu designar o Sr. Otton Henry Leonardos para representá-lo no aludido certame.

★

Departamento Nacional de Obras de Saneamento

ALTERADO, SEM AUMENTO DE DESPESA, O ORÇAMENTO DO "PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS" — Pelo Decreto-lei n.º 6 776, de 7 de agosto, foi alterado, sem aumento de despesa, o orçamento do "Plano de Obras e Equipamentos", na parte referente ao Ministério da Viação. De acordo com o referido decreto-lei, o orçamento das obras de saneamento a serem iniciadas, no exercício, no Recôncavo baiano, passou de Cr\$ 1 200 000,00 para Cr\$ 600 000,00; o orçamento das obras de saneamento iniciadas em exercícios anteriores, no Estado de Alagoas passou de Cr\$ 2 583 500,00 para Cr\$ 1 083 510,00; das obras de saneamento no Estado de São Paulo, passou de Cr\$ 3 000 000,00 para Cr\$ 300 000,00; e das obras na Baixada Fluminense passou de Cr\$ 26 000 000,00 para Cr\$ 30 000 000,00.

★

Instituições particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

FORMAÇÃO CRISTALINA DE GOIÁS — UM NOVO MINERAL: A CALOGERASITA — No dia 8 de agosto último reuniu-se a Academia Brasileira de Ciências, em sessão ordinária, sob a presidência do Prof. C. Melo Leitão. Presentes os acadêmicos Melo Leitão, presidente; José Frassão Milanes, vice-presidente; Artur do Prado, tesoureiro; Meneses de Oliveira, Álvaro Alberto, Inácio Azevedo do Amaral, Artur Moses, Gustavo de Oliveira Castro, Otton Leonardos, Costa Ribeiro, Bernardo Gross, Francisco de Oliveira Castro e Costa Lima, foi aberta a sessão.

Iniciados os trabalhos, usou da palavra o acadêmico Costa Lima, saudando o Prof. M. A. Stewart, da Universidade de Berkeley, Califórnia, grande especialista em estudos relativos à peste, que se encontrava presente à sessão.

Depois de ouvidas as comunicações deste eminente professor sobre assunto de sua especialidade e do Prof. Azevedo Amaral sobre equações integrais, o acadêmico Otton Henry Leonardos falou sobre a formação cristalina do planalto oriental de Goiás.

Esta formação — declarou o conferencista — é constituída de um conglomerado basal, que passa gradativamente a arenito branquicento de *facies* nerítico com estratificação cruzada e *ripple-marks*. Estas camadas estão cortadas de veiros hidrotermais de quartzo que encerram enormes reservas de cristal de rocha industrializável. No descambado do ribeirão dos Claros para o Corumbá, na cota de 830 metros, observa-se o contacto, sob a forma de falha, do conglomerado, vertical, com a série de Minas, inclinada para O. O mergulho das camadas de arenito diminui progressivamente para E tornando-se quase horizontal nas chapadas de Cristalina, elevada de 1 240 metros sobre o

mar. Pequenas manchas residuais de arenito argiloso rubro, comparável à formação Bauru cretácea recobrem o arenito branco em Serra Velha e outros altos. Na travessia do Botelho, no rio São Marcos, o mesmo arenito vermelho assenta diretamente sobre a série de Minas, na cota de 670 metros, demonstrando que essa formação continental sedimentou-se sobre uma topografia acidentada, esculpida no peneplano precretáceo do qual há belos testemunhos entre Ipameri e Cristalina. Como o aspecto da formação cristalina aparenta ser mais antigo que o do arenito violáceo de Paracatu, da série São Francisco, siluriana, a idade da primeira fica limitada entre o algonquiano superior e o ordoviciano.

Proseguindo com a palavra, o mesmo acadêmico apresentou, em nome do Sr. Caio Pandiá Guimarães, uma comunicação na qual descreve um novo mineral, colhido por esse acadêmico no alto do GZ, município de Equador, Rio Grande do Norte, em pegmatito lavrado para tantalita e berilo. Trata-se de um tantalato de alumínio de um ácido que o autor considera ainda não relacionado a nenhum dos grupos conhecidos, o ácido tetratantalíco 2:9. O novo mineral foi designado Calogerasita, em homenagem a Pandiá Calógeras, autor de um livro clássico sobre geologia econômica do Brasil e que dedicou toda a sua vida ao estudo dos problemas econômicos de nossa Pátria.

Foi em seguida, concedida a palavra ao acadêmico Meneses de Oliveira, que, a propósito de uma comunicação apresentada na sessão anterior pelo acadêmico Bernardo Gross, faz várias considerações sobre os resultados da experiência de Franklin, relativa a um condensador. Esta última comunicação mereceu também considerações do acadêmico Costa Ribeiro.

★

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

POSSE DO SR. LUIS EDMUNDO — O DISCURSO DO SR. VIRIATO CORREIA SAUDANDO O NOVO MEMBRO — Tomou posse como novo membro da Academia Brasileira de Letras o Sr. Luis Edmundo, na vaga do acadêmico Fernando Magalhães.

Após o brilhante discurso pronunciado pelo recipiendário, usou da palavra o acadêmico Viriato Correia que fez uma interessantíssima análise da vida e da personalidade do novo imortal. Referindo-se, de início, ao ambiente da cidade do Rio de Janeiro — alvo de notáveis estudos de Luis Edmundo — no alvorecer do século presente e o sópro renovador por que passou a "cidade maravilhosa", o orador se exprimiu da seguinte maneira: "Nos primeiros dias do século, o Rio de Janeiro era outro Rio de Janeiro e Luis Edmundo outro Luis Edmundo, diferente, inteiramente diferente do escritor glorioso que hoje transpõe as portas ilustres da Academia.

O Rio era uma cidade de cunho colonial, feia, velha, suja, a cidade que a gente encontra saborosamente descrita em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. A cidade ainda tinha muito de aldeia. As ruas eram estreitas, como caminhos de roça, as casas acaçapadas como moradia de fazenda. Pouco mais ou menos como se descreve em *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*.

A vida que aqui se vivia era tão pouco parecida com a que hoje se vive, que passará por mentiroso quem a quiser descrever com exatidão. Os homens usavam bigodões retorcidos e as mulheres (contado não se acredita), as mulheres não punham *rouge* no rosto, nem *baton* nos lábios. O palitô sacó, a camisa de colarinho mole, o chapéu de palha, eram peças de vestuário sem cotação nenhuma. Quem se prezava, fôsse no tempo fresco, fôsse nos dias infernais de sol, vestia fraque ou sobrecasaca pretos gravata *plastron*, cartola ou chapéu côco e colarinho duro, muito duro e muito alto, tão alto que, usados na atualidade, dariam a impressão de arranhacéus. As mulheres, magras ou gordas, moças ou velhas, apertavam, por elegância, as costelas na tortura do espartilho, e usavam vestidos que arrastavam a cauda pelas calçadas.

Havia aspectos que eram evidentes reminiscências d'*O Rio de Janeiro do Tempo dos Vice-Reis*. Encontravam-se nas ruas, impedindo a marcha das criaturas e dos carros, bandos de trinta, cinquenta, cem perus, andando tranquilamente, com um homem atrás a vendê-los. As vacas leiteiras, vinham roceiramente às nossas portas e, diante dos nossos olhos, os vaqueiros as mungiam para nos vender o leite.

O veículo mais rápido era o tûlburi com o seu cavalinho magro e sonolento. Da cidade à Tijuca, levava-se mais de uma hora, em bondes puxados a burros. Copacabana era uma praia deserta que imenso pitangal cobria de verde. Do Leblon não se ouvia ainda falar.

A existência marchava a compassos lentos. Não se conhecia a fúria da velocidade dos aviões modernos. Em vez dos sambas e das batucadas que fazem cócegas cadenciadas nas pernas, cantavam-se modinhas que amoleciam os corações. Em vez de fox-trots e das marchinhas carnavalescas, dançavam-se, nos bailes, as valsas langorosas de Aurélio de Figueiredo.

Tudo diferente. Grassava a praga dos trocadilhos e dos cartões postais. Não havia a avenida Central. Não havia luz elétrica. Não havia cinemas. Não havia automóveis.

Mas as criaturas eram alegres, risonhas, folgazãs, como Luis Edmundo há pouco nos disse. O tom de irreverência que caracteriza a gente carioca já existia com o cunho encantador da

atualidade. O gôsto pela pilhéria, pela malícia, pela mordacidade, pela pimentinha da facécia, pela anedota apimentada, era o mesmo gôsto do presente. Até o fracasso pelo Carnaval que está na massa do sangue do nosso povo, era exatamente o mesmo fracasso.

A cartola, o fraque, a sobrecasaca não consequiam esconder o bom humor dos homens. As mulheres só eram graves nos vestidos compridos, nos chapéus emplumados e na botina de abotoar. No mais tinham a mesma graça fresca, o mesmo dengue, a mesma fascinação e até o mesmo *it* das carioquinhas de hoje, ainda que a palavra não existisse na época.

A paisagem — a mesma maravilha que agora nos ofusca o espírito.

Somente a cidade não prestava. Não tinha "uma só rua digna de se mostrar ao estrangeiro, um edifício público notável, um grande hotel, um bom teatro", ao que nos conta o cronista d'*O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Era ao que ele próprio nos informa, "um monturo onde as epidemias se albergavam dançando *sabats* magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados a descascar pelos rebocos, vielas sórdidas, cheirando mal".

Mas o destino havia determinado acordar a capital do Brasil do seu longo sono colonial. E para isso reuniu, num só momento, no governo, cinco homens excepcionais, cinco titãs capazes de pôr nos ombros o peso e a responsabilidade do grande momento histórico: Pereira Passos, Paulo Frontin, Lauro Müller, Osvaldo Cruz e Rodrigues Alves. Traziam eles seiva nova no espírito, traziam no senso patriótico a visão clara do papel que o Rio devia desempenhar na comunhão brasileira.

Eu assisti, senhores, ao aparecimento daqueles homens no palco aberto da história da cidade. Isso foi no ano de 1903, quando aqui cheguei do Maranhão.

Ainda tenho na cabeça o atordoamento que senti ao primeiro contacto do sópro renovador que eles desencadeavam. A quem chegava de fora pareciam verdadeiros doidos. Tinha-se, realmente, a impressão de que um bando de malucos estava arrasando a cidade. Ruas inteiras desapareciam de um dia para outro, ao golpe das picaretas. Quem passasse um mês em casa sem sair à rua, nas ruas se perderia porque elas modificavam a fisionomia do dia para a noite. Tudo se passava rapidamente como nos cenários das velhas mágicas. Lauro Müller erguia a muralha do cais do pórtico que nos poria definitivamente em contacto com o mundo civilizado. Frontin, abrindo a clareira da avenida Central, preparava aquilo que os jornais da época denominaram a "sala de visitas" do país. Osvaldo Cruz, com a novidade do seu exército de mata-mosquitos, criava a defesa higiênica da cidade, apagando-lhe a fama assustadora de terra inabitável. Pereira Passos remoçava-a destruindo-lhe as rugas da velhice, atacando-lhe os reumatismos da rotina e o gogo do atraso colonial.

Era a revolução do progresso, a marcha para a frente, o avanço para a conquista do que era novo, do que era limpo, do que era higiênico, do que era bom, do que era confortável, do que era civilizado. Era a guerra contra o mófo, contra o bolor, contra a letargia, contra a decrepitude e contra a sujeira.

E eu assisti a guerra. Houve guerra, senhores. Do fundo dos armazéns, das vendas, das tascas e dos quiosques, rebenta a resistência. O industrial, o capitalista, o comerciante a quem o país deve o seu enorme progresso, enfim os chamados "homens que têm alguma coisa a perder", atiram-se contra os malucos que se atrevem impatrioticamente a modificar a fisionomia da velha cidade de Estácio de Sá, limpando-a, saneando-a, embelezando-a e civili-

zando-a. Tôda a sorte de imoralidade atribuem às mãos imaculadas de Lauro Müller, Frontin e Pereira Passos. Contra Osvaldo Cruz vão até ao ataque pessoal. Agridem-no, uma vez, em plena rua, a pedradas e aos gritos de *mata e lincha!*

Mas os renovadores têm, em alta dose, a força sempre vitoriosa da pugnacidade. E a renovação se faz”.

E, depois de meticolosa apreciação sôbre o ambiente literário carioca quando Luis Edmundo começou a aparecer no mundo das letras, depois ainda de observá-lo através do prisma da poesia, defende-o como historiador ao qual fôra atribuída tendência xenófoba: “Sr. Luis Edmundo. A vossa xenofobia não existe. Não sois inimigo do estrangeiro. O que sois é amigo do Brasil. O que sois é historiador nacional, historiador brasileiro da História do Brasil.

É preciso dizer isso com tom de redundância — historiador nacional, historiador brasileiro da História brasileira do Brasil.

A história brasileira do Brasil, é coisa nova. O que havia, pode-se dizer, até meio século passado, era a história portuguesa do Brasil. História de vice-reis e capitães-mores, enfadonha, pesadona, indigesta, que fazia, nas escolas que as crianças ferassem no sono.

O Brasil visto através de semelhante história, era uma entidade incolor apríca, aférica, sem vibrações, sem culminância, sem majestade. Tudo o que havia de grande era português. A Portugal pertenciam todos os surtos de heroísmo, tôdas as expressões de valor moral, tôdas as culminações, tôdas as epopéias.

Do Brasil, só a terra valia alguns patações. O brasileiro apenas recebia os benefícios da colonização; com virtude alguma concorria para que as claridades civilizadoras se derramassem no país. O brasileiro era coisa secundária, inferior, sem papel no grande drama político-social que se vinha desenrolando e tão indolente e tão estéril que não sabia, sequer, ganhar dinheiro, para construir, ao menos, a sua fortuna material.

Esse conceito que, durante séculos foi a moldura desgraçada com que nos apresentavam ao mundo, teve tal luxo de apresentação e calou tão fundo no espírito europeu, que até hoje, do espírito europeu não conseguimos retirar inteiramente.

A história, que assim nos apresentava, era a história feita por áulicos e válidos dos reis, a única que existia, escrita sob a tutela e sob o freio da Córte, firmada unicamente na documentação que convinha aos colonizadores.

O Sete de Setembro não melhorou a situação. O reinado de Pedro I não permitiu que a inteligência brasileira alçasse o vôo de independência espiritual. Mais tarde, no segundo reinado já eram brasileiros os historiadores, mas (as exceções são raras) acanhados, tímidos, medrosos. O sangue bragantino, que ligava o nosso monarca à raça dos colonizadores, como que representava um constrangimento ao arrôjo dos comentários. O caso de Joaquim Norberto é típico. Munição do melhor material que se pode ter para historiar a Inconfidência o autor da *História da Conjuração Mineira* não teve a coragem de dar a Tiradentes o papel que êle de fato encarna no cenário liberal do Brasil.

Só na República os historiadores deixaram de ser os cronistas d'el-rei. Só na República conseguiram realizar a história brasileira do Brasil. Os Capistrano, os João Ribeiro, os Manuel Bonfim, os Rocha Pombo, os Rodolfo Garcia, os Basílio de Magalhães os Oliveira Viana os Tobias Barreto, os Sérgio Buarque de Holanda, os Afonso Arinos de Melo Franco, os Gilberto Freire, êles e os Luis Edmundo, deram

um sentido novo à história pátria. Deram o sentido americano, o sentido brasileiro que ela não tinha.

Desintegrada de Portugal, formando um caldo de cultura a parte em nossa própria terra, a história nacional tomou um porte que antigamente ninguém imaginava que ela tivesse.

O que dava a todo o mundo aparência de insignificância, iluminado pelo clarão da análise tomou vulto de grandeza. As “bandeiras” que se apresentavam como aventuras sertanejas de somenos, adquiriram o esplendor da epopéia. Adquiriu imponência a bravura brasileira na luta contra os flamengos. Os “emboabas” e os “mascates” classificados de motins, passaram a ter o seu verdadeiro significado — o de manifestações de autonomia. A Inconfidência deixou de ser uma insubordinação inferior como insistiam em classificá-la para ser uma maravilhosa refulgência de idealidade. A abdicação, reles movimentos da ralé, aproveitados por políticos ambiciosos, passou a ter a significação de verdadeiro advento da Independência.

Os homens adquiriram os seus verdadeiros planos. Aimberé e Cunhãbebe, meros selvícolas sanguinários destacaram-se como os vanguardeiros, da resistência, contra o invasor. Anchieta foi integrado no seu grande papel o de primeiro mestre no Brasil. Henrique Dias, Camarão, Vidal de Negreiros, tiveram o heroísmo aferido com entusiasmo. Tiradentes conseguiu a redenção patriótica. Não é mais o tagarela — como o apresentavam, é o arrebatado, como na verdade foi; não é o indiscreto — é o destemeroso; não é o insensato — é o herói; não é o despeitado — é o idealista, não é o insatisfeito — é o iluminado.

Vieram para o primeiro plano as figuras radiosas de padre Roma, de Domingos José Martins; de frei Caneca, que ainda, não tinha sido iluminamento de fama que os seus feitos liberais exigiam.

Sr. Luis Edmundo, vós sois dos que mais fizeram para que a história do Brasil tivesse o seu Sete de Setembro. Sois dos que a arrancaram da mansão europeia, onde ela era apenas uma dependência, um puxado insignificante, para encorporá-la na vastidão americana, onde ela vive autônoma, dentro da sua própria casa dignificada pelo valor dos que a fizeram na guerra imolando sangue heróico, dos que fizeram na paz com o fulgor da inteligência.

Não sois xenófobo, não sois jacobino. Sois unicamente historiador brasileiro da História do Brasil.

NOMES GEOGRÁFICOS — No dia 17 de agosto último, realizou-se mais uma sessão na Casa de Machado de Assis. Entre os vários assuntos abordados naquele cenáculo, falou o acadêmico Aloísio de Castro, tratando da questão dos nomes geográficos em nossa língua, mostrando a necessidade da divulgação desses nomes para substituir as designações estrangeiras, geralmente usadas. A guerra pôs em moda os nomes geográficos e a imprensa usa diariamente de um grande número dêles na parte telegráfica. O Sr. Aloísio de Castro refere-se a algumas tentativas feitas no sentido de uma nomenclatura portuguesa nesse sentido, as quais não prosseguiram. Apresentando exemplos, o Sr. Aloísio de Castro citou um tópico recente do *Correio da Manhã*, a propósito das confusões existentes sôbre *Alger* e *Argélia*.

Há dias, um jornal, referindo-se a *Bordéus*, julgou necessário acrescentar entre parêntesis — *Bordeaux*. Outro jornal anunciava a marcha russa para *Cracóvia* e *Augustovo*. Mas o mesmo jornal trazia telegramas de *Moscou*, em vez de usar as designações portuguesas — *Moscóvia* ou *Moscova*.

Disse o Sr. Aloísio de Castro que os escritores clássicos da língua portuguesa eram extremamente escrupulosos no emprego dos nomes geográficos, usando sempre os termos da nossa língua de justas traduções, e nenhum exemplo melhor nesse particular do que o padre Manuel Bernardes. Exemplos de nomes de cidades: *Lipsia* (Leipzig), *Louvania* (Louvain), *Antuérpia* (Anvers), *Genebra* (Geneve), etc.

A ortografia moderna, com critério fonético, veio complicar a questão dos nomes geográficos. Mas esse é outro aspecto da questão.

Na reunião do dia 24 de agosto último o Sr. presidente designou os Srs. Aloísio de Castro, Pe. Serafim Leite, Gustavo Barroso, José Carlos de Macedo Soares, Roquete Pinto e, por proposta de Sr. Cláudio de Sousa, aprovada unanimemente, os Srs. Rodolfo Garcia e Afonso de Taunay, para compor a Comissão de fixação dos nomes geográficos em língua portuguesa, de acordo com a comunicação feita, na sessão passada, pelo Sr. Aloísio de Castro.

★

CENTRO DOS PROFESSORES DO ENSINO TÉCNICO SECUNDÁRIO

DELIBERAÇÕES — Reuniu-se, no dia 24 de agosto último, esta associação de classe, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: a) traduzir ao prefeito o regozijo do Centro pela designação dos professores Geraldo Sampaio e Sousa, seu vice-presidente, e Armando Sampaio, para representantes da Prefeitura junto ao Congresso de Geografia, a reunir-se nesta capital; b) tendo sido encaminhado à Secretaria de Administração o apêlo do Centro ao Presidente da República, no sentido de ser restabelecida a jubilação do magistério com 25 anos de serviço foi designada uma comissão constituída de diretores do Centro para conferenciar a respeito com o Sr. Teixeira de Freitas, secretário de Administração Municipal; c) convocar o Conselho Diretor, na próxima quinta-feira, às 17 horas, para deliberar sobre a possibilidade da organização de um Congresso Industrial Nacional, nesta capital em 1946, sob os auspícios dos poderes públicos.

★

CLUBE FILATÉLICO DO BRASIL

A COMEMORAÇÃO DO "DIA DO SELÔ" — Solenizando a realização do "Dia do Selô", que é comemorado em 1.º de agosto, por ter sido nesse dia, em 1843, que apareceram os primeiros selos postais do Brasil, o Clube Filatélico do Brasil, organizou, este ano, uma exposição realizada na sua sede na avenida Graça Aranha, 226, 4.º andar.

Nessa mostra que despertou grande interesse, foi exibida a notável coleção que pertenceu ao Sr. Clarence Hennau, de Chicago, adquirida pelo Sr. Burtle Marx por um milhão de cruzeiros, e que é a mais importante até hoje reunida no mundo, dos selos do Brasil com a effigie de Pedro II.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

SESSÃO ORDINÁRIA — POSSE DO GENERAL PEDRO CAVALCANTE — ARAÚJO PÓRTO ALEGRE, PRECURSOR DOS ESTUDOS DA ARTE BRASILEIRA — Realizou-se no dia 23 de agosto passado mais uma sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a presidência do seu presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, que convidou para fazer parte da mesa o Srs. Ataúlfo de Paiva, almirante Boiteux e comandante Radler de Aquino.

Usando da palavra o 1.º secretário, Sr. Virgílio Correia Filho, leu as *Ejemérides do Barão do Rio Branco*, condizentes com o dia.

O embaixador José Carlos de Macedo Soares deu a palavra ao orador oficial do Instituto, Sr. Pedro Calmon, a fim de saudar o novo sócio efetivo, general Pedro Cavalcante.

O Sr. Pedro Calmon, referindo-se à cultura do novo sócio efetivo, especializado em assuntos militares e históricos allás relacionados por vezes, disse das razões de ter o general Pedro Cavalcante sido eleito para a casa em que se encontrava.

O general Pedro Cavalcante, respondeu reportando-se aos esforços que sempre fez afim de que o ensino da história fôsse incrementado, com interesse patriótico nos cursos militares. Declarou lembrar-se que, já ao tempo de desenvolver a cultura da história do Brasil no seio do Exército Brasileiro, vinha-lhe sempre em mente, a casa a que hoje pertence, julgando então que esse era o mérito premiado pelos que o elegeram para estar entre historiadores.

O sócio Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, ocupando a tribuna, leu a conferência: — *Araújo Pôrto Alegre precursor dos estudos da arte brasileira*.

As palavras do orador foram ouvidas atentamente e terminaram sob calorosos aplausos.

Pediu a palavra o sócio Sr. Alcindo Sodré, para ler a seguinte moção:

"Propomos um voto da mais calorosa congratulação com o heróico povo francês, pela libertação de Paris, a capital do mundo latino e singular metrópole do pensamento e da civilização cristã do Ocidente, nesta data histórica para os que combatem as hordas brutais da barbaria totalitária. Que esse voto seja extensivo aos extraordinários chefes de governo das Nações Unidas e aos bravos comandantes dos exércitos libertadores. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1944. — Alcindo Sodré, Cláudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Wanderley de Araújo Pinho, Néelson de Sena, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Augusto Tavares de Lira, Rodrigo Otávio Filho, Pedro Calmon, Virgílio Correia Filho e Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt".

O presidente achando que o assunto pela sua relevância devia ser aprovado por aclamação, submeteu-o à Assembléa que o acolheu sob grande salva de palmas.

Ao dar por encerrada a sessão, o Sr. embaixador Macedo Soares, agradeceu ao orador a brilhante conferência que produziu, dirigindo-se em seguida ao auditório para agradecer o seu comparecimento.

★

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

"ASPECTOS ETNOGRÁFICOS, SOCIOLÓGICOS E POLÍTICOS DO ARAGUAIA" — "A ATUALIDADE DE CASTRO ALVES" — Em prosseguimento ao seu programa de estudo e conferências, o Instituto Nacional de Ciência Política, levou a efeito, no Salão do Conselho da A.B.I., mais uma de suas sessões semanais. Falaram o frei Pedro Secondi sobre o tema: *Aspectos etnográficos, sociológicos e políticos do Araguaia* e o Sr. Abeylard Pereira Gomes, sobre o tema: *A atualidade de Castro Alves*.

★

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Instituto de Estudos Portugueses

CONFERÊNCIA DO PROF. SILVEIRA BUENO SOBRE O PROGRAMA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL — No Instituto de Estudos Portugueses, do Liceu Literário Português (Fundação José Gomes Lopes) realizou-se no dia 23 de agosto último a décima sexta lição, deste ano, dada pelo Prof. Silveira Bueno, catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo sob o tema: *O problema da língua portuguesa no Brasil, os caracteres essenciais de um idioma e a sua aplicação à famosa língua brasileira.*

Dessa conferência extraímos os principais tópicos: "O primeiro e mais antigo testemunho da tentativa de nacionalização do idioma falado no Brasil, foi, sem dúvida alguma, a transformação semântica operada no vocábulo "brasileiro", feita pelo primeiro escritor nacionalista que tivemos, frei Vicente do Salvador. Usando "brasileiro", não mais na significação portuguesa do adjetivo profissional, o tirador do pau brasil na acepção de adjetivo pátrio, qualificador daquele que nascido fosse no país, o insigne franciscano da Bahia deu o primeiro passo na série das reivindicações lingüísticas do nosso país, lançando a primeira semente desse grande movimento que culminou, anos atrás, numa decisão governamental de que, em determinado distrito do Brasil, já não se falava nem se escrevia em português, mas sim, em "brasileiro". O movimento nacionalista de letras, estourando em São Paulo, na divertida "Semana da Arte Moderna", de que depois foram expressões cada qual mais colorida: verde-amarelismo, pau brasil e antropofagia, — retomou o assunto sob cores mais vivas. Firmou-se com o critério de que a língua popular deveria ser a expressão usual da literatura, timbrando os apóstolos do movimento em expressar seus pensamentos bem de vezes aproveitáveis e elevados, nessa algaravia das ruas: era a língua brasileira! Os acontecimentos políticos, em 1930 e seqüentes levaram a questão do idioma aos mais altos postos do legislativo e assistimos todos, a essas explosões de nacionalismo que culminaram na adoção, pelo menos do título de "idioma nacional", "língua brasileira", apontado como padrão de ortografia aquela em que fôra vazada a primeira Constituição Republicana!

Depois de todos estes precedentes, não foi de estranhar que na própria Academia Brasileira de Letras ecoassem as vozes defensoras do movimento e na imprensa, quer desta capital, quer dos Estados mais adiantados, surgissem jornalistas, colaboradores, expressando-se em "brasileiro".

A lição, que foi ouvida por muitos professores e alunos de cursos secundários, terminou assim:

"Acima de todos os fatos, existe ainda outro fator que não tem entrado na consideração de quantos já trataram do assunto: referimo-nos ao Tempo, o grande transformador das línguas. A existência de um simples dialeto e muito mais dificilmente, de um idioma, não depende de discursos, de projetos nem de decretos do governo. Depende da força vital dos substratos existentes sob a grossa camada lingüística aceita no país e do tempo, dos séculos necessários para que tais forças latentes, como sementes lançadas bem no fundo do terreno, germinem, despontem, cresçam, ramalhem e, finalmente, frondejem vitoriosas. Tomemos um exemplo, apenas: quando o latim entrou na Hispânia, no século III antes de Cristo, já trazia modificada pelo povo a palavra "cáthedram" pronunciada então, "cáthedra". Já se havia dado o primeiro e o mais substancial dos pas-

sos na série de transformações fonéticas, futuras, o deslocamento do acento tônico. Somente no século XII vamos encontrar a transformação completamente operada: "cadeira". Para todas essas alterações, foram necessários 15 séculos, 1 500 anos! Existe já em qualquer recanto do Brasil, nos lábios dos homens mais rústicos, qualquer vocábulo português, entrado aqui em 1500, que já esteja foneticamente tão diferenciado, assim como ficou "cadeira", de "cáthedra"? Não! Como pois falar em língua própria, em idioma nacional, quando a nossa fala reproduz em mais de 99 e 3/4 a fala de Portugal! Henri Hubert, em sua obra *Os Celtas e a Expansão Céltica*, relata-nos um fato que muito nos serve de argumento nesta questão lingüística: Jerônimo, no quarto século da era cristã, de caminho para a Palestina, visitou na Ásia Menor, a colônia cristã dos Galatas, uma das primeiras coletividades europeias de origem que recebeu o Cristianismo, como nos atesta São Paulo, em suas Epístolas. Eram celtas que tinham emigrado da Bélgica no século III antes de Cristo para se estabelecerem aí, num território onde se falava grego, onde toda a grande influência deste idioma estava ainda viva e poderosa. Sete séculos depois, apesar do seu isolamento, apesar da sua separação dos centros de língua céltica, São Jerônimo os encontra falando ainda o idioma de origem. Certamente a sua fonética já estava alterada; o vocabulário estaria acrescido de numerosas palavras aí adquiridas, a semântica já apresentava também algumas diferenciações bem como na sintaxe deveriam existir novidades. Mas, apesar de tudo isto, falavam língua celta. Ora, há quantos séculos entrou aqui o português? Parece-me errada a afirmação, de que o idioma de Camões penetrou no Brasil em 1500; apenas um condenado pela justiça portuguesa aqui ficou, certamente devorado bem depressa pela gente antropófaga do momento. Até o século XVII ainda se falava guarani em São Paulo e ainda hoje há recônditos lugares do país onde não chegou a influência da língua do país!

Demos de barato que o português começou a ter de fato, influências transformadoras no século XVII: são apenas duzentos, trezentos anos de existência o que no capítulo das línguas muito pouco representa. Se os galatas, com setecentos anos ainda mantinham a sua língua vernácula; se "cáthedra" levou mil quinhentos anos para transformar-se na boca do povo, que representam trezentos anos para a transformação do português em brasileiro? Mais ainda: os galatas, se estavam, de um lado separados da influência de seus lares célticos de origem e, de outro, inteiramente cercados pelas poderosas forças do grego, da civilização helênica, e mantiveram o seu idioma, os brasileiros, muito ao contrário, continuam ainda hoje a receber continua e ininterruptamente as influências do português através dos livros, dos jornais, das Academias e das instituições de que é modéio — o Liceu Literário Português, sem que o primitivo falar tupi-guarani tenha a menor vitalidade, já há muitos anos, há séculos! Como afirmar, como defender então, com bases científicas, a existência de um idioma nacional, como fazem os que não têm coragem aberta para escrever "língua brasileira"? Mas, se não temos ainda "língua brasileira" nem "idioma nacional", não podemos negar que a língua portuguesa no Brasil, já se diferencia da língua portuguesa da Lusitânia! Como classificar então o tipo vernáculo de nossa Pátria? Sei que a palavra "dialeto" é infensa aos ovidos ainda hóspedes em lingüística, vindo nela "certa diminuição ofensiva do brio nacional".

"A nossa expressão idiomática é ainda, na elevada proporção de 90%, portuguesa; nós, porém, sob os fluidos imponderáveis do nosso

substrato indígena e da nossa raça embora em formação, já vamos dispor de todo esse material, ao nosso modo, vamos "orquestrando" aqui a língua portuguesa, segundo o nosso meio físico e social. Tal "orquestração" já se faz sentir na fonética, na prosódia, no vocabulário, enfim. Mas a morfologia é ainda absolutamente a mesma e na sintaxe as variantes, são apenas portuguesas. Tempo haverá em que esta "orquestração" lingüística já terá atingido os limites de verdadeira sinfonia, tempo em que esse futuro brasileiro já não compreenderá mais o seu contemporâneo de Portugal e se admirarão até de que as suas línguas tenham sido as mesmas em épocas antigas, como hoje se admiram espanhóis, portugueses, franceses, italianos, provençais e rumenos, de que já há séculos passados, falaram os seus avós a mesma língua — o latim! Quando, porém, será isso? A julgarmos pelos fatos aduzidos, daqui a setecentos, a novecentos, a mil anos! Até lá, continuará a nossa orquestração e quando todos nós, que, neste momento aqui nos encontramos, já nos acharmos na outra banda da vida; quando lá também chegarem os nossos netos, os nossos bisnetos e tataranetos, ainda nos entenderemos em português, a língua, certamente oficial no Paraíso, onde só têm acolhida as cousas perfeitas e formosas!"



SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

ASSEMBLÉIA GERAL — ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA — Reuniu-se no dia 8 de agosto corrente, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Assembléia Geral Ordinária da Sociedade Brasileira de Estatística, em segunda e última convocação, achando-se presentes 15 e representados 59 sócios.

Abrindo a sessão, o Sr. João de Mesquita Lara, 1.º secretário, passou a presidência ao Sr. Ariosto Pacheco de Assis e leu o relatório das atividades da Diretoria durante o biênio 1942-1944, acompanhado de documentos e balanço, bem como do parecer da Comissão Fiscal favorável à aprovação. Submetidos a discussão e votação, o parecer e o relatório, foram aprovados.

O Sr. Marcelo Aroucha apresentou uma indicação, assinada por vários sócios, no sentido de ser concedido o título de sócio honorário ao Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e ao Sr. Léo de Afonseca, decano da Estatística Brasileira, proposição que foi unanimemente aprovada.

Por aclamação, foi eleita para o biênio 1944-1946 a seguinte diretoria: Presidente — Valentim F. Bouças; 1.º Vice-Presidente — Benedito Silva; 2.º Vice-Presidente — João Lira Madeira; Secretário Geral — Rafael Xavier; 1.º Secretário — João de Mesquita Lara (pelo I.B.G.E.); 2.º Secretário — Jessé Montelo; Orador — João de Lourenço; 1.º Tesoureiro — Virgílio Costa; 2.º Tesoureiro — Mary Tuminelli; Comissão Fiscal — Heitor Elói Alvim Pessoa, Sérgio Magalhães Júnior e Segismundo Melo; Comissão de Redação — Rafael Xavier (nato), Lourenço Filho, Roberto Paiva Meira e Valdemar Lopes.

O Sr. Manuel Martins Júnior falou sobre a necessidade de intensificação da vida social, mediante contactos com os sócios, lembrou o importante papel que deveria caber, nesse particular, à Biblioteca Central do I.B.G.E., a qual é, também, a Biblioteca da Sociedade, desde que seja convenientemente instalada e aparelhada, e sugeriu que, obtida essa reforma, um grupo de sócios se encarregasse, mediante revezamento, de dar a assistência da instituição à sala de leitura. Como secretário geral do I.B.G.E., o Sr. M. A. Teixeira de Freitas pres-

tou esclarecimentos sobre a situação da Biblioteca. Disse que esperava ter a mesma transferida, em breve, para local adequado e em condições de servir ativamente à vida da S.B.E., mediante várias providências, entre as quais as sugeridas pelo Sr. Martins Júnior se enquadravam excelentemente. Ficou deliberado que o assunto fôsse recomendado à nova diretoria para figurar no respectivo plano de trabalhos.

O Sr. João Lara propôs fôsse renovado o apêlo dirigido pela Assembléia Geral de 1942 aos diretores dos Departamentos regionais de Estatística, no sentido de: a) promoverem a criação, nos respectivos Estados, de "Centros de Estudo" filiados à S.B.E., à semelhança do que já fizeram o D.E.E. de São Paulo e, mais recentemente, o do Amazonas; b) promoverem uma campanha para o aumento do corpo social da S.B.E., visando, especialmente, a admissão de maior número de sócios coletivos. Propôs, ainda, congratulações com o Sr. Júlio Benevides Uchoa, pela atuação que vem tendo o Centro de Estudos "Teixeira de Freitas" que reúne os colegas da capital amazonense nos mesmos objetivos da Sociedade. Ambas as propostas foram aprovadas.

O Sr. M. A. Teixeira de Freitas fez sugestões, a serem transmitidas à nova diretoria, sobre a entrega dos títulos de sócio honorário conferidos pela Assembléia, e, em seguida, teceu considerações sobre o fato, ímpar na administração brasileira, da transferência do Estatístico Benedito Silva para a carreira de Técnico de Administração mediante proposta, altamente honrosa, do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo a Assembléia deliberado dirigir àquela ilustre consócio e ao Sr. Luis Simões Lopes, suas calorosas congratulações.

Foram aprovados, ainda, votos de congratulações, agradecimento e pesar.



SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

2.º CENTENÁRIO DO VÓO DE BARTOLOMEU DE GUSMÃO — Realizou-se no dia 4 de agosto a reunião mensal dessa Sociedade. Foram empossados sócios titulares os Srs. Alexandre Brigole, Francisco Martins dos Santos e Domingos Soares de Giacomo. Seguiu-se a sessão do Conselho Diretor que tratou dos seguintes assuntos de caráter administrativo: designar o Sr. Mário Rodrigues de Sousa para representar a Sociedade na Comissão organizada pelo Ministério das Relações Exteriores para as comemorações do centenário do barão do Rio Branco em abril de 1945; o ministro João Severiano da Fonseca Hermes solicitou uma emenda na ata da sessão anterior, referente ao deliberado naquela ocasião quanto à forma pela qual a Sociedade colaborará nas homenagens a Rio Branco; o secretário, Sr. Ribeiro Mendes, propôs que se felicitasse os Srs. Jaime Cortesão e Murilo de Miranda Basto pelos mapas históricos organizados no curso de cartografia realizado sob os auspícios do Itamarati; foram unanimemente aprovados os seguintes votos: de pesar pelo falecimento do juriconsulto Clóvis Beviláqua, proposto pelo Sr. Paulo Brandão, pelo falecimento do Sr. João Pereira de Castro Pinto, ex-presidente do Estado da Paraíba, proposto pelo Sr. Luis Pinto e pelo falecimento do sócio Mauro Montagna, proposto pelo Sr. Couto Fernandes; o Sr. Pires Brandão ofertou à Sociedade em nome do sócio almirante Henrique Boiteux, trabalhos de sua autoria; o Sr. Francisco Martins dos Santos ofertou trabalhos de sua autoria e dois cadernos topográficos do Distrito Federal e de San-

tos; o comandante César Feliciano Xavier fez uma comunicação aludindo à efeméride de 3 de agosto, referente ao 2.º centenário do voo do Pioneiro do Ar padre Bartolomeu de Gusmão.

7.ª SESSÃO ORDINÁRIA — Realizou-se no dia 1 do mês em curso, a 7.ª sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sob a presidência do Sr. almirante Raúl Tavares.

O Sr. presidente propôs, um voto de saudades o profundo pesar pelo falecimento do consócio Sr. Alexandre Emílio Sommier, que durante muitos anos, deu o melhor do seu esforço à Sociedade. O Sr. Epitácio Monteiro Pessoa fez o necrológico do extinto, propondo que se inserisse em ata o voto formulado bem como a comunicação do mesmo à família do finado. O Sr. João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, comunicou a próxima realização do X Congresso Brasileiro de Geografia, que terá início a 7 do corrente, sob o alto patrocínio do Ministério da Educação e Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e sob a presidência de honra do Sr. Presidente da República.

O Sr. ministro Fonseca Hermes enalteceu a figura de José Artur Boiteux o inspirador dos Congressos Brasileiros de Geografia promovidos pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, terminando por oferecer a notável obra do padre Pastells, intitulada o *Descobrimiento do Estreito de Magalhães*.

O Sr. presidente agradeceu a oferta dessa obra que ia enriquecer a biblioteca da instituição.

Em prosseguimento o presidente deu a palavra ao Sr. Fernando Raja Gabaglia, presidente da Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia, que leu o programa constante do mesmo de 7 a 16 do corrente, terminando por agradecer à Presidência, à Diretoria e ao Conselho Diretor da Sociedade de Geografia a confiança depositada nos membros da Comissão Organizadora.

O Sr. presidente da Sociedade, almirante Raúl Tavares, agradeceu em nome da Sociedade o empenho, a dedicação e a operosidade da Comissão Organizadora do Congresso, terminando por formular os votos de maior êxito que certamente alcançará o magno certame científico da geografia do Brasil.

★

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TÔRRES

“A GEOGRAFIA URBANA DE NATAL — O professor Edgar Barbosa pronunciou no dia 2 do corrente mês, na Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, uma conferência sob o título *A Geografia urbana de Natal*.

★

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHEIROS

SEMANA FERROVIÁRIA — CÓDIGO DE MINAS — EXCURSÕES — X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Sob a presidência do engenheiro Mário Werneck reuniu-se, dia 2, às 20 horas, a Sociedade Mineira de Engenheiros, com o comparecimento dos engenheiros Alcindo da Silva Vieira, Francisco da Silva Brandão, Eduardo Schmidt M. Castro, Américo Giannetti, Pires e Albuquerque, F. Barcelos Correia Júnior, Benedito Quintino dos Santos, Alfredo Carneiro Santiago, Alvaro Andrade, José Soares Moreira, Vicente Assunção,

Hermano Lott Júnior e Lauro Gonçalves de Sousa, membros da Diretoria, e dos conselhos Consultivo e Técnico da Sociedade.

O presidente comunicou aos sócios presentes que, convidado para fazer na Sociedade uma conferência sobre a Fábrica Nacional do Motores, deverá chegar a Belo Horizonte, dentro de alguns dias, o brigadeiro do ar Guedes Moniz, diretor daquela fábrica. O ilustre militar, figura muito destacada nos meios técnicos do país, terá ocasião de falar diretamente aos engenheiros mineiros, por ocasião da sua visita, sobre as obras da grande indústria que se instala, presentemente, em Xerém, no Estado do Rio, onde serão fabricados os nossos motores de avião.

A diretoria deu conhecimento aos sócios da próxima realização da “Semana Ferroviária” com uma série de conferências sobre as estradas de ferro do Brasil e seu desenvolvimento. O programa dessa semana, organizado pelo engenheiro Benjamim Magalhães de Oliveira, do Conselho Técnico da Sociedade, constará das seguintes conferências:

Oportunidade dos estudos de eletrificação e melhoramento dos traçados, pelo engenheiro Antônio Melo e Silva, da Rede Mineira de Viação.

Tráfego mútuo de tôdas as estradas de ferro brasileiras. Como está sendo conseguido. Vantagens desse plano, pelo engenheiro Edmundo Brandão Pirajá, da Contadoria Geral de Transportes.

Coordenação de transportes em vez de concorrência ou do predomínio de um só sistema de transportes, pelo engenheiro Luís Orsini de Castro, chefe do tráfego da E. F. Sorocabana.

Deficiências do nosso sistema ferroviário. Medidas para corrigi-las, pelo engenheiro Alcides Lins, diretor-técnico da E. F. Leopoldina.

O desenvolvimento econômico do Brasil depende fundamentalmente do desenvolvimento e aperfeiçoamento da nossa viação férrea, pelo engenheiro Artur Pereira Castilho, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Minas Gerais e o transporte ferroviário, pelo engenheiro Pires e Albuquerque, professor da Escola de Engenharia e presidente do C. R. E. A. da 4.ª Região.

A Sociedade promoverá essas conferências durante a semana de 18 a 23 de setembro próximo e para saudar os conferencistas foi escolhido o engenheiro Benjamim Magalhães de Oliveira.

Com a palavra, o engenheiro Hermano Lott Júnior discorreu longamente sobre as alterações projetadas para o atual Código de Minas, comunicando que esse assunto, dada a sua grande importância, principalmente para o nosso Estado, estava sendo cuidadosamente examinado pelo Conselho Técnico da Sociedade, tendo o engenheiro José Soares Moreira, presidente do Conselho, declarado que, dentro de poucos dias, esse órgão técnico submetteria à apreciação da diretoria da Sociedade seu parecer a respeito.

Vários sócios discutiram a matéria, principalmente na parte em que se cogita, no novo Código, de fazer reverter a propriedade do sub-solo ao dono do solo. Tratando-se de assunto de grande relevância, e que afeta superiores interesses nacionais, deliberou a Sociedade enviar oportunamente, aos poderes competentes o parecer que o seu Conselho Técnico emitirá sobre o assunto.

O engenheiro José Soares Moreira, presidente do Conselho Técnico e do Sindicato de Engenheiros de Minas, comunicou à Sociedade que a excursão dos engenheiros mineiros à usina de Volta Redonda deve realizar-se no dia

11 de agosto corrente para o que estavam sendo tomadas as devidas providências. Ainda com a palavra, declarou aquêlê engenheiro que a lista de adesões para essa excursão já continha mais de 40 nomes, lembrando que continuava ela à disposição dos demais associados do Sindicato e da Sociedade.

Por proposta do engenheiro Hermano Lott Júnior ficou deliberado que o Sindicato de Engenheiros Eletricistas, em colaboração com a Sociedade, promoveria uma excursão de seus associados às obras da usina hidroelétrica de Peti, que a Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais está construindo no município de Santa Bárbara. Aquêlê engenheiro salientou a importância dêsse empreendimento para o desenvolvimento de Belo Horizonte, propondo, finalmente, que o Sindicato entrasse em combinação com a Companhia, de forma que a referida excursão fôsse realizada no próximo mês de outubro.

Falando sôbre o próximo Congresso de Geografia que se realizará ainda êste mês no Rio de Janeiro expôs o engenheiro Benedito Quintino dos Santos as altas finalidades dêsse importante certame, terminando por agradecer à Sociedade a incumbência que lhe foi cometida para representá-la no referido Congresso.

O presidente comunicou aos sócios presentes que, por motivos imperiosos o engenheiro Valdemar Baeta Neves havia renunciado o cargo de 1.º secretário, depois de ter prestado à Sociedade relevantes serviços durante quase quatro anos consecutivos. Adiantou ainda o pre-

sidente que fôra convocado para preencher essa vaga o primeiro suplente da diretoria, engenheiro Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, que já se empossara no cargo de 2.º secretário, passando o engenheiro Romeu De Paoli a exercer as funções de 1.º secretário.

O engenheiro Pires e Albuquerque, presidente do C.R.E.A. da 4.ª Região, deu conhecimento aos sócios de que êste ano a Semana do Engenheiro será realizada nesta capital, em princípios de dezembro. Há grande entusiasmo para a realização dêsse importante certame, o qual contará com a presença de mais de 500 técnicos de todos os Estados. Foram tomadas providências para o programa das festividades, ficando o engenheiro Pires e Albuquerque incumbido pela Sociedade de, conjuntamente com o Conselho de Engenharia, estudar o assunto

★

TOURING CLUBE DO BRASIL

3.ª EXCURSÃO ÀS CATARATAS DO IGUAÇU — Embarcaram no dia 17 de agosto último para São Paulo, os sócios do Touring Clube do Brasil, que tomam parte na 3.ª excursão, dêsse ano, ao salto das Sete Quedas e cataratas do Iguaçu, organizada pelo Departamento de Turismo daquela instituição. Chegando à capital paulista, os viajantes embarcaram com destino a Presidente Epitácio. Daí, através do rio Paraná alcançaram Guaira e por fim Pôrto Mendes e Iguaçú.

★

Certames

X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

INSTALADO O IMPORTANTE CERTAME — A COOPERAÇÃO DE MINAS GERAIS — Está se realizando na Capital Federal, de 7 a 16 do corrente, o X Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob a presidência de honra do Sr. Presidente da República e alto patrocínio do Ministério da Educação e Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A Comissão Organizadora Central está sob a presidência de honra do ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, tendo como presidente efetivo o Prof. Fernando Antônio Raja Gabaglia, vice-presidente general Emilio Fernandes de Sousa Doca, secretário geral o Eng. Cristóvão Leite de Castro, 1.º secretário o cônsul Murilo de Miranda Basto, 2.º secretário o Prof. Geraldo Sampaio de Sousa e tesoureiro o Sr. Carlos Domingues.

A exemplo do que foi feito no IX Congresso realizado há 4 anos passados, em Florianópolis, cujos anais compreenderão 10 volumes, já tendo saído recentemente o volume IV, os anais do X Congresso compreenderão as seguintes partes: 1.ª parte — Organização; 2.ª parte — Congresso; 3.ª parte — Teses; 4.ª parte — Recomendações; 5.ª parte — Finanças; 6.ª parte — Apreciações.

Para estudo das teses, memórias e trabalhos apresentados ao Congresso serão constituídas as seguintes comissões técnicas:

1.ª — Geografia Histórica e Explorações Geográficas; 2.ª — Geografia Matemática; 3.ª — Geografia Física; 4.ª — Biogeografia; 5.ª Geografia Humana; 6.ª — Geografia das Calamidades; 7.ª — Geografia Médica; 8.ª — Geografia Eco-

nômica; 9.ª — Metodologia Geográfica e Ensino da Geografia; 10.ª — Monografias Regionais. Estudos Especiais da Corografia do Estado do Pará.

Já foram encaminhados à Comissão Organizadora os seguintes trabalhos referentes a Minas Gerais:

Monografia histórico-corográfica do município de Francisco Sá, pelo Sr. Artur Jardim de Castro Gomes (classificada em 2.º lugar no concurso de monografias do ano passado).

Dados para a geografia do município de Bocaiuva, pelo engenheiro João José dos Santos, com a mesma classificação.

Geografia do município de Rio Preto, pelo Sr. José Marinho de Araujo, com a mesma classificação.

Município de Ubá e uma curiosa questão de limites com o município de Rio Branco, pelo Sr. Orlando de Oliveira Vaz, com a mesma classificação.

Monografia histórico-corográfica do município de Montes Claros, pelo engenheiro Tobias Leal Tupinambá, classificada em 3.º lugar.

Monografia do município de Coração de Jesus, pelo professor Leonidas de Andrade Câmara, com a mesma classificação.

Monografia do município de Glória, pelo Sr. Antônio Lopes de Faria Sobrinho, com a mesma classificação.

Monografia do município de Formiga, pelo Sr. Rodolfo Almeida, com a mesma classificação.

Monografia do Município de Formiga, pela Sra. Nair de Oliveira, com a mesma classificação.

Monografia do município de Itaúna, pela Sr. Isaurino do Vale, com a mesma classificação.

Hidrometria — Sua importância nos trabalhos geográficos, pelo engenheiro Décio de Vasconcelos, importante tratado enviado à Comissão.

Monografia do município de Vigia, pelo Sr. Antônio Fernandes do Amaral.

Aspectos da serra das Vertentes dentro do município de Lagoa da Prata, pelo Sr. Ernesto Resende.

O rio Prêto afluente do Paraíba, pelo Sr. José Marinho de Araújo.

Os Departamentos Geográficos e de Estatística organizaram uma coleção de cartas, esquemas de triangulação, gráficos, fotografias e relatórios sobre seus trabalhos para a exposição anexa ao Congresso.

REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA GUERRA — O Sr. ministro da Guerra, pelo Aviso n.º 2 592, designou para representar o Ministério da Guerra no X Congresso Brasileiro de Geografia o coronel da Reserva Francisco Jaguaribe de Matos e o major José Fortes Castelo Branco, do Serviço Geográfico do Exército.

★

II CONGRESSO DE ENGENHARIA DE MINAS E GEOLOGIA

Realizar-se-á no próximo mês de outubro, no Rio de Janeiro, o 2.º Congresso de Engenharia de Minas e Geologia. A 1.ª reunião realizou-se em 1942 em Santiago do Chile, a qual alcançou o mais amplo sucesso. Foram aprovadas, naquele conclave, conclusões da mais alta importância para os países americanos, no campo da economia mineira, constituindo uma das mais úteis e interessantes assembléias interamericanas dos últimos anos, sob o ponto de vista de estudos científicos de grande atualidade.

O 1.º Congresso de Engenharia de Minas e Geologia, num gesto de simpatia e respeito pelo nosso país, deliberou que a sua 2.ª reunião, seria celebrada no Rio de Janeiro, tendo o Sr. Presidente da República concordado com a realização do II Congresso, nesta capital, em outubro deste ano.

Por certo, a esse importante conclave interamericano que se reunirá no Brasil, a fim de estudar questões de efetivo interesse para o nosso continente, não faltará a colaboração dos nossos técnicos, tanto mais quanto muitas das conclusões apuradas na capital chilena já têm sido adotadas entre nós, com os mais animadores resultados.

A Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional de Produtos Minerais, dirigida pelo Sr. Aníbal Alves Bastos, prepara-se, desde já, para cooperar em prol do êxito do II Congresso de Engenheiros de Minas e Geologia.

★

CONGRESSO ECONÔMICO DO OESTE

O APOIO OFICIAL PRESTADO AO CERTAME — PROGRAMA DE TRABALHOS — Deverá realizar-se em breve, na cidade de Goiânia, o Congresso Econômico do Oeste. Entrando já na parte objetiva da organização desse certame o governo de Goiás acaba de baixar um decreto constituindo a comissão organizadora do certame que está composta dos Srs. João de Abreu, diretor do Departamento de Economia e Assistência ao Cooperativismo, Câmara Filho, prefeito municipal de Anápolis e do

jornalista Castro Costa, diretor geral do DEIP. Essa comissão articular-se-á com o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, a fim de realizar uma intensa propaganda.

Por outro lado, o ministro Apolônio Sales já assegurou o apoio do Ministério da Agricultura ao momentoso conclave, devendo, em tempo oportuno, designar uma comissão de técnicos do governo federal para colaborar na sua realização, além de conceder um crédito na importância de 50 000 cruzeiros como auxílio especial dos poderes públicos da União. Também o interventor Pedro Ludovico, que se mostra bastante entusiasmado pela efetivação do congresso, já determinou providências no sentido de que o DEIP colabore na confecção de filmes relativos à economia do oeste, para exibição durante os trabalhos do certame.

O Congresso virá pôr em relêvo a obra de renovação do *winterland* brasileiro. Está, assim, enquadrado dentro dos princípios da nossa política econômica, e é o primeiro conclave a ser levado a efeito em pleno centro geográfico do Brasil, em uma das regiões mais ricas e, conseqüentemente, de maior futuro do continente americano.

O plano geral que servirá de base ao Congresso é o seguinte:

I — Matérias primas de Mato Grosso e Goiás.

II — Industrialização das riquezas no local da matéria prima.

III — Produtos explorados e exploráveis.

IV — Zonas de produção.

V — Meios de transporte.

VI — Fator humano. Cooperativismo. Colonização. Estatística.

VII — Temas urgentes.

Cada um dos grupos se desdobrará, como é natural, em muitos temas. Ainda não ficou organizado em definitivo esse desdobramento, porém, são os seguintes, os temas estabelecidos.

No grupo I — Matérias primas de Mato Grosso e Goiás — serão debatidos:

a) Províncias botânicas do centro oeste; b) Espécies úteis (lenha, borracha, plantas medicinais, etc.); c) Florestamento e reflorestamento; d) Assuntos gerais de botânica econômica; e) ocorrências minerais em geral; teor de pureza de seus elementos; volume ou tonelagem explorável; garimpos etc.; f) Assuntos de geologia e mineralogia; g) Parque zoológico no centro oeste; h) Espécies silvestres úteis (peles, couros, escamas, penas, óleos etc.).

Outro grupo importante — o II — deverá desdobrar-se da forma seguinte:

a) Indústria, animal; b) Como aproveitar o boi no local da sua criação; c) Frigoríficos; entrepostos; curtiúmes; d) Indústria saladeril em geral; e) Queijo, manteiga, carne, etc.; f) Fábricas em geral (banha, calçados, etc.); g) Indústria agrária; h) Fabricação do açúcar, etc.; i) Fabricação da farinha, polvilho, raspas, etc.; j) Fabricação de polpa para papel; l) Beneficiadores; m) Descaroadores; n) Fábricas de óleo; o) Frenas, enfiadores; p) Pulverizadores; moinhos para milho; q) Sacaria; tecidos, etc.; r) Indústria mineral; fixação de fábricas, depuradores, fornos, etc., nos arredores da ocorrência; vantagens econômicas, borras, etc.; s) Assuntos gerais da indústria mineral.

No grupo III proceder-se-á ao estudo dos produtos explorados e exploráveis do Oeste, tanto no reino vegetal como animal, e que já somam mais de 16. Será examinado o valor local de cada produto e volume anual da produção. Incluem-se entre tais produtos: arroz, café, milho, trigo, e outros cereais, cana de açúcar,

algodão, linho, etc. e ainda: gado vacum, suíno, bovino, caprino, bicho da sêda, aves e abelhas.

Outros temas destinados a grande repercussão são o IV — Zonas de produção — e o V — meios de transporte. É o seguinte, o seu desdobramento:

— Chapada dos Veadeiros (zona do trigo):

a) Sobre a vegetação; b) Culturas existentes. Criação em geral; c) Água. Irrigação e drenagem. Força hidráulica. Condições ecológicas locais.

Sistema hidrográfico do Centro Oeste:

a) Vale do Tocantins e seus afluentes. (Goiás, Maranhão e Pará). Adaptação às culturas. Solo; b) Culturas existentes. Criação em geral. c) Irrigação e drenagem. Força hidráulica; d) Condições ecológicas locais; e) Pastagens; Cercas. Aparelhagem.

— Vale do Araguaia. Ilha do Bananal. Vales dos rios Xingu, Tapajós e das Mortes.

a) Adaptação às culturas. Solo; b) Culturas existentes. Criação em geral; c) Irrigação e drenagem. Força hidráulica; d) Condições ecológicas locais; e) Pastagens. Cercas. Aparelhagens.

— Zonas planas e serras:

1.º *Estrada de ferro*: a) escoamento de produtos para o Atlântico; b) escoamento de produtos para as bacias amazônica e sanfranciscana; c) escoamento de produtos para o Nordeste Oriental; d) Ligação ferroviária com a Bolívia.

2.º *Navegação fluvial*: Bacia Amazônica; a) Navegação do Tocantins e seus afluentes. Navegação do rio Araguaia. Navegação do rio Xingu. Navegação do rio Tapajós; b) Companhias de navegação existentes. Desenvolvimento; c) Preço do transporte da carga. Facilidades. Embarques; d) Assuntos gerais na navegação fluvial; e) Legislação federal. Bacia platina: a) Navegação do rio Paraguai; b) a e), idem, idem; f) Ligação possível entre os rios Araguaia e Paraguai, estudada por Couto Magalhães.

3.º *Transporte rodoviário*: a) Ligações centrais interestaduais; b) Pavimentação de estradas. Pontes. Arborização marginal; c) Veículos; Gasôgnio. Alcool-Motor. Gasolina; d) Preço mínimo do transporte.

4.º *Transporte aéreo*: Possibilidade de seu desenvolvimento.

O fator humano

1.º *Condições de saúde*: a) Saneamento pelas culturas. Saneamento em geral; b) Aglomerações humanas desaconselháveis; c) Educação sanitária. Costumes reprováveis; d) Assistência hospitalar.

2.º *Condições sociais*: a) Latifúndios prejudiciais; b) Cooperativismo. Associações mútuas. Estatística; c) Localização de emigrantes brasileiros da "marcha para o Oeste"; d) Adaptação de estrangeiros do litoral para o Oeste; e) Colônias agrícolas; f) Patronatos para menores abandonados; g) Sindicalização das classes trabalhadoras; h) Escolas. Difusão racional do ensino ruralístico.

3.º *Condições morais*: a) Valor intrínseco do homem do campo; b) Propaganda da vida campesina. Clubes agrícolas.

4.º *Condições técnicas*: a) Estado atual da capacidade do trabalhador; b) Mecanização dos métodos de trabalho; c) Operários especializados; d) Escolas profissionais e normais rurais; e) Localização de cidades na zona rural. Ruralismo. Sistematização das casas de campo.

Temas e soluções urgentes

1.º — As indústrias de possível exploração econômica mais urgentes no Centro-Oeste. 2.º — Como explorar cada zona de produção. 3.º — Como vender os produtos nos mercados consumidores, sem a intromissão dos intermediários. 4.º — Como realizar o transporte dos produtos nas condições de barateza, quantidade e qualidade integral. 5.º — O homem do campo como fator ponderável da civilização. Suficiência de braços e sua compensação. 6.º — Como fazer o necessário abastecimento de sal aos rebanhos bovinos.



II REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

De 14 de agosto último ao dia 2 do mês corrente, teve lugar, no Rio de Janeiro, a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, promovida pela Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e realizado sob os auspícios do Conselho Nacional de Geografia. A esse certame que se coroou do mais absoluto êxito, num ambiente de grande cordialidade, fizeram-se representar todos os países do Hemisfério Ocidental, o Canadá inclusive.

Após a 1.ª reunião preparatória, levada a efeito na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, na qual os delegados apresentaram as respectivas credenciais e instruções, foi realizada a sessão solene de abertura no Palácio Tiradentes, na qual se fez a eleição da Mesa Diretora da Reunião, composta de Presidente, 1.º Vice-Presidente, 2.º Vice-Presidente, Secretário Geral e Secretário Assistente.

Na sessão plenária do dia seguinte foram constituídas as Comissões Técnicas e cada delegação fez entrega oficial das teses referentes aos problemas peculiares à Geografia do seu país e outras contribuições a serem estudadas pelas comissões.

Nos dias conseqüentes foram feitos vários passeios pela cidade e realizadas as reuniões das comissões de: "Geodésia e Astronomia de Campo", "Topografia e Aerofotogrametria", "Cartas Aeronáuticas", "Cartas Hidrográficas" e "Geografia e Cartografia" e várias sessões plenárias.

Durante o conclave, os ilustres representantes visitaram, em ordem cronológica: o Sr. Presidente da República no Palácio do Catete, o Sr. ministro da Guerra, o Sr. Prefeito da cidade, no Palácio da Prefeitura, o Conselho Nacional de Geografia, os serviços especializados do Departamento Nacional da Produção Mineral (Divisão de Geologia e Mineralogia e Divisão de Águas), o Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os serviços da Cia. Cruzeiro do Sul S.A.. Ainda foram visitados pelos delegados sul-americanos os serviços técnicos do Ministério das Relações Exteriores, o Serviço Geográfico do Exército, a Hospedaria de Imigrantes, as instalações da Cia. Siderúrgica Nacional. Foram também percorridos pelos delegados estrangeiros os pontos mais pitorescos da cidade do Rio de Janeiro tendo sido proporcionadas aos visitantes viagens a São Paulo, Santos, Petrópolis e Volta Redonda.

Em São Paulo foram visitados a Catedral, a Escola de Aeronáutica, o Instituto Butantã, o Estádio de Pacaembu, o Campo de Marte e vários serviços técnicos da capital paulista.

Ainda durante os trabalhos da Reunião, foram feitas comunicações técnicas pelo Prof.

Francis Ruellan, major Arcoverde e Eng. Gustavo Sena e Silva no recinto da Exposição de Geografia e Cartografia, no Edifício Serrador — 21.º andar, solenemente inaugurada nos primeiros dias do importante conclave.

A essa Exposição, que se revestiu do mais absoluto êxito, concorreram todos os países representados no certame, e nela foram exibidos mapas e processos de trabalho utilizados pelos serviços técnicos de Geografia respectivos.

A sessão solene de encerramento da II Reunião teve lugar, no dia 25 de agosto, no Palácio do Itamarati, seguindo-se um banquete no Automóvel Clube do Brasil.

No período de 25 de agosto a 2 de setembro foram realizadas as excursões e viagens já referidas.

O n.º 3 — ano V — da *Revista Brasileira de Geografia*, em edição comemorativa, estampa em suas páginas noticioso circunstanciado acerca da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia. Informe mais minucioso ainda, com a íntegra de todos os discursos e debates ocorridos nas reuniões plenárias e das Comissões Técnicas, figurará nos *Anais* do aludido certame, a ser impresso nas oficinas gráficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

★

Unidades Federadas

AMAZONAS

Relatório da Comissão Revisora da Divisão Territorial

O *Diário Oficial* do Estado, publicou no dia 16 de agosto próximo passado, o relatório da Comissão nomeada para ver o Quadro da Divisão Territorial do Estado do Amazonas, constituída dos Senhores: Agnelo Bittencourt, pelo Diretório Regional de Geografia; Sr. Júlio Benevides Uchoa, pela Junta Regional de Estatística; Marconilo Lessa, pelo Departamento das Municipalidades. E o seguinte o referido relatório:

“Manaus, 8 de agosto de 1944. — Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia, M.D. Interventor Federal neste Estado: Por decreto de V. Excia., de 5 de julho p. passado e de acordo com o art. 2.º da Resolução n.º 118, de 8 de julho de 1942, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, baseada, no Decreto-lei federal n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, fomos nomeados em comissão, para rever o atual Quadro da Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado, na parte atingida pelos efeitos do Decreto-lei, federal n.º 6 550, de 31 de maio último, que alterou os limites dos Territórios Nacionais criados em 18 de setembro de 1943. Desde logo pusemos mãos ao serviço verificando que oito municípios amazonenses seriam modificados nos seus limites e na sua divisão territorial, em consequência das novas linhas lindéiras dos Territórios do Rio Branco e do Guaporé. Discriminemos: o primeiro desses territórios tinha limites a Oeste, como o município de Uaupés, separado éste pelo rio Paduaari, desde sua nascente, na serra de Tapirapécó, até sua foz no rio Negro. Tais limites avançaram para leste pelo paralelo da nascente do rio Catrimani no ponto do divisor de águas Catrimani-Demeni, até alcançar a nascente do rio Jafari. — Este rio, até sua foz, no rio Negro. Toda a região compreendida entre a primeira e a segunda linhas lindéiras, região que pertencia ao município de Barcelos e passara ao Território do Rio Branco, deverá retornar ao seu primitivo ocupante (Barcelos). Pelo lado oriental, o Território do Rio Branco limitava-se com o de Manaus, separado pelo rio Branco, desde sua foz, até seu afluente Anauá, seguindo por éste, até sua nascente, na fronteira com a Guiana Inglesa. Esses limites estenderam-se para leste, passando a ser pelo rio Jauperi dessa sua foz, no rio Negro, até seu tributário Alalau, seguido por éste até alcançar o paralelo da nascente do rio Nhamundá. Toda a zona compreendida entre esses dois limites, que era primitivamente de Moura e passara a Manaus, está agora incorporada ao Território do Rio Branco. Como se

vê os municípios de Barcelos e Manaus sofreram, o primeiro aumento, e o segundo uma diminuição de área, bem assim alteração nas suas divisas distritais e sub-distritais. O território do Guaporé estendia-se da bacia do Madeira à do Purus, abrangendo uma grande parte do município de Lábrea, inclusive sua sede. Não havia, entre as duas bacias, uma comunicação direta, o que, na ordem administrativa, tinha contra si o determinismo geográfico. Recuraram as linhas do Guaporé, por esse lado. Passaram, do rio Ituxi, desde a linha Cunha Gomes, até sua foz no Purus, este rio, até a foz do Mucuím; uma linha, da foz do Mucuím à nascente do igarapé Cuniã, tributário do Madeira, para o divisor de águas Ituxi-Madeira, desde a linha Cunha Gomes até a nascente do rio Paraná Pixuna, e, depois, este rio, até o paralelo da foz do igarapé Maici, no Madeira. Toda a faixa de terras, que se encontra entre esses dois limites e que pertencia a Lábrea e a Canutama, deve voltar a esse município. Em face dessa reivindicação, ao Território de Lábrea é justo que retornem os seus velhos e merecidos predicamentos, de comarca e de município, mediante também a restituição das zonas, que foram repartidas, em consequência do Decreto-lei federal n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, entre Bôca do Acre e de Canutama. A nova estrutura das linhas distritais e sub-distritais, dos municípios citados (Bôca do Acre e Canutama) resultou das alterações dos seus limites. Deverá modificar-se, igualmente, a fronteira do município de Eirunepé (ex-João Pessoa) com o de Lábrea, na parte que tinha passado ao de Canutama, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 186, de 31 de dezembro de 1943. O território de Guaporé, cujos limites, pelo norte, atingiram a foz do Giparaná ou Machado, no paralelo que, por aí passa subiu ainda, até o paralelo da foz do igarapé Maici, abrangendo uma parte do município de Humaitá, que perdeu, desse modo, uma porção do seu distrito de Calama, inclusive a vila deste nome. Em resumo concluímos: a) que o município de Manaus perdeu, em favor do Território do Rio Branco, o sub-distrito de Jauaperi; b) que Barcelos adquiriu, do mesmo Território, o sub-distrito de Floresta; c) que o município e a comarca de Lábrea deverão integrar o Quadro da Divisão Territorial do Estado, sendo-lhe restituídas as regiões que estavam a figurar no Território do Guaporé e nos municípios Bôca do Acre e Canutama; d) que os municípios Bôca do Acre e Canutama readquiriram seus antigos limites, do quinquênio de 1939-1943; e) que o Estado, diante do exposto, deverá conter 17 comarcas, 25 termos, 25 municípios, 57 distritos e 274 sub-distritos, conforme o Projeto do Quadro da Divisão Ter-

ritorial, Administrativa e Judiciária do Estado (anexo n.º 1) e discriminação dos limites municipais, distritais e sub-distritais (anexo n.º 2), que, com este, temos a honra de apresentar a V. Excia.. Servindo-nos do ensejo para saudá-lo e reiterar-lhe os nossos protestos de grande estima e alta consideração. — *Agnelo Bittencourt*, pelo Diretório Regional de Geografia. — *Júlio Benevides Uchoa*, pela Junta Regional de Estatística. — *Marcionilo Lessa*, pelo Departamento das Municipalidades.

★

BAHIA

Departamento Estadual de Estatística

APÊLO AOS PREFEITOS MUNICIPAIS — O Departamento Estadual de Estatística da Bahia está dirigindo um apêlo aos prefeitos municipais do Estado um apêlo no sentido de que estes colaborem com agentes de Estatística para a máxima perfeição e rapidez dos trabalhos referentes ao preenchimento dos cadernos A e B da campanha estatística de 1944, os quais acabam de ser distribuídos às agências.

Segundo informa o referido Departamento, é intenção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística concluir os trabalhos alusivos à campanha até o mês de dezembro deste ano, quando serão distribuídos os cadernos para a campanha vindoura, inteiramente remodelados para o quinquênio 1945-1949. Já tendo recebido, em restituição, alguns cadernos há pouco distribuídos, o Departamento está na melhor expectativa em tórno dos trabalhos que a habilitarão a atender com elementos estatísticos atuais aos pedidos de informes que lhe são constantemente endereçados, especialmente pelas Forças Armadas e Órgãos Administrativos da União, dos Estados e dos Municípios.

★

Diretório Regional de Geografia

HOMENAGEM AO SECRETÁRIO GERAL DO I.B.G.E. — Reuniu-se, no dia 25 de agosto, em sessão extraordinária, o Diretório Regional de Geografia, com a presença da maioria dos seus componentes.

Após a leitura do expediente e da Ata que foi aprovada sem restrições, o presidente deu conhecimento à casa de que já se encontra completamente acabada a revisão do decreto-lei que estabelece a nova divisão territorial do Estado para sua publicação em folhetos. Por proposta do Eng. Oscar Carrascosa, que o Diretório aprovou unanimemente, foi consignado em ata um voto de louvor ao Eng. Lauro Sampaio, pelos serviços realizados nessa revisão, voto extensivo às funcionárias do Departamento de Geografia, Sras. Durvália da Silva Guimarães e Maria Deocrácia Mendes Ribeiro, cuja colaboração foi das mais valiosas para a realização do trabalho.

Por deliberação unânime do Diretório ficou sendo objeto de resolução especial a divulgação integral das linhas de limites perimetrais do Estado ou seja dos municípios limítrofes com os Estados vizinhos.

Tomando conhecimento por intermédio da Presidência da designação dos engenheiros Oscar Carrascosa e Lauro Sampaio para representantes do Estado no X Congresso Brasileiro de Geografia, o Diretório manifestou a sua satisfação pelo acerto da escolha e elegeu os citados representantes seus delegados especiais junto ao mencionado Congresso.

Foram lidos e aprovados os pareceres sobre oito monografias municipais que deverão ser encaminhadas ao Conselho Nacional de Geo-

grafia para seu julgamento final, no concurso de monografias instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ainda por decisão unânime do Diretório foram tomadas as seguintes deliberações: a) enviar um voto de vivas congratulações pelo êxito marcante da II Reunião Pan-Americana de Geografia e Cartografia; b) telegrafiar ao Sr. Osvaldo Aranha, lamentando o seu afastamento do pósto a que deu tanto brilho e manifestando a sua admiração pelo grande trabalho de aproximação inter-americana de que foi figura saliente; c) consignar em ata um voto de congratulações com o Exército Nacional pela passagem do "Dia do Soldado", relembrando a personalidade do soldado-símbolo que foi Caxias; d) congratulações pela restauração de Paris; e) lançar em ata um voto de congratulações com o governo do Estado pela nova expedição demarcadora, de limites e pela reserva de uma área para preservação da flora e da fauna peculiar ao Estado; f) enviar ao Sr. Artur César Berenguer as congratulações do Diretório pela realização da Reforma Judiciária do Estado; g) consignar um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do grande jurista brasileiro Clóvis Beviláqua.

Como é do conhecimento público, a divisão territorial de todo o país para vigorar sem alterações durante um quinquênio é uma das vitórias mais positivas e convincentes que o IBGE tem inscrito no grande acervo dos seus assinalados serviços ao país. O primeiro passo dessa grande tarefa em prol da sistematização e da uniformidade na toponímia corográfica do Brasil foi obtido com a promulgação do Decreto-lei n.º 311, que fez vigorar a divisão intermunicipal então efetuada até 31 de dezembro último.

Esse grande serviço, de imenso valor patriótico, foi idealizado por um homem que é muito justamente considerado um dos mais devotados servidores do Brasil: o Sr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Autor intelectual do plano a que obedeceu essa dedicação de nomes em todo o grande cipoal da toponímia brasileira, o ilustre secretário geral do IBGE não admite que se lhe atribua a parcela realmente notável — por isso mesmo capital — que teve na efetivação deste trabalho.

Relembrando todo o grande esforço realizado pelo Sr. M. A. Teixeira de Freitas no sentido dessa realização cujos frutos todos hoje consideram magníficos, o Eng. Oscar Carrascosa lembrou também na reunião de ontem do Diretório de Geografia o quanto seria justo se focalizar numa homenagem singela mas significativa a figura desse lidador intemerato, desse idealista insuperável que é Teixeira de Freitas. Por proposta sua que o Diretório aprovou por aclamação, será feita uma rica encadernação do volume da nova Divisão Territorial e oferecida ao grande brasileiro, com a assinatura de todos os membros do Diretório e de todas as altas autoridades do Estado.

RELATÓRIO REFERENTE AO ANO DE 1943 — O Eng. Lauro Sampaio, secretário do Diretório Regional de Geografia do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, apresentou ao presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o seguinte relatório das atividades do mesmo Diretório no ano de 1943.

Exmo. Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Cumpro o dever de trazer a V. Excia., em obediência à disposição regulamentar, um sucinto relato das atividades do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Bahia, assim como das principais atividades geográficas no Estado, no ano de 1943.

Diretório Regional

Maior atividade teve que desenvolver o Diretório Regional, em virtude de novas realizações determinadas pelo Conselho Nacional de Geografia, convido ressaltar a Revisão da Divisão Territorial, embora a cargo de uma Comissão especial.

Não houve na constituição do Diretório outra modificação, a não ser a saída do engenheiro civil Alberto de Sá Oliveira, antigo funcionário do Departamento de Geografia, que foi exercer sua atividade profissional em outro setor da administração baiana.

A perda d'êste ilustre membro determinou uma lacuna ainda não preenchida, devido principalmente à falta de técnico que vá preencher, no citado Departamento, a vaga deixada.

Expediente — O movimento de papéis na Secretaria do Diretório foi, durante o ano, incluído o referente à revisão da divisão territorial, o seguinte:

Ofícios recebidos	479
Telegramas recebidos	657
Ofícios expedidos	226
Telegramas expedidos	278
Circulares expedidas	7
Editais publicados	2

O serviço da Secretaria, sediada no Departamento de Geografia, é feito por funcionários d'êste, que se encarregam da sua organização e distribuição.

Sessões realizadas — Foram realizadas cinco sessões ordinárias do Diretório e uma conjunta com a Junta Regional de Estatística, esta comemorativa do aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Espaçaram-se mais no segundo semestre em virtude da revisão da Divisão Territorial exigir a cooperação de alguns de seus membros.

Nelas tomou parte o assistente do Conselho Nacional de Geografia engenheiro civil Oscar de Sousa Carrascosa.

Resoluções — Foram votadas as seguintes Resoluções, relativas ao exercício passado:

N.º 25 — Indica o engenheiro civil Alberto de Sá Oliveira para fazer parte da Comissão Revisora da Divisão Territorial, como representante do Diretório.

N.º 26 — Congratula-se com o Governo do Estado pelo auxílio concedido à Expedição do Jalapão, cooperando com o C.N.G. nos trabalhos.

N.º 27 — Congratula-se com o Governo do Estado por motivo da criação do Parque Monumento do Monte Pascoal.

N.º 28 — Formula um apêlo aos prefeitos municipais para a conservação dos marcos de coordenadas e geodésicos.

Destas Resoluções foram enviadas regularmente cópias à Secretaria Geral do C.N.G. e aos demais Diretórios Estaduais.

Igualmente têm sido enviadas cópias dos relatórios d'êste Diretório aos seus congêneres nas demais Unidades da Federação.

Diretórios Municipais

Êstes tiveram durante o ano um pouco de movimento, em virtude das providências relativas à revisão territorial e modificações de toponímia. Houve reorganização de alguns dêles ou substituição de membros.

Concurso de Monografias Municipais

Apesar de serem mais animadores os prêmios a distribuir pouco entusiasmo despertou o concurso do monografias de 1943.

Foram apresentadas apenas oito monografias, cujos julgamentos iniciais foram algo demorados pelos Diretórios Municipais.

O Diretório Regional fêz a maior propaganda possível no sentido de ser obtida grande divulgação, distribuindo o material recebido da Secretaria Geral do C.N.G. às Prefeituras, instituições de ensino etc., publicando edital e fazendo propaganda pela imprensa.

X Congresso Brasileiro de Geografia

O delegado do Congresso neste Estado, signatário d'êste, procurou na medida do possível, desenvolvendo propaganda pela imprensa e por circulares, obter de tôdas as classes a adesão e trabalhos para êste certame, que se realizaria na capital do Pará no ano passado.

Transferido data e local da reunião, em virtude das dificuldades do momento, naturalmente em setembro próximo revestir-se-á de brilho a realização do X Congresso, no Rio de Janeiro.

Com o maior entusiasmo fizeram suas adesões: os Governos d'êste Estado e do município de Salvador, como membros protetores, estando também nesta categoria a Secretaria da Agricultura e o Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, e grande número de Prefeituras, como membros cooperadores.

Foram obtidas no ano passado 192 adesões, num total de Cr\$ 20 195,00, sem contar aquelas remetidas diretamente à Comissão Organizadora Central.

Ainda o referido delegado teve a oportunidade de redistribuir 215 exemplares do 2.º volume dos *Anais do IX Congresso* aos aderentes neste Estado, por solicitação que lhe fôra feita.

Comissão Revisora da Divisão Territorial

Nomeada por decreto de 17 de março, da Interventoria Federal, ficou assim constituída a Comissão Revisora do Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado:

Engenheiro civil Lauro de Andrade Sampaio, diretor do Departamento de Geografia,

Bacharel Tarcisio Vieira de Melo, diretor do Departamento das Municipalidades,

Engenheiro civil Alberto de Sá Oliveira, representante do Diretório Regional de Geografia,

Tulo Hostilio Montenegro, representante da Junta Regional de Estatística,

Engenheiro civil Oscar de Sousa Carrascosa, assistente técnico do C.N.G.

Foram escolhidos para presidente e secretário da Comissão o primeiro e o último dos membros aqui referidos.

Instalada em 22 do mesmo mês, cuidou imediatamente da expedição de circulares às Prefeituras e edital para recebimento de sugestões quanto à divisão territorial e toponímia, fixando prazo e sendo expedidas instruções de acôrdo com os Decretos-leis Nacionais ns. 311, 3 995 e posteriormente o de n.º 5 901 e Resoluções do Diretório Central do C.N.G.

Foram apresentadas memoriais solicitando a elevação à município dos distritos de Pirangi e Água Preta (de Ilhéus), Tanquinho (de Feira de Santana) e Sobradinho (de Casa Nova), pretensões que não tiveram deferimento.

Em reuniões frequentes trabalhou a Comissão, tendo também a oportunidade de efe-

tuar várias reuniões com o Sr. interventor federal para assentar medidas definitivas, prestigiando-a S. Excia. em todas as suas decisões.

Os serviços entretanto vieram sobrecarregar alguns dos seus membros porque perdemos logo no início a colaboração do Eng. Sá de Oliveira, que se transferiu para outros serviços do Estado, fora da capital, e depois o representante da Estatística, Tulo Montenegro, que fora nomeado para diretor do Departamento de Estatística do Espírito Santo.

Nenhum destes membros foi substituído posteriormente, reduzindo-se a Comissão, portanto.

Quanto à toponímia, após entendimentos diversos e aprovação do C.N.G., foram afinal substituídos 162 topônimos de cidades e vilas baianas, sendo a escolha de novos nomes uma das tarefas mais árduas, para a qual foi muito exigido o prazo de que se dispunha.

Cumpra aqui realçar o espírito de colaboração, digna de agradecimento do Governo da Bahia, por parte dos Estados do Piauí e Ceará e do Território do Acre, em ceder a este Estado a prioridade dos nomes de Valença, Miguel Calmon e Seabra, para as suas cidades.

A Comissão teve também a oportunidade de apresentar sugestões substanciais ao projeto de reforma judiciária do Estado, e que foram aceitas em quase sua totalidade.

Afim de cumprir prazo estabelecido no Decreto-lei n.º 5 901 foi entregue ao Sr. interventor federal em 9 de novembro, o projeto da revisão territorial, compreendendo o quadro geral 58 comarcas, 132 termos, 139 municípios e 527 distritos.

Em comparação com o quadro anterior havia a criação de mais 9 comarcas, supressão de 11 municípios e de 27 distritos, sendo transferida a sede do município de Encruzilhada para a vila de Macarani e as de alguns distritos para outras localidades mais convenientes e criados 5 novos distritos.

Com referência a este projeto assinou o Governo do Estado o Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, ainda sujeito à aprovação do Sr. Presidente da República.

Em virtude do parecer do Sr. ministro da Justiça, aprovado pelo Presidente da República foi o projeto aprovado com modificações diversas, entre as quais o restabelecimento dos municípios e distritos supressos.

Assim foi posteriormente modificado o quadro geral da divisão territorial do Estado, por Decreto n.º 12 798, de 1-6-44, que modificou apenas o art. 3.º do Decreto-lei n.º 141, cuja execução tinha sido sustada.

O quadro em vigor compreende 58 comarcas, 143 termos, 150 municípios e 554 distritos, ficando mantidas as transferências de sedes já referidas.

O trabalho de reconstituição definitiva da divisão territorial e administrativa do Estado já foi afetuado pelo Departamento de Geografia, dela se encarregando o diretor do mesmo, e presidente da Comissão Revisora.

Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal

Em boa hora o Governo do Estado, por Decreto-lei n.º 12 729, de 19 de abril, criou o Parque Monumento do Monte Pascoal, com as finalidades de "comemorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, conservar as belezas naturais e promover o desenvolvimento do tu-

rismo, segundo especifica o art. 1.º do decreto respectivo, situado no município de Pôrto Seguro e abrangendo ampla área a partir do Oceano e na qual se acha contido o monte Pascoal.

Constituída a Comissão de organização do Parque não pôde esta ainda, por dificuldades diversas, dentre as quais a falta de técnicos providenciar a demarcação da área destinada ao Parque, o que espera entretanto fazer em breve, assim como cuidar da sua instalação.

Expedição do Jalapão

Continuando na tarefa de melhor conhecer o Brasil e em prsseguimento do levantamento da extensa fronteira Bahia-Goiás, sugeriu o Conselho Nacional de Geografia ser feito, em colaboração com o Estado da Bahia, o levantamento daquela divisa, de parte da do Piauí e da extensa zona do Jalapão, desconhecidas quase completamente pelos geógrafos.

Gostosamente aceitou o Governo do Estado a sugestão, dando como cooperação pessoal e verbas para custeio de parte dos trabalhos, constantes de levantamentos topográfico, astronômico e altimétrico da região, efetuados sob a chefia do engenheiro civil Gilvandro Simas Pereira, funcionário do Departamento de Geografia a serviço do C.N.G.

Ultimados os trabalhos foram desenhados no Departamento de Geografia, observando-se enorme disparidade em relação aos mapas oficiais, registrando um grande aumento de área para a Bahia, mas somente com referência à cartografia, pois nenhum dissídio sobre fronteiras existe com aqueles Estados.

Verificaram-se enormes diferenças na linha divisória, deslocada para oeste em geral, assim como se desfizeram miríficas versões sobre a imensidão da lagoa do Veredão e uberdade da zona extensa do Jalapão.

O aumento de área para o Estado da Bahia, nos seus algarismos oficiais é pouco inferior à do Estado de Alagoas, sendo assim a área respectiva bem superior a 550 000 quilômetros quadrados, em vez de 529 000 obtidos do mapa do Centenário.

Departamento de Geografia

A partir de 1 de janeiro, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 12 629, de 31-12-42, que reformou a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, transformou-se a antiga Diretoria de Serviços Geográficos e Meteorológicos em Departamento de Geografia, pondo este Serviço em melhor situação para cumprimento de sua missão.

Para a consecução deste *desideratum* muito influuiu a mediação eficiente do Conselho Nacional de Geografia, por intermédio do seu ilustre presidente e de seu distinto e operoso secretário geral.

Por ato do Governo do Estado ficou mantido na direção o diretor da repartição extinta.

O Departamento continuou selecionando elementos cartográficos e desenhando folhas da carta preparatória do Estado, na escala de 1:500 000, tendo enviado ao Conselho Nacional de Geografia 14 folhas completas a lápis.

Encarregou-se também do desenho das tô-lhas relativas à Expedição do Jalapão, além de trabalhos outros de sua atribuição.

Infelizmente luta hoje o Departamento com grande falta de técnicos para execução de seus serviços, que, por este motivo, não têm tido maior desenvolvimento, como seria de desejar.

Publicações recebidas

O Diretório manifesta-se agradecido pelo recebimento de publicações diversas, das quais cumpre-lhe ressaltar as seguintes:

Dicionário Geográfico de São Paulo

Ensaio de uma síntese da evolução da Geografia (Do Diretório de São Paulo)

Boletins do Departamento de Estatística (dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul)

Brazil 1942 (do Ministério do Exterior, em inglês)

A Cultura Brasileira (da Comissão Censitária Nacional)

*Revista Brasileira de Geografia**Boletim Geográfico do C.N.G.*

Mapas diversos e cartogramas, do C.N.G. e outros.

Cabe aqui uma referência tódia especial ao *Boletim Geográfico*, cuja publicação se iniciou no ano passado, sendo mais uma vitoriosa iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, que vem assim trazer mais cabedal científico e informativo aos estudiosos da geografia nacional.

Quando da saída do primeiro número do *Boletim* teve este Diretório a oportunidade de transmitir ao Sr. secretário geral do C.N.G. as suas mais efusivas congratulações pelo evento.

Visitantes ilustres

O Diretório teve a satisfação de receber as visitas do Prof. Artur Duarte Ribeiro, em viagem de estudos, e, posteriormente, dos Profs. Jorge Zarur e Orlando Valverde, do Conselho Nacional de Geografia, em viagem de estudos do São Francisco e propaganda do X Congresso de Geografia.

O Prof. Zarur teve a oportunidade de fazer uma conferência no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sobre os objetivos de sua viagem.

A todos o Diretório procurou proporcionar as facilidades que lhe for possível, feliz em poder ser de qualquer modo útil a estes distintos intelectuais.

Mortos ilustres

Verificaram-se durante o ano os falecimentos de quatro varões caros à geografia e à ciência, pela perda dos quais o Diretório Regional faz externar o seu profundo sentimento, pois foram grandes servidores da causa pública e patriotas eméritos, com serviços notáveis no setor geográfico.

São eles:

Cel. Temistocles de Sousa Brasil, pioneiro das fronteiras pátrias;

Dr. Max Fleiuss, historiador e geógrafo, alma do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Dr. Afrânio de Melo Franco, expoente da diplomacia brasileira e estadista;

Dr. Artur Neiva, notável cientista e ex-interventor na Bahia, à qual prestou assinalados serviços.

O Diretório em tempo externou os seus sentimentos às entidades onde serviam os mesmos e às suas dignas famílias.

Conclusão

Ao concluir o presente relato cabe-me ainda fazer sentir a V. Excia. o grande entusiasmo deste Diretório, já expresso a S. Excia. o Sr.

Presidente da República, pela criação dos novos territórios de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçú.

Tal medida, de alto cunho geográfico e administrativo, virá naturalmente sanar as dificuldades de administração naquelas longínquas regiões da fronteira, onde mais necessária se torna a vigilância e o cuidado da alta administração, em benefício de um Brasil melhor e mais forte.

Ainda mais, as realizações patrióticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tem V. Excia. como sábio dirigente, constituem, com a tarefa executada no ano passado, uma etapa vencida a crescer na conquista da grandeza da Pátria.

Salvador, agosto de 1944. — *Lauro Sam-
paio*, Secretário do Diretório.

*Faculdade de Filosofia*

ÍNDIOS CANELA ILUSTRAM UMA AULA — Realizou-se, no dia 18 de agosto, na Faculdade de Filosofia da Bahia, uma interessante aula de etnologia e antropologia, dada pelos professores das cadeiras, frei Fidélis, O.S.F. e Sr. Tales Azevedo.

Uma nota de sensação no decorrer da mesma, e que despertou um vivo interesse por parte de todos os alunos, foi a presença dos índios Manuel e José Bonifácio, recentemente chegados à capital, naturais do Maranhão, onde têm sua tribo na aldeia de Porquinhos. Manuel e José, que pertencem à tribo dos índios Canela, tomaram parte ativa na aula prática de etnologia e antropologia, respondendo a inúmeras perguntas dos alunos e professores, ilustrando-a com demonstrações práticas de seus costumes nativos.

Despertou grande interesse, por parte dos alunos, os problemas sociais daqueles nossos patriotas que deram várias informações a respeito. Suas explicações eram traduzidas para o vernáculo, pelo professor frei Fidélis, que fala a língua Guarani.

A respeito da vida conjugal entre eles, Manuel e José deram explicações, declarando que este é um problema que não os preocupa, e não ser quando um toma a mulher do outro e que são cristãmente monógamos como qualquer ser civilizado.

Suas atividades são empregadas na agricultura quase que exclusivamente.

Os dois selvícolas mostraram grande interesse pelas mil e uma pequeninas coisas que fazem grande diferença entre as vidas indígena e a civilizada, fazendo notar as suas admirações pelas tesouras e tecidos que sencermosamente, solicitaram aos patriotas universitários.

LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAFAMÉTRICOS DE SALVADOR E DO RIO SÃO FRANCISCO — Acaba de ser firmado o contrato para a execução do levantamento aerofotogramétrico da capital baiana. Os filmes serão revelados no Rio de Janeiro e dêles se tirarão cópias para formação dos mosaicos. O governo municipal após vários estudos, chegou à conclusão de que esses trabalhos resolveriam o problema que apresenta a acidentada topografia da cidade. E, embora não se obtenham plantas exatas, consegue-se, todavia, boa orientação sobre a vegetação e a paisagem, e isso será de grande utilidade para o urbanista.

Ao que parece, aproveitando a oportunidade, vai ser feito também o levantamento do rio São Francisco e seus afluentes iniciando-se os serviços pelo trecho Juazeiro-Pirapora. Vários en-

genheiros encontram-se já em diversos pontos do rio levantando as cidades e os trechos do rio onde devem ser feitos melhoramentos, as corredeiras e passagens difíceis, inclusive o Braço do Sobradinho. As providências referentes ao rio São Francisco indicam a disposição do governo da União de levar a bom termo a regularização do rio, para lhe facilitar a navegação, e, portanto, tornar real a grande estrada fluvial de ligação do sul com o norte do Brasil.

Todos esses serviços serão executados pela Cruzeiro do Sul, empresa que se especializou no assunto, tendo agora terminado o levantamento da cidade de Porto Alegre.

★

ESPIRITO SANTO

Instituto Histórico e Geográfico

REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Esta associação realizou a 7 de agosto mais uma sessão ordinária, com a presença dos sócios Araújo Primo, presidente, Américo Coelho, João Manuel, Almir Gonçalves, Dario Araújo, Darci Matos, Barreto Filho e Arnulfo Matos, servindo de secretário o sócio Almir Gonçalves, tesoureiro. Justificou sua falta o sócio Jair Dessaune, presentemente no exercício de secretário geral. Pelo expediente a casa tomou conhecimento de que o Sr. interventor federal no Espírito Santo designou os Srs. Eurípedes Queirós do Vale, secretário da Interventoria, e Cícero Moraes, diretor do Instituto de Geografia, Geologia e Hidrologia, para representarem o Governo daquele Estado no X Congresso Brasileiro de Geografia. Passando-se à ordem do dia, o presidente declara que o Instituto está inscrito para o X Congresso Brasileiro de Geografia, prestes a realizar-se no Rio de Janeiro, pelo que, tem que nomear os seus representantes naquele certame. Honrado como foi pelo Exmo. Sr. interventor federal, com a escolha dos dois ilustres sócios Srs. Eurípedes Queirós do Vale e Cícero Moraes para representarem o Estado, resolveu o Instituto que sejam eles também os seus delegados.

Em seguida, lê o presidente um artigo, que publicou em *A Tribuna*, edições de 28 e 29 de julho último, sobre a Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo, no qual lembrou a passagem, no ano próximo, do quarto centenário daquela nobre instituição de caridade, a segunda criada no Brasil e que teve como seu capelão o padre José de Anchieta. Ficou resolvido que o Instituto cooperará com a Diretoria da Santa Casa, e bem assim com o Rótari Clube de Vitória, que já tratou do assunto, para que tenham grande brilho as festividades que sejam, promovidas.

Usando da palavra, o sócio Pais Barreto Filho traçou, com emoção e eloquência, o perfil do grande brasileiro, há pouco falecido, Clóvis Beviláqua e concluiu a sua oração propondo a inserção na ata de um voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento e que fossem enviadas condolências à família, bem como que fosse manifestada solidariedade com os sentimentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que era o venerando patricio sócio grande benemérito. O Instituto aprovou, unanimemente. Depois de anunciar a ordem do dia para a sessão seguinte, a qual constará de um trabalho a ser lido pelo sócio Francisco Feu Rosa sobre Ararigóia, o presidente encerrou a sessão.

★

GOIÁS

Concessão de Terras aos índios Craô

O interventor Pedro Ludovico assinou recentemente, importante decreto-lei concedendo aos índios Craô o uso e gozo de vasto lote de terras pertencentes ao Estado, denominado *Craolândia* situado no distrito de Inajá, no município de Pedro Afonso, lote desse medindo 319 827 hectares. O decreto ressalta, expressamente, que serão regularizadas todas as ocupações porventuras existentes nesse terreno, o qual ficará sujeito ao regime estabelecido pelo art. 154 da Constituição para terras em que os índios já se achem localizados, em caráter permanente.

★

MINAS GERAIS

Associação Comercial de Minas Gerais

NOMENCLATURA DAS INDÚSTRIAS — Na reunião da Associação Comercial de Minas, o presidente Paulo Gontijo deu conhecimento aos presentes de um ofício em que o secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística solicita sugestões da Associação, no sentido de se obter uma racionalização da nomenclatura das indústrias existentes no país. Esse trabalho, que será estudado pela secretaria da Associação, visa obter certa homogeneidade na designação dos nossos produtos industriais, para fins de levantamentos estatísticos.

★

Instituto Histórico e Geográfico

37.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO — A POSSE DO PREFEITO JUSCELINO KUBITSCHEK — INAUGURAÇÃO DO RETRATO DE JOÃO PINHEIRO — Realizou-se no dia 15 de agosto último no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, a sessão solene comemorativa do 37.º aniversário da fundação daquele sodalício, com a presença do Sr. major Haroldo Ferretti, representante do governador Benedito Valadares; o Sr. Ciro dos Anjos, presidente do Conselho Administrativo; Sr. Dermeval Pimenta, secretário da Viação; representantes dos demais secretários do Governo mineiro e do arcebispo metropolitano; o Sr. Lincoln Pena, diretor da R.M.V., o Prof. Mário Casassanta, reitor da U.M.G.; outras altas autoridades civis e militares; intelectuais, jornalistas e outras destacadas figuras da sociedade da capital.

Abrindo a sessão, o presidente do Instituto, Sr. Benedito Quintino dos Santos, convidou para presidir os trabalhos o representante do governador do Estado, declarando que o Instituto, naquele momento, prestava justa homenagem à memória de João Pinheiro, seu fundador, e ao Sr. Juscelino Kubitschek, prefeito da capital, pelos seus relevantes serviços prestados ao desenvolvimento cultural da cidade. Terminou a sua oração convidando o homenageado a assinar o termo de posse de sócio honorário do Instituto.

Agradecendo aquela homenagem, o prefeito Juscelino Kubitschek pronunciou um discurso que foi demoradamente aplaudido.

Disse de início o quanto lhe era grata a honra de figurar como sócio de um cenáculo que se destacou nos quadros da inteligência mineira, pela obra admirável que realiza e pelos elementos que o integram.

Prosseguindo, o Sr. Juscelino Kubitschek ressaltou as finalidades do Instituto Histórico

como órgão representativo da cultura mineira, mostrando a alta repercussão nacional de suas atividades e o sentido de brasilidade que orienta os seus trabalhos.

Depois de outras considerações, o prefeito Juscelino Kubitschek concluiu a sua oração.

Usou da palavra em seguida o orador oficial do Instituto, Sr. Roberto Vasconcelos, que, depois de discorrer sobre a data aniversária daquela instituição, proferiu uma saudação ao sócio que acabava de ser recebido.

O orador frisou os motivos que levaram o Instituto Histórico a dar ao prefeito Juscelino Kubitschek o título de sócio honorário, fixando a obra administrativa e cultural que o homenageado vem realizando com brilho e eficiência.

O Instituto Histórico, como parte ainda do programa comemorativo de seu 37.º aniversário, prestou significativa homenagem à memória de seu fundador, o saudoso estadista João Pinheiro, inaugurando o seu retrato na sala de reuniões. Duas metas do grande presidente foram convidadas para descerrar a cortina que cobria o retrato, o que se processou sob entusiásticos aplausos.

Sobre a personalidade de João Pinheiro, falou o Sr. Caio Néelson de Sena, que, em sua oração, estudou detalhadamente a vida e a obra do grande estadista.

Findos os aplausos que se seguiram ao magnífico discurso do Sr. Caio Néelson de Sena, foi encerrada a sessão.

★

Sociedade Mineira de Agricultura

ORGANIZAÇÃO DA VIDA RURAL BRASILEIRA — A SITUAÇÃO ESTATÍSTICA DO CAFÉ — Realizou-se em agosto último mais uma sessão da Sociedade Mineira de Agricultura, sob a presidência do Sr. Virgílio de Mendonça Uchoa.

Figurou no expediente um ofício da con-gênera de Muriaé, convidando a Sociedade para tomar parte na inauguração da Exposição Agro-Pecuária daquele município.

O presidente, dizendo sobre a significação do movimento para a economia do Estado, disse que a Sociedade se fará representar por ocasião da instalação do importante certame.

Continuando com a palavra, pôs em desta-que o magnífico plano de expansão das atividades agrícolas do país, anunciado pelo Sr. Apolônio Sales, ministro da Agricultura, em conferência última, pronunciada na Sociedade Brasileira de Agricultura. Organizado em largas bases, o plano visa dar vigoroso impulso às várias fontes de exploração da terra, mediante a mecanização da lavoura e o emprêgo em vasta escala dos métodos e processos técnicos, dando uma animação em todas as fontes do trabalho agrário. Logo a seguir, o Sr. Virgílio Uchoa salientou os trabalhos que a Sociedade vai desenvolver nesse sentido conclamando para a campanha os prefeitos municipais e associações rurais, afim de ser coroado de êxito o plano visado pelo ministro da Agricultura.

Ainda com a palavra, o Sr. Virgílio Uchoa fez referências ao projeto definitivo do Código Rural Brasileiro, apresentado ao Presidente da República. Salientou, após, que o aludido documento, destinado a reger a vida dos que trabalham no campo, representa de fato a opinião pública, porque foram aproveitadas e apreciadas todas as sugestões enviadas à comissão. Referiu-se ao trabalho do Congresso das Associações Rurais de Minas, realizado nesta capital para estudo do importante assunto, o qual mereceu atenção especial da Comissão Elaboradora do

ante-projeto, sendo por isto mesmo transcrito em vários órgãos de publicidade agrícola do país.

Terminou, desejando que o Código Rural Brasileiro satisfizesse plenamente a sua finalidade nos seus múltiplos aspectos.

Em seguida, o Sr. Dirceu Braga, com a palavra, depois de salientar a importância econômica do café na vida brasileira especialmente no seu progresso material, passou a fazer um estudo minucioso da posição estatística do nosso principal produto, que a seu ver é grave pela queda brusca da produção, que por isso mesmo deverá atingir à economia nacional. Exibindo dados oficiais, do Ministério das Relações Exteriores e do próprio Departamento Nacional do Café, demonstrou que o consumo médio mundial em 1939 antes da guerra portanto era de 26 301 000 sacas; nessa ocasião, salienta, os Estados Unidos importavam 15 259 591 sacas dos diversos países e agora importa cerca de 20 000 000. A diferença, afirma, contrabalança o fechamento temporário dos mercados europeus no período de guerra.

Estuda a seguir com absoluto conhecimento, com dados do DNC a produção média do Brasil, extraída das safras de 42-43-44 e 44-45 esta em estimativa e conclui que ela será de agora por diante de 10 465 400.

Nessa altura faz uma série de considerações, demonstrando que o nosso clima cafeeiro está se alterando, em virtude das derrubadas das nossas matas, sem o necessário replantio e em consequência as regiões cafeeiras estão tendo a unidade relativa imprópria para o cafeeiro.

Considera então que sendo a produção média dos nossos competidores de 15 321 600 de sacas a média mundial será de 25 787 000, havendo conseqüentemente um *deficit* a seu ver de 1 014 000. Apela para que a Sociedade interfira perante o Sr. Presidente da República para que seja determinado um estudo rigoroso pelos órgãos competentes, afim de ser conhecida com absoluta exatidão a situação estatística do produto e no caso de ser confirmado o *deficit* sejam tomadas medidas capazes de evitar ainda em tempo os desastres econômicos que advirão. Acrescentou ainda a imperiosa necessidade da melhoria da qualidade do produto, em face das exigências do mercado norte-americano.

★

PARAÍBA

Colégio Estadual da Paraíba

PALESTRAS DOS ALUNOS DE GEOGRAFIA GERAL DOS CURSOS CIENTÍFICO E CLÁSSICO — Afim de dar maior amplitude e despertar melhor interesse no ensino de Geografia Geral, o professor desta cadeira do Colégio Estadual da Paraíba organizou uma série de palestras semanais entre os alunos dos cursos científico e clássico daquele estabelecimento.

Iniciando êsses trabalhos de natureza didática, o estudante Juarez Barreto, do 1.º ano do curso Científico, leu a 11 de agosto último o seguinte sobre o Domínio do Canadá:

"O Canadá — O seu governo e a sólida união existente com a Grã Bretanha — Recursos naturais"

Na comunidade do Império Britânico, o Domínio do Canadá ocupa um lugar de suprema importância, tanto pela sua posição geográfica como por suas riquezas naturais.

Gozando de uma quase perfeita autonomia, o Canadá está incluído entre os *domínios* do Império, assim como a Austrália, a Nova Zelândia e a União Sul-Africana. Primitivamente,

pertenceu, em parte, à França, que possuiu, na verdade, magníficos territórios na América do Norte, mais tarde perdidos em favor dos ingleses e dos norte-americanos. A Terra Nova e a Acádia (Nova Escócia) passaram para a coroa britânica como também todo o Canadá, depois da queda do marquês de Montcalm, que heróicamente defendeu dos ingleses a então cidade francesa de Quebec, na época da Guerra dos Sete Anos.

Montcalm morreu. Quebec capitulou, Montreal teve igual sorte. O Canadá tornou-se, por fim, inglês, muito embora ainda hoje seja considerável o número de canadenses, que ali permanecem como legítimos descendentes dos franceses sobretudo pela língua e pela religião.

Os ingleses, conquistando o Canadá, deixaram aos seus habitantes o livre exercício da religião, suas leis próprias e propriedades, sendo que, tempos depois, tentou-se abolir as leis e a língua francesa bem como o catolicismo. O Parlamento britânico, porém, decidiu-se a fazer justiça aos canadenses, revogando tudo aquilo que contrariasse os seus costumes e tradições organizando um corpo legislativo de 17 a 23 membros.

Este ato de lealdade ganhou a afeição do Canadá para com a Inglaterra.

Os canadenses de origem francesa souberam sempre conservar seus costumes, suas leis, sua religião e sua língua.

Em 1867, o Canadá foi organizado numa confederação sob o nome de Domínio do Canadá. A sua constituição admitia um senado nomeado pelo rei e uma câmara dos Comuns eleita no país. A coroa britânica é representada por um governador e um conselho, a legislação está apenas sujeita a um veto do soberano, cada província tem seu governo local, os canadenses podem ter tropas, percebem suas rendas e administram-se livremente. É por causa dessa grande liberdade unida à proteção da Inglaterra que o Canadá, — acreditado, não pensa tornar-se independente por completo da Grã Bretanha. Em 1885, inaugurou-se a grande estrada de ferro transcontinental que vai de Halifax a Vancouver.

Hoje, o Canadá é um grande Domínio, possui mais de nove milhões de quilômetros quadrados e onze milhões de habitantes, compreendendo todas as terras que vão do norte dos EE. UU. ao Pólo.

Durante a guerra do Transvaal, ofereceu o Canadá dois corpos expedicionários que foram à África do Sul. Durante a 1.ª Conflagração Mundial, a Inglaterra pôde dispor de todos os seus recursos, agora, nesta segunda Grande Guerra, pôs nova e lealmente tudo que possuía à disposição da Grã Bretanha: soldados, dinheiro, munições, produtos de toda espécie.

A capital canadense é Ottawa, uma cidade histórica com reminiscências francesas, possui mais de cento e vinte mil habitantes.

O Canadá é hoje um país industrializado, os "Mosquitos", que diariamente fazem incursões sobre a Alemanha são lá fabricados. Possui estaleiros e fábricas de automóveis. Recentemente, o Brasil contratou com uma firma canadense a construção de diversos cargueiros; a fabricação do papel é no Canadá a mais industrializada do mundo e a exportação de madeiras como a alfa, o pinheiro, o choupo, a bétula, etc., atinge somas fabulosas.

O Canadá está mais industrializado na sua região sul, porque a região norte é formada de florestas e pela chamada "tundra canadense", *barrenlands* — região gelada, com vegetação escassa e rasteira.

Atualmente, porém, surgiu, ao que parece, uma riqueza no norte gelado, o rádio, que

antigamente só era produzido pela Bélgica, e está sendo extraído na região norte pelos industriais canadenses.

O Canadá possui cidades históricas e interessantes. A principal delas é Montreal com oitocentos mil habitantes, seguindo-se Quebec, Toronto, Vancouver, Halifax, Vitória, Punc Robert e muitas outras, que contam com todo o conforto e adiantamento de qualquer centro civilizado.

Os canadenses devem também e em parte o progresso de suas províncias a um pequeno fator, que eles souberam aproveitar: o transporte aéreo particular de província a província.

Aviadores destemidos, verdadeiros azes, pilotando aviões pequeninos, desbravaram os céus do Canadá quer transportando peles de animais para o norte gelado, ora pondo em comunicações zonas inatingíveis a qualquer outro meio de transporte.

Exploradores ou caçadores de peles poderiam estar isolados ou perdidos em qualquer região gelada; recorria-se, então, ao transporte aéreo que garantiu a salvação.

Enfim, o Canadá é hoje um grande país, ou melhor um grande Domínio e marcha para o futuro confiante no seu povo laborioso e inteligente."

Em continuação à série de palestras, sobre assuntos relacionados com o ensino de Geografia Geral, (Curso Científico e Clássico) do Colégio Estadual da Paraíba, o estudante José de Sousa Nóbrega leu, no dia 22 de agosto, durante uma das aulas daquela cadeira, um trabalho sobre colonização do Canadá e elementos étnicos de sua formação.

Do referido trabalho, destacamos o seguinte:

"São muitas e variadas as opiniões sobre quem poderia ter, pela primeira vez, pisado às terras do Canadá.

Isto foi, indiscutivelmente, no século das grandes descobertas, quando cada povo queria ter a supremacia em colonizar as novas terras.

Os franceses atribuíram a um dos seus, João Sebastião Cabot, o descobrimento dessa região americana. Diz a história que ele percorreu com vários homens de Bristol em um navio chamado "Mathew", o litoral norte da América.

No entanto, a veracidade desse descobrimento, vem cair sobre um português, Gaspar Corte Real, que aportou pelo ano de 1500 à terra que mais tarde foi chamada *Canadá* — terra verde.

Os portugueses tiveram uma sorte desfavorável, uma vez que o navegador Corte Real repetindo a viagem no ano seguinte, se perdeu no gelo, tendo fim igual seu irmão Miguel Corte Real.

Fato que concorreu para o completo abandono dos portugueses às terras então descobertas, foi o desaparecimento de uma outra expedição, que fôra ali à procura daqueles heróis dos mares, mas que teve também um trágico fim.

A França, vendo então abandonadas aquelas terras, que prometiam muito, lançou sobre elas um olhar de conquista, tomando posse em 1525 e batizando-as com o nome de *Nova França*.

Aparece, então, em 1534 e 1535, o destemido Jacques Cartier, que vem explorar a nova possessão, fundando diversos estabelecimentos. Em 1603, aparece ainda Samuel de Champlain que vai até o salto de Saint Louis, efetuando-se nesse interim, a fundação de Quebec.

Mas, as missões jesuítas não ficaram à parte do movimento colonizador. Dirigiram-se ao Canadá com autorização do cardeal Richelieu levando consigo gente da Normândia e da Bretanha.

Essa ordem colonizadora por excelência não chegou a alcançar e dar o desenvolvimento esperado. O Canadá se desenvolveu lentamente.

O inopinado fracasso dos jesuítas deu motivos a Colbert colocar o país, sob a autoridade da coroa, dando-lhe um governo bem regular, mas baseado numa organização, puramente feudal. Este sistema veio trazer um progresso formidável.

Inglêses e iroqueses, seus aliados, dificultam a marcha progressiva com as constantes guerras. É quando cai aos inglêses a cidade de Quebec em 1759.

Dois anos depois, apoderam-se de Montreal e todo o Canadá.

Como vemos, este país vinha sendo, fortemente disputado por essas duas poderosas nações européias.

Para eliminar por completo tôdas as questões britânicas em 1763 a assinatura do Tratado de Paris, entregava aos inglêses tôda a região.

Fato ocorrido nesse mesmo ano e que causou admiração, foi Luís XV abandonar o trono.

Contudo, não cessou de ver a colonização mesmo por parte dos franceses, que existiam em grande número e que permaneceram "fiéis às suas tradições conservando intactos sua língua e seus costumes".

Uma nova divisão, fora instituída pelo parlamento britânico em duas províncias — Baixo e Alto Canadá.

Muda-se de um momento para outro, a Constituição levando as autoridades inglêsas um procedimento que causou queixumes por parte dos franco-canadenses.

Estes, recorreram às armas com o fim de colocar o Canadá numa confederação americana. Houve luta, mas por fim, elaborou-se uma Constituição.

Desde então, os inglêses tomaram conta definitivamente do Canadá, avançando pelo interior até atingir as margens do Pacífico e do Glacial Ártico.

"A partir de 1867, entretanto, as províncias reuniram-se em uma federação e passaram a gozar de uma situação tôda especial perante a coroa britânica.

Em essas condições vive hoje o Canadá com seu Governo autônomo, possuindo "ministério e parlamento próprios".

Hoje sua população é calculada em onze milhões de habitantes, o que se conclui ser a densidade mínima, para a superfície que é de 9 332 300 quilômetros quadrados.

Nessa população se incluem indivíduos de dois tipos, bem diversos, que podemos dividir em dois grupos.

a) As numerosas tribos indígenas que outrora habitaram o Canadá, e que pertenceram às duas nações dos Ojibeways e dos Mohwk, têm desaparecido.

Os primeiros, estão espalhados pela região que borda os lagos Superior e Huron; os segundos vivem no território, compreendido entre os lagos Huron, Erie, Ontário e a bacia do São Lourenço.

Estes últimos têm como religião, o cristianismo, fundaram aldeias e vivem da agricultura; aqueles não têm habitações e vivem da caça. São nômades.

b) Franceses canadenses — descendentes dos colonos normandos, que se estabeleceram no Canadá em 1759. São proprietários de terras e vivem à custa de um esforço próprio, provado pelo trabalho que elaboram. Conservam as tradições dos seus antepassados, e muitos, "falam o francês do século XVII".

Canadenses de origem britânica — têm até agora, conservado os costumes inglêses, da Escócia, ou da Irlanda, donde saíram. Há nêles, "certa analogia com seus vizinhos dos Estados Unidos, no que respeita ao espírito empreendedor e aventureiro".

Como vimos, a história da colonização do Canadá, foi bem cheia de episódios.

Passaram-se as primitivas fases de sua organização.

E hoje, já não é mais aquela colônia em formação, disputada por países estrangeiros.

É uma nação rica e produtiva. Possui tôdas as classes constituídas, vivendo num verdadeiro clima de índice de um povo que trabalha e aspira um futuro cada vez melhor".

★

Departamento Estadual de Estatística

EXPOSIÇÃO CARTOGRÁFICA DO ESTADO

— Numa das salas do Palácio do Governo, foi inaugurada no dia 16 de agosto, a Exposição Cartográfica do Departamento Estadual de Estatística, de iniciativa do Departamento, atualmente sob a direção do Prof. Sisenando Costa. Apresenta a exposição dez cartografias do Estado, em seus diversos aspectos e divisões físicas e geográficas.

Grande número de pessoas de tôdas as classes apreciou e elogiou a referida mostra, que bem enaltece o programa de trabalho do Departamento Estadual de Estatística.

ASSUME A SUA DIREÇÃO O PROF. LEOMAX FALCÃO — Em agosto, assumiu o Prof. Leomax Falcão a direção do Departamento Estadual de Estatística, da Paraíba, em virtude do titular do cargo Prof. Sisenando Costa ter viajado para o Rio a fim de representar o Estado no X Congresso Brasileiro de Geografia.

★

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

ELEITO PRESIDENTE O ESCRITOR CELSO MARIZ — Estêve reunido, no dia 20 de agosto, em sessão especial previamente convocada, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, a fim de eleger a diretoria e comissões para o período social 1944-45.

Presente regular número de sócios, foi aclamado presidente da Mesa, conforme dispositivo estatutário, o Sr. Miguel Falcão de Alves, tendo atuado como secretários Srs. A. Rocha Barreto e Otacílio N. de Queirós.

Aberta a sessão e explicando o seu objetivo, o presidente declara que, não havendo expediente sobre a mesa, passava à ordem do dia.

A seguir, teve lugar a eleição da diretoria e comissões cujo resultado foi o seguinte:

Para presidente, Celso Mariz; para 1.º secretário, por 5 anos, J. Veiga Júnior; para 2.º secretário, A. Rocha Barreto; para orador, Miguel Falcão de Alves; para tesoureiro, prof.ª Analice Caldas (reeleito).

Comissão — De Contas. Cônego Florentino Barbosa, Sr. Durval Albuquerque (reeleito) e Sra. Lia Guedes (reeleita); De Pesquisas e Estudos Históricos e Geográficos: Sr. Horácio de Almeida (reeleito), Sr. Otacílio N. de Queirós e Prof.ª Oliviana Carneiro da Cunha; De Revistas: Sr. Ademir Vidal, Prof. J. Batista de Melo e Sr. Abelardo Jurema (reeleito).

Encerrada a reunião, o presidente, na forma dos estatutos, designou o próximo dia 7 de setembro para a posse solene da diretoria eleita.

★

Junta Executiva Regional de Estatística

REUNIAO — Reuniu-se, a 21 de agosto, no 1.º andar do Palácio da Agricultura, a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística, sob a presidência do Sr. Sisenando Costa, secretariado pelo Sr. J. Leomax Falcão, assistente técnico do D.E.E.

Compareceram os Srs. Plínio Espínola, pelo Departamento de Saúde; Comte. Benedito Ernesto Nunes Leal, capitão dos Portos; tenente Napoleão Félix Gomes Coelho, representante do 15.º R.I.; João Gomes Coelho, pelo D.S.P.; José Moura Filho, pela D.F.P.; Carlos de Carvalho Pinto, inspetor geral do D.E.E.; Renato Uchoa, pelo chefe da 2.ª S.T. do D.E.E.; Gentil da Cunha França, chefe da S.E.M.; Francisco Guimarães Nóbrega, pelo Departamento da Fazenda e Joffre Borges de Albuquerque, chefe da Secção de Estatística Educacional do D.E.

Iniciados os trabalhos e verificada a existência de *quorum* o presidente manda proceder a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada sem restrições.

O expediente constou do seguinte: vários telegramas e ofícios do interior e dos Estados acerca das comemorações do 8.º aniversário do I.B.G.E.; telegramas do secretário geral do I.B.G.E., comunicando a aprovação pelo I.B.G.E. das contas apresentadas pelo diretor do D.E.E. referente a 2.ª quota do auxílio de 1943 e a homologação das Resoluções ns. 85 e 86 da J.E.R.E.; of. do Comte. Benedito Nunes Leal comunicando haver assumido as funções de capitão dos Portos neste Estado; idem da 7.ª R.M. comunicando a designação do tenente Napoleão Félix dos Quadros, para representar o 15.º R.I. nas reuniões da J.E.R.E.; telegramas do secretário geral do Instituto comunicando a não realização da Assembléa Geral do C.N.E.; ofício do mesmo comunicando a realização, em abril do próximo ano, do Congresso Brasileiro de Esperanto; idem remetendo a nomenclatura das indústrias, na forma da Resolução n.º 243, da A.G. do C.N.E., além de outras que a casa tomou conhecimento.

Na hora de "comunicações", o Sr. Joffre Borges de Albuquerque científica ao plenário haver recebido um telegrama de felicitações do diretor do S.E.E.S. no Rio, a respeito da contribuição paraibana relativa ao ensino primário geral, no ano de 1943.

O Sr. Leomax Falcão usa da palavra a seguir e expressa o seu regozijo pelo término dos trabalhos do registro industrial adiantando ter conseguido o máximo das informações desejadas.

O presidente felicita a ambos.

Após, o Sr. Sisenando Costa congratula-se com os presentes pela presença dos novos representantes da Marinha e do Exército, na Junta, acentuando a íntima e valiosa colaboração entre os servidores da estatística brasileira e as classes armadas.

Fala, em seguida, o Sr. Plínio Espínola acerca da estatística da morbidade, explicando a divergência entre as fichas propostas pelo I.B.G.E. e as adotadas recentemente pelo D.N.S.

Novamente o Sr. Sisenando Costa traz à baila o caso da estatística policial-criminal, falando ainda sobre as atividades da Secção de Estatística Militar dirigida, com eficiência, pelo Sr. Gentil Cunha França.

Passou-se, então à ordem do dia.

O Sr. Sisenando Costa, por ter de prestar contas, do auxílio concedido pelo I.B.G.E. ao D.E.E. no corrente exercício (1.ª quota), passa a presidência ao Sr. Leomax Falcão, seu substituto eventual. Assumindo a presidência, o

Sr. Leomax Falcão designa uma comissão constituída dos Srs. José Moura Filho, João Gomes Coelho e Joffre Borges de Albuquerque, a qual depois de examinar minuciosamente os documentos apresentados, opinou pela aprovação das contas, julgando legal a sua aplicação, o que foi objeto da Resolução n.º 87.

Foi ainda aprovada a Resolução n.º 88 que consigna um voto de louvor ao diretor do D.E.E. e seus auxiliares, extensivos igualmente ao engenheiro Leon F. R. Clerot, pela sua preciosa cooperação nos gráficos que deverão figurar na 2.ª Conferência Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, como contribuição paraibana à referida Conferência.

Encerrando a reunião o Sr. Sisenando Costa, apresentou as suas despedidas por ter de viajar no dia seguinte para o Rio, a fim de representar o Estado no X Congresso Brasileiro de Geografia.

★

PERNAMBUCO

Faculdade de Ciências Econômicas

VISITA AO DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA — A turma de contadores de 1944, acompanhada do Sr. Salvador Nigro, professor de Estatística e Economia, realizou uma visita ao Departamento Estadual de Estatística, a fim de melhor se identificar e conhecer a apuração mecânica, bem como todo o levantamento do serviço estatístico do Estado cujos fichários representam uma magnífica fonte de informações a todos quanto se interessam pelo movimento econômico educacional, de Pernambuco.

Recebida a turma pelo diretor do aludido Departamento, Sr. Paulo Pimentel e por seus funcionários imediatos, foi a mesma alvo de atenções, que facilitassem a melhor observação e ensinamento prático dos trabalhos em geral.

★

Secretaria do Interior

EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE A GUERRA HOLANDESA — A Secretaria do Interior deu início a uma série de publicações sobre a guerra holandesa. Se há período de nossa vida que não nos cansaremos nunca de estudar, esse da luta contra os batavos é um. O que afirmamos naquelas rudes pelejas não foi apenas a coragem combativa e tenaz; foi também a nossa compreensão da luta e da necessidade de levá-la a cabo custasse o que custasse. E porque compreendemos o sentido da guerra não hesitamos diante de nenhuma dificuldade; e tudo vencemos galhardamente. A publicação de livros e documentos referentes a esse período só pode ser um serviço assinalado que nos presta o governo, inteirando-nos cada vez dos pormenores da reação pernambucana contra o invasor. Por outro lado, estamos empenhados numa luta sem tréguas contra um terrível inimigo; e as lições que os defensores da terra nos legaram, vencendo os holandeses, são para todos nós uma fonte inesgotável de estímulo e de grandeza moral.

★

Junta Executiva Regional de Estatística

REUNIAO — Realizou-se a 11 de agosto, na sede do Departamento Estadual de Estatística, mais uma reunião da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Pernambuco com a presença dos Srs. capitão de cor-

veta Fernando Carlos de Matos, representante do Estado Maior da Armada; capitão Salvador Moreira de Sousa Lima, representante do Estado Maior da 7.ª Região Militar; Sr. Césio Regueira Costa, representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas; Sr. Sousa Barros, representante da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo; professora Elisabete Costa Barbosa, representante da Secretaria do Interior; Sr. Gilberto da Costa Carvalho, representante da 5.ª Delegacia Federal de Saúde; Srs. Paulo Pimentel, Luís Periquito e Mardônio Coelho e Srs. Bernardo Azevedo e Blaudeci de Vasconcelos Pereira, respectivamente, diretor e chefes de serviço do D.E.E.

No impedimento do Sr. secretário da Agricultura, presidiu a sessão o Sr. Paulo Pimentel, secretariado pela senhorita Neusa Cardim.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente, que constou de correspondência e Resoluções da Junta Executiva Central e das Juntas Regionais.

O Sr. presidente referiu-se à correspondência ultimamente recebida pelo Departamento, sobre o Convênio Especial de Estatística Municipal inclusive telegramas da Secretaria Geral, pedindo fossem mantidos os recursos previstos na alínea *h*, cláusula 11.ª, do instrumento do Convênio para o ano de 1945, uma vez que, conforme prevê o Decreto-lei n.º 5 981, os dispositivos do citado instrumento entrarão em vigor nos vários territórios, progressivamente, de conformidade com instruções baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística.

Adiantou ter solicitado das autoridades competentes as providências acima referidas. Em seguida, a propósito da 2.ª Reunião da Conferência Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, prestou informações acerca do mostruário enviado pelo Departamento para a Exposição que se realizará durante o funcionamento daquele conclave, composto de 21 cartogramas artisticamente confeccionados sobre assunto de geografia e economia.

Passando ao ponto principal da ordem do dia, o Sr. presidente cedeu a palavra ao Sr. Mardônio Coelho, chefe da Seção de Estatística Militar que procedeu ao relato do desenvolvimento dos serviços da citada Seção, relatório esse que causou à Mesa a melhor impressão.

Passando-se ao último ponto da ordem do dia o Sr. presidente solicitou à Mesa a designação de uma comissão para examinar os documentos comprovantes das despesas efetuadas com a segunda quota de auxílio federal ao Departamento Estadual de Estatística, sendo aclamada a comissão composta dos seguintes membros: capitão de corveta Fernando Carlos de Matos; Sr. Césio Regueira Costa e Blaudeci Vasconcelos.

Em seguida, o Sr. presidente agradeceu o comparecimento dos presentes e encerrou a sessão.

★

RIO DE JANEIRO

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

AS OBRAS DE SANEAMENTO REALIZADAS NA BAIXADA FLUMINENSE — Patrocinada pelo DEIP. do Estado do Rio, engenheiros mineiros realizaram em agosto, proveitosa visita pelo interior, entrando em contacto com algumas das grandes realizações que estão modificando a paisagem econômica fluminense. Nessa *tournee* através de indústrias, de plantações, de obras públicas, etc., foram os enge-

nheirandos acompanhados pelo Sr. Laert Brígido, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Através da rodovia Rio-Petrópolis foi o Sr. Laert Brígido mostrando aos futuros engenheiros o que se conseguiu, em prazo verdadeiramente *record* quanto à restauração dos velhos e alagados campos fluminenses. Foi um trabalho gigantesco, ao lado do qual a importante obra de saneamento da "campanha romana" de que tanto se orgulhava o governo fascista, não passa de simples detalhe. Ao longo das terras que ficam próximas à rodovia Rio-Petrópolis examinaram os estudantes as chamadas "casas de bombas", destinadas ao enxugamento das terras baixas que se perdem de vista de um e de outro lado da bonita rodovia. Um sistema de diques, como se sabe, protege essas regiões. Informou o Sr. Laert Brígido que essas "casas de bombas" retiram por segundo um volume de água dez vezes maior do que o necessário ao abastecimento da nova adutora de Ribeirão das Lajes.

☆

Paisagem nova

A área recuperada atinge, nessa região, a 66 milhões de metros quadrados. Ilustrando a sua explicação, mostra o técnico do D.N.O.S. fotografias antigas, quando as águas mortas, cobertas pelo verde doente da vegetação aquática, faziam desse pedaço de terra fluminense e carioca um lugar esquecido, habitado apenas por grandes nuvens de mosquitos. O panorama, como por encanto, foi modificado. Ao invés de peri-peri, tabua, tiritica, vão surgindo excelentes campos de pastagens e terras magnificamente cultivadas. Dentro dessa área recuperada, está a "Cidade das Meninas", com as suas 40 casas, cada uma destinada à habitação de 10 crianças, e dotadas de todas as utilidades necessárias. Circundando os 20 milhões de metros quadrados das terras destinadas a essa cidade em miniatura, encontram-se os canais já dragados pelo D.N.O.S., o Iguaçú, o Capivari e o Pilar.

Um pouco além cerca de 10 quilômetros ao longo da Rio-Petrópolis penetra-se novamente em outro núcleo que merece realce de todo especial pelo vulto de sua construção. Trata-se da Fábrica Nacional de Motores em cujas circunvizinhanças há grande número de edificações desde as que são destinadas a habitações, incluindo um ótimo hotel, às da própria fábrica, já em franca produção. Há cerca de dois anos atrás as águas do Santo Antônio, do Saravurua e do Capivari inundavam completamente a ajudada área, situada em um antigo brejo, onde agora se estende um campo de pouso de aviões. Os próprios edifícios estão localizados em terrenos antes inteiramente inundados.

O Sr. Laert Brígido fala, em seguida, das imensas possibilidades do Estado do Rio atual, cujo povo, guiado por seu *leader* comandante Amaral Peixoto, vai realizando, incontestavelmente, uma obra de restauração econômica verdadeiramente surpreendente, atestada por uma série de cifras bem convincente. Diz que para essa obra de restauração o D.N.O.S. tem tido, sem favor, um papel que só o tempo mostrará com maior amplitude. Aliás, os números dizem bem o que realizou — e ainda realiza — o importante órgão federal de saneamento na terra fluminense. Declara que foram construídos 140 quilômetros de diques marginais, distância com a qual circundar-se-ia duas vezes a baía de Guanabara. 18 mil quilômetros de grandes canais foram, por sua vez, abertos no sentido de dar saída às águas e valorizar a terra. Abriram-se, ainda, 2 800 quilômetros de valas de drenagem, o que perfaz em linha reta

a distância do Rio a Manaus, e 6 600 quilômetros de rios desobstruídos, distância de Natal a Argel, na África. Finalmente, informa o Sr. Laert Brígido que o total do volume escavado por esse órgão do governo federal é de 40 milhões de metros cúbicos, cujo volume daria para cobrir a área correspondente ao centro comercial de Niterói, numa altura equivalente à do edifício de *A Noite*.



Valorização da terra

Embora percorrendo um pequeno trecho da Baixada Fluminense, os engenheiros tiveram, graças à palavra esclarecedora do Sr. Laert Brígido, uma impressão geral do que tem sido a luta do homem contra o pântano nesta parte da América. Os 18 000 quilômetros de Baixada — cerca da terça parte da superfície de todo o Estado do Rio — já podem ser considerados com o saneamento hidráulico concluído. Ao mesmo tempo as rendas municipais, que em 1935 somavam cerca de Cr\$ 17 000 000,00, atingiram, em 1942, a cerca de Cr\$ 38 000 000,00 — o que representa a valorização da terra aumentada em quase 150 %.



RIO GRANDE DO NORTE

O ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE EM 1943 — Na série de *Comunicados* do D.E.E., já figuram dois, o de n.º 3, de 15 de maio de 1942, e o de n.º 19, de 2 de julho de 1943 sobre a Estatística do Ensino Primário no Rio Grande do Norte, sendo que os períodos abordados pelos mesmos são os anos de 1941 e 1942, respectivamente. O atual visa, numa continuidade de informações, que julgamos útil realizar, idêntica estatística, em referência ao exercício último.

Inicialmente, ocorre-nos registrar que não se verificaram alterações substanciais nos quadros do ensino primário geral, de 1942 para

1943. A organização e o movimento didáticos se definem em números extremamente aproximados no seu valor representativo.

Distribuindo-se por três setores distintos, — o ensino estadual, o municipal e o particular —, há, de modo geral, como que entre eles um processo equilibrado de desenvolvimento, através de uma espécie de jogo de compensações das pequenas diferenças existentes a propósito de unidades escolares, corpo docente, matrícula geral, matrícula efetiva, frequência média, aprovações em geral e conclusão de cursos.

É interessante, apenas, assinalar, a esta altura, que as diferenças para mais sempre se verificaram quanto ao ensino municipal e particular, com prejuízo, no caso, para o estadual.

Assim, por exemplo, se no ano de 1942 havia, sob o aspecto estadual, 434 unidades escolares, 624 membros do corpo docente, 29 705 alunos na matrícula geral, 22 455 na matrícula efetiva, 19 067 de frequência média, 11 119 aprovações em geral e 2 589 conclusões de curso, — em 1943 existiam 429 unidades escolares, 616 membros do corpo docente, 27 343 alunos na matrícula geral, 21 585 na matrícula efetiva, 17 463 de frequência média, 11 025 de aprovações em geral e 2 490 conclusões de curso.

Enquanto que, sob os aspectos municipal e particular, tivemos, em 1942, respectivamente, 93 e 203 unidades escolares, 93 e 277 membros do corpo docente, 4 108 e 11 386 alunos na matrícula geral, 3 221 e 9 994 aprovações em geral e 118 e 1 063 conclusões de curso, — para, em 1943, 118 e 225 unidades escolares, 118 e 301 membros do corpo docente, 4 737 e 12 946 alunos na matrícula geral, 4 009 e 10 372 na matrícula efetiva, 3 236 e 8 769 de frequência média, 3 998 e 4 077 aprovações em geral e 1 134 e 1 069 conclusões de curso.

Compreendida no seu âmbito geral, damos, no quadro a seguir, uma apreciação da matéria, sob determinadas especificações, como sejam: a natureza do ensino, a dependência administrativa e a localização, no ano próximo passado. É um esquema eloquente, que fala por si mesmo.

Resumo da organização escolar e movimento didático — 1943

ESPECIFICAÇÃO	Unidades escolares	Corpo docente	MATRÍCULA		Frequência média	Aprovações em geral	Conclusões de curso	
			Geral	Efetiva				
Total.....	772	1 035	45 026	35 966	29 468	16 000	3 693	
Segundo a natureza do ensino	Pré-primário infantil.....	6	8	217	145	131	57	44
	Fundamental comum.....	651	884	38 825	31 408	25 679	13 673	2 770
	Fundamental supletivo.....	75	81	4 419	3 179	2 510	1 376	468
	Complementar.....	40	62	1 565	1 234	1 148	894	411
Segundo a dependência	Estadual.....	429	616	27 343	21 585	17 463	11 025	2 490
	Municipal.....	118	118	4 737	4 009	3 236	898	134
	Particular.....	225	301	12 946	10 372	8 769	4 077	1 069
Segundo a localização	Urbana.....	310	535	23 205	17 807	14 918	9 078	2 269
	Distrital.....	51	81	3 425	2 701	2 144	1 219	215
	Rural.....	411	419	18 396	15 458	12 406	5 703	1 209

Vale salientar que, do total do corpo docente 70 membros eram homens e 965 mulheres; bem como, ainda, as seguintes distribuições: Matrícula geral — masculina, 19 348, feminina, 25 678; efetiva — masculina, 15 380, feminina, 20 586; frequência média — masculina, 12 343 e feminina, 17 125; aprovações em geral — masculinas, 6 455 e femininas, 9 645; conclusões de cursos — masculinas, 1 379 e femininas, 2 314. O fato do maior número de escolares ser do sexo feminino já constituiu, por assim dizer, uma constante do movimento educacional brasileiro e a análise desse fenômeno, por demais efetivada, escapa aos limites deste Comunicado.

Um balanço comparativo com a situação do ensino primário, em anos anteriores, torna-se sobremaneira sugestivo.

É o de que trata o resumo que se vê abaixo, no qual são, não só especificadas as matrículas geral e efetiva, como a percentagem de abandono em relação à matrícula:

ANOS	MATRÍCULA		% de abandono em relação à matrícula	Frequência média
	Geral	Efetiva		
1937.....	44 492	35 131	21,05	26 929
1938.....	46 206	35 688	22,75	28 069
1939.....	46 926	37 678	19,71	29 182
1940.....	46 616	36 654	21,36	28 983
1941.....	49 212	38 911	20,93	31 944
1942.....	45 199	34 770	23,09	29 625
1943.....	45 026	35 966	20,12	29 468

Também julgamos oportuna uma exposição do assunto sob o ponto de vista da localização das unidades escolares — urbanas distritais e rurais, no mesmo espaço de tempo do quadro-resumo acima.

Aliás, parece pouco auspicioso o número de escolas rurais criado nesse período: somente, porém, é que faltou o necessário ambiente propício, à necessária conjugação de fatores, para a instalação de mais escolas daquele tipo.

Eis a distribuição, devidamente sistematizada:

ANOS	UNIDADES ESCOLARES			
	Urbanas	Distritais	Rurais	Total
1937.....	208	4	388	600
1938.....	238	4	428	670
1939.....	249	49	413	711
1940.....	255	48	404	707
1941.....	286	48	435	769
1942.....	288	48	394	730
1943.....	310	51	411	722

Para concluir, frisemos o contingente trazido pelo Estado ao total da estatística educacional primária norte-riograndense, apreciável, de maneira sucinta, nos dados que se seguem:

Unidades escolares	429 (55,56 %)
Docentes	616 (59,51 %)
Matrícula geral	27 343 (60,62 %)
Matrícula efetiva	21 585 (60,01 %)
Frequência média	17 463 (59,26 %)
Aprovações	11 025 (63,90 %)
Conclusões de curso ...	2 490 (67,42 %)

★

RIO GRANDE DO SUL

Criada a Comissão Estadual de Transportes

O interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Ernesto Dorneles, assinou recentemente, um decreto criando uma Comissão Estadual de Transportes, integrada por todos os diretores gerais da Secretaria das Obras Públicas, do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e pelo diretor da Viação Férrea. A referida comissão caberá estudar, ordenar e dar sugestões para a implantação e exploração dos meios de transportes no Estado, bem como entrar em contacto com os representantes das organizações transportadoras e com os interessados.

★

Conselho Regional de Geografia

NOMEAÇÃO DE NOVO MEMBRO — O interventor federal no Estado nomeou recentemente o tenente-coronel Néelson de Castro Sena Dias, representante da 3.^a Região Militar, membro efetivo do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, com as funções definidas no respectivo Regulamento e consideradas de relevante serviço público.

★

Reunião dos prefeitos da região de Pelotas

No dia 14 de agosto, teve lugar uma reunião dos prefeitos da região sudeste do Estado, tendo comparecido os titulares de 10 comunas, sob a presidência do Sr. Silvío da Cunha Echenique, prefeito de Pelotas.

Na Assembléa, foram abordados importantes problemas, diretamente ligados aos interesses dos municípios localizados na região sudeste do Rio Grande do Sul, sobre os quais todos os presentes tiveram ensejo de expressar seu pensamento.

RODOVIA PELOTAS - CANGUÇU - PIRATINI - PINHEIRO MACHADO — Entre numerosos pontos administrativos que mereceram especial atenção dos edis da região sudeste do Rio Grande do Sul, destaca-se o que se refere à construção, pelo governo do Estado, de uma rodovia ligando as sedes das comunas de Pelotas, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado.

Essa obra que tanto virá contribuir para o desenvolvimento econômico de uma vasta e rica região, será pleiteada junto ao interventor federal por intermédio de um longo memorial que deverá ser apresentado ao chefe do executivo riograndense dentro de poucos dias.

★

SANTA CATARINA

Instituto Histórico e Geográfico

VIDA E OBRA DE TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA — Comemorando o segundo centenário do nascimento de Tomás Antônio Gonzaga, um dos mártires da Inconfidência Mineira, o Instituto Histórico e Geográfico realizou, em sua sede, em 11 de agosto pp., uma sessão em que falou o Sr. Paulo Malta Ferraz sobre a vida e a obra daquele inconfidente.

★

MAIS UMA REUNIÃO DO INSTITUTO — Sob a presidência do Sr. major Lupércio Lopes, primeiro vice-presidente em exercício, esteve reunido no dia 24 de agosto, o Instituto Histórico e Geográfico, tendo comparecido os Srs.

Cel. Silvino Carneiro da Cunha, Alvaro Tolentino de Sousa, Lotário Paulo Rothfukes, membros da diretoria e os consócios Srs. tenente Idelfonso Juvenal e Manuel Ferreira Melo, membro da Comissão do *Dicionário Biográfico*.

Após a leitura da ata que foi aprovada, o Sr. presidente comunicou haver o Sr. desembargador Henrique Fontes, lhe passado o exercício de seu cargo por ter de seguir para o Rio de Janeiro, onde vai representar o sodalício e o Estado, no Congresso de Geografia, a realizar-se na Capital Federal, de 7 a 14 de setembro.

À Mesa foram apresentados um cartão do advogado Artur Costa, comunicando haver o governo concedido o subsídio de 3 000 cruzeiros ao Instituto, e a proposta do orçamento da República para o ano de 1944, constante de dois volumes, oferecido pelo Sr. Luis Simões Lopes, diretor do DASP.

A seguir o Sr. Manuel Ferreira de Melo apresentou o seu trabalho para o Dicionário constando já de 2 000 fichas.

Por fim, com a palavra o Sr. Cel. Silvino Carneiro da Cunha, propôs e foi unanimemente aprovado, que se consignasse em ata, a satisfação do Instituto pela ocupação da cidade de Paris, pelas forças francesas, o que constituía uma grande vitória para as nações civilizadas.

★

Pôrto de São Francisco do Sul

INICIADAS AS OBRAS DE MELHORAMENTO — Entre o pôrto de São Francisco do Sul, o mais importante do Estado de Santa Catarina, e a cidade de Joinville, no interior, há movimentada navegação, que atende a não pequena parte do movimento comercial de importação e exportação de São Francisco, atingindo elevada tonelagem. A navegação faz-se em chatas, lanchões e barcos de pequena tonelagem, por intermédio do rio São Francisco do Sul, lagoa de Sanguaçu e rio Cachoeira, até Joinville.

Com o objetivo de melhorar o pôrto de São Francisco, collocando-o em condições de atender ao crescente movimento da navegação e tendo em vista o desenvolvimento econômico da região, que tem ali o seu pôrto principal, freqüentado por uma média de 800 navios por ano, o Departamento de Portos, Rios e Canais organizou um projeto de melhoramento desse pôrto apresentando-o ao ministro da Viação que o submeteu à aprovação do governo, tendo sido mandado executar, mediante decreto de concessão do respectivo crédito.

As obras de melhoramento foram iniciadas no dia 12 de agosto, e o acontecimento constituiu motivo de justas congratulações, regozijando-se as populações do interior catarinense.

O engenheiro Frederico César Burlamaqui, diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais forneceu à Imprensa alguns detalhes do projeto organizado pela sua repartição:

— “Projetei essas obras, disse-nos êle, o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais que a executa de acordo com o plano cuidadosamente organizado, à luz da técnica moderna e tendo em vista o destino econômico de uma região rica e futura e alto interesse nacional, que o governo do presidente Getúlio Vargas defende e incentiva com patriotismo e largo descortínio, no que é secundado pelo seu ilustre ministro da Viação, general Mendonça Lima, o qual, servindo a um governo patriótico e progressista, está realizando, nos serviços

dependentes de seu Ministério, empreendimentos notáveis, como jamais ocorreu em qualquer época.

O pôrto de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina, cujas obras de melhoramento vêm de ser iniciadas a 12 do corrente, dadas as suas condições hidrográficas, meteorológicas e de abrigos naturais, pode ser considerado entre os de melhor situação no país.

Justificam também essas obras o seu movimento comercial e o número de navios porque é freqüentado. Assim é que, tendo sido de 149 000 toneladas o movimento geral de mercadorias transitadas pelo pôrto em 1932, elevou-se em 1942 a 283 446 toneladas, apesar das conseqüências da guerra. Quanto ao número de navios de diferentes tonelagens, apura-se a média de 836 por ano, no decênio de 1931 a 1940, com o pequeno decréscimo para 786, em 1942.

Merece salientar a navegação interior, entre êsse pôrto e a cidade de Joinville, a mais industrial do Estado e também com a de Parati, onde existem importantes depósitos de madeira, mercadoria essa que transportada em chatas é exportada pelo pôrto de São Francisco. A êsse pôrto vêm ter os trilhos da Viação Férrea, ligando-o ao interior.

O projeto e orçamento definitivos foram organizados por êste Departamento, e tiveram a direção do engenheiro Thiers de Lemos Fleming. Consiste o dispositivo portuário adotado numa combinação do sistema “Piers e Darsenas” com o de “Cais e Bacía”, tendo as vantagens que êles apresentam sempre que as condições locais permitem o seu estabelecimento, como no caso vertente. Compreende o projeto geral, com uma larga previsão para o futuro, duas “Darsenas e um Piers”, com um desenvolvimento de cais, em várias secções, no total de 2 154 metros com os armazéns necessários para cada secção, guindastes, linhas férreas, calçamento, depósito de inflamáveis, abastecimento d’água, edifício para a administração, etc.

Êsse projeto geral e orçamentário para a primeira etapa na importância de Cr\$ 28 389 000,00 foram aprovados pelo Decreto n.º 10 313, de 22 de agosto de 1942, sem levar em conta o aparelhamento de guindastes e linhas férreas, dada a dificuldade atual de importação desse aparelhamento, compreendendo assim a parte ora iniciada, 600 metros de cais acostável, para 8 metros em águas mínimas de uma das darsenas; 3 armazéns para mercadorias, edifícios para administração e fiscalização, aterros, dragagem, calçamento da avenida de acesso, diques de enrolamento de contenção do atêrro, abastecimento d’água, etc. O orçamento dessa parte que entrou em execução, tendo em vista o aumento de preços dos materiais e mão de obra, foi revisto pelo Decreto n.º 16 046 de 10 do mês findo, elevando-se a Cr\$ 33 974 000,00. As despesas com essas obras serão custeadas com o auxílio do governo federal, proveniente do produto da arrecadação da taxa de 2% ouro, desde o seu início e pela que a substituiu, de 10% adicionais sobre os direitos de importação durante a vigência da concessão e também pelo Estado quando isso fôr necessário.

Para êsse fim foram emitidas letras do Tesouro Federal e depositadas no Banco do Brasil, a favor do Estado, na importância de Cr\$ 22 289 000,00, produto da arrecadação anterior das referidas taxas.

As obras foram contratadas pelo Estado com uma companhia especializada e deverão estar concluídas no prazo máximo de dois anos”.

★

SÃO PAULO

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

CONCESSÃO DE FAVORES À V FEIRA NACIONAL DE INDÚSTRIAS — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 7 de agosto último, o Decreto-lei n.º 6 772, dispondo sobre a concessão de favores à V Feira Nacional de Indústrias a realizar-se em São Paulo pela Federação das Indústrias do mesmo Estado.

☆

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

8.ª SESSÃO ORDINÁRIA ANUAL — CINQUENTENÁRIO DO INSTITUTO — JUAN VUCETICH — 2.º CENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DO BISPADO DE SÃO PAULO — CENTENÁRIO NATALÍCIO DO BARÃO DO RIO BRANCO — Realizou-se em 5 de agosto último, a oitava sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do Sr. N. Duarte Silva.

Anunciada a presença de dois novos sócios na ante-sala, a Sra. Maria de Lourdes de Paula Martins e o Sr. Hélio Viana, foi nomeada pelo presidente, uma comissão para introduzi-los no recinto. Uma vez assinado pelos recipiendários o livro de presença, o Sr. presidente deu a palavra ao Sr. Tito Lívio Ferreira, que lhes dirige uma saudação em nome do Instituto, acentuando que os valiosos trabalhos publicados por ambos são o melhor penhor de que se pode contar com a sua colaboração. Os novos sócios agradecem as palavras com que foram recebidos, tendo o Sr. Hélio Viana ressaltado o valor dos estudos históricos para a formação da consciência nacional. O Sr. presidente pede ao Sr. Hélio Viana entregue à Mesa a sua oração, a fim de ser oportunamente publicada na Revista do Instituto.

Por proposta do Sr. Tenório de Brito, aprovada pelos demais sócios, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior, por ter sido a mesma publicada na imprensa local.

A seguir, o Sr. presidente, depois de anunciar que a correspondência se acha em dia, não havendo a destacar nada de especial, comunica ter a biblioteca do Instituto recebido um interessante trabalho sobre a vida e a obra de Líbero Badaró, de autoria do Sr. Augusto Goeta, com uma carta em que o autor agradece ao Instituto as facilidades que encontrou para as suas pesquisas históricas. A biblioteca recebeu também os dois livros ora publicados pelo Sr. Tito Lívio Ferreira, *Gênese Social da Gente Bandeirante* e *História e Lenda*, assim como três trabalhos de autoria do Sr. Aroldo de Azevedo e intitulados *Geografia do Brasil*, *Monografias Regionais* e *Subúrbios de São Paulo*, acompanhados do n.º 1 do *Boletim de Geografia* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A respeito do cinquentenário do Instituto, cuja passagem ocorre no dia 1.º de novembro próximo, comunica o Sr. presidente que está sendo preparada uma plaqueta, sendo também possível que se mande cunhar uma medalha comemorativa. A comissão encarregada de organizar as comemorações ficou composta dos Srs. José Torres de Oliveira, Afonso de Taunay, J. C. de Macedo Soares, Tito Lívio Ferreira, Alvaro da Veiga Coimbra, N. Duarte Silva, Dácio

Pires Correia, Aureliano Leite, J. C. de Ataliba Nogueira, Alvaro de Sales Oliveira, Amador Florence Silveira. Serão publicados, por essa ocasião, trabalhos especiais, já estando no prelo o 1.º volume da obra intitulada *Moedas do Brasil*, de autoria do Sr. Alvaro de Sales Oliveira.

Toma a palavra o Sr. Ricardo Daunt, para lembrar que há 35 anos foi admitido como sócio do Instituto o criador do sistema dactiloscópico, Juan Vucetich, nome universalmente conhecido. "Não posso — diz o orador — conter o desejo de distinguir a data de hoje, 5 de agosto, que assinala a admissão nesta Casa, há 35 anos passados, de uma figura universalmente conhecida e respeitada pelos grandes serviços prestados à causa da humanidade, contribuindo, assim, pelo seu gênio inventivo, para a solução do problema da identidade humana. Refiro-me a Don Juan Vucetich, criador do sistema dactiloscópico, que tomou o seu nome, admitido sócio correspondente deste sodalício, por iniciativa do saudoso Dr. Estêvão Leão Bourroul, um dos operosos fundadores desta Casa e que, na mesma ocasião, oferecia ao Instituto o trabalho do recipiendário, intitulado *La policia en Sud-America*. Mencionando esta efeméride, não deixarei de lembrar que, naquela mesma sessão, eram admitidos dois distintos vultos desta Casa: Afonso Antônio de Freitas pesquisador operoso e infatigável cujo nome figura na galeria de nossos presidentes de memórias sempre lembradas e Pedro Dias de Campos que continua a ilustrar com suas luzes o nosso rico patrimônio histórico.

"Como cultor da ciência da Identidade e membro desta Casa, não devia deixar, nesta data, de vir, aqui, recordar o grande vulto de Vucetich, justamente quando se comemora, também, o cinquentenário do neologismo "Dactiloscopia", criado e lançado em artigo do jornal *La Nación*, de 8 de janeiro de 1894, pelo Sr. Francisco Latzina, médico, diretor geral da Estatística da República Argentina, amigo e conterrâneo de Vucetich, pois ambos são naturais do antigo império austro-húngaro.

"Conforme relatou-me pessoalmente, em 1934, o Sr. Luís Reyna Almandos, o discípulo e notável continuador, defensor e doutrinador da obra do grande mestre da ciência da Identidade, Vucetich teve sempre em grande estima o seu título de sócio do nosso Instituto, para o qual conquistava merecimento integral quando, mais tarde, em 1921, concluiu a impressão da sua erudita dissertação *Historia Sintética de la Identificación*.

"Ingressando nesta Casa, aqui se reúne a um dos seus mais brilhantes adeptos — Félix Pacheco admitido desde 25 de outubro de 1901, e que em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 30 de dezembro de 1902, sob a epígrafe "O problema da identificação", conquistava o direito da primazia em tratar, no Brasil, assunto de tão magna importância, tornando-se o grande propagandista dos ensinamentos de Vucetich.

"Direi, ainda, que o Primeiro Convênio Policial Brasileiro, realizado no período de 7 a 12 de abril de 1912, sob o patrocínio do Sr. Washington Luís e presidido pelo Sr. Manuel Viotti, precursor didático dos assuntos referentes à Dactiloscopia, mereceu o honroso agasalho deste sodalício, que recebeu, sob seu teto, as figuras mais representativas das organizações policiais do país, cujas deliberações consagraram os ensinamentos de Vucetich.

"Registrando a passagem desta efeméride, não deixarei de assinalar, como um dos seus discípulos, o elevado mérito do nosso saudoso consócio Vucetich, que geralmente criou o seu notável sistema de identificação, possibilitando a aplicação prática das impressões digitais, meio ideal da individualização humana, com a concepção de uma fórmula de quatro tipos fundamentais. Além de lançar um sistema classificador dos mais simples, deve-se a Vucetich a notável precisão com que pode aplicar no domínio das relações civis, por meio da carteira de identidade, documento público de personalidade civil, idêntica a si mesma, único meio para efetivar o direito do nome e a responsabilidade do intercâmbio social e jurídico na vida de relação política.

"Ao finalizar, Sr. presidente, ousaria solicitar que minhas palavras, uma vez aprovadas pela Casa, ficassem constando da ata de nossos trabalhos e que, também, se enviasse, com officio, uma cópia desta ao Sr. Sislán Rodriguez, atual diretor do Museu Vucetich, da Universidade Nacional de la Plata, onde se presta incessante culto à memória de Juan Vucetich, o genial sistematizador da ciência dactiloscópica".

O Sr. presidente, depois de mostrar-se solidário com a homenagem proposta, pede seja entregue à Mesa o trabalho do Sr. Ricardo Daunt, a fim de que uma cópia do mesmo seja anexada ao officio sugerido pelo orador.

A seguir, o Sr. J. P. Leite Cordeiro, a pedido do Sr. presidente, informa o que ficou deliberado pela comissão encarregada de organizar o programa das comemorações do 2.º centenário da criação do bispado de São Paulo, as quais deverão realizar-se no dia 22 de abril do ano próximo. Foram tomadas pela mesma as seguintes deliberações: 1.º — officiar ao Sr. ministro da Viação, no sentido de se emitir um selo comemorativo com a effigie do primeiro bispo e suas armas; 2.º — entrar em entendimento com a Sociedade Numismática Brasileira para a cunhagem de uma medalha; 3.º — realizar uma sessão solene na data acima indicada. O Sr. presidente sugere que o Instituto faça tirar, para distribuição oportuna entre os interessados, um certo número de separatas do trabalho do Sr. Leite Cordeiro: *Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, 1.º Prelado de São Paulo*.

Pede a palavra o Sr. Bueno de Azevedo Filho, que lembra a conveniência da colaboração do Instituto nas comemorações do centenário natalício do barão do Rio Branco. Termina o orador pedindo seja nomeada uma comissão para tratar do assunto. O Sr. presidente opina, entretanto, que tal comissão talvez não deva ser indicada sem o conhecimento de outros sócios interessados, alguns dos quais podem mesmo estar preparando trabalhos de pesquisas sobre a vida e a obra da grande figura nacional. A propósito, a Sra. Francisca Rodrigues comunica que a "Bandeira Paulista de Alfabetização", da qual é presidente, poderia incumbir-se da distribuição nas escolas primárias, como iniciativa do Instituto e sem nenhum ônus para este, de uma fôlha avulsa com a biografia do barão do Rio Branco, cuja tiragem seria de mais ou menos dez mil exemplares. O Sr. Aroldo de Azevedo sugere que os nossos estudiosos se preocupem com a passagem do barão do Rio Branco pela Faculdade de Direito de São Paulo, que constitui, na opinião do orador, uma das fases mais interessantes da existência do grande brasileiro. Intervém no debate o Sr. Afonso de Taunay, para mostrar a conveniência de uma exposição das obras de

Rio Branco, paralelamente à realização de sessões públicas comemorativas. Encerrando o assunto, o Sr. presidente faz considerações gerais sobre as sugestões apresentadas, particularmente sobre a que se relaciona com a disposição manifestada pelo Sr. Hélio Viana no sentido de enviar do Rio informações mais precisas, e incumba o Sr. Bueno de Azevedo Filho de estudar mais demoradamente o assunto e apresentá-lo sobre forma concreta na próxima sessão ordinária.

E, como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, o Sr. presidente deu por encerrados os trabalhos.

☆

Sociedade Filatélica Paulista

RECEPÇÃO AO GENERAL GARCÍA MALDONADO — Aproveitando a estada em São Paulo, do general Eugénio García Maldonado, chefe da delegação mexicana à 2.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, a Sociedade Filatélica Paulista promoveu, no dia 2 de agosto pp., uma reunião especial para receber a visita do ilustre militar e filatelista latino-americano. Nessa reunião, em que foram trocados pontos de vista sobre problemas filatélicos no Brasil e no México, o general Maldonado fez entrega de uma carta dirigida à Sociedade Paulista externando o desejo e interesse da Associação Filatélica do México de estabelecer intercâmbio filatélico.

Saudando o general Maldonado falou o Sr. Humberto Cerruti que ofereceu, em nome da Diretoria, o diploma de sócio da Sociedade Filatélica Paulista, ao ilustre militar mexicano.

★

TERRITÓRIO DE PONTA PORÁ

FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL — As classes conservadoras de Ponta Porá, num pleito entusiástico, fundaram a Associação Comercial, tendo sido eleita a sua primeira diretoria, assim constituída: Presidente — Manuel Dias de Pinho; vice-presidente — João Pinto da Costa; secretário — Altair Brandão; 2.º secretário — José A. Pedrosa; tesoureiro — João S. Brandão; 2.º tesoureiro — José Casanovas. Para o Conselho Consultivo foram escolhidos os seguintes membros: Sr. José dos Passos Rangel Torres, Dinarte de Sousa, João Vayres, Ale Esgaib, Francisco Marmora, Leon Torossian, Sadi Pinto Magalhães, João Astolfo Amaral, Adail Batista, Rodolfo L. Palermo, Manuel Capilé Neto e Emerson Vasques.

★

TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE RIO BRANCO — O *Diário Oficial* da União, de 12 de agosto publica um edital do governo do Território Federal do Rio Branco, tornando público que se acha aberta concorrência para urbanização da cidade de Boa Vista, capital do referido Território.

As propostas, em envelope lacrado, serão aceitas até o dia 27 do corrente, à avenida Rio Branco n.º 117, sala 415, nesta capital, onde os interessados receberão todos os dados informativos para execução do referido serviço.

★

Municípios

ANTENOR NAVARRO (Paraíba)

EXPLORAÇÃO DE FONTES TERMO-MINERAIS — Foi aprovado unanimemente na sessão ordinária do dia 18 de agosto último, da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal na Paraíba, dispondo sobre a exploração das fontes termo-minerais de Brejo das Freiras, no município de Antenor Navarro.

★

AQUIDAUANA (Mato Grosso)

52.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Comemorou-se festivamente no dia 15 de agosto último, o 52.º aniversário de fundação da cidade de Aquidauana, fundada em 15 de agosto de 1892 graças ao espírito realizador de João de Almeida Castro, Estêvão Alves Correia, Augusto Mascarenhas, Manuel Antônio de Barros e Teodoro Rondon.

Como parte das comemorações foi inaugurado, na praça N. S. da Conceição, um monumento em homenagem aos fundadores daquela promissora cidade.

★

ARARAQUARA (São Paulo)

HISTÓRICO DA CIDADE — A propósito dos festejos comemorativos do 127.º aniversário da fundação de Araraquara, foi dada à publicidade a seguinte nota histórica da cidade, extraída da obra intitulada *Album de Araraquara*, editado em 1915, organizado por Antônio M. França, e publicado sob os auspícios da Prefeitura daquele município:

"Foi criada a freguesia de São Bento de Araraquara, desmembrada da de Piracicaba, comarca de Itu, Bispado de São Paulo, por alvará de El Rei D. João VI, sendo seu ministro o conde da Barca, em 22 de agosto de 1817, e elevada a vila por decreto da Regência, exercida por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz e ministro José Lino Coutinho, em 10 de julho de 1832 e elevada finalmente à categoria de cidade por Decreto Provincial n.º 7, de 6 de fevereiro de 1889.

Entretanto, antes da criação da freguesia, em 22 de agosto de 1817, já havia moradores neste lugar.

Nos arquivos do arcebispado de São Paulo, há uma nota em um velho registro e de onde tem sido copiada por Azevedo Marques e outros, é que diz: "alguns aventureiros em busca de minas de ouro, deram começo à povoação de Araraquara no decorrer do século XVIII, entre eles distinguindo-se Francisco Pedrosa de Almeida, que fundou o primeiro estabelecimento de criação de animais e cultura de cereais.

Quanto à descoberta das terras, parece certo que, em 1790, Pedro José Neto, fugido de Itu por motivo de crime, internou-se nas matas, onde está hoje São Carlos e, depois de percorrê-las em várias direções descobriu os campos de Araraquara. Fugindo sempre à justiça de Itu, explorou a campanha e estabeleceu as posses de Ouro, Rancho Queimado, Cruzes, Lajeado, Cambui, Monte Alegre, Bonfim e fixou residência em Monte Alegre. Tendo aparecido novos exploradores, Pedro José Neto repartiu com eles o seu domínio e cedeu a diversos a maior parte das terras que possuía. Os novos donos requere-

ram cartas de sesmaria, e porisso, veio de Pôrto Felix, em 1812, o juiz das medições, sargento-mor José Joaquim Correia da Rocha, que deu principio à divisão das terras.

O capitão Domingos Soares de Barros tirou carta da sesmaria de Santo Antônio do Lajeado, com légua e meia de testada por duas de sertão: o major Duarte tirou a do Monte Alegre; o padre Joaquim Duarte Novais, as de Várzea e Chibarro, Ouro, Cruzes e Rancho Queimado, vendendo as primeiras ao capitão Manuel Joaquim Pinto de Arruda; o padre Francisco Duarte tirou a sesmaria da Cambaiuvoca, que tem hoje o nome de Simão, e pertenceu ao Dr. Antônio Joaquim de Carvalho. O capitão João Manuel do Amaral tirou a sesmaria do Bonfim; D. Francisca Pinto Ferraz, em 1815, tirou a sesmaria do Bagaçu, depois propriedade do coronel José Pinto Ferraz. A sesmaria do Laranjal foi tirada por Francisco de Lima, e a das Almas pelo capitão Antônio Soares de Barros.

Todas as sesmarias foram demarcadas de 1812 e 1819.

Foi na sesmaria do Ouro que teve origem a povoação de Araraquara. Segundo a tradição oral, e pelo que encontramos escrito, e ouvimos pessoalmente confirmado pelo Sr. capitão Antônio Lourenço Correia que ouviu de seu pai comendador Joaquim Lourenço Correia, que para aqui se mudou em 1840, e este de seu avô sargento-mor José Joaquim Correia da Rocha, que aqui esteve em 1812 como juiz das medições, e comprou a sesmaria do Lajeado, sabe-se, como já dissemos, que Pedro José Neto, fugindo à justiça de Itu, veio ter à pequena mata existente em São Carlos, junto aos campos do Pinhal, e ele contava que parou ali, receioso, porque os sertanistas temiam perder-se nas matas intermináveis e sem caminho algum. Final, um dia viu fumaça para estes lados, e então raciocinou com a prática que tinha: "Se tem fogo, tem campo" e penetrou na mata. Com admiração sua, saiu logo nos campos onde está São Carlos, verificando que a mata, que ele julgava interminável, era pequena, e aos poucos internou-se até Monte Alegre e Bonfim. A posse desta sesmaria do Ouro, em 1811, pertencia a Xisto de Quadros Aranha e sua mulher D. Manuella Angélica de Castro, provavelmente cedida por Pedro José Neto.

Xisto de Quadros Aranha vendeu esta posse ao capitão-mor Joaquim Duarte do Régo, por 30 vacas, e este deu-a a sua filha D. Isabel Duarte Novais, que tirou carta de sesmaria em 17 de fevereiro de 1819, e em data de 10 de julho do mesmo ano fez doação da sesmaria ao seu irmão padre Joaquim Duarte Novais e foi este padre quem deu 400 braças em quadra para o patrimônio da freguesia de São Bento de Araraquara, reservando um terreno no pátio da Igreja para ali construir sua casa e quinta".

Pedro José Neto foi, pois, o fundador de Araraquara, erecta em freguesia, a 22 de agosto de 1817. Entretanto, a formação do povoado começara antes, como o demonstra o livro do tombo da Igreja Matriz, com o batizado de Joaquim, filho do Salvador Rodrigues e sua mulher Teresa Maria. No mesmo livro acha-se o assento do primeiro casamento, figurando como nubentes Joaquim José de Siqueira e Rita Gertrudes Furquim. A quarta pessoa sepultada na Matriz de Araraquara, que era onde se faziam os enterros, foi Pedro José Neto, e, à margem do assentamento, em seguida ao nome, está uma nota, que diz "fundador desta Matriz". Eis o assento: "Aos dezenove de novembro de 1817, sem sacramento por falecer dum coice de burro, faleceu repentinamente

Pedro José Neto, de idade mais ou menos 60 anos, seu corpo envólto em hábito de São Francisco jaz nesta Matriz encomendado, faleceu sem testamento. Padre Francisco Manuel Ma-laquias”.

Vinte anos mais tarde, ou seja em 1837, a população de Araraquara era de 2 764 habi-tantes e a produção avaliada em Cr\$ 91 882,00

Hoje, decorridos 127 anos, a pequenina freguesia de São Bento de Araraquara é sim-plesmente Araraquara, uma cidade que, por todos os títulos, se alinha entre as mais vivas expressões de trabalho e de progresso de São Paulo e do Brasil.

★

CAMPO GRANDE (Mato Grosso)

ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE MUNICÍPIO — A cidade de Campo Grande, Mato Grosso, comemorou, no dia 26 de agosto, mais um an-iversário da promulgação da Lei n.º 225, de 1889, elevando o antigo distrito de paz de Miranda à categoria de município.

★

CAMPOS (Rio de Janeiro)

INTERESSANTE PALESTRA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO — No salão do Instituto de Educação, realizou-se em 23 de agosto pp., a palestra do Sr. Néri Camelo, escritor nordestino, sobre *O Brasil que eu vi*.

Feita a apresentação pelo diretor do esta-belecimento, Sr. Néilson Rebel, o Sr. Camelo descreveu para o auditório composto de nume-rosos professores e alunos, as viagens que tem feito através do Brasil.

Destacou aquêlo estudioso do nosso *folclore* as belezas e curiosidades da natureza brasi-leira, passando em revista o Amazonas, o Parai-ba, o São Francisco, os sertões da Bahia, as riquezas de Minas Gerais, etc.

Finalizando a sua palestra, o autor de *Viagens na nossa terra* estudou os hábitos e costumes de nosso sertanejo.

★

CAPÃO BONITO (São Paulo)

LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO DA CI-DADE — O Sr. prefeito municipal de Capão Bonito baixou uma portaria determinando à Agência de Estatística Municipal proceder ao recenseamento geral da população da sede do município.

Esse ato mereceu aplausos gerais pois o conhecimento exato e perfeito, da população mormente da cidade, era um problema que vinha reclamando pronta providência e que, certamente, o Sr. prefeito a tornará extensiva a todo o município.

★

CUIABÁ (Mato Grosso)

LEVANTAMENTO DA PLANTA CADASTRAL DA CIDADE — Conforme foi divulgado pela imprensa, o Sr. prefeito municipal de Cuiabá determinou recentemente o levantamento da planta cadastral dessa capital, encarregando dêsse importante serviço a firma construtora Coimbra Bueno & Cia.

Com base nesse levantamento, a Prefei-tura cuiabana pretende levar a efeito um plano geral de urbanização da capital matogrossense.

★

FLORIANÓPOLIS (Santa Catarina)

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CENSO IMOBILIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS — O in-tervenor federal no Estado de Santa Catarina abriu um crédito de Cr\$ 500 000,00 para o custeio dos serviços de levantamento cadastral de Florianópolis e do censo imobiliário.

★

ITAPERUNA (Rio de Janeiro)

INAUGURAÇÃO DA SUB-PREFEITURA DE COMENDADOR VENÂNCIO — Foi inaugurada em agosto último em Comendador Venâncio, sede do 11.º distrito do município de Itaperuna, a sub-prefeitura local, criada pelo Decreto-lei n.º 96, de 26 de julho do corrente ano.

Este ato teve a presença do prefeito Raúl Travassos que, inaugurou a nova repartição, cuja direção foi entregue ao Sr. Cândido Cer-queira Bastos.

★

LEME (São Paulo)

49.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Comemorou-se com expressiva so-le-nidade, no dia 29 de agosto último, o 49.º aniversário da fundação da cidade de Leme, promovidas por iniciativa do prefeito municipal, Sr. José Moreira de Queirós.

As festividades compareceram os prefeitos de Pirassununga e Araras além de numerosas pessoas.

★

MANAUS (Amazonas)

INSTITUTO DE ETNOGRAFIA E SOCIOLO-GIA DO AMAZONAS — Em escavações feitas pelo Instituto de Etnologia e Sociologia do Amazonas no bairro de São Raimundo, naquela capital, foram encontrados em Iguaba vários objetos funerários que pertenceram aos índios, tendo sido tudo recolhido ao museu dessa sociedade. Em sessão realizada recentemente, a sociedade recebeu várias armas de índios, que lhe enviou um colaborador residente no rio Negro.

★

MARAJAL (Pernambuco)

NOVO PREFEITO — Em agosto, foi exone-rado o Sr. Péricles Bezerra de Almeida do cargo de prefeito do município de Marajal, sendo nomeado em sua substituição o Sr. Severino Airton de Moraes Coutinho.

★

MONTENEGRO (Rio Grande do Sul)

NOMEADO PREFEITO — Pelo Sr. inter-venor federal no Rio Grande do Sul foi nomea-do o Sr. Jacinto Fernandes da Rocha, prefeito do município de Montenegro.

REUNIÃO DE PREFEITOS E CONTADORES MUNICIPAIS — Sob a presidência do inspetor Abélio Condeixa, da Diretoria das Prefeituras Municipais, reuniram-se, no dia 2 de agosto, em Montenegro, para tratar da elaboração dos orçamentos municipais para 1945, os Srs. pre-feitos e contadores municipais dos municípios de Montenegro, Cai, Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Flores da Cu-nha, Caxias, Farroupilha, São Francisco de Paula e Taquara.

NOVO COLETOR — Assumiu o cargo de coletor federal desta cidade, o Sr. Carlos Ramos, recentemente transferido do Estado de Santa Catarina.

★

OURO PRÉTO (Minas Gerais)

INAUGURAÇÃO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA — Inaugurou-se no dia 11 de agosto último, em Ouro Preto, o Museu da Inconfidência, que reunirá num só local tudo quanto se relacione com a vida e obra dos inconfidentes mineiros.

A solenidade foi presidida pelo ministro da Educação, e Saúde, Sr. Gustavo Capanema, com a presença do Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, do Sr. Lucas Lopes, secretário da Agricultura e representante do Estado e outras personalidades de evidência nos círculos culturais e governamentais do país.

O Museu da Inconfidência foi criado por decreto-lei do governo da União, em data de 20 de setembro de 1938, como parte de extenso plano elaborado pelo Ministério da Educação, para instalar, nos próprios centros onde a nossa história se escreveu, todos os objetos relacionados com os episódios nêles registrados. E assim, como é natural, a escolha de Ouro Preto para centro do Museu da Inconfidência, por ter sido na tradicional cidade que se verificaram os acontecimentos que estão na memória de todos e onde estarão permanentemente expostos à veneração da nossa e das gerações vindouras os objetos relativos à vida dos heróicos inconfidentes. Da mesma forma foi escolhida a cidade gaúcha de São Miguel para nela ser instalado o Museu das Missões, a cidade mineira de Sabará para abrigar o Museu do Ouro e Petrópolis o Museu Imperial.

Iniciativa do governo federal, como aquelas outras, foi a criação do Museu da Inconfidência recebida com os aplausos gerais, tendo o governo mineiro se prontificado a construir um hotel em Ouro Preto, afim de nêle poderem ser abrigados condignamente quantos desejarem visitar aquêle valioso patrimônio nacional. Por outro lado D. Helvício Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, transferiu à União valiosos objetos que estavam conservados na sede da Cúria daquele arcebispado de Minas, os quais constituirão o núcleo inicial do Museu da Inconfidência.

Localizado na sede da antiga Penitenciária de Ouro Preto, para êsse fim cedida pelo governo mineiro, a instalação do Museu da Inconfidência obrigou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, do qual é diretor o Sr. Rodrigo de M. F. Andrade, a demoradas obras de readaptação e restauração, que somente foram concluídas em fins de 1943. Sob a assistência do referido Serviço e do primeiro diretor do Museu, cônego Raimundo Otávio da Trindade, notável historiador de Minas, prosseguiram então os trabalhos complementares, que só há pouco puderam estar terminados.

Como se sabe, o mausoléu dos inconfidentes, parte integrante do museu, foi inaugurado por ocasião de 150.º aniversário da Inconfidência, e nêle repousaram desde então os restos dos bravos inconfidentes.

★

PASSO FUNDO (Rio Grande do Sul)

POSSE DO NOVO PREFEITO — Em agosto passado, tomou posse o novo prefeito do município, Sr. Raúl Canduro que foi saudado pelo sub-prefeito Moacir Índio da Costa, que há cinco anos vinha, respondendo pelo expediente da municipalidade.

★

PELOTAS (Rio Grande do Sul)

RODOVIA DE PELOTAS A PINHEIRO MACHADO — Estiveram reunidos em agosto passado, os prefeitos da zona sul do Estado para debater os problemas comuns aos seus municípios.

Foi resolvido ser pleiteado junto ao interventor um auxílio do Estado para a construção de uma rodovia ligando Pelotas, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado.

Tal providência trará grande desenvolvimento econômico àquela rica e extensa região agrícola.

★

PERIPERI (Piauí)

O 1.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE PERIPERI — A cidade de Periperi vai comemorar, festivamente, a passagem do primeiro centenário de sua fundação, a 16 de outubro próximo. O Sr. Néelson Resende, prefeito municipal, com o apoio moral e material do governo do Estado, está empenhado no sentido de que a magna data seja condignamente festejada. A memória do padre Freitas será evocada num preito comovedor pela geração atual, com um exemplo de civismo legado aos que hão de vir.

★

PIRACIACABA (São Paulo)

NOVA DENOMINAÇÃO DO RÁDIO CLUBE — Pelo Decreto federal n.º 16 254, de 31 de julho, publicado no *Diário Oficial* de 14 de agosto, foi aprovada a nova denominação de Rádio Difusora de Piracicaba Sociedade Anônima, que, com autorização do Sr. ministro da Viação e Obras Públicas, foi adotada pelo Rádio Clube de Piracicaba.

★

PÔRTO ALEGRE (Rio Grande do Sul)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO — CENTENÁRIO DE APOLINÁRIO PÔRTO ALEGRE — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, associando-se às cerimônias do centenário de Apolinário Pôrto Alegre, realizou no dia 28 de agosto último uma sessão solene para homenagear a memória do ilustre riograndense.

Foi orador dessa solenidade o historiador Otelo Rosa.

Na manhã do dia seguinte os membros do Instituto foram, incorporados, sob a chefia de seu presidente, Sr. Adroaldo Mesquita da Costa, colocar na base da herma esguda naquela capital, em memória do insigne homem de letras, uma placa de bronze, tendo pronunciado o discurso oficial em nome do Instituto, o historiador Manuel Duarte.

REGRESSO DA CARAVANA DE ESTUDANTES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PÔRTO ALEGRE — Regressou a Pôrto Alegre no dia 7 de agosto último a caravana de estudantes da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Pôrto Alegre, chefiada pelo Prof. Dante de Laytano, que excursionou em viagem de estudos ao Rio de Janeiro e São Paulo.

No Rio de Janeiro a embaixada visitou o Museu Histórico, Biblioteca Nacional, Conselho Nacional de Geografia, Serviço Geológico, Divisão de Águas e outras repartições federais.

★

PRATA (Rio Grande do Sul)

20.º ANIVERSÁRIO DA EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL — Comemorou-se no dia 12 de agosto último com expressivas solenidades o 20.º aniversário da emancipação municipal, cujo programa das festividades foi organizado pelo Círculo Operário Pratense com o concurso da Prefeitura Municipal.

★

SALVADOR (Bahia)

REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO AO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Por decreto datado de 24-8-944, do Sr. prefeito, foi designado o engenheiro civil Oscar de Sousa Carrasosa, assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia, para representar o Município no X Congresso Brasileiro de Geografia, a se reunir na Capital Federal em 7 do corrente.

INSTITUÍDO O “PRÊMIO UNIVERSITÁRIO CIDADE DO SALVADOR” — Em seus números anteriores o *Boletim* divulgou as providências da Prefeitura do Salvador para contratar com intelectuais, a elaboração de uma história do município do Salvador, iniciativa que teve a mais larga repercussão.

O Sr. Elísio Lisboa, prefeito da capital, acaba de tomar nova iniciativa que está despertando grande interesse na classe estudantil.

Trata-se da instituição do “Prêmio Universitário Cidade do Salvador”, cujo projeto recebeu o seguinte parecer, da parte do Sr. Bião de Cerqueira, que foi aprovado pelo Conselho Administrativo do Estado: “A Prefeitura municipal do Salvador submete à aprovação deste Conselho o projeto do decreto-lei que “Institui o “Prêmio Universitário Cidade do Salvador e dá outras providências”.

Segundo se apura do texto do projeto em apêço o prêmio diz respeito a monografias que, dentro de cada especialidade, se refira a assunto de interesse do município do Salvador. Será distribuído por seis secções, correspondentes a cada uma das seguintes Faculdades e Escolas: Direito, Medicina, Ciências Econômicas, Filosofia, Politécnica e Electro-Mecânica.

Os prêmios serão de Cr\$ 1 000,00 em livros científicos a serem conferidos pela União dos Estudantes da Bahia, mediante o julgamento das monografias procedido por um Conselho de Julgamento composto de três membros, sendo um indicado pelo prefeito, outro pela União dos Estudantes da Bahia e o terceiro por eleição dos alunos da última série do respectivo estabelecimento.

★

Prêmio anual

O projeto contém já muitos dispositivos de caráter regulamentar, o que não prejudica propriamente, embora conviesse mais encerrasse apenas a matéria substantiva, ficando dito que o prefeito baixaria o necessário regulamento. Do exame procedido no projeto verificamos que êle merece aprovação e que apenas se torna indicado dizer que o prêmio será anual. Para tanto é suficiente que se inclua no art. 1.º a expressão “anualmente” entre as palavras “conferido” e “pela União etc.” Ficaria assim: “a ser conferido, anualmente, pela União dos Estudantes, etc.”

Dispensável é dizer do mérito da iniciativa a que se resume no sentido cultural que lhe é próprio, além de constituir benéfico estímulo

à mocidade das nossas escolas superiores para o seu crescente progresso intelectual. Por todos os motivos expostos opinamos pela aprovação do projeto”.

★

SANTA MARIA (Rio Grande do Sul)

INAUGURADO O NOVO PALÁCIO DA JUSTIÇA — Pelo Sr. interventor Ernesto Dorneles, foi inaugurado, solenemente, no dia 14 de agosto, o novo Palácio da Justiça da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

★

SÃO FÉLIX (Bahia)

NOVO PREFEITO — Em agosto, foi exonerado a pedido, do cargo de prefeito de São Félix, o Sr. Júlio Ramos de Almeida sendo nomeado para o referido cargo o Sr. Aderbal Nogueira Fernandes.

★

SÃO FRANCISCO DE ASSIS (Rio Grande do Sul)

EMPOSSADO O NOVO PREFEITO — Vem de ser empossado no cargo de prefeito de São Francisco de Assis, o Sr. Ito Bonato, que desempenhava o cargo de gerente da filial do Banco Nacional do Comércio, naquela localidade. Atualmente, os prefeitos de Taquari, São Luís Gonzaga, São Borja, Lavras e São Francisco de Assis, em número de cinco, são todos bancários.

★

TRÊS RIOS (Rio de Janeiro)

LEVANTAMENTO DA ESTIMATIVA AGROPECUÁRIA — A Agência Municipal de Estatística de Três Rios, está promovendo, com o concurso de muitos produtores locais, o levantamento da estimativa agro-pecuária do município, correspondendo assim ao apêlo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Essa medida de grande alcance veio, também ao encontro das aspirações do governo da cidade pela oportunidade que se oferece de melhor conhecer as possibilidades econômicas da região e o seu desenvolvimento nesse setor.

★

Exterior**MÉXICO****Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos**

Por iniciativa de um grupo de delegados ao 1.º Congresso Demográfico Inter-americano, foi fundado o Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos com sede no México.

Esse Instituto vem realizando grandes estudos das populações negras do continente americano, nos seus aspectos biológico e cultural e nas suas respectivas influências nos diversos povos americanos. Esses estudos afro-americanos, de grande alcance científico, serão divulgados numa revista que será editada para esse fim, bem como em outras publicações do Instituto, que já conta, entre os seus consultores com nomes de notáveis africanistas brasileiros, como Renato de Mendonça e outros.



Assine a “Revista Brasileira de Geografia” para receber em sua casa a melhor publicação periódica sobre a geografia do Brasil.

Assine a “Revista Brasileira de Geografia” para receber em sua casa a melhor publicação periódica sobre a geografia do Brasil.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — *(Convenções)* — Usadas em cartas na escala de 1:500 000. — Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. — Rio, 1944.

Elaborado pelos técnicos do Conselho Nacional de Geografia o presente trabalho, encerrado em um pequeno folheto de 58 páginas, veio inscrever-se entre as publicações imprescindíveis ao estudioso da ciência geográfica.

Transcrevemos adiante a pequena introdução; nela encontraremos bem claro o sentido da presente publicação:

“Para concluir satisfatoriamente uma obra tão vultosa, como a da organização da Carta do Brasil é indispensável estudar os menores detalhes de sua organização, da representação dos diferentes acidentes topográficos e da nomenclatura, a fim de dar aos operadores uma orientação exata e fixa, que garanta um resultado final harmônico.

Com essa finalidade os símbolos cartográficos foram estudados e suas formas e dimensões rigorosamente determinados.

Para a construção das folhas foram calculadas tabelas, cujos valores dados em centésimos de milímetros satisfazem plenamente às exigências para cartas na escala 1:500 000 e que utilizados num formulário de cálculo fornecem os pontos de intersecção dos meridianos e paralelos, com o afastamento de 30 minutos, possibilitando a construção no coordenatógrafo, segundo a projeção da Carta Internacional ao milionésimo. A relação dos

rios brasileiros com percurso maior de 500 quilômetros, habilita o desenhista a determinar o tamanho das letras dos respectivos nomes com menor esforço, constituindo assim um elemento garantidor da uniformização do serviço.

Um modelo da moldura e o quadro da união das folhas da Carta do Brasil, completam este manual.”

INSTITUTO NACIONAL DO MATE — *Contribuição ao Estudo do Mate* — (Trabalhos apresentados ao II Congresso Nacional da Associação Química do Brasil — (Publicado sob os auspícios do Instituto Nacional do Mate). — Imprensa Nacional. — Rio, 1944.

Classifica-se a presente, no rol das publicações que só interessam aos técnicos, pelo ponto de vista em que se colocam os autores nela reunidos em face do assunto. Utilíssima, porém, é uma expressão desta fase de trabalho, de objetividade que predomina hoje nos diversos institutos que orientam a vida econômica nacional.

Com pitorescas fotografias fixando quadros da zona produtora, este volume de 212 páginas trata a matéria da seguinte maneira: 1) Foram analisados 40 perfis de solos das zonas erva-teiras de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. 2) Foram analisadas amostras de erva mate coletadas com os perfis de solos. 3) Ficou evidente que a zona é, em geral, formada por solos lateríticos, porém, ainda passíveis de exploração agrícola. 4) Sendo os solos, de um modo geral, ácidos e muito desbasificados pode se explicar a produ-

ção de erva pela grande cubagem que as suas raízes exploram e pela sua natural pouca exigência. 5) Nas zonas estudadas pode-se concluir que a erva mate desenvolve-se naturalmente sob temperatura anual média de perto de 20°C, um regime pluviométrico mais ou menos constante, com precipitação anual de 1 500 a 2 000 milímetros e em solos permeáveis, de p H em torno de 5.

Sem dúvida, um belo acervo de dados e sugestões para os que se interessam pelo importante problema da produção mateira do Brasil.

TEOBALDO MIRANDA SANTOS — *Introdução à Pedagogia Moderna*. — Editora A Noite — Rio de Janeiro.

O nome do Sr. Teobaldo Miranda Santos impôs-se nos meios educacionais desta capital, em pouco tempo. Professor de Filosofia da Educação em duas faculdades de filosofia e no Instituto de Educação do Distrito Federal é hoje uma autoridade de indiscutível prestígio entre os professores e todo esse grande público que — através do Brasil — já demonstra um vivo interesse pelos fascinantes debates ao redor dos temas pedagógicos.

Este livro somente pretende — pela própria palavra do seu autor — “fazer um balanço crítico dos postulados da pedagogia moderna em face dos grandes princípios do realismo cristão. Sua finalidade, porém, não consiste em acastelar-se nos quadros rígidos de um tradicionalismo estéril para destruir, indistintamente, tôdas as conquistas da educação renovada. Orienta-o, ao contrário, uma intenção construtiva — a de assinalar o que existe de bom e de aproveitável nas novas teorias educacionais, mas separando o joio do trigo e focalizando os erros filosóficos que existem no bôjo de muitos sistemas pedagógicos da atualidade”.

Divide-se em cinco partes respectivamente rotuladas do modo seguinte: A educação e a filosofia; A educação e a política; A educação e a ciência; A educação e a técnica; A educação e a vida.

Sem pretender construir obra vasta, o Sr. Teobaldo Miranda Santos empreende uma oportuna síntese do que existe de mais expressivo no campo da pedagogia moderna. Nesta sín-

tese põe à prova seus apreciáveis conhecimentos no assunto, bem como a agilidade do escritor elegante na forma, vigoroso na expressão, metódico na organização do texto.

Introdução à Pedagogia Moderna vem defender a tese de que a religião e a ciência podem viver em perfeita harmonia.

Abstraindo a atitude doutrinária assumida pelo seu autor, é um livro que — pela pluralidade de aspectos sob o qual estuda o tema — interessa pelo valor intrínseco da obra contida em 300 excelentes páginas.

A. M.

PETER F. DRUCKER. — *A Guerra e a Sociedade Industrial*. — Editora Pan-Americana — S/A — Rio de Janeiro — 1944.

Peter F. Drucker, escritor de larga projeção nos EE. UU. inicia este livro com as seguintes palavras: “Lutamos nesta guerra pela estrutura da sociedade industrial, por seus princípios fundamentais, seus propósitos e instituições. Há apenas uma saída, somente uma: a ordem social e política da realidade física, inteiramente nova, criada pelo homem ocidental, como seu meio ambiente, desde os tempos da invenção, por James Watt, na segunda metade do século XVIII, da máquina a vapor”.

A tese deste livro é: “Como pode funcionar uma sociedade industrial”. O autor estuda os problemas do pós-guerra, adotando de início o ponto de vista de que esta é a primeira guerra em que a indústria não é uma força secundária, mas a principal força promotora do conflito. As contradições econômicas que estão na base das sociedades industriais de hoje devem ser resolvidas o quanto antes.

É um trabalho de grande atualidade, em que são abordados os temas mais palpantes capazes de preocupar os homens, no momento.

O primeiro capítulo subordina-se ao título “A Sociedade Industrial e a Guerra”. No segundo capítulo afirma que não existe hoje uma sociedade industrial em funcionamento. “Há uma excelente máquina técnica, de produção industrial, construída e manejada por engenheiros, químicos e mecânicos especializados. Há uma máquina eco-

nômica de menor eficiência, ainda assim notável, cujo fim é a distribuição dos produtos industriais. Mas em relação aos fenômenos políticos e sociais, não há civilização, comunidade, nem ordem, ou organização industrial. A crise que nos avassala tem suas raízes na inexistência de uma sociedade industrial em funcionamento, capaz de integrar a realidade industrial”.

Depois de analisar os fenômenos de que se origina o imenso desequilíbrio que impera entre as sociedades, na superfície da Terra — Peter F. Drucker admite que a ordem social no após-guerra seja mais resultado de um processo do que do embate dramático das ideologias. Se a sociedade industrial deve ser livre, anti-revolucionária e anti-totalitária, há um país capaz desta tarefa: os Estados Unidos. Conclui, portanto, que estamos no limiar de uma época americana, em que

a Pátria de Washington “nunca mais pode deixar de se envolver na política das potências mundiais, de elaborar conceitos permanentes de estratégia ou de determinar onde suas fronteiras estratégicas e militares se encontram ou, ainda, que território não deve cair sob o controle de uma potência inimiga”.

Escrito por um autêntico especialista em problemas sociais e econômicos, suas páginas interessam de perto àqueles que desejam viver no momento atual. É possível que exagere um pouco, neste ou naquele ponto. Que encare a realidade, com certa obsessão de especialista. Essas coisas, porém, não serão capazes de toldar a mensagem impressionante que um grande cérebro enviou ao mundo — sobre o drama do nosso tempo!

A. M.

Periódicos

REVISTA DO MUSEU NACIONAL — Ano I
— N. I — Rio, agosto de 1944.

O Museu Nacional tem sido, até agora, uma das nossas instituições científicas que, no silêncio dos seus grandes salões, dos seus laboratórios — mais decisivamente vem contribuindo para o desenvolvimento do labor científico no Brasil. Sem propagandas ruidosas, sem descobertas sensacionais — a atividade ali, caracteriza-se pela discreção, pelo trabalho paciente e obscuro dos obreiros que integram aquêlê *colégio* de sábios. A sua sombra muitos nomes ilustres têm crescido para a admiração da posteridade e glória da pátria.

Todos os povos que realizaram grandes civilizações possuem os seus relicários, os seus templos cívicos, onde são guardados os objetos sagrados da sua história e tudo o mais que seja evocativo da terra. Esse templo é, no Brasil, o Museu Nacional. Dorme ali a recordação pitoresca dos nossos índios, e u'a mostra daquilo que integra o nosso riquíssimo patrimônio físico. É um museu geográfico no amplo sentido da expressão, portanto aquêlê que mais de perto nos fala da *pátria*, do solo.

Mas não é só um relicário, com a função passiva de *guardar*. É um centro dinâmico de pesquisas, revelando,

aliás, o espírito do museu moderno — conservar, *decifrando*.

Pois bem, tôda essa atividade assombrosa de que tínhamos conhecimento por vias indiretas, será agora melhor conhecida pelas colunas da presente publicação. Veio a mesma preencher uma lacuna e constitui mais uma prova da boa orientação seguida pelos dirigentes da Casa-Grande de São Cristóvão.

Contém os seguintes trabalhos:

“As Conchas”, Emanuel A. Martins — “A História Natural dos Pequeninos”, Roquete Pinto — “Os Mistérios da Pirâmide de Cleops”, A. Childe — “A Formação Geológica do Distrito Federal”, Alberto Betim Pais Leme — “Pigmentos Vegetais”, Melo Leitão — “Capivaras”, J. Moojen — “Antropogeografia”, Raimundo Lopes — “Freire Alemão”, F. Venâncio Filho — “O Ensino das Ciências”, Waldemar Kaempffert — “O Conceito de Espécie no Curso Colegial”, Osvaldo Frota Pessoa — “Das Estantes do Museu Nacional”, Vitor Staviarski — “Instruções para organização de pequenos museus escolares”.

Numa confecção gráfica irrepreensível, apresentando todos os requisitos que recomendam as publicações dêste gênero — tudo parece indicar que *Revista do Museu Nacional* preencheu a sua finalidade.

Contribuição

bibliográfica especializada

Achegas para uma bibliografia sobre energia elétrica *

- B 000 — ALVES DE SOUSA, A. J.
C 627 *Aproveitamento da força hidráulica no Brasil*. (In Colaboração do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (ao 9.º Congresso Brasileiro de Geografia, p. 60).
- B 000 —
M 662 *Comércio de energia elétrica*. (In *Mineração e Metalurgia*. N.º 19. V. IV. Maio-junho, 1939. Rio de Janeiro-Brasil, p. 59).
- B 650 —
So 89 *Energia hidráulica no Brasil*. Rio de Janeiro, Diretoria de Estatística da Produção, 1935. 14 ps. ilus. 23 cm.
- B 000 —
C 627 *Estatísticas indispensáveis no estudo do aproveitamento da energia hidráulica*. (In Colaboração do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro ao 9.º Congresso Brasileiro de Geografia. p. 75).
- B 650 —
So 89 *O problema da energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola, 1942. 10 ps. 23 cm.
- H 650 — ALVES DE SOUSA, Antônio José — Silva Rodrigues, Megálvio.
So 87 *Relatório dos delegados do Brasil à 3.ª Conferência Mundial de Energia*. Rio de Janeiro, Serviço da Produção Agrícola, 1939. 490 ps. ilus. 23,5 cm.
- B 650 —
B 158 *Energia hidráulica no Brasil*. Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1943.
- B 650 —
B 158 *Índice Alfabético da Legislação Brasileira sobre Agricultura, Indústria e Comércio*. 2.ª edição (aum.). De 15 nov. 1889 a 31 dez. 1928. Rio de Janeiro. Oficina Industrial Gráfica, 1929. ps. 92-203.
- B 650 —
B 73 *O problema da energia dirigida*, por Valério Braga. São Paulo, 1942. 208 ps. 23 cm. p. 35.
- B 110 —
Es 18 *Instalação de uma planta hidro-elétrica destinada a iluminação e fornecimento de energia para a cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas*. (In *Anais da Escola de Minas de Ouro Preto*. n.º 9 — 1907. 2.ª ed. Ouro Preto. Livraria Mineira. p. 109).

- B 650 — BRASIL. Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.
B 736
- Indústria da energia elétrica na região nordeste.* — 1942.
- B 600 — BRASIL. Departamento Nacional da Indústria e Comércio.
B 736
- O que é o Brasil.* Rio de Janeiro. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, 1934. p. 32.
- B 600 —
B 736
- As riquezas do Brasil.* Departamento Nacional de Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1935. p. 10.
- B 116 — BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral.
B 736
- Relatório apresentado ao Sr. ministro da Agricultura, pelo Eng.º Antônio José Alves de Sousa.* 1942. Rio de Janeiro.
- B 731 — BRASIL. Diretoria Geral de Estatística.
B 736
- Recenseamento do Brasil.* Realizado em 1.º de setembro de 1920. Volume I. Introdução. Aspecto físico do Brasil. Geologia, flora e fauna. Evolução do povo brasileiro. Histórico dos inquéritos demográficos. — Rio de Janeiro. Tip. da Estatística. 1922. 27 cm. (in p. 73).
- B 731 —
B 736
- Recenseamento do Brasil.* Realizado em 1.º de setembro de 1920. Volume V (1.ª Parte). Indústria. Modo de organização das empresas. Capital empregado e data da fundação. Força motriz e pessoal em serviço. Período de funcionamento das fábricas. Principais despesas de custeio. Produção animal. Rio de Janeiro. Tip. da Estatística. 1927. 27 cm. (In p. XVI — LXXXV a CII).
- B 116 — BRASIL. Divisão de Fomento da Produção Mineral.
B 736
- Brasil 1942, recursos minerais.* Rio de Janeiro. 74 ps. ilus. 23 cm. (Divisão de Fomento da Produção Mineral, bol. 56, p. 67).
- B 650 — El Brasil industrial en
B 736 1940. Rio de Janeiro, p. 67.
- B 600 — BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria de Estatística da Produção.
B 736
- As quedas d'água e as riquezas do subsolo.*
- B 110 — BRASIL. Serviço Geológico e Mineralógico.
B 736
- Relatório do Serviço Geológico.* Ano de 1922. Rio de Janeiro — Imprensa Nacional, 1924. p. 131.
- B 110 —
B 736
- Relatório do Serviço Geológico — Ano de 1923.* Rio de Janeiro — Imprensa Nacional. 1925. p. 198.
- Relatório anual do diretor.* Ano de 1924. Rio de Janeiro. Tip. "Revista dos Tribunais". 1925. p. 55 - 127.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1925. Rio. — Mendonça Machado & C., 1927. ps. 65-83.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1927. Rio de Janeiro. Tip. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura. 1929. p. 157.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1927. Rio de Janeiro. Tip. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929. ps. 6-79.

- B 110 — BRASIL. Serviço Geológico —
B 736 co e Mineralógico.
- Relatório anual do diretor.* Ano 1928. Rio de Janeiro. Papelaria Brasil. — 1929. p. 139.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1929. Rio de Janeiro. Papelaria Brasil. — 1930. p. 109.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1930. Rio de Janeiro. Tip. do Ministério da Agricultura — 1931. ps. 3-43.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1930. Rio de Janeiro. Tip. do Ministério da Agricultura. 1931. p. 76.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1931. Rio de Janeiro. Tip. do Ministério da Agricultura. 1932. p. 25.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1932. Rio de Janeiro. Tipografia da Agricultura, 1934. p. 18.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1932. Rio de Janeiro. Tipografia da Agricultura. 1934. ps. 7-59-64-72.
- B 110 —
B 736
- Relatório anual do diretor.* Ano 1929. Rio de Janeiro. Papelaria Brasil. — 1930. ps. 5-37.
- B 000 — BRAZIL TODAY.
B 739
- Oct. 1940. Vol I. N.º 2 (in p. 4).
- B 000 — LE BRÉSIL.
B 754
- Caractéristiques géographiques, économiques, historiques, sociales, politiques et intellectuelles.* Rio de Janeiro, 1937. 78 ps. 23 cm. (in p. 31).
- B 600 — CORREIA FILHO, José.
C 817
- Brasil econômico e sua marinha mercante.* Rio de Janeiro. 1938. 331 ps. illus. 27 cm. p. 20.
- B 600 — CRESPO, Jorge B.
C 864
- Geografía económica del Brasil.* Buenos Aires. Talleres Gráficos del Instituto Geográfico Militar. 1919. 387 ps. illus. 23 cm. p. 34.
- B 000 — ELLIOTT, L. E.
El 58
- Brazil today and tomorrow,* by L. E. Elliott. Illustrated. New York. The Macmillian Company. 1922. 327 p. illus. 20 cm. (in p. 155: Electric power, Paulo Afonso falls; 265, 270 used for manufacturing; falls available, 273).
- B20 - 650 — ESTATÍSTICA INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.
Es 83
- Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Ano de 1931. (in p. 245).
- B20 - 650 —
Es 83
- Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Ano de 1933. p. 214.

- B20 - 650 — ESTATÍSTICA INDUSTRI- B 631 — LEÃO, Josias.
Es 83 AL DO ESTADO DE SÃO L 476
PAULO.
Secretaria da Agricultura,
Indústria e Comércio do
Estado de São Paulo. Ano
de 1937. p. 242.
- B 110 — FERRAZ, Luis Caetano.
Es 18
*Excursões científicas no
Estado de Santa Catarina.*
(In Anais da Escola de Mi-
nas de Ouro Preto. n.º 17.
1921). Ouro Preto Editora
Mineira. p. 33.
- B 650 — FRANCA AMARAL, Ed-
Am 13 mundo.
*A energia elétrica no
Brasil.* Rio de Janeiro —
Jornal do Comércio, 1935. 25
ps. 23 cm.
- B16-600 —
B 637
*Aproveitamento econômi-
co da energia elétrica.* (In
Boletim de Informações
Econômicas e Estatísticas).
Ano I — 1936. Departamen-
to de Estatística e Publici-
dade. Rio de Janeiro. 1937.
p. 23).
- B4 - 600 — FURTADO SIMAS, Amé-
Si 42 rico.
*A energia hidráulica, a
viação e o problema das sê-
cas no Estado da Bahia.* —
Bahia-Brasil, Livraria Cien-
tífica, 1941. 116 ps. 23 cm.
(Escola Politécnica da Ba-
hia, monografia n.º 3).
- B 600 — JOBIM, José.
J 578
*O Brasil na economia
mundial.* Rio de Janeiro.
Centro de Estudos Econô-
micos. 264 ps. 23 cm. p. 177
— 179.
- B 650 —
J 578
*História da Indústria no
Brasil,* por José Jobim. Rio
de Janeiro. Livraria José
Olimpio Editora. 1941. 252
ps. 23 cm. (in p. 178).
- B 000 — MAGALHÃES, Sinfrônio.
M 27
Aspectos do Brasil, por
Sinfrônio Magalhães. Rio
de Janeiro. Imprensa Na-
cional. 500 ps. ilus. 23 cm.
p. 34.
- B8 - 142 — MARANHÃO. Departamen-
R 477 to Estadual de Estatística.
Rio Corda, quedas d'água.
Maranhão, 1940. 27 ps. ilus.
23 cm.
- B10-140 — MINAS GERAIS. Decreto
n. 6 273, de 23/3/1923.
*Quedas d'água do Estado
de Minas Gerais.* Belo Ho-
rizonte, Imprensa Oficial,
1925. 31 ps. 22 cm.
- B 000 — MIRANDA RIBEIRO, Artur
C 627 de.
*A força hidráulica no
Brasil; possibilidades do seu
aproveitamento.* (In Cola-
boração do Clube de Enge-
nharia do Rio de Janeiro
ao 9.º Congresso Brasi-
leiro de Geografia. p. 78.
- B 600 — NORMANO, J. F.
N 781
*Evolução econômica do
Brasil,* por J. F. Normano.
Tradução de Teodoro Quar-
tim Barbosa, Roberto Peake
Rodrigues e Laércio Bran-
dão Teixeira. São Paulo,
etc., Companhia Editora
Nacional, 1939. 313 ps. 18
cm. Ser. 5.ª Bras. V. 152
Bib. Ped. Bras. p. 144.
- B 110 — OLIVEIRA, Clodomiro de.
Es 18
Indústria Siderúrgica. (In
Anais da Escola de Minas
de Ouro Preto). N.º 14, 1912,
Ouro Preto. Oficinas da
Casa Matos. p. 98.

- B 650 — OLIVEIRA, Eusébio Paulo
Ol 4 de.
Fontes de energia do Brasil. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura. 1928. — 21 ps. illus. 26 cm.
- B10-650 —
Ol 4
Fontes de energia do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 1929, 12 ps. 26,5 cm.
- B 631 —
Ol 4
Legislação sobre o uso da energia hidráulica. Rio de Janeiro. Tip. do Serviço de Informações, 1930. 27 ps. 26,5 cm.
- B13-142 — PEREIRA DA COSTA, João Batista.
O aproveitamento do potencial do rio Jacuí. Santa Maria, Liv. Comercial. 12 ps. 22,5 cm.
- B 631 — PINHEIRO, ALCIDES.
P 655
Direito das Minas. Comentário à legislação, por Alcides Pinheiro. Rio de Janeiro, "Jornal do Comércio". Rodrigues & Cia., 1939. 219 ps. 23 cm. p. 60: Decreto-lei n.º 938.
- B 600 — POTSCH, Valdemiro.
P 849
O Brasil e suas riquezas. Leitura Pátria. 15.ª ed. Rio de Janeiro, etc., Livr. Francisco Alves, 1940. 362 ps. illus. 18 cm. p. 75.
- B 600 — RAMOS GIMÉNEZ, Leopoldo.
B 147
El Brasil. Su desarrollo economico - industrial, por Leopoldo Ramos Giménez. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco F.º, 1932. 252 ps. 24 cm. ps. 135-138.
- SAMPAIO, Teodoro.
Do estudo e cadastro da força hidráulica dos rios brasileiros e da nacionalização de suas águas. (In Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na cidade do Salvador, 1916. Bahia, Imp. Oficial, 1917. V. 1, p. 395).
- B 110 — SANTOS, Lúcio José dos.
Es 18
Anais da Escola de Minas de Ouro Preto. N.º 9 — 1907. 2.ª ed. Ouro Preto Livraria Mineira, 1907. — p. 125.
- B 110 —
Es 18
Escolha de uma turbina hidráulica. (In Anais da Escola de Minas de Ouro Preto. N.º 18 — 1922. Ouro Preto. Editôra Mineira. p 111).
- B 110 —
Es 18
Anais da Escola de Minas de Ouro Preto. N.º 25 — 1934. Ouro Preto. Livraria Mineira. p. 21.
- B 650 — SERVIÇO DE ÁGUAS. Brasil.
B 736
Utilização de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro, 1935. Ministério da Agricultura. b. n. 1.
- B 110 — SERVIÇO GEOLÓGICO E
B 736 MINERALÓGICO DO BRASIL.
Relatório anual do diretor. Ano 1926. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1928. ps. 8 - 67.
- B 600 — SOUSA LEÃO, Luís Antônio de.
M 662
Esbôço da captação e energia hidráulica de abastecimento de água para São Paulo. (In Mineração e Metalurgia. N.º 9. V. 2. Setembro-outubro — 1937. p. 189).

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis publicados no mês de agosto de 1944

- * Decreto-lei n.º 6 739, de 26 de julho de 1944.
Dispõe sobre a locação de imóveis — (D. O. 1-8-944) — (Reproduzido por ter saído com incorreções em 31-VII-944) — (Retificação novamente em D.O. 2-8-944).
- * Decreto-lei n.º 6 749, de 29 de julho de 1944.
Dispõe sobre o planejamento e autorização de obras e equipamentos relativos a edifícios públicos a cargo dos Ministérios Cíveis e do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 1-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 750, de 29 de julho de 1944.
Dispõe sobre a fiscalização de obras e equipamentos relativos aos edifícios públicos a cargo dos Ministérios Cíveis e do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 1-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 751, de 29 de julho de 1944.
Dispõe sobre os órgãos específicos de edifícios públicos dos Ministérios Cíveis.
“Diário Oficial” de 1-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 752, de 31 de julho de 1944.
Dispensa aos militares pertencentes ao 1.º Escalão da Força Expedicionária Brasileira a exigência do requisito de arrematação para fins de promoção.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 753, de 31 de julho de 1944.
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 6 564 154,00 para ocorrer às despesas que menciona, e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 2-8-944. (Republicado por ter saído com incorreções em D.O. de 2-8-944).
- * Decreto-lei n.º 6 754, de 31 de julho de 1944.
Dá nova redação ao parágrafo único do art. 9 do Decreto-lei n.º 6 224, de 24 de janeiro de 1944.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 755, de 31 de julho de 1944.
Dispõe sobre o prazo e selagem de contratos de câmbio.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 756, de 31 de julho de 1944.
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 20 000 000,00 para a Fábrica Nacional de Motores.
“Diário Oficial” de 1-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 757, de 31 de julho de 1944.
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15 093 979,50, para melhoramentos e aparelhamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 758, de 31 de julho de 1944.
Dispõe sobre a chefia das Delegações de Controle junto às entidades autárquicas.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 759, de 31 de julho de 1944.
Altera a carreira de Dactilógrafo do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 760, de 31 de julho de 1944.
Acrecenta dispositivo ao Decreto-lei n.º 6 397, de 1.º de abril de 1944.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 761, de 31 de julho de 1944.
Concede favores fiscais aos hotéis que se estabelecerem no território nacional e fixa as condições para essa concessão.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- * Decreto-lei n.º 6 762, de 31 de julho de 1944.
Cria cargos isolados, de provimento efetivo, no Quadro da Justiça, Parte Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
“Diário Oficial” de 2-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 763, de 3 de agosto de 1944.
Autoriza a União a liquidar dívidas do Estado do Amazonas.
“Diário Oficial” de 5-8-944.

* N. R.: Decretos-leis datados de julho e publicado em agosto.

- Decreto-lei n.º 6 764, de 3 de agosto de 1944.**
Dispõe sobre o restabelecimento da isenção da taxa de expediente prevista no Decreto-lei n.º 242, de 4 de fevereiro de 1938, em favor dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal.
"Diário Oficial" de 5-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 765, de 3 de agosto de 1944.**
Altera sem aumento de despesa o vigente orçamento do Ministério da Guerra.
"Diário Oficial" de 5-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 766, de 3 de agosto de 1944.**
Altera sem aumento de despesa o atual orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas.
"Diário Oficial" de 5-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 767, de 3 de agosto de 1944.**
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1 582 666,80 para pagamento de indenizações decorrentes de requisições.
"Diário Oficial" de 5-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 768, de 3 de agosto de 1944.**
Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 13 200,00 à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 5-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 769, de 4 de agosto de 1944.**
Modifica a estrutura geral da organização dos serviços da Secretaria Geral de Saúde e Assistência e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 7-8-944. — (Com relação anexa).
- Decreto-lei n.º 6 770**
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 771, de 7 de agosto de 1944.**
Dispõe sobre a distribuição do carvão mineral produzido no país e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 9-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 772, de 7 de agosto de 1944.**
Dispõe sobre a concessão de favores à V Feira Nacional de Indústrias a realizar-se em São Paulo, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 9-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 773, de 7 de agosto de 1944.**
Dispõe sobre o comando de Zonas e altera o efetivo do Quadro de oficiais aviadores.
"Diário Oficial" de 9-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 774, de 7 de agosto de 1944.**
Dá nova redação aos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do art. 1.º e ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 095, de 13 de dezembro de 1943.
"Diário Oficial" de 9-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 775, de 7 de agosto de 1944.**
Institui o Grupo de Regiões Militares na organização do Exército e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 12-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 776, de 7 de agosto de 1944.**
Altera sem aumento de despesa o orçamento do Plano de Obras e Equipamentos, na parte referente ao Ministério da Viação e Obras Públicas.
"Diário Oficial" de 9-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 777, de 8 de agosto de 1944.**
Dispõe sobre a subrogação de imóveis gravados ou inalienáveis.
"Diário Oficial" de 10-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 778, de 9 de agosto de 1944.**
Modifica a estrutura geral da organização dos serviços da Secretaria Geral de Administração e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 11-8-944. — (com relação anexa).
- Decreto-lei n.º 6 779, de 9 de agosto de 1944.**
Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Educação e Saúde.
"Diário Oficial" de 11-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 780, de 10 de agosto de 1944.**
Autoriza a permuta de próprio nacional por terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Nioaque no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 12-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 781, de 10 de agosto de 1944.**
Extingue a coletoria federal de Piranhas, no Estado de Alagoas, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 12-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 782, de 10 de agosto de 1944.**
Abre à Comissão Central de Requisições o crédito especial de Cr\$ 68 000,00 para classificação da despesa.
"Diário Oficial" de 12-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 783, de 10 de agosto de 1944.**
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar do pagamento do imposto territorial os terrenos designados por lotes 1, 2, 3 e 4 da travessa Santa Teresinha, nas condições que menciona.
"Diário Oficial" de 12-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 784, de 10 de agosto de 1944.**
Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 12 000,00 para pagamento de salários a Irvino Whittlesey Tibiriçá.
"Diário Oficial" de 12-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 785, de 11 de agosto de 1944.**
Cria os recursos para o Fundo Nacional do Ensino Primário, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 16-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 786, de 14 de agosto de 1944.**
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 95 000,00 à verba que menciona
"Diário Oficial" de 16-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 787, de 14 de agosto de 1944.**
Dispõe sobre a percepção de diferença de vencimentos.

"Diário Oficial" de 16-8-944.

Decreto-lei n.º 6 788, de 14 de agosto de 1944.
Dispõe sobre o montepio dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

"Diário Oficial" de 16-8-944.

Decreto-lei n.º 6 789, de 14 de agosto de 1944.
Altera a carreira de Agrônomo Silvicultor do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16-8-944.

Decreto-lei n.º 6 790, de 15 de agosto de 1944.
Dispõe sobre a aplicação do § 2.º do art. 166 do Código do Processo Civil.

"Diário Oficial" de 15-8-944.

Decreto-lei n.º 6 791, de 15 de agosto de 1944.
Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar que especifica.

"Diário Oficial" de 17-8-944.

Decreto-lei n.º 6 792, de 15 de agosto de 1944.
Cria cargo de provimento em comissão no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-8-944.

Decreto-lei n.º 6 793, de 15 de agosto de 1944.
Altera o efetivo de praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-8-944.

Decreto-lei n.º 6 794, de 16 de agosto de 1944.
Manda computar o tempo de serviço prestado pelos Oficiais Cirurgiões Dentistas do Corpo de Saúde da Armada.

"Diário Oficial" de 18-8-944.

Decreto-lei n.º 6 795, de 17 de agosto de 1944.
Cria no Exército as condecorações denominadas Medalha de Guerra, Medalha de Campanha e Cruz de Combate.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 796, de 17 de agosto de 1944.
Cria Unidades de Aviação.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 797, de 17 de agosto de 1944.
Altera carreiras do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 798, de 17 de agosto de 1944.
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 2 090,270,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 799, de 17 de agosto de 1944.
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4 037,80 para pagamento ao Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 800, de 17 de agosto de 1944.
Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 73 320,00 para pagamento de despesa que especifica e anula importância equivalente em verba do vigente orçamento.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 801, de 17 de agosto de 1944.
Autoriza o Instituto Nacional do Sal a distribuir bonificação aos produtores de sal.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 802, de 17 de agosto de 1944.
Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 3 115, de 13 março de 1941.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 803, de 17 de agosto de 1944.
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 2 355 609,00 para pagamento de materiais fornecidos à Estrada de Ferro Goiás.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 804, de 17 de agosto de 1944.
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar a Maternidade Casa da Mãe Pobre do pagamento do imposto que menciona.

"Diário Oficial" de 19-8-944.

Decreto-lei n.º 6 805, de 21 de agosto de 1944.
Altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 6 710, de 19 de julho de 1944.

"Diário Oficial" de 23-8-944.

Decreto-lei n.º 6 806, de 21 de agosto de 1944.
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 60 000,00, para o fim que especifica.

"Diário Oficial" de 22-8-944.

Decreto-lei n.º 6 807, de 21 de agosto de 1944.
Eleva os vencimentos das enfermeiras da Reserva da Aeronáutica convocadas.

"Diário Oficial" de 23-8-944.

Decreto-lei n.º 6 808, de 21 de agosto de 1944.
Dispõe sobre a publicação de editais de citação e de praça nas execuções dos julgados da extinta organização administrativa do trabalho.

"Diário Oficial" de 23-8-944.

Decreto-lei n.º 6 809, de 21 de agosto de 1944.
Prorroga por cento e vinte dias o prazo a que se refere o art. 17 do Decreto-lei n.º 6 378, de 28 de março de 1944.

"Diário Oficial" de 23-8-944.

Decreto-lei n.º 6 810, de 21 de agosto de 1944.
Prorroga até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo da isenção de que trata o Decreto-lei n.º 5 443, de 27 de abril de 1944.

"Diário Oficial" de 23-8-944.

Decreto-lei n.º 6 811, de 21 de agosto de 1944.
Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar que especifica.

"Diário Oficial" de 23-8-944.

- Decreto-lei n.º 6 812, de 21 de agosto de 1944.**
Modifica a organização da Divisão Moto-Mecanizada.
"Diário Oficial" de 23-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 813, de 21 de agosto de 1944.**
Extingue o 1.º Regimento de Carros de Combate e cria o 1.º Batalhão de Carros de Combate da Divisão Moto-Mecanizada.
"Diário Oficial" de 23-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 814, de 21 de agosto de 1944.**
Classifica as bases aéreas e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 23-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 815, de 13 de agosto de 1944.**
Cria funções gratificadas no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.
"Diário Oficial" de 25-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 816, de 23 de agosto de 1944.**
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 60 000,00, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 25-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 817, de 23 de agosto de 1944.**
Altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 506, de 17 de maio de 1944.
"Diário Oficial" de 25-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 818, de 23 de agosto de 1944.**
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 36 000,00 à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 25-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 819, de 23 de agosto de 1944.**
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 27 000,00, à verba que especifica.
"Diário Oficial" de 25-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 820, de 24 de agosto de 1944.**
Autoriza nova prorrogação do prazo do contrato de exploração do serviço da Loteria Federal.
"Diário Oficial" de 26-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 821, de 24 de agosto de 1944.**
Altera a carreira de Almojarife do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.
"Diário Oficial" de 26-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 822, de 24 de agosto de 1944.**
Altera a carreira de Desenhista do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
"Diário Oficial" de 26-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 823, de 24 de agosto de 1944.**
Cria uma coletoria federal no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.
"Diário Oficial" de 26-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 824, de 25 de agosto de 1944.**
Institui a Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.).
"Diário Oficial" de 28-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 825, de 25 de agosto de 1944.**
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar a Casa do Pobre de Nossa Senhora de Copacabana do pagamento do imposto que menciona.
"Diário Oficial" de 28-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 826, de 25 de agosto de 1944.**
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar do pagamento da imposto predial o imóvel sito à rua Derby Clube n.º 190, na forma que menciona.
"Diário Oficial" de 28-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 827, de 25 de agosto de 1944.**
Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar entidades ou representações estrangeiras, do pagamento que menciona.
"Diário Oficial" de 28-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 828**
(Ainda não foi publicado).
- Decreto-lei n.º 6 829, de 26 de agosto de 1944.**
Declara incorporado à Campanha Nacional contra o Câncer o Instituto de Rádium do Estado de Minas Gerais.
"Diário Oficial" de 29-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 830, de 26 de agosto de 1944.**
Abre crédito suplementar ao Ministério da Viação e Obras Públicas.
"Diário Oficial" de 29-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 831, de 26 de agosto de 1944.**
Abre crédito suplementar ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sem aumento de despesa.
"Diário Oficial" de 29-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 832, de 26 de agosto de 1944.**
Altera, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da República.
"Diário Oficial" de 29-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 833, de 26 de agosto de 1944.**
Declara como florestas protetoras, de acordo com o art. 11, parágrafo único, do Decreto n.º 23 793, de 23 de janeiro de 1934, área de matas que delimita, na ilha de São Luís, Estado do Maranhão.
"Diário Oficial" de 29-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 834, de 28 de agosto de 1944.**
Autoriza a emissão de "Letras do Tesouro".
"Diário Oficial" de 30-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 835, de 28 de agosto de 1944.**
Dá nova redação ao art. 5.º do Decreto-lei n.º 6 688, de 13 de julho de 1944.
"Diário Oficial" de 30-8-944.
- Decreto-lei n.º 6 836, de 28 de agosto de 1944.**
Manda cancelar dívidas do imposto do selo.
"Diário Oficial" de 30-8-944.

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 6 842, de 31 de agosto de 1944.

Aprova a Convenção entre o Brasil e Paraguai, para a construção e exploração da Estrada de Ferro Concepción-Pedro Juan Caballero, firmada no Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1944, substitutiva da Convenção firmada por ambos os países, na cidade do Rio de Janeiro, a 14 de junho de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição:

Resolve:

Aprovar a Convenção entre o Brasil e o Paraguai, para a construção e exploração da Estrada de Ferro Concepción-Pedro Juan Caballero, firmada no Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1944, substitutiva da Convenção firmada por ambos os países, na cidade do Rio de Janeiro, a 14 de junho de 1941.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Pedro Leão Veloso.

(D. O. 2-9-944).

★

Decreto-lei n.º 6 871, de 15 de setembro de 1944.

Transforma a Diretoria do Domínio da União em Serviço do Patrimônio da União e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º A Diretoria do Domínio da União passa a denominar-se Serviço do Patrimônio da União, órgão integrante do Ministério da Fazenda, subordinado ao diretor geral da Fazenda Nacional, e terá por finalidade defender, guardar e conservar o patrimônio imóvel da União e promover a prosperidade do mesmo.

Art. 2.º O patrimônio imóvel da União compreende:

I — os terrenos de marinha e seus acrescidos; os de mangue e das ilhas situadas em mares territoriais ou não, que não estejam incorporadas ao patrimônio dos Estados ou Municípios o que, por qualquer título, não pertençam a particulares; os terrenos situados nas margens dos rios navegáveis no Território do Acre, se, por qualquer título, não pertencerem a particulares situados na margem brasileira dos rios internacionais e nos que banham costas de um Estado; as ilhas situadas em rios que limitam o Brasil; e porção de 66 quilômetros da faixa das fronteiras;

II — as fazendas nacionais; os terrenos devolutos situados no Distrito Federal e nos Territórios Federais e que não estejam incorporados ao patrimônio da municipalidade; os terrenos dos extintos aldeamentos de índios que não tenham passado legalmente, para o domínio dos Estados ou Municípios;

III — os edifícios públicos federais e terrenos aplicados ao serviço de repartição ou estabelecimento da União; os edifícios e terrenos da União que esta arrenda, aluga ou dá em aforamento a particulares; as fortalezas, fortificações, construções militares, material de marinha, exército e aviação; os edifícios construídos ou de qualquer forma adquiridos pelo Governo Federal;

IV — as estradas de ferro, instalações portuárias, telégrafos, telefones, fábricas, oficinas e demais serviços industriais do Estado;

V — os bens que foram do domínio da Coroa; as benfeitorias das extintas colônias militares com os terrenos que não tenham sido alienados; os bens perdidos pelo criminoso condenado por sentença proferida em processo judiciário federal; os bens dos devedores da União que lhe forem adjudicados em pagamento ou por sentença judicial; os bens de herança jacente e todos aqueles que por qualquer título, forem incorporados ao patrimônio da União.

Art. 3.º O Serviço do Patrimônio da União será constituído de:

I — órgão central — supervisor e controlador — com a seguinte composição.

a) Divisão de Concessões, Venda e Aquisições (D.A.), que compreende:

Secção de Contratos de Rendimento;
Secção de Aquisições e Alienações.

b) Divisão de Cadastro (D.C.), que compreende:

Secção de Coleta de Dados;
Secção de Registro

Mapoteca.

c) Divisão de Contrôlo Econômico (D.E.), que compreende:

Secção de Inscrição dos Bens Produtivos;
Secção de Contrôlo da Receita;
Secção de Estudos da Utilização dos Bens.
d) Secção de Administração.

II — Delegacias no Distrito Federal, nos Estados e Territórios — órgãos executores e subsidiários do órgão central, compreendendo as atividades de Cadastro, Contratos e Cobrança.

Parágrafo único. Nas regiões em que o volume do patrimônio o justificar, êsses setores poderão constituir secções.

Art. 4.º Ficam criadas, na Delegacia do Distrito Federal, as seguintes secções:

a) Secção de Cadastro;
b) Secção de Contratos;
c) Secção de Cobrança.

Art. 5.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a cobrar taxa retributória pelo fornecimento de cópias fotográficas, fotostáticas ou heliográficas de plantas, mapas e outros documentos, quando solicitadas por governo estadual ou municipal e particulares.

§ 1.º O pagamento da taxa de que trata o presente artigo será estipulado em tabela organizada pelo diretor do Serviço e aprovada pelo ministro de Estado da Fazenda.

§ 2.º A cobrança da taxa mencionada será feita mediante expedição, pelo órgão central ou delegacia, de guia de recolhimento e seu pagamento efetuado no órgão próprio da rede de arrecadação do Governo Federal.

Art. 6.º Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, os seguintes cargos isolados, de provimento em comissão, para o Serviço do Patrimônio da União:

- 1 Diretor de Divisão (D.A. — S.P.U.) — P;
- 1 Diretor de Divisão (D.R. — S.P.U.) — P;
- 1 Diretor de Divisão (D.E. — S.P.U.) — P.

Art. 7.º Ficam criadas, nos mesmos Quadro e Ministério, as seguintes funções gratificadas, para o Serviço do Patrimônio da União:

- 1 Secretário de Diretor do Serviço S.P.U.) Cr\$ 5 400,00 anuais;
- 1 Secretário de Diretor de Divisão (D.A. — S.P.U.) Cr\$ 4 200,00 anuais;
- 1 Secretário de Diretor de Divisão (D.C. — S.P.U.) Cr\$ 4 200,00 anuais;
- 1 Secretário de Diretor de Divisão (D.E. — S.P.U.) 4 200,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção de Administração (S.A. S.P.U.), Cr\$ 5 400,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.Ct. — D.A. — S.P.U.) Cr\$ 6 600,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.Aa. — D.A. — S.P.U.) Cr\$ 6 600,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.D. — D.C. — S.P.U.) Cr\$ 6 600,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.R. — D.C. — S.P.U.) Cr\$ 6 600,00 anuais;
- 1 Chefe da Mapoteca (Map. — D.C. — S.P.U.) Cr\$ 4 800,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.I. — D.E. — S.P.U.) Cr\$ 6 600,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.C. — D.E. — S.P.U.) Cr\$ 6 600,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.U. — D.E. — S.P.U.) Cr\$ 7 800,00 anuais;
- 1 Chefe de Delegacia (D.D.F. — S.P.U.) Cr\$ 12 000,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (C.Cd. — D.D.F. — S.P.U.) Cr\$ 6 000,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção — (S.Ct. — D.D.F. — S.P.U.) Cr\$ 6 000,00 anuais;
- 1 Chefe de Secção (S.Ch. — D.D.F. — S.P.U.) Cr\$ 6 000,00 anuais;

Art. 8.º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda, anexo n.º 16 do Orçamento Geral da República para 1944, o crédito suplementar de Cr\$ 216 600,00 (duzentos e dezesseis mil e seiscentos cruzeiros) em reforço das seguintes dotações:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente Cr\$ 162 000,00.

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 09 — Funções gratificadas Cr\$ 54 600,00.

Art. 9.º Ficam suprimidas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, as seguintes funções gratificadas da antiga diretoria do Domínio da União:

	anuais
2 Chefes de Divisão	Cr\$ 7 800,00
1 Secretário	Cr\$ 4 200,00
2 Chefes dos Serviços Auxiliares	Cr\$ 3 000,00
1 Chefe de Portaria	Cr\$ 3 000,00
1 Chefe do Serviço Regional do D.F.	Cr\$ 9 600,00
3 Chefes de Secção — D.F. ..	Cr\$ 4 200,00

Art. 10. Fica transformado no cargo de provimento em comissão, padrão R, de diretor do Serviço do Patrimônio da União do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, o atual cargo de provimento em comissão, padrão R, de diretor da Diretoria do Domínio da União, dos mesmos Quadro e Ministério.

Art. 11. Fica transformado no cargo isolado de provimento efetivo, extinto quando vagar, de assistente, padrão L, e incluído no Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, o cargo isolado de provimento efetivo, padrão L, de procurador (D.D.U.), do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 12. A implantação desta reforma no órgão central e na Delegacia do Distrito Federal será empreendida imediatamente após a publicação deste decreto-lei.

Parágrafo único. A implantação nos demais órgãos executivos existentes e a criação de novos serão levadas a efeito dentro do prazo de 180 dias, a partir da data da publicação do presente decreto-lei.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

(D. O. 18-9-944).

★

Decreto-lei n.º 6 873, de 15 de setembro de 1944.

Altera a redação do art. 118 do Decreto-lei n.º 1713, de 28 de outubro de 1939.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º O art. 118 do Decreto-lei n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 118. O vencimento ou a remuneração dos funcionários não poderão ser objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar;

I — De prestação de alimentos, na forma da lei civil;

II — De dívidas para com a Fazenda Nacional, em face de cobrança judicial, proveniente de impostos e taxas e locação de imóvel de propriedade da União.

Art. 2.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
P. Leão Veloso.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
Joaquim Pedro Saigado Filho.

(D. O. 18-9-944).

★

Decretos

Decreto n.º 16 578, de 12 de setembro de 1944.

Approva o Regimento do Conselho Nacional de Política Industrial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição e de acordo com o art. 4.º do Decreto-lei n.º 5 982, de 10 de novembro de 1943,

Decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (C.N.P.I.C.), assinado pelo ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio e que acompanha o presente decreto.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alexandre Marcondes Filho.

★

Regimento do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art. 1.º O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (C.N.P.I.C.), criado pelo Decreto-lei n.º 5 982, de 10 de novembro de 1943, tem por finalidade fixar a política industrial e comercial do país em função das suas necessidades e possibilidades, e exercerá suas atribuições de acordo com o presente regimento e com as instruções supletivas que forem baixadas pelo ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio.

CAPÍTULO II

Da organização e competência

Art. 2.º O Conselho funcionará sob a presidência do ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio e terá a seguinte composição:

a) dois representantes do comércio e dois representantes da indústria indicados pelas respectivas entidades de terceiro grau;

b) um representante de cada um dos Ministérios a que se refere o Decreto-lei n.º

5 982, de 10 de novembro de 1943, indicados pelos titulares das respectivas pastas;

c) cinco especialistas em ciências políticas e sociais.

§ 1.º — Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República e tomarão posse perante o ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio. Ao mandato de conselheiro, considerado serviço relevante ao país, corresponderá o prêmio de Cr\$ 1,00 por ano.

§ 2.º — O mandato de conselheiro terá a duração de dois anos, podendo ser renovado.

Art. 3.º — Compete ao conselheiro estudar, planejar e indicar:

a) medidas de adaptação da economia brasileira decorrente da guerra às condições necessárias à implantação da paz;

b) as medidas necessárias ao fomento das atividades industriais e comerciais do país;

c) providências à defesa das atividades existentes, bem como a formação de novas, especialmente de produção de matérias primas essenciais;

d) providências concernentes à fundação e funcionamento de indústria de base, visando os interesses da defesa ou da economia nacional, em função das possibilidades dos centros de consumo, problemas migratórios e imigratórios ou de desemprego;

e) medidas de organização do intercâmbio entre as várias zonas econômicas do país;

f) medidas de emulação ou esclarecimento que melhorem e prestígiem as atividades econômicas brasileiras, propondo, ainda, os meios coercitivos capazes de evitar a fraude ou a concorrência desleal;

g) medidas que proporcionem real e eficiente colaboração das entidades sindicais de qualquer grau nas atividades comerciais e industriais;

h) regras de consolidação das normas de política industrial e comercial visando o fortalecimento econômico do Brasil, a elevação do padrão geral de vida e o intercâmbio com as demais nações.

CAPÍTULO III

Das reuniões

Art. 4.º — As reuniões do Conselho serão ordinárias ou extraordinárias e constarão de uma sessão única ou de sessões consecutivas, quando o exigir a ordem do dia. Haverá todos os meses uma reunião ordinária que se iniciará em dia previamente fixado pelo presidente.

§ 1.º — Nas semanas em que não houver reunião ordinária ou extraordinária previamente convocada, o presidente poderá reunir em comissão geral os conselheiros que se encontrem na Capital Federal, a fim de lhes submeter qualquer assunto de urgência para a decisão do qual não seja conveniente aguardar a próxima reunião.

§ 2.º — De tais reuniões os conselheiros ausentes serão avisados com a possível antecedência.

Art. 5.º — O Conselho deliberará reunido numa só Câmara e votará com a presença de, pelo menos, sete conselheiros.

Art. 6.º — As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos conselheiros presentes à sessão, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

Art. 7.º — Não havendo número legal para a votação, mas estando presentes cinco conselheiros, entre os quais o presidente ou seu substituto, será lido o expediente e discutida e votada a ata da sessão anterior.

Art. 8.º — As sessões do Conselho serão divididas em três partes: a primeira dedicada à leitura e aprovação da ata ou atas da sessão ou sessões anteriores; a segunda à leitura do expediente da Secretaria e à apresentação, pelos conselheiros, de moções, requerimentos, indicações ou comunicações; a terceira à ordem do dia.

§ 1.º — Antes de encerrada a discussão, qualquer dos conselheiros poderá pedir ao presidente adiamento da mesma e vista do processo em exame.

§ 2.º — Poderá o presidente, por iniciativa própria, determinar o adiamento de discussões.

§ 3.º — Na fase da discussão, os conselheiros poderão apresentar, por escrito, emendas, subemendas e substitutivos aos projetos de resolução.

Art. 9.º — O presidente, de acordo com o plenário, poderá dispensar a leitura das atas das sessões, considerando-as aprovadas.

Art. 10 — As votações para cada matéria se iniciam pela votação do projeto de resolução, salvo naquilo a que se referirem as emendas e sub-emendas. Aprovado o projeto de resolução, votam-se primeiramente, as emendas, e, depois, as sub-emendas. Se estas forem aprovadas será considerado aprovado o projeto de resolução modificado por elas; se forem recusadas estará o projeto aprovado na sua redação primitiva. Se, de início, o projeto de resolução não for aceito, votam-se os substitutivos na ordem cronológica em que chegarem à Mesa.

Art. 11 — A votação, por parte, poderá ser determinada pelo presidente ou a requerimento de qualquer conselheiro.

Art. 12 — A interrupção de um discurso por meio de aparte só será permitida mediante prévio consentimento do orador.

Art. 13 — Haverá, na mesa, um livro destinado a receber a assinatura dos conselheiros que comparecerem à sessão.

CAPÍTULO IV

Do presidente

Art. 14 — O presidente do Conselho exercerá suas funções coadjuvado por um secretário administrativo, ao qual por exigência do serviço poderá delegar funções de sua competência.

Art. 15 — Compete ao presidente do Conselho:

a) presidir às sessões e dirigir os trabalhos resolvendo as questões de ordem;

b) anunciar, nas sessões, o que se tenha a discutir e votar;

c) proclamar o resultado das votações;

d) tomar parte nas discussões, exercendo, ainda, o voto de qualidade;

e) justificar as faltas de comparecimento dos conselheiros;

f) designar relatores e comissões especiais, fixando-lhes prazo para apresentação de pareceres;

g) organizar, com a necessária antecedência, a ordem do dia das sessões;

h) cumprir e fazer cumprir o presente Regimento;

i) despachar pessoalmente as matérias que não dependam de voto do plenário;

j) apresentar anualmente ao Presidente da República o relatório dos trabalhos do Conselho;

l) providenciar quanto à aplicação de sanções cabíveis nos casos de transgressão de resoluções do Conselho aprovadas pelo Presidente da República;

m) autorizar as despesas do Conselho;

n) requisitar passagens em qualquer meio de transporte para os membros do Conselho e pessoal da Secretaria quando em objeto de serviço;

o) tomar as providências necessárias ao funcionamento do Conselho;

p) expedir instruções regulando o funcionamento das comissões especiais que designar;

q) assinar, com o secretário, as atas das sessões;

r) fixar o quantum das gratificações dos funcionários.

Art. 16 — O presidente designará, anualmente, o conselheiro que o deva substituir em suas faltas e impedimentos.

CAPÍTULO V

Dos conselheiros

Art. 17 — São deveres e prerrogativas dos membros do Conselho:

a) sindicair individualmente das atividades econômicas do país e manter-se informado do seu curso;

b) viajar no desempenho de suas funções pelo território nacional, gozando das vantagens concedidas aos funcionários públicos federais em serviço;

c) requisitar das repartições públicas federais, estaduais ou municipais e às autarquias, nos termos do § 2.º do art. 18, quaisquer informações ou dados que julguem úteis ao desempenho de sua função;

d) representar ao presidente do Conselho sobre toda prática nociva à economia brasileira ou contrária às leis e regulamentos em vigor, que chegue ao seu conhecimento.

Parágrafo único — O não comparecimento de um conselheiro a seis sessões consecutivas, ou a doze durante o ano, sem causa justificada, importa em renúncia, que será comunicada ao Presidente da República para o expediente de exoneração.

CAPÍTULO VI

Da ordem dos trabalhos

Art. 18 — O Conselho deliberará sobre matéria a ele submetida pelo Presidente da República e pelo ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio ou sobre matéria de sua

própria iniciativa. Nos dois primeiros casos o presidente do Conselho designará um relator ou uma comissão especial, antes mesmo de incluir a matéria na ordem do dia. No terceiro caso, a deliberação do Conselho será provocada por indicação fundamentada apresentada por um ou mais conselheiros, cabendo ao Conselho votar, preliminarmente, se a indicação deve ou não ser objeto de deliberação; no caso afirmativo, o estudo da matéria será confiado a um relator ou comissão especial, designados pelo presidente.

§ 1.º — Na hipótese de ser designada comissão especial, deverá esta, todas as vezes que forem necessárias, reunir-se por iniciativa do primeiro dos conselheiros nomeados, cabendo a estes a escolha do relator.

§ 2.º — Qualquer diligência julgada necessária à elucidação dos assuntos tratados nos processos poderá ser requerida ao presidente pelos relatores ou comissões especiais.

CAPÍTULO VII

Das pareceres e resoluções

Art. 19 — Os pareceres das comissões especiais ou de relatores deverão ser acompanhadas de um projeto de resolução em que se consustanciem as conclusões daqueles.

Parágrafo único — Os pareceres serão encaminhados à Secretaria para execução do expediente necessário.

Art. 20 — Votado o projeto de resolução, será lavrada a resolução definitiva de acordo com o vencido em plenário.

Art. 21 — As resoluções do Conselho, quando a matéria nelas versada assim o exigir, serão submetidas à aprovação do Presidente por intermédio do ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio.

CAPÍTULO VIII

Da secretaria

Art. 22 — Terá o Conselho uma Secretaria, dirigida por um secretário de livre escolha do ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, que compreenderá uma Seção Administrativa e uma Seção Técnica.

Parágrafo único — A Seção Administrativa ficam atribuídos os serviços relacionados com o funcionamento do Conselho; a técnica a instrução dos processos que devem ser distribuídos e o levantamento e organização de um completo documentário, bem como estudos básicos e sistemáticos dos problemas econômicos do país, em função dos objetivos do Conselho.

Art. 23 — Compete ao secretário:

- a) secretariar as sessões do Conselho, redigir e assinar as atas respectivas;
- b) ler, nas sessões, a matéria do expediente;
- c) dirigir, orientar e fiscalizar os trabalhos da Secretaria, de acordo com o Regimento e as instruções do presidente;
- d) providenciar os pedidos de informações apresentadas pelos conselheiros e designar, quando necessário, secretários para os trabalhos das comissões especiais;
- e) distribuir aos conselheiros, com a devida antecedência, cópia de indicações, pareceres e projetos de resolução relativos a processos a serem incluídos em ordem do dia;
- f) sugerir ao presidente as medidas que julgar necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da Secretaria;

g) providenciar as publicações necessárias.

Parágrafo único — O secretário não tomará parte nos debates em plenário. Todavia poderá, durante as sessões, prestar os esclarecimentos que entender necessários.

Art. 24 — O quadro do pessoal da Secretaria será constituído por servidores requisitados, com autorização do Presidente da República, de outras repartições ou autarquias e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais

Art. 25 — O presidente do Conselho poderá convocar qualquer especialista de notória competência em assunto submetido à deliberação do Conselho, para tomar parte na discussão em plenário ou em reunião de comissões especiais.

Art. 26 — A juízo do presidente, poderão ser incluídos em ordem do dia, independentemente de informação da Secretaria ou parecer, os processos cuja solução for considerada urgente.

Art. 27 — Poderá o presidente avocar o estudo de qualquer processo e determinar diligências esclarecedoras.

Art. 28 — As atas das sessões do Conselho serão redigidas de acordo com as notas taquigráficas colhidas as quais, arquivadas na Secretaria, ficarão à disposição dos conselheiros, devendo ser publicadas, em resumo, no *Diário Oficial*.

Art. 29 — O Conselho não é órgão de consulta de particulares. Todavia, a juízo do presidente, poderá a Secretaria indicar aos interessados as fontes oficiais a que se devam dirigir, ou, mesmo, prestar os informes de que dispuser, caso não prefira o presidente submeter a matéria à deliberação do plenário.

Art. 30 — Os casos omissos bem como as dúvidas que se suscitarem na interpretação deste Regimento, serão decididos pelo ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1944. —
Alexandre Marcondes Filho.

"Diário Oficial" de 14-9-44.

★

Decreto n.º 16 602, de 15 de setembro de 1944

Apróva o regimento do serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento do Serviço do Patrimônio da União (S. P. U.) que, assinado pelo ministro da Fazenda, com este baixa.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

★

Regimento do Serviço do Patrimônio da União

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art. 1.º — O Serviço do Patrimônio da União (S. P. U.), órgão integrante do Ministério da Fazenda, subordinado ao diretor geral da Fazenda Nacional, tem por finalidade defender, guardar e conservar o patrimônio imóvel da União e promover a prosperidade do mesmo.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 2.º — O Serviço de Patrimônio da União é constituído de:

I — órgão central — supervisor e controlador — com a seguinte composição:

- a) Divisão de Concessões, Vendas e Aquisições (D. A.);
- b) Divisão de Cadastro (D. C.);
- c) Divisão de Contrôlo Económico (D.E.);
- d) Secção de Administração (S. A.);

II — Delegacias no Distrito Federal, nos Estados e Territórios — órgãos executores e subsidiários de órgão central — compreendendo as atividades de Cadastro, Contratos e Cobrança.

Art. 3.º — O diretor do Serviço e cada diretor de Divisão terão um secretário, escolhido dentre funcionários públicos.

Art. 4.º — As secções que integram as Divisões terão chefes designados na forma deste regimento.

Art. 5.º — As Delegacias e a Secção de Administração terão chefes designados na forma deste regimento.

CAPÍTULO III

Da estrutura e competência dos órgãos

SECÇÃO I

Da D. A.

Art. 6.º — À D. A. compete:

I — examinar as propostas de compra, venda, permuta e cessão de bens da União, velando pelo cumprimento das disposições legais que regulam esses atos;

II — fazer a revisão dos processos de concessão de aforamento e sua transferência, arrendamento e aluguel realizados pelas Delegacias, com o fim de promover a legalidade dos mesmos;

III — controlar a restituição dos imóveis nacionais cedidos aos ministérios e outros órgãos, para uso de serviços públicos;

IV — orientar as Delegacias quanto aos melhores métodos de trabalho para obter simplicidade e presteza na coordenação dos serviços e nas suas relações com o público;

V — passar à D. C. os processos findos de que tenha resultado incorporação ou desincorporação do patrimônio e à D. E. os de que resultem renda contínua”

Art. 7.º — À D. A. compreende:

Secção de Contratos e Rendimento (S. Ct.);

Secção de Aquisições e Alienações (S. Aa.);

Art. 8.º — À S. Ct. compete:

I — receber e examinar os processos de concessão de aforamento e sua transferência,

arrendamento e aluguel, realizados pelas Delegacias, com o fim de verificar a legalidade dos mesmos;

II — elaborar, no campo de sua competência, instruções que orientem as Delegacias quanto às normas de trabalho a adotar para maior eficiência de suas atividades.

Art. 9.º — À S. Aa. compete:

I — examinar as propostas de compra, venda, permuta e cessão de bens da União, a fim de velar por que tenham observância as disposições legais que regulam esses atos;

II — controlar as restituições dos imóveis nacionais cedidos aos Ministérios e outros órgãos, para uso de serviços públicos.

SECÇÃO II

Da D. C.

Art. 10 — À D. C. compete:

I — identificar, classificar, catalogar e codificar os bens imóveis da União;

II — fazer o tombamento dos próprios nacionais, organizando um cadastro geral do patrimônio no qual se consignem todos os elementos identificadores do bem e os respectivos documentos de propriedade;

III — promover a obtenção de informações que possibilitem a permanente atualização dos registros;

IV — guardar e conservar, racionalmente classificadas as plantas dos terrenos e edifícios de propriedade da União.

Art. 11 — A D. C. compreende:

Secções de Coleta de Dados (S. D.);

Secções de Registros (S. R.);

Mapoteca (map.).

Art. 12 — À S. D. compete:

I — preceder permanentemente, ao tombamento do patrimônio privado da União, entendendo-se com as Delegacias de Serviço no Distrito Federal, nos Estados e Territórios, Prefeituras Municipais, Coletorias Federais e Estaduais e outras fontes donde possa obter informações e elementos para a identificação dos bens nacionais;

II — orientar as Delegacias quanto aos métodos por empregar para a coleta de dados informativos referentes à localização, descrição, preço de custo, valor atual, utilização, etc.;

III — passar à S. R. os resultados das suas investigações para efeito de registro dos bens identificados.

Art. 13 — À S. R. compete:

I — examinar e sistematizar os dados colhidos pela S. D. e os que já existam no S. P. U.;

II — organizar pastas individuais para os bens imóveis, com os títulos de propriedade e fichas descritas com todas as características do próprio nacional e demais informações, fotografias, etc., organizando com esses elementos cadastro geral e completo do patrimônio particular da União;

III — fazer a matrícula dos bens registrados de acordo com o código adotado;

IV — organizar fichário-indicador do cadastro geral do patrimônio com o fim de possibilitar o manuseio rápido e seguro do mesmo;

V — providenciar por que as pastas de registro contenham constantemente todos os documentos e informações necessárias, mantendo-as atualizadas;

VI — encaminhar aos assistentes jurídicos, por intermédio do diretor do Serviço, para as devidas providências, os processos de legitimação da propriedade da União;

VII — receber das Delegacias do S. P. U. e das Divisões do Material e de Obras dos Ministérios as notificações de alteração corrida em qualquer bem de propriedade da União, anotando-as nas fichas de registro do bem respectivo;

VIII — organizar catálogo do patrimônio no qual se consignem os elementos essenciais de identificação dos bens;

IX — prestar, aos demais órgãos do Serviço, tôdas as informações, sobre o patrimônio da União, necessárias aos trabalhos dos mesmos.

Art. 14 — A Map. compete:

I — organizar, mantendo-o atualizado, arquivo, das plantas dos imóveis de propriedade da União;

II — executar cópias fotográficas, fotostáticas ou heliográficas de plantas, mapas e quaisquer documentos;

III — executar fotografias de imóveis, ampliações, reduções e outros trabalhos fotográficos necessários;

IV — executar os trabalhos de desenho necessários à confecção de mapas e plantas.

SECÇÃO III

Da D. E.

Art. 15 — A D. E. compete:

I — controlar a arrecadação das rendas patrimoniais através da fiscalização da cobrança regular de aluguéis, quotas, prestações, foros, taxas de arrendamento e ocupação de bens nacionais;

II — fazer estudos estatísticos acêrca da arrecadação das rendas;

III — estimar, para o exercício seguinte, com base nesses estudos, a receita da União, no tocante às rendas patrimoniais;

IV — estudar, permanentemente, meios de valorização dos bens e de sua utilização;

V — opinar nos pedidos de próprios nacionais para utilização de serviços públicos.

Art. 16 — A D. E. compreende:

Secção de Inscrição dos Bens Produtivos (S. I.);

Secção de Contrôlo da Receita (S. C.);

Secção de Estudos de Utilização dos Bens (S. U.).

Art. 17 — A S. I. compete:

I — examinar todos os processos tratados no Serviço que contenham dados sobre bens imóveis de propriedade da União, com o fim de obter informações que lhe permitam inscrevê-los entre os susceptíveis de produzir renda;

II — extrair dos processos relativos a contratos de alienação, aluguel, venda a prestação, ocupação, arrendamento, aforamento, ou a outros de que advenham rendas, os elementos necessários ao contrôlo da arrecadação, preenchendo, com êles, para cada bem, uma ficha individual de contrôlo de acôrdo com os modelos padronizados;

III — remeter à S. C. as fichas de contrôlo, com todos os elementos requeridos e prontas para serem utilizadas.

Art. 18 — A S. C. compete:

I — organizar, com as fichas remetidas pela S. I., mantendo-as racionalmente classificadas e rigorosamente atualizadas, fichários dos bens de propriedade da União susceptíveis de produzir renda;

II — receber das Delegacias os recibos de recolhimento e quaisquer documentos comprovantes, autenticados pelo órgão arrecador, para contrôlo da arrecadação das rendas patrimoniais;

III — fazer, nas fichas individuais de contrôlo, os lançamentos das importâncias arrecadadas;

IV — percorrer, mensalmente, os fichários dos bens produtivos, expedindo, para os pagamentos em atraso, avisos de cobrança à Delegacia responsável.

Art. 19 — A S. U. compete:

I — anotar, mensal, trimestral e anualmente, de acôrdo com as rubricas constantes dos fichários de bens produtivos, os dados relativos à arrecadação;

II — dar tratamento estatístico aos dados colhidos;

III — estimar, com base nesses elementos, para o futuro exercício, a receita da União, no tocante às rendas patrimoniais, colaborando com o órgão federal incumbido da elaboração do orçamento da União;

IV — estudar, permanentemente, meios de valorização dos bens e de sua utilização;

V — opinar nos pedidos de próprios nacionais para uso de serviços públicos;

VI — receber das Delegacias e encaminhar à Divisão de Obras do Ministério da Fazenda os elementos necessários à projeção de obras de reparo, conservação, ampliação ou construção em imóvel da União;

VII — examinar todos os processos de que possam resultar incorporação ou desincorporação de bens imóveis ao patrimônio da União.

SECÇÃO IV

Da S. A.

Art. 20 — A S. A. compete promover os atos preliminares necessários à administração de pessoal, material, orçamento e comunicação e a quaisquer atividades — meios a cargo das divisões de administração geral do Ministério da Fazenda, com os quais deverá funcionar perfeitamente articulada, observando as normas de trabalho prescritas pelos mesmos.

SECÇÃO V

Art. 21 — A Delegacia do S. P. U. no Distrito Federal compete:

I — executar as providências necessárias à utilização mais econômica dos bens, de acôrdo com a orientação prescrita pelo órgão central;

II — executar pequenos reparos e obras de conservação nos imóveis e mandar à D. E., para contrôlo a posteriori, relato justificado e comprovado das mesmas;

III — providenciar a arrecadação regular das rendas patrimoniais;

IV — colaborar com o órgão central, sugerindo-lhe medidas que pareçam mais aconselháveis para a administração dos bens.

Art. 22 — A Delegacia do S. P. U. no Distrito Federal compreende:

Secção de Cadastro (S. Cd.);

Secção de Contratos (S. Ct.);

Secção de Cobrança (S. Cb.);

Turma de Administração (T. A.).

Art. 23 — A S. Cd. compete:

I — proceder, por sua iniciativa, a investigações com o objetivo de identificar os bens pertencentes à União, remetendo à D. C. os resultados de suas pesquisas;

II — fazer, diretamente, com a colaboração dos Ministérios que disponham de serviços aerofotogramétricos, ou por meio de topógrafos, especialmente admitidos para o trabalho, em regime de tarefa, o levantamento topográfico dos imóveis da União compreendidos na sua área de jurisdição;

III — fazer o registro e organizar o cadastro dos bens nacionais situados na sua área de jurisdição, utilizando os dados colhidos e observando as normas e métodos de trabalho prescritos pela D. C., com o qual deve manter estreita articulação;

IV — promover o registro dos atos de aquisição de imóveis;

V — coletar, por solicitação da D. C. ou da D. E., dados informativos referentes à localização, descrição, preço de custo, valor atual, utilização e possibilidades econômicas dos bens nacionais situados na área jurisdicional da Delegacia.

Art. 24 — À S. Ct. compete:

I — realizar contratos de aluguel, arrendamento, aforamento e sua transferência, de acordo com a orientação prescrita pela D. E. e observando, na execução desses atos, as normas de trabalho prescritas pela D. A.;

II — executar, de acordo com a orientação prescrita pela D. E., os atos preliminares e necessários à compra, venda e permuta de bens, submetendo-as ao exame da D. A. antes de efetivação desses contratos.

Art. 25 — À S. Cb. compete:

I — tomar providências necessárias ao recebimento regular de aluguéis, quotas, prestações, foros, laudêmos, taxas de arrendamento e ocupação e de quaisquer rendas provindas de bens nacionais compreendidos na área de jurisdição da Delegacia;

II — organizar e manter atualizado um fichário dos bens produtivos da União situados na área jurisdicionada pela Delegacia, observando o sistema de registro e as normas de trabalho prescritas pela D. E., com a qual deve manter estreita articulação;

III — extrair, para entrega em tempo oportuno aos ocupantes de bens nacionais situados no Distrito Federal as guias de recolhimento de aluguéis, quotas, prestações, foros, laudêmos, taxas de arrendamento e ocupação ou de quaisquer rendas patrimoniais para efetuação na agência arrecadadora local do pagamento devido;

IV — providenciar as cobranças executivas que se fizerem necessárias;

V — estimar, para o futuro exercício, as rendas patrimoniais da Delegacia, adotando o método de estimativa prescrita pela D. E.

Art. 26 — À T. A. compete tomar, na Delegacia, as providências preliminares necessárias à administração de pessoal, material, orçamento e comunicações e quaisquer atividades de administração geral, observando as normas e métodos de trabalho prescritos pela Seção de Administração do órgão central, com a qual deve manter estreita articulação.

CAPÍTULO IV

Das atribuições do pessoal

Art. 27 — Ao diretor do Serviço incumbe:

I — orientar e coordenar as atividades do S. P. U.;

II — despachar, pessoalmente, com o diretor geral da Fazenda Nacional;

III — baixar portarias, instruções e ordens de serviços;

IV — comunicar-se, diretamente, sempre que o interesse do serviço o exigir, com quaisquer autoridades, exceto com os ministros de Estado, caso em que deverá fazê-lo por intermédio do ministro da Fazenda;

V — submeter, anualmente, ao diretor geral da Fazenda Nacional o plano de trabalho do S. P. U.;

VI — apresentar, anualmente, ao diretor geral da Fazenda Nacional relatório das atividades do S. P. U., dentro do prazo legal;

VII — reunir, semanalmente os diretores de Divisão para discutir e assentar providências relativas ao serviço;

VIII — comparecer às reuniões para as quais seja convocado pelo diretor geral da Fazenda Nacional;

IX — inspecionar duas vezes por ano as Delegacias pessoalmente ou por intermédio de servidor por ele designado;

X — organizar, conforme as necessidades do serviço, turmas de trabalho com horário especial;

XI — determinar a execução de serviço fora da sede;

XII — admitir e dispensar, na forma da legislação, pessoal extranumerário;

XIII — designar e dispensar os chefes de Delegacia;

XIV — designar e dispensar, por proposta do respectivo diretor de Divisão os ocupantes de função gratificada e seus substitutos eventuais, exceto no caso de secretário de diretor de Divisão;

XV — expedir boletins de merecimento dos servidores que lhe forem diretamente subordinados;

XVI — organizar a escala de férias do pessoal que lhe for diretamente subordinado e aprovar as escalas das Divisões;

XVII — elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 30 dias aos servidores lotados no S. P. U. e propor ao diretor geral da Fazenda Nacional a aplicação de penalidade que exceder de sua alçada;

XVIII — determinar a instauração de processo administrativo;

XIX — antecipar e prorrogar o período normal de trabalho no órgão central e nas Delegacias.

Art. 28 — Aos diretores de Divisão incumbe:

I — orientar e coordenar as atividades da respectiva Divisão;

II — distribuir pelas seções os processos por estudar;

III — despachar, pessoalmente, com o diretor do Serviço;

IV — submeter, anualmente, ao diretor do Serviço o plano de trabalho da Divisão;

V — apresentar, anualmente, ao diretor do Serviço relatório das atividades da Divisão, com antecedência nunca menor de 30 dias da data de apresentação do relatório do diretor do Serviço;

VI — propor as providências necessárias ao aperfeiçoamento dos trabalhos;

VII — reunir, semanalmente, os chefes das Seções para discutir e assentar providências relativas ao trabalho da Divisão;

VIII — comparecer às reuniões para as quais seja convocado pelo diretor do Serviço;

IX — propor a organização, conforme as necessidades do serviço, de turmas de trabalho com horário especial;

X — propor a admissão, melhoria e dispensa de extranumerários;

XI — designar o seu secretário e indicar ao diretor do Serviço os servidores que devam exercer outras funções gratificadas, bem como seus substitutos eventuais;

XII — movimentar, de acôrdo com a conveniência dos trabalhos, o pessoal lotado na Divisão;

XIII — expedir boletins de merecimento dos servidores que lhes forem diretamente subordinados;

XIV — organizar a escala de férias do pessoal da Divisão e submetê-la à aprovação do diretor do Serviço;

XV — elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias, aos servidores lotados na Divisão e propor ao diretor do Serviço a aplicação de penalidade que não couber na sua alçada;

XVI — propor ao diretor do Serviço a antecipação ou prorrogação do periodo normal de trabalho na Divisão.

Art. 29 — Aos assistentes jurídicos incumbem:

I — investigar, quando solicitados, a legitimidade dos títulos de propriedade da União, providenciando a regularização dos mesmos;

II — encaminhar, por intermédio do diretor do Serviço, ao procurador geral da República as informações e documentos necessários à defesa da União em qualquer litigio em que fôr parte interessada e que se refira a bens ou rendas de seu patrimônio privado, acompanhando as diligências judiciais que o caso suscitar;

III — prestar aos órgãos do S. P. U. toda a assistência jurídica que os mesmos solicitarem.

Art. 30 — Aos chefes de Secção incumbem:

I — distribuir os trabalhos ao pessoal que lhes fôr subordinado;

II — orientar e fiscalizar a execução dos trabalhos e manter coordenação entre os elementos competentes da respectiva secção, determinando as normas e métodos de trabalho que se fizerem aconselháveis;

III — despachar, pessoalmente, com o diretor da Divisão;

IV — apresentar, mensalmente, ao diretor da Divisão um boletim das atividades da Secção e, anualmente, relatório dos trabalhos realizados, em andamento e planejados;

V — propor ao diretor da Divisão medidas convenientes à boa execução dos trabalhos;

VI — expedir boletins de merecimento dos servidores que lhes forem diretamente subordinados;

VII — aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 8 dias, aos seus subordinados e propor ao diretor da Divisão a aplicação de penalidade que escape à sua alçada;

VIII — velar pela disciplina nos recintos de trabalho.

Art. 31 — Ao secretário do diretor do Serviço e dos diretores de Divisão incumbem:

I — atender às pessoas que desejarem comunicar-se com o respectivo diretor, encaminhando-as ou dando a êste conhecimento do assunto por tratar;

II — representar o diretor, quando para isso fôr designado;

III — redigir a correspondência pessoal do diretor.

Art. 32 — Aos chefes das Delegacias no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios incumbem:

I — representar, na área de sua jurisdição, o Serviço do Patrimônio da União;

II — orientar e coordenar as atividades da respectiva Delegacia;

III — distribuir os trabalhos pelos diferentes setores da Delegacia;

IV — baixar portarias, instruções ordens de serviço;

V — submeter, anualmente, ao diretor do Serviço o plano de trabalho da Delegacia;

VI — apresentar, anualmente, ao diretor do Serviço o plano de trabalho da Delegacia;

VII — sugerir às Divisões do órgão central providências que visem à maior eficiência dos trabalhos;

VIII — reunir, periodicamente, os chefes dos diferentes setores da Delegacia para discutir e assentar providências relativas ao serviço;

IX — propor ao diretor do Serviço a admissão, melhoria e dispensa de extranumerários;

X — indicar ao diretor do Serviço os servidores que devem ocupar funções gratificadas na Delegacia;

XI — movimentar, de acôrdo com a conveniência dos trabalhos, o pessoal lotado na Delegacia;

XII — expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhes forem subordinados;

XIII — organizar a escala de férias do pessoal da delegacia e submetê-la à aprovação do diretor do Serviço;

XIV — elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias, aos servidores lotados na respectiva Delegacia e propor ao diretor do Serviço a aplicação de penalidade que exceder da sua alçada;

XV — propor ao diretor do Serviço a antecipação e prorrogação do expediente normal de trabalho;

XVI — entender-se, em matéria de serviço, com autoridades federais, estaduais e municipais dentro de sua jurisdição.

Art. 33 — Aos demais servidores, sem funções especificadas neste regimento, cumpre executar os trabalhos que lhes forem determinados pelos seus superiores imediatos.

CAPÍTULO V

Do horário

Art. 34 — O horário normal do trabalho será fixado pelo diretor do Serviço, respeitado o número de horas semanais ou mensais estabelecido para o Serviço Público Civil.

Art. 35 — O diretor do Serviço, os diretores de Divisão e os chefes de Delegacia não ficam sujeitos a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado.

CAPÍTULO VI

Das substituições

Art. 36 — Serão substituídos automaticamente, em suas faltas e impedimentos eventuais, até 30 dias:

I — o diretor do Serviço, por um diretor de Divisão de sua indicação;

II — os diretores de Divisão e os chefes de Delegacia, por chefes de Secção por êles indicados e designados pelo diretor do Serviço;

III — os chefes de Secção, por servidores designados pelo diretor da Divisão ou chefe da Delegacia, mediante indicação do respectivo chefe de secção.

Parágrafo único — Haverá, sempre, servidores previamente designados para as substituições de que trata este artigo.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art. 37 — O fornecimento de cópias fotográficas ou heliográficas de plantas, mapas e outros documentos, quando solicitadas por Governo Estadual ou Municipal e particulares, será feito mediante pagamento de taxa retributória cuja tabela será organizada pelo diretor do Serviço e aprovada pelo ministro da Fazenda.

Art. 38 — As Delegacias do S. P. U. nos Estados e Territórios reger-se-ão, guardadas as devidas proporções, pelo estabelecido, neste regimento, para a Delegacia do Distrito Federal.

Art. 39 — Cada Secção deverá organizar e manter atualizada uma coleção de leis, regulamentos, circulares, portarias, ordens e instruções de serviço que digam respeito às atividades específicas da mesma.

Art. 40 — Nenhum servidor poderá fazer publicações e conferências ou dar entrevistas sobre assuntos que se relacionem com a organização e as atividades do Serviço sem autorização escrita do diretor.

Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1944.
— *A. de Sousa Costa*.

“Diário Oficial” de 18-9-944.

★

ATOS DIVERSOS

Presidência da República

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

Circular n.º 11/44 — Em 27 de setembro de 1944

Senhor Ministro:

Havendo o Senhor Presidente da República aprovado a sugestão contida na Exposição n.º 2 708, de 16 de setembro, do Departamento Administrativo do Serviço Público, cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que fica proibida a realização de sessões de órgãos de deliberação coletiva durante as horas de expediente normal das repartições públicas.

2. Outrossim, determina S. Ex. seja feita menção expressa, nas atas das sessões dos referidos órgãos, da hora de início e fim das mesmas sessões e que essa referência conste da respectiva publicação.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. os meus protestos de consideração e apreço. — *Luis Vergara*, secretário da Presidência da República.

(Expedida aos Ministérios e órgãos diretamente subordinados à Presidência da República).

(D.O. — 29-9-944).

★

COMISSÃO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL ELÉTRICO

Decretos de 30 de agosto de 1944

O Presidente da República resolve

Nomear:

De acordo com o art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 824, de 25 de agosto de 1944:

Alcides Vieira Pinheiro para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.) instituída pelo referido decreto-lei.

A. W. K. Billings para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

Carlos Berenhauer Júnior para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

Francisco Pignatari para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

Hélio de Macedo Soares e Silva para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

João Daudt d'Oliveira para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

José Carlos de Macedo Soares para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

Léo Pena para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

Mário Pinto Peixoto da Cunha para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

Valdemar José de Carvalho para exercer as funções de membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), instituída pelo referido decreto-lei.

Designar:

De acordo com o § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6 824, de 30 de agosto de 1944:

O membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), José Carlos de Macedo Soares, para as funções de seu presidente.

O membro da Comissão da Indústria de Material Elétrico (C.I.M.E.), Mário Pinto Peixoto da Cunha, para exercer as funções de seu vice-presidente.

(D.O. — 1-9-944).

★

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Exposição de Motivos

N.º 2664 — Em 12-9-944 — Senhor Presidente.

Submeteu V. Excia. à apreciação deste Departamento o anexo projeto de decreto-lei cujo objetivo é regular o aproveitamento de funcionários públicos civis federais, estaduais e municipais na Fundação Brasil Central.

2. É essa entidade órgão autônomo, com patrimônio próprio, instituído com caráter de fundação, em virtude do Decreto-lei n.º 5 878, de 4-10-43, e assim não se inclui entre os órgãos da administração pública federal.

3. Embora, a rigor, o funcionário só possa exercer funções ou cargos, *em comissão*, dos Estados, Municípios ou Territórios, mediante prévia e expressa autorização de V. Excia., conforme dispõe o Estatuto dos Funcionários (art. 214, alterado pelo Decreto-lei n.º 3 522, de 19-8-41), tem o Governo facultado a prestação de serviços dos funcionários em várias outras entidades.

4. Assim, este Departamento, atendendo ao propósito de imprimir a devida uniformização dos serviços públicos, quer quanto à sua organização, quer quanto à sua execução, e visando incentivar a estreita cooperação que deve, imprescindivelmente, haver entre o serviço público federal e os órgãos autárquicos, propôs a V. Excia. que se entendesse equiparadas essas entidades aos Estados, Municípios e Territórios no que diz respeito à requisição de funcionários, estendendo, ainda, essa medida ao Banco do Brasil S.A.

5. Por outro lado, como o afastamento de funcionários não se processasse de acordo com a rigorosa aceção do art. 214 do Estatuto citado, que exige seja o cargo ou função a ser exercido nos órgãos que menciona, de provimento *em comissão*, este Departamento, a fim de evitar continuasse vigorando essa errônea interpretação da lei, apresentou a V. Excia., pela Exposição de Motivos n.º 2 400, de 3-8-43, após sugerir a observação de certas normas, o seguinte parecer:

"a) que fique entendido que o exercício de funcionário federal nos órgãos referidos só poderá verificar-se em cargo ou função de *provimento em comissão*, seja de chefia ou direção ou não; ou, ainda, excepcionalmente, em função técnica, especializada, mediante contrato;

b) que, reciprocamente, o exercício de funcionário estadual, municipal, da Prefeitura do Distrito Federal, dos Territórios, e de empregado de autarquia ou órgão paraestatal, no serviço público federal, se verifique, também, somente, em cargo ou função, de *provimento em comissão*, seja de chefia ou direção ou não, mediante nomeação, ou designação, quando se tratar de função em gabinete que assim deva ser provida, ou, excepcionalmente, em função técnica especializada, mediante admissão como contratado, precedidos todos esses atos de autorização dos respectivos governos ou entidades;"

tendo sido, em consequência, expedida, a respeito, a Circular 12-43 pela Secretaria dessa Presidência.

6. Entre as entidades mencionadas nessa Circular não figura a Fundação Brasil Central por apresentar esta, justamente, situação jurídica especial.

7. Este Departamento, porém, apreciando a requisição de um funcionário para servir naquela Fundação, opinou, no Processo 20 913-43, por que, se foi dado amplo entendimento aos dispositivos do art. 214, deve ser, também, admitida a possibilidade de exercício de funcionários federais na Fundação Brasil Central "desde que a requisição se faça nos termos da Circular n.º 12".

8. Diante do exposto, parece a este Departamento que as normas do art. 214 e seus parágrafos e da Circular 12-43 poderiam ser aplicadas aos funcionários que fossem prestar sua colaboração aos empreendimentos daquela Fundação.

9. O presente projeto estabelece que ficam *assegurados* ao funcionário que nessa entidade servir *todos os direitos e vantagens como se permanecesse em efetivo exercício*, perdendo apenas o vencimento ou remuneração do cargo efetivo.

10. Verifica-se, pois, que o projeto em causa garante aos funcionários vantagens que não beneficiam os designados para os Estados, o que, evidentemente, acarretará desigualdade de tratamento injustificável, sobretudo quando a administração pública tem pugnado por fazê-la desaparecer.

11. Essa diversidade de tratamento sobre levar-se-á mais ainda se se considerar que as atribuições cometidas ao funcionário em exercício nos Estados, Municípios, Territórios e órgãos autárquicos são mais relacionadas com a sua qualidade de funcionário público, genericamente entendido, do que as que lhe serão condições na referida Fundação.

12. Além disso, a facilidade com que se tem permitido ultimamente, o afastamento de funcionário, inclusive para sociedades de economia mista e outras entidades, parece exigir um exame mais detido do assunto por parte da administração.

13. É certo que, se, em determinadas entidades desse gênero, pela sua própria finalidade e pela sua importância e relevância para a economia do país, se justificam exceções quanto à possibilidade de se servirem, também, da cooperação de funcionários públicos, não é menos certo que isso não deverá transformar-se em regra, mormente pela generalização *das funções* que poderiam justificar a respectiva requisição.

14. Só o caráter essencialmente técnico da função, entendida esta em relação à finalidade específica da entidade *deveria justificar a exceção*.

15. Não se compreende que se permita ao funcionário afastar-se de seu cargo para desempenhar numa entidade desse gênero qualquer função, como, por exemplo, funções auxiliares de escriturário, comunicações, etc.

16. Nesse caso, não haverá *interesse público* que justifique a medida excepcional, atendendo mais a permissão ao interesse do funcionário que, conservando seu cargo público e todas as vantagens dele decorrentes, auferirá certamente maiores estímulos nas mesmas entidades.

17. É o caso típico de um simples *emprego mais bem remunerado*, com a garantia da situação de funcionário integralmente assegurada.

18. Isso é injusto não só em relação aos que se afastam nas condições especificadas no art. 214 do E.F., com a interpretação que lhe foi dada pela Exposição de Motivos n.º 2 400, de 3-8-43, como, principalmente, em relação aos que, nos quadros da administração direta do Estado dão a este todo seu esforço sem outras vantagens que não as de seu cargo.

19. Presentemente, em face da elasticidade do preceito legal, é possível o funcionário colaborar em algumas companhias, como a Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce S. A. e Nacional de Alcalis.

20. A Companhia Siderúrgica Nacional, cujos órgãos administrativos se compõem de Diretoria, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Assembléa Geral, possui membros efetivos e eletivos, sendo que os funcionários, de qualquer categoria são nomeados pelo presidente da Companhia. Somente este — presidente — é de livre nomeação ou demissão de V. Excia., conforme os Estatutos daquela Companhia.

21. O aproveitamento de funcionários públicos civis nessa Companhia é procedido nos termos do Decreto-lei n.º 3 080, de 28-2-41.

22. Em virtude da interpretação dilatada que se deu à expressão "podem servir na Companhia Siderúrgica Nacional, em funções de nomeação ou eletivas, mediante licença do Presidente da República", tem-se admitido o exercício de funcionários, ali, em qualquer função.

23. O mesmo se verifica em relação à Companhia Vale do Rio Doce S. A. por força da identidade dos textos legais permissivos de tais aproveitamentos (Decreto-lei n.º 5 179, de 11-1-43).

24. Já o Decreto-lei n.º 6 411, de 10-4-44, que "autoriza o exercício de funcionários públicos civis e oficiais das Forças Armadas na Companhia Nacional de Alcalis", determina que o servidor poderá exercer "funções técnicas ou de direção, de nomeação ou eletivas", restringindo-se dessa forma o campo de ação. Mas, por outro lado, não define o que se deva entender por funções técnicas, dando, assim, margem a dúvidas e controvérsias prejudiciais aos interesses do Estado.

25. Visando, assim, ao interesse da própria administração pública que, inevitavelmente, sofre as consequências dessa desigualdade de tratamento, este Departamento entende ser necessário limitar as condições de aquisição, nos casos indicados, sem contudo, ferir o programa de cooperação estreita que deve haver entre o serviço público federal e demais órgãos da atividade pública, e incentivada pelo próprio Governo.

26. A expedir-se, portanto, decreto-lei dispondo sobre a colaboração de funcionário público na Fundação Brasil Central, deverá este observar os princípios gerais adotados em relação ao afastamento dos funcionários para servirem nos Estados e Municípios, conforme foi esclarecido.

27. Idêntica providência, aliás, deverá ser adotada em relação às demais Companhias indicadas, revendo-se, dessa forma, a legislação respectiva, a fim de imprimir-lhe a uniformidade necessária.

28. Para tanto, poderia ser expedido um único decreto-lei que, permitindo ao funcionário servir na aludida Fundação, mas apenas nas condições aludidas no entendimento referido, dispusesse, igualmente, sobre tais condições no tocante ao afastamento de funcionário para servir nas mencionadas Companhias.

29. E, nesse sentido, este Departamento elaborou e tem a honra de submeter à apreciação e assinatura de V. Excia. o incluso projeto de decreto-lei que, pelos motivos expostos, substitui o elaborado pela Fundação Brasil Central. — *Luis Simões Lopes*, presidente.

Sim. — G. VARGAS.

(Assinado Decreto-lei n.º 6 877 — em 18 de setembro de 1944).

(D.O. — 26-9-944).

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Edital

Faço público, para conhecimento geral e principalmente dos empresários, proprietários, arrendatários ou quaisquer pessoas que, individual ou coletivamente, sejam responsáveis por casas ou lugares em que se realizem diversões ou espetáculos públicos de qualquer natureza (cinematógrafos, teatros, cinc-teatros, es-

colas de danças, etc.), que a cobrança da "quota de estatística" a que se refere o Decreto-lei n.º 6 730, de 24 de julho do corrente ano, terá início, nesta capital, no dia onze de setembro próximo vindouro, de acordo com o disposto na Resolução n.º 193, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

Faço público, outrossim, que a venda do "selo de estatística", exigível nos bilhetes de ingresso em casas de diversões de qualquer gênero ou em locais onde se realizem espetáculos ou exibições acessíveis ao público por meio de entradas pagas, será, a partir do dia cinco de setembro, em *guichets* instalados no saguão do Edifício d'A Noite, à Praça Mauá n.º 7. A cobrança do "selo de estatística" obedecerá ao disposto na Resolução n.º 186, de 3 do corrente mês, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1944. — *Alberto Martins*, diretor da Secretaria.

(D.O. — 2-9-944).

★

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 718, de 19 de setembro de 1944.

O Ministro de Estado, na forma do disposto no art. 44, § 1.º do Código de Caça, resolve:

Art. 1.º — Ficam incumbidos da fiscalização da caça, nos respectivos municípios onde têm sede, os delegados do Serviço Florestal no Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — A fiscalização da caça a que alude o artigo anterior será feita com observância das disposições legais vigentes, ficando desde já atribuídos aos delegados florestais os direitos e deveres consignados nos arts. 46 e 47 e seus parágrafos, do Código de Caça.

Art. 3.º — Aos delegados florestais incumbe também a arrecadação de taxas e o recebimento de quaisquer papéis inerentes à caça, bem como a expedição de licenças.

Art. 4.º — Para a perfeita execução das atribuições consignadas nesta portaria, os delegados florestais ficarão subordinados ao delegado florestal de São Leopoldo, que por sua vez manterá estreita colaboração com o Posto de Fiscalização de Caça e Pesca de Pôrto Alegre.

§ 1.º — O Posto de Fiscalização de Caça e Pesca em Pôrto Alegre prestará as necessárias instruções ao delegado florestal de São Leopoldo para que este possa organizar seus serviços e mantê-los sempre de acordo com as resoluções da Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, deste Ministério.

§ 2.º — A Delegacia Florestal de São Leopoldo encaminhará por intermédio do Posto de Fiscalização de Caça e Pesca em Pôrto Alegre todos os papéis que dependerem da resolução da Divisão de Caça e Pesca e, mensalmente, o relatório dos serviços instruídos de conformidade com as exigências estabelecidas para os Postos de Fiscalização de Caça e Pesca.

Art. 5.º — Existindo em Caxias um Posto de Fiscalização de Caça e Pesca, a Delegacia Florestal desse município colaborará com o aludido Posto na fiscalização da caça.

Art. 6.º — Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. — *Apoldnio Sales*.

(D.O. — 22-9-944).

★

MINISTÉRIO DA GUERRA

Portaria

N.º 7 282 — O Ministro de Estado, resolve nomear o tenente coronel da arma de artilharia Nelson Gonçalves Etchegoien para integrar, como representante do Estado Maior do Exército, a Comissão criada no Ministério da Viação e Obras Públicas, pelo Decreto n.º 12 747, de 30 de junho de 1943, incumbida de promover os estudos necessários à elaboração do Plano Rodoviário Nacional.

(D.O. — 29-9-944).

Aviso

N.º 2 592 — São designados para representar o Ministério da Guerra nos trabalhos do X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se nesta capital, o coronel da Reserva Francisco Jaguaribe de Matos e o major José Fortes Castelo Branco, do Serviço Geográfico do Exército.

(D.O. — 1-9-944).

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Exposição de Motivos n.º 321.

Exmo. Sr. Presidente da República:

Em cumprimento ao despacho exarado por Vossa Excelência na Exposição de Motivos deste Ministério n.º 716, de 25 de julho último, tenho a honra de apresentar o plano, organizado pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, para execução de estudos, obras e aquisição de aparelhamentos para melhoria de navegabilidade e capacidade de transporte, carga, descarga e armazenamento do rio São Francisco, cujos projetos e orçamentos foram aprovados pelo Decreto n.º 15 441, de 2 de maio deste ano.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1944. —
João de Mendonça Lima.

Despacho: Autorizado. Em 14-9-44. — G. VARGAS.

(D.O. — 20-9-944).

 Se precisar de alguma informação sobre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não for de caráter sigiloso.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAHIA

Decreto n.º 13 064, de 27 de setembro de 1944.

Transfere para o dia 29 dêste mês a data da instalação da comarca de Djalma Dutra, criada pelo Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho de 1944.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, resolve transferir a data da instalação da comarca de Djalma Dutra, criada pelo Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho de 1944, e fixada pelo Decreto n.º 13 046, de 6 de setembro do corrente ano, para o dia 29 dêste mês.

Salvador, 27 de setembro de 1944. — Renato Azeixo, Interventor Federal. — *Guilherme Marback.*

(D.O. — Bahia 28-9-944).

★

MATO GROSSO

Decreto-lei n.º 600, de 23 de setembro de 1944

Fixa as atuais divisas, entre o Estado de Mato Grosso e os Territórios Federais de Ponta Porã e Guaporé, e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — De acôrdo com o art. 2.º, parágrafo único do Decreto-lei federal n.º 6 550, de 31 de maio de 1944, as atuais divisas entre o Estado de Mato Grosso e o Território Federal de Ponta Porã, rumo ao sul, sudoeste e oeste, são as seguintes: o rio Miranda, desde a sua foz no rio Paraguai, até a foz do rio Aquidauana, subindo por êste até a foz do ribeirão Agachi, pelo qual segue até as nascentes; dêste ponto, por uma linha reta até a principal cabeceira do ribeirão Taquaral, descendo por êste até a sua desembocadura no rio Miranda; em seguida, por êste rio acima, até a barra do rio Nioaque, pelo qual sobe até a foz do córrego Jacarézinho; por êste córrego acima até a cabeceira do córrego Laranjeira, desce por êste córrego, até a sua barra no ribeirão Carandá, pelo qual desce até a foz do córrego Burití; dêste ponto, por uma linha reta à confluência do córrego Espinídio no ribeirão Taquaruçu, subindo por êste até a foz do ribeirão Corumbá; por êste acima, até a foz do rio Cangalha, pelo qual desce até a sua nascente, daí alcança o divisor de águas do rio Brillhante e do ribeirão Burití, também chamado do Américo, segue por êste divisor até a nascente do

rio Brillhante, pelo qual desce até a sua foz no rio Ivinheima, prossegue pelo Ivinheima abaixo e, pelo seu braço navegável mais importante, alcança o rio Paraná.

As divisas entre êste Estado e o Território Federal de Guaporé, nos rumos oeste e sul, são os seguintes: o espigão divisor do Gi-Paraná-Marmelos, a partir do paralelo 8º 48' e o espigão Gi-Paraná-Roosevelt, até ao paralelo da confluência do rio Capitão Cardoso com o rio Roosevelt; seguindo por êsse paralelo até a dita confluência, seguindo o rio Capitão Cardoso e o seu formador rio Tenente Marques, até a foz do Igarapé Pesqueira; dessa foz por uma reta ao salto Joaquim Rios, no rio Iquê, subindo o rio Iquê até a foz do córrego Toluiri-Tnazá, pelo qual sobe até a sua nascente e daí pelo divisor de águas, até a nascente principal do rio Cabixi, pelo qual desce, até a sua foz no rio Guaporé.

Art. 2.º — Ficam excluídas da jurisdição de Mato Grosso as faixas de terras compreendidas entre os limites acima descritos e os fixados pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, pelos quais se cingiu a Comissão de Revisão Territorial para organizar o projeto de divisão territorial promulgada com o Decreto-lei de 1943, bem como ficam incorporadas à jurisdição de Mato Grosso as faixas que, em face da nova delimitação, passaram a pertencer a êste Estado.

Art. 3.º — O distrito de paz de Taunay volta novamente a pertencer ao município de Aquidauana, servindo de limites entre êsse distrito e o da sede: o rio Aquidauana acima, desde a foz do ribeirão Agachi, até à ponta da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e daí, uma linha reta à cabeceira do ribeirão Agachi.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 23 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — *Júlio Strübing Müller.* — *J. Ponce de Arruda.*

(D.O. — Mato Grosso 26-9-944).

★

PARANÁ

Decreto-lei n.º 251.

O Interventor Federal no Estado do Paraná, de conformidade com o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, desmembrados das Secretarias de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura e de Fazenda, Indústria e Comércio

cio, os serviços e atribuições que estavam afetos respectivamente ao Departamento de Agricultura, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, e, Indústria e Comércio.

Art. 2.º — A Secretaria de Estado ora criada terá a organização e dotação constante do quadro anexo, compreendendo os seguintes órgãos:

- a) Gabinete do secretário;
- b) Departamento de Ensino Superior, Técnico e profissional;
- c) Departamento de Produção Vegetal;
- d) Departamento de Produção Animal;
- e) Departamento de Assistência ao Cooperativismo;
- f) Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

Art. 3.º — O pessoal pertencente aos quadros do pessoal fixo e variável dos Departamentos e Serviços desmembrados das Secretarias de Obras Públicas, Viação e Agricultura e Fazenda, Indústria e Comércio, passam a pertencer aos quadros correspondentes da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, com todos os direitos e vantagens que lhes assegura a legislação em vigor.

Art. 4.º — As atuais Secretarias de Obras Públicas, Viação e Agricultura e de Fazenda, Indústria e Comércio, passam a se denominar respectivamente, Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 5.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, correndo as despesas com a sua execução pelas verbas ns. 503 e 505 do orçamento vigente e pelos créditos suplementares e especiais que forem abertos oportunamente.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 18 de setembro de 1944; 123.º da Independência e 56.º da República. — *Manuel Ribas*. — *Rosaldo Gomes de Melo Leitão*. — *Angelo Lopes*. — *Cap. Fernando Flores*.

(D.O. — Paraná 21-9-944).

★

Decreto-lei n.º 254.

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo único — Fica prorrogado por doze meses, a contar de 26 de junho do corrente ano, o prazo para que o Círculo de Estudos Bandeirantes termine as obras do edifício de sua sede social, em construção nesta capital, em virtude do disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 5, de 27 de janeiro de 1942; revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 27 de setembro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República. — *Manuel Ribas*. — *Rosaldo Gomes de Melo Leitão*.

(D.O. — Paraná 30-9-944).

★

SERGIPE

Decreto-lei n.º 490, de 28 de setembro de 1944.

Institui o Curso de Aperfeiçoamento de Estatística para servidores do Estado e candidatos à carreira de Estatístico e Estatístico-Auxiliar.

O Interventor Federal no Estado de Sergipe, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º n.º V, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica instituído o Curso de Aperfeiçoamento de Estatística (C.A.E.) para os servidores do Estado no Departamento Estadual de Estatística e para os candidatos à carreira de Estatístico e Estatístico-Auxiliar.

Parágrafo único — O C.A.E. funcionará e terá a duração de seis meses, no período compreendido em 1.º de janeiro e 30 de junho.

Art. 2.º — O C.A.E. será organizado pelo D.S.P. e realizado pelo D.E.E., devendo o primeiro em colaboração com o segundo organizar as instruções respectivas.

Art. 3.º — No C.A.E. será organizado ensino das seguintes disciplinas:

- a) Matemática;
- b) Estatística (teoria e prática);
- c) Geografia fisiográfica e econômica do Brasil e de Sergipe.

Art. 4.º — Os atuais ocupantes de cargos das seções técnicas do D.E.E. serão obrigados a frequentar o C.A.E. de acordo com o art. 210, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 5.º — O certificado de aprovação no C.A.E. constitui condição complementar do merecimento do funcionário e valerá 10 pontos para efeito de promoção por merecimento.

Art. 6.º — Terminado o curso, serão realizados, com a assistência do D.S.P., concursos para os candidatos à carreira de Estatístico e Estatístico-Auxiliar, expedindo-se aos habilitados o competente certificado de aprovação, de acordo com o Decreto n.º 97, de 5-2-43.

Art. 7.º — Os inscritos no C.A.E. estarão obrigados à frequência de 2/3 das aulas dadas.

Art. 8.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 28 de setembro de 1944, 56.º da República. — *Augusto Maynard Gomes*. — *Arício de Guimarães Fortes*.

(D.O. — Sergipe 30-9-944).

★

PARECER

Processo n.º 2 571-44

Projeto de decreto-lei da Interventoria Federal

Institui o Curso de Aperfeiçoamento de Estatístico para servidores do Estado e candidatos à carreira de Estatístico e Estatístico-Auxiliar.

Temos a examinar o projeto de decreto-lei que a Interventoria Federal encaminha à apreciação deste órgão, instituindo o Curso de Aperfeiçoamento de Estatística.

Dito Curso, que ministrará o ensino da matemática, da estatística (teoria e prática) e da geografia fisiográfica e econômica do Brasil e Sergipe, terá a duração de seis meses e será freqüentado, obrigatoriamente, pelos atuais ocupantes de cargos das seções técnicas do Departamento Estadual de Estatística e, voluntariamente, por candidatos à carreira de estatístico e estatístico-auxiliar.

Propõe-lhe a criação, como meio de aperfeiçoamento de servidores de determinada classe e seleção de pretendentes a essas funções, o Departamento do Serviço Público, que, no diligenciar a progressiva melhoria e especialização do funcionalismo em geral tem talvez a mais importante de suas atribuições.

Já o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Decreto-lei n.º 29, de 28 de outubro de 1941) prevê a organização de cursos dessa natureza, quando ao enumerar os diferentes deveres de funcionário, inclui, de modo expresso, o de freqüentá-los.

E' evidente, pois, ser a medida de real interesse para o serviço público. E assim compreendendo, votamos pela aprovação do projeto.

Conselho Administrativo de Sergipe, Aracaju, 22 de setembro de 1944. — *Nicanor Ribeiro Nunes*, Relator.

(D.O. — Sergipe 24-9-944).

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

SALVADOR — (Bahia)

Decreto-lei n.º 333, de 12 de setembro de 1944.

Organiza a Diretoria do Patrimônio Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do Salvador, Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — A Diretoria do Patrimônio Municipal (D.P.M.S.), diretamente subordinada ao prefeito, constituiu-se de:

- I — Gabinete da Diretoria;
- II — Secção do Expediente;
- III — Divisão de Tombamento.

Art. 2.º — A D.P.M.S. será dirigida por um diretor, nomeado em comissão e demissível *ad-nutum*.

Art. 3.º — A D.P.M.S. terá além do pessoal extranumerário, o quadro permanente:

- I — Gabinete da Diretoria:
 - 1 — Diretor Padrão M;
 - 1 — Auxiliar de Protocolo Padrão B;
- II — Secção do Expediente:
 - 1 — Chefe de Secção (função gratificada);
 - 1 — Escrivão Padrão G;
 - 1 — Escrivão Padrão F;
 - 1 — Escrivão Padrão E;
 - 1 — Escrivão Padrão D;
 - 1 — Auxiliar de Escritório Padrão D;
 - 1 — Auxiliar de Protocolo Padrão A.
- III — Divisão de Tombamento:
 - 1 — Chefe de Divisão (função gratificada);
 - 1 — Engenheiro Padrão J;
 - 1 — Engenheiro Padrão I;
 - 1 — Topógrafo Padrão G;
 - 1 — Agrônomo Padrão I;
 - 1 — Desenhista Padrão F.

Art. 4.º — Fica transferido da Tabela I (P.S.) para a Tabela II (P.P.), anexas ao Decreto-lei n.º 316, de 29 de julho de 1944, o cargo de Agrônomo Padrão I.

Parágrafo único — E' aumentado na Tabela I (P.P.) um cargo de Topógrafo Padrão G.

Art. 5.º — O Regulamento da Diretoria do Patrimônio Municipal (D.P.M.S.) estabelecerá as atribuições dos órgãos subordinados e sua ação administrativa.

Art. 6.º — Fica o prefeito autorizado a abrir os créditos necessários à execução deste decreto-lei.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 12 de setembro de 1944. — *Elísio de Carvalho Lisboa*, Prefeito. — *José Alves de Sousa*, Secretário.

(D.O. — Bahia 13-9-944).

★

Decreto-lei n.º 335, de 16 de setembro de 1944.

Abre crédito especial para pagamento dos serviços de desenho topográfico da planta dos vales dos rios Camorogipe e Lucaia.

O Prefeito Municipal do Salvador, Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 6 500,00 (seis mil e quinhentos cruzeros), destinado a ocorrer ao pagamento das despesas relativas aos serviços de desenho topográfico da planta dos vales dos rios Camorogipe e Lucaia.

Parágrafo único — A despesa decorrente da abertura deste crédito especial correrá pelo recurso do art. 11, § 3.º, n.º 3, da Codificação aprovada pelo Decreto-lei federal n.º 2 416, de 17 de julho de 1940, com redução da verba 26—8.76.4, do Orçamento vigente.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 16 de setembro de 1944 — *Elísio de Carvalho Lisboa*, Prefeito. — *José Alves de Sousa*, Secretário.

(D.O. — Bahia 17-9-944).

★

Decreto-lei n.º 339, de 28 de setembro de 1944.

Reorganiza a Diretoria Municipal de Estatística do Salvador e dá outras providências.

O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Bahia, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — A Diretoria Municipal de Estatística do Salvador (D.M.E.S.), diretamente subordinada ao prefeito, constituiu-se de:

- I — Gabinete da Diretoria;
- II — Secção de Administração;
- III — Secção de Estatística.

Art. 2.º — O quadro da D.M.E.S., além do pessoal extranumerário, compõe-se de:

I — Gabinete da Diretoria:

- 1 — Diretor Padrão M;
- 1 — Auxiliar de Protocolo Padrão B.

II — Secção de Administração:

- 1 — Chefe de Secção (função gratificada);
- 1 — Escriturário Padrão F;
- 1 — Escriturário Padrão E;
- 2 — Escriturário Padrão D;
- 1 — Auxiliar de Escritório Padrão D.

III — Secção de Estatística:

- 1 — Chefe de Secção (função gratificada);
- 1 — Estatístico Padrão J;
- 2 — Estatísticos Padrão I;
- 3 — Estatísticos-Auxiliares Padrão F;
- 3 — Estatísticos-Auxiliares Padrão E;
- 4 — Estatísticos-Auxiliares Padrão D;
- 1 — Desenhista Padrão F;
- 1 — Desenhista Padrão D.

Art. 3.º — A Secção de Administração compreende os serviços de:

- a) Expediente;
- b) Comunicação;
- c) Documentação;
- d) Mecanografia;
- e) Pessoal;
- f) Contrôles de verbas e do material.

Art. 4.º — A Secção de Estatística abrange os serviços de:

- a) Estatística;
- b) Divulgação estatística.

Art. 5.º — O cargo de diretor da D.M.E.S. será exercido em comissão e demissível *ad nutum*.

Art. 6.º — É aumentado na Tabela I (P.B.) um lugar de Estatístico.

Parágrafo único — Ficam transferidos para a D.M.E.S. um cargo de Escriturário Padrão F, um de Padrão E e dois de Padrão D respectivamente, com lotação nas D.A.D.P., D.U.C.P., D.E.P.S. e D.L.P.S.

Art. 7.º — O Regulamento da Diretoria Municipal de Estatística do Salvador (D.M.E.S.) especificará as atribuições dos órgãos subordinados e sua ação administrativa.

Art. 8.º — Fica o prefeito autorizado a abrir os necessários créditos para atender às despesas decorrentes deste decreto-lei.

Art. 9.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura do Salvador, em 28 de setembro de 1944. — *Eváio de Carvalho Lisboa*, Prefeito. — *José Alves de Sousa*, Secretário.

(D.O. — Bahia 30-9-944).

 AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Resoluções do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Estatística Junta Executiva Central

Íntegra das Resoluções de interêsse geográfico aprovadas em 1939

Resolução n.º 63, de 20 de janeiro de 1939

Provê à distribuição de auxílios a diferentes órgãos do Instituto em 1939, e dá outras providências

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que o Orçamento Geral da República para o exercício de 1939 atribuiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística os recursos previstos na Resolução n.º 45, desta Junta, onde se especifica a verba de 3 800 contos destinada a melhorar as condições de eficiência dos principais órgãos do Instituto assim na órbita federal como na regional e municipal;

Considerando, porém, que o Diretório Central de Geografia, em sua Resolução n.º 22, de 3 de janeiro de 1939, propõe a esta Junta a constituição de um fundo especial para custear o levantamento, em 1939 e 1940, das coordenadas geográficas de todas as sedes municipais brasileiras como contribuição fundamental para a revisão da Carta do Brasil ao milionésimo;

Considerando, por outro lado, que as Resoluções ns. 43 e 98, respectivamente de 14 de julho de 1937 e 19 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, determinaram que o Instituto auxilie a padronização do equipamento das Agências Municipais de Estatística;

Resolve:

Art. 1.º — A verba de 3 800 contos destinada a custear o concurso que os órgãos permanentes do Instituto deverão levar, em 1939, aos serviços censitários, terá a distribuição prevista na Resolução n.º 8, de 30 de dezembro de 1936, da Assembléia Geral do C. N. E.

Art. 2.º — Do auxílio atribuído às Agências Municipais no corrente exercício, e no imediato, metade se empregará na aquisição do material padronizado previsto nas Resoluções ns. 43 e 98 da Assembléia Geral do C. N. E., destinando-se a outra metade a ser distribuída como prêmios aos Agentes municipais na forma prevista no art. 2.º da Resolução n.º 37, de 14 de março de 1938, desta Junta.

Art. 3.º — Dos auxílios concedidos às Repartições Centrais, Federais e Regionais, serão deduzidas, neste exercício e no de 1940, quotas correspondentes a 20 %, que formarão um fundo cooperativo, destinado:

a) a reforçar com 120 contos, em cada um dos dois exercícios, os recursos reservados ao equipamento das Agências Municipais de Estatística;

b) a custear com 300 contos, também em cada exercício, a campanha do levantamento das coordenadas geográficas das sedes municipais.

Art. 4.º — Ficará a cargo da Comissão Censitária Nacional, prover com os recursos que movimentar à integração do fundo necessário ao serviço das coordenadas geográficas.

Art. 5.º — Tendo em vista o disposto nesta Resolução, a discriminação efetiva da verba em apêço, neste exercício, fica sendo a seguinte:

1. Prêmio aos Agentes Municipais de Estatística (segundo a tabela do anexo n.º 1)	750:000\$000
2. Auxílio às Repartições Centrais Regionais (segundo a tabela do anexo n.º 2)	880:000\$000
3. Auxílio às cinco Repartições Centrais Federais (em cinco quotas iguais)	800:000\$000
4. Aquisição do equipamento padronizado para as Agências Municipais de Estatística	870:000\$000
5. Custeio dos serviços técnicos a cargo da Secretaria Geral do Instituto	200:000\$000
6. Contribuição para o fundo destinado ao custeio do serviço de coordenadas geográficas	300:000\$000
	<hr/>
	3 800:000\$000

Art. 6.º — O emprêgo das verbas enumeradas no artigo precedente obedecerá:

— no que se refere aos itens 1, 2 e 3, às mesmas normas já assentadas para os auxílios relativos ao exercício de 1938 (Resolução n.º 37, de 14 de março de 1938);

— quanto aos itens 4 e 5, ao que dispuserem resoluções especiais desta Junta;

— no que respeita ao item n.º 6, ao plano que fór assentado pelo Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 7.º — Na forma do que estabelece o parágrafo 2.º do art. 3.º da referida Resolução n.º 37, o destino a ser dado à importância do

auxílio concedido às Repartições Centrais Regionais será objeto de uma Resolução da Junta Executiva Regional, que especificará o emprego respectivo.

Parágrafo 1.º — Da aplicação dada ao auxílio, o diretor da repartição beneficiada apresentará a necessária comprovação de contas à Junta Regional, com documentação em duas vias, uma das quais será enviada à Secretaria Geral do Instituto com a cópia autêntica do parecer que sobre as mesmas contas emitir a Comissão para esse fim designada pela aludida Junta.

Parágrafo 2.º — Verificada a exatidão das contas e satisfeitos, na aplicação do auxílio, todos os requisitos legais, a Secretaria Geral do

Instituto proporá à Junta Central a respectiva aprovação. No caso, porém, de sua impugnação, por inobservância dos preceitos estabelecidos, cumprirá a esta Junta tomar as providências que se façam necessárias, no sentido de ser o Instituto convenientemente indenizado, pelo responsável imediato, das importâncias porventura pagas irregularmente.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

ANEXOS À RESOLUÇÃO N.º 63

1.º — Distribuição de auxílios aos Sistemas Regionais, destinados ao pagamento de prêmios aos Agentes Municipais de Estatística

UNIDADES FEDERADAS	Número de municípios	População em 31-12-1938	IMPORTÂNCIA RATEADA (MIL REIS)		
			Quota por municípios	Quota demográfica	Soma
Distrito Federal.....	1	1 848 758	238\$500	15:715\$100	15:953\$600
Alagoas.....	33	1 253 240	7:872\$100	10:653\$000	18:525\$100
Amazonas.....	28	454 433	6:679\$400	3:862\$800	10:542\$200
Bahia.....	150	4 391 204	35:782\$500	37:326\$800	73:109\$300
Ceará.....	79	1 722 405	18:845\$400	14:641\$000	33:486\$400
Espírito Santo.....	32	750 190	7:633\$600	6:376\$900	14:010\$500
Goás.....	52	793 125	12:404\$600	6:741\$800	19:146\$400
Maranhão.....	65	1 235 157	15:505\$700	10:499\$300	26:005\$000
Mato Grosso.....	28	393 168	6:679\$400	3:342\$100	10:021\$500
Minas Gerais.....	288	7 958 090	68:702\$300	67:646\$600	136:348\$900
Pará.....	53	1 630 273	12:643\$100	13:857\$900	26:501\$000
Paraíba.....	41	1 464 783	9:780\$500	12:451\$200	22:231\$700
Paraná.....	49	1 095 664	11:688\$900	9:313\$500	21:002\$400
Pernambuco.....	85	3 134 620	20:276\$700	26:645\$400	46:922\$100
Piauí.....	47	883 478	11:211\$800	7:509\$900	18:721\$700
Rio de Janeiro.....	50	2 146 257	11:927\$500	18:243\$900	30:171\$400
Rio Grande do Norte.....	42	818 612	10:019\$100	6:958\$500	16:977\$600
Rio Grande do Sul.....	86	3 257 977	20:515\$300	27:694\$000	48:209\$300
Santa Catarina.....	44	1 065 632	10:496\$200	9:058\$200	19:554\$400
São Paulo.....	270	7 131 486	64:408\$400	60:620\$100	125:028\$500
Sergipe.....	42	566 861	10:019\$100	4:818\$500	14:837\$600
Território do Acre.....	7	120 412	1:669\$900	1:023\$500	2:693\$400
TOTAL.....	1 572	44 115 825	375:000\$000	375:000\$000	750:000\$000

2.º — Distribuição do auxílio de 1939 às Repartições Centrais Regionais

UNIDADES FEDERADAS	População em 31-12-1938	IMPORTÂNCIA RATEADA (MIL REIS)			Quota de 20 % (Art. 3.º da Res. n.º 63 da J. E. C.)	Líquido a distribuir
		Pelo 1.º grupo de 100 000 habitantes	Quota pro- porcional à população restante	Total		
Distrito Federal...	1 848 758	30:000\$030	18:357\$100	48:357\$100	9:671\$400	38:685\$700
Alagoas.....	1 253 240	30:000\$300	12:105\$300	42:103\$300	8:421\$200	33:684\$300
Amazonas.....	454 433	30:000\$300	3:720\$300	33:720\$300	6:744\$100	26:976\$500
Bahia.....	4 391 204	30:000\$300	45:045\$300	75:045\$300	15:009\$200	60:036\$300
Ceará.....	1 722 405	30:000\$300	17:030\$300	47:030\$300	9:406\$200	37:624\$500
Espírito Santo...	750 190	30:000\$300	6:825\$200	36:825\$200	7:365\$300	29:460\$200
Goiás.....	793 125	30:000\$300	7:275\$300	37:275\$300	7:455\$300	29:820\$700
Maranhão.....	1 235 157	30:000\$300	11:916\$300	41:916\$300	8:383\$200	33:532\$300
Mato Grosso.....	393 168	30:000\$300	3:077\$500	33:077\$500	6:615\$500	26:462\$300
Minas Gerais...	7 958 090	30:000\$300	82:488\$200	112:488\$200	22:497\$300	89:990\$300
Pará.....	1 630 273	30:000\$300	16:063\$300	46:063\$300	9:212\$700	36:850\$300
Paraíba.....	1 464 783	30:000\$300	14:326\$400	44:326\$400	8:865\$300	35:461\$100
Paraná.....	1 095 664	30:000\$300	10:451\$700	40:451\$700	8:090\$300	32:361\$400
Pernambuco.....	3 134 620	30:000\$300	31:855\$100	61:855\$100	12:371\$300	49:484\$100
Piauí.....	883 478	30:000\$300	8:224\$300	38:224\$300	7:644\$300	30:579\$400
Rio de Janeiro...	2 146 257	30:000\$300	21:480\$300	51:480\$300	10:296\$300	41:184\$300
Rio G. do Norte...	818 612	30:000\$300	7:543\$400	37:543\$400	7:508\$700	30:034\$700
Rio G. do Sul...	3 257 977	30:000\$300	33:150\$300	63:150\$300	12:630\$300	50:520\$300
Santa Catarina...	1 065 632	30:000\$300	10:136\$500	40:136\$500	8:027\$300	32:109\$200
São Paulo.....	7 131 486	30:000\$300	73:811\$100	103:811\$100	20:762\$200	83:048\$300
Sergipe.....	666 861	30:000\$300	4:900\$700	34:900\$700	6:980\$100	27:920\$500
Território do Acre	120 412	30:000\$300	214\$300	30:214\$300	6:042\$300	24:171\$400
TOTAL.....	44 115 825	660:000\$300	440:000\$300	1.100:000\$300	220:000\$300	880:000\$300

★

Resolução n.º 64, de 16 de fevereiro de 1939

Delibera sobre a proposta da Associação Brasileira de Educação no sentido de tomar o Instituto a iniciativa da construção do Palácio do Silogeu Brasileiro.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando a proposta anexa a esta Resolução, dirigida ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela Associação Brasileira de Educação;

Considerando a necessidade premente que tem o Instituto de uma sede condigna, onde possa não só instalar convenientemente a sua Secretaria Geral, os seus Conselhos dirigentes e os órgãos técnicos com estes diretamente articulados, inclusive a Comissão Censitária Nacional e os respectivos serviços executivos, mas também reunir, numa aproximação proveitosa sob múltiplos aspectos, as repartições de estatística dependentes dos vários ministérios e da Prefeitura do Distrito Federal;

Considerando que se conciliam perfeitamente os objetivos do projeto da Associação Brasileira de Educação, de aproveitamento do admirável local da atual sede do Instituto His-

tórico para a construção definitiva do Silogeu Brasileiro, com um plano de significação cultural muito mais larga e que, ao mesmo tempo, se possa executar sem ônus para a União, mas ainda assim enriquecendo o seu patrimônio;

Considerando que, para incumbir-se do financiamento dessa construção, é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre as instituições beneficiárias do projeto, a mais qualificada, por isso que tem ele ao mesmo tempo caráter oficial e autonomia financeira;

Considerando, finalmente, as adaptações necessárias no anteprojeto organizado pela Associação Brasileira de Educação, tendo em vista os interesses do Instituto e diversas conveniências da administração federal;

Resolve:

Art. 1.º — É aceita pelo Instituto a proposta da Associação Brasileira de Educação no sentido de lhe ficar transferida a iniciativa, já tomada por aquela sociedade, de promover, sem ônus para o Tesouro federal, a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro em substituição ao antigo prédio à avenida Augusto Severo n.º 4, onde já têm sede várias instituições culturais.

Art. 2.º — Esta deliberação será comunicada à Associação Brasileira de Educação com a

expressão cordial do agradecimento do Instituto e as homenagens a que faz jus o nobre desprendimento que a proposta exprime, sendo-lhe igualmente assegurado o cumprimento das condições formuladas.

Art. 3.º — Obtidas as sugestões que sobre o projeto entendam formular o Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional, a Presidência do Instituto submeterá à consideração do Governo o projeto da Associação Brasileira de Educação com as alterações decorrentes do acôrdo ora consumado e das disposições decorrentes dos artigos seguintes.

Art. 4.º — As instituições privadas, pròpriamente de fins culturais, a que ficará reservada, no edificio a construir, sede gratuita de acôrdo com a amplitude dos respectivos serviços, a juízo do Conselho Nacional de Estatística, serão as seguintes:

- a) a Associação Brasileira de Educação;
- b) o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
- c) o Instituto da Ordem dos Advogados;
- d) a Academia Nacional de Medicina;
- e) a Federação das Academias de Letras;
- f) a Liga da Defesa Nacional;
- g) a Academia Carioca de Letras;
- h) a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro;
- i) a Liga Esperantista Brasileira;
- j) a Sociedade Brasileira de Estatística;
- l) a Academia Brasileira de Ciências;
- m) a Sociedade Brasileira de Cultura;
- n) a Sociedade Brasileira de Economia Política;
- o) a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres;
- p) os Institutos de Alta Cultura (Ítalo-Brasileiro, Luso-Brasileiro, etc.) que não dispuserem de sede própria;
- q) e mais cinco sociedade de âmbito nacional, a juízo do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 5.º — A fim de integrar no convívio das atividades culturais reunidas no Silogeu Brasileiro os três grandes instrumentos modernos de cultura — a Imprensa, a Rádio-Difusão e a Cinematografia, o projeto incluirá a obrigação de ser oferecida sede gratuita, no prédio a construir, para as três entidades, ainda não dotadas de sede própria, que representarem, com caráter nacional, a coordenação sócio-cultural das atividades ligadas à imprensa, à rádio-difusão e à cinematografia.

Art. 6.º — São os seguintes os órgãos do Instituto cuja instalação deve ficar prevista no projeto:

- a) a Secretaria Geral, com todos os serviços que lhe forem diretamente subordinados (Biblioteca Central, Laboratório de Estatística, Escola de Estatística, etc.);
- b) o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional;
- c) as cinco Repartições Centrais de Estatística, da administração federal;
- d) o Serviço Nacional de Coordenação Geográfica;
- e) o Serviço Nacional do Recenseamento;
- f) a Diretoria de Estatística Municipal, do Distrito Federal.

Art. 7.º — O projeto incluirá ainda a concessão gratuita de sede, no prédio a construir, aos seguintes órgãos da administração federal:

- a) o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural;

b) o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;

c) o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 8.º — Será mantida, entre as obrigações do Instituto, a que a Associação Brasileira de Educação se atribui no primitivo projeto, relativamente à instalação, no edificio do Silogeu, do Planetário "Cruzeiro do Sul", com finalidade de recreio popular educativo, bem assim de ensino escolar da astronomia e cosmografia mediante acôrdo com os educandários interessados.

Art. 9.º — A Exposição Permanente de Educação e Cultura será prevista na proposta do Instituto como consta do projeto da A.B.E., devendo instalar-se, porém, de forma que se constitua de galerias facilmente acessíveis ao público que afluir às sessões do Planetário.

Art. 10. — Quanto à renda da locação da parte disponível do prédio, o projeto a destinará expressamente, deduzidas as despesas do seguro e conservação do imóvel, à obra de educação popular e escolar pela estatística, de que cogita o parágrafo 2.º do artigo 20 da Lei Orgânica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 11. — Obtida a concessão prevista nesta Resolução, a Presidência do Instituto submeterá à consideração da Junta as medidas necessárias à execução do respectivo contrato.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publicado-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.



Resolução n.º 65, de 16 de fevereiro de 1939

Formula um voto e faz sugestões sobre a criação do órgão geográfico regional do Rio Grande do Sul.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando o extraordinário alcance que, para a constituição da ala dos serviços geográficos do Instituto, tem a criação do órgão geográfico regional do Estado do Rio Grande do Sul, por isso que colocará aquêle adiantado Estado ao lado de São Paulo, Minas e Bahia, participando, por consequente, da direção do movimento que se está desenvolvendo em todo o país, em prol do perfeito conhecimento e exata representação cartográfica do território nacional, através de um bom serviço de mapas municipais;

Considerando, por outro lado, que quase todos os Estados que ainda não podem fazer face às despesas de um departamento exclusivamente geográfico, ou ao mesmo tempo geográfico, geológico e meteorológico, estão criando modestos órgãos de geografia e cartografia geográfica, com a designação de Comissões, Secções ou Divisões, integrados ora nos departamentos regionais de estatística, ora em dependências aconselhadas pelas circunstâncias;

Considerando, assim, que a esclarecida e notável obra renovadora que o Governo do Rio Grande do Sul levou a efeito em relação aos serviços de estatística, se integrará vantajosamente com um esforço semelhante, embora menor, no que concerne à geografia, instituindo-se o órgão respectivo em condições proporcionadas às possibilidades financeiras do momento;

Considerando o voto já formulado em relação ao assunto pela Resolução n.º 26 do Diretorio Central do Conselho Nacional de Geografia, bem assim a reciproca solidariedade que se devem os dois sistemas coordenados na estrutura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Resolve:

Art. 1.º — Em nome do Conselho Nacional de Estatística, a Junta formula um encarecido voto por que o Estado do Rio Grande do Sul, tão cedo quanto possível, se inclua entre as Unidades da Federação que já dispõem de um Departamento Geográfico ou Cartográfico.

Art. 2.º — A Presidência do Instituto, ao transmitir o voto aqui formulado, solicitará ao Governor do Rio Grande do Sul que, não lhe parecendo oportuna no momento a realização do *desideratum* em apreço, se digne examinar a possibilidade de, como medida de encaminhamento da solução desejada, ser dotada a Diretoria Geral de Estatística de um Gabinete de Cartografia Geográfica, custeado no todo ou em parte com os próprios recursos da Diretoria, suplementados, sendo preciso, pelo auxílio que o Instituto já atribuiu à aludida repartição.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 72, de 23 de junho de 1939

Propõe o quantitativo orçamentário necessário ao custeio dos serviços e trabalhos a cargo do I.B.G.E., no exercício de 1940.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a lei orçamentária de 1940 já está em elaboração;

Considerando que a esta Junta compete tomar, no intervalo das sessões anuais do C.N.E. todas as resoluções relativas às atribuições do mesmo Conselho, entre as quais está a de fixar, com o concurso dos demais órgãos deliberativos da instituição, o orçamento do Instituto;

Considerando que as responsabilidades do Instituto assumiram maior vulto com os novos serviços técnicos atribuídos à sua Secretaria Geral, em virtude do disposto na Resolução n.º 71 da Junta Executiva Central do C.N.E., de 16 de junho de 1939, e no art. 5.º do Decreto-lei n.º 1 360, de 20 do mesmo mês;

Considerando que os encargos ora confiados ao Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, ex-Serviço de Coordenação Geográfica, em que se transformara a Secção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura (Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938, e Decreto-lei n.º 1 360, já citados), criaram novos ônus ao Conselho Nacional de Geografia, conforma fundamentalmente expôs a esta Junta a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando também os compromissos da fase principal da campanha censitária, referente ao exercício de 1940, dos quais participam os dois Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística;

Considerando especialmente o disposto no Decreto-lei n.º 237, que autorizou o recenseamento de 1940, e ainda a Resolução n.º 2, da Comissão Censitária Nacional, aprovada pelo

Presidente da República, que orçou em 43 200:000\$000 os recursos necessários à realização dos trabalhos censitários no exercício de 1940;

Resolve:

Art. 1.º — O quantitativo orçamentário exigido pelas atividades do Instituto no exercício de 1940, para cumprimento e nos termos da legislação que lhe diz respeito, é fixado globalmente em 45 300:000\$000 (quarenta e cinco mil e trezentos contos de réis), com a composição geral que se segue:

I — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Estatística", abrangendo o custeio da Secretaria Geral, com os seus serviços técnicos, e manutenção das oficinas gráficas que lhe foram anexadas em virtude do estatuto na alínea b), parágrafo 2.º, do art. 4.º do Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938 1 100:000\$

II — Sob a rubrica "Conselho Nacional de Geografia", para custeio da respectiva Secretaria, dos serviços de revisão da carta do centenário e dos mapas municipais, na conformidade das Resoluções do Diretorio Central do C.N.G. e do Decreto-lei n.º 782, de 13 de outubro de 1938 1 000:000\$

III — Sob a rubrica "Recenseamento Geral da República", auxílio aos órgãos permanentes do Instituto (federais, estaduais e municipais), previsto para a colaboração com o serviço censitário (com a distribuição da Resolução n.º 8, desta Junta) — a importância de 3 800:000\$; e mais 39 400:000\$000 cujo emprego obedecerá à discriminação seguinte — adotada pela resolução n.º 2 da Comissão Censitária Nacional: Comissão Censitária Nacional: órgão central do Serviço Nacional de Recenseamento — 1 500:000\$; Delegacias Regionais — 1 945:800\$; Delegacias Seccionais — 3 420:000\$; Delegacias Municipais (vençimentos dos delegados em média 400\$ mensais) — 7 200:000\$; gratificação de 100\$ mensais a 1 500 Agentes de Estatística — 1 800:000\$; Censo Demográfico (45 910 000 unidades à taxa média de \$400) — 18 364:000\$; Censo Agrícola (1 950 000 unidades à taxa média de 2\$000) — 3 900:000\$000; Censo Industrial (40 850 unidades à taxa média de 4\$000) — 163:400\$; Material e despesas extraordinárias — 1 106:800\$; perfazendo tudo 42 200:000\$

Art. 2.º — Em virtude do que na presente Resolução se justifica e na conformidade do disposto no art. 24, n.º 1, do Decreto-lei n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, sobre a entrega como "auxílio" das verbas que os governos coobrigados na Convenção de Estatística desti-

narem a esta instituição, — a Presidência do Instituto solicitará do Governo Federal que a consignação a ser lhe atribuída na lei orçamentária para 1940 se faça com o título e o explicativo já constantes do orçamento do corrente exercício e contenha as três seguintes sub-consignações, que são especificadas, em todas as suas indicações, obediência à legislação em vigor;

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(A ser entregue como "auxílio", na forma do art. 24, n.º I, do Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934).

I — Conselho Nacional de Estatística, Secretaria Geral do Instituto e respectivo Serviço Gráfico	1 100:000\$
II — Conselho Nacional de Geografia e Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica	1 000:000\$
III — Recenseamento Geral da República	43 200:000\$
Total	45 300:000\$

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 74, de 1 de agosto de 1939

Modifica, em parte, a discriminação estabelecida no art. 5.º da Resolução n.º 63 e dá outras providências.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que, pelo art. 5.º do Decreto-lei n.º 1 360, de 20 de junho deste ano, foram transferidos para a Secretaria Geral do Instituto os encargos relativos à síntese da estatística geral da República e a consequente elaboração e publicação do *Anuário Estatístico do Brasil*, a que se referem o art. 3.º, § 1.º n.º 1 e o art. 17, do Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934;

Considerando o que dispôs, em seus artigos 1º e 3.º, a Resolução n.º 71, de 16 de julho deste ano, a qual amplia o quadro do pessoal da Secretaria Geral do Instituto e dá outras providências, tendo em vista a progressiva complexidade dos encargos por cuja execução é responsável a mesma Secretaria;

Considerando, ainda que se vem desenvolvendo cada vez mais a assistência técnica assegurada pelo Instituto por intermédio dos seus delegados, aos órgãos dos sistemas estatísticos regionais, de acordo com as solicitações dos respectivos governos;

Considerando, também, que as verbas orçamentárias destinadas nas Resoluções ns. 63, desta Junta, e 71, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, ao custeio da mesma assistência e dos serviços técnicos a cargo da Secretaria Geral do Instituto são, respectivamente, de 87:000\$000 e 200:000\$000;

Considerando, ao mesmo tempo, que em sua Resolução n.º 56, de 21 de julho deste ano, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia "encarece à Presidência do Instituto a necessidade imperiosa do reforço das verbas do Conselho, no corrente exercício, na importância de cento e vinte contos, de que cogitou

a Resolução n.º 31, de 8 de fevereiro de 1939, do Diretório Central, ao qual caberá fixar a definitiva distribuição do reforço, uma vez obtido, atendendo às necessidades e conveniências atuais";

Considerando, igualmente, que a Resolução n.º 63, desta Junta, em seu art. 5.º, ao fazer a discriminação efetiva da verba atribuída ao Instituto pelo Orçamento Geral da República para o fim de melhorar as condições de eficiência dos principais órgãos do sistema, assim na órbita federal, como na regional e municipal, — destina a importância de 870:000\$000 à aquisição do equipamento padronizado para as Agências Municipais de Estatística;

Considerando, todavia, que, para a realização do Censo Geral de 1940, se terá de proceder, dentro de curto prazo, ao conveniente equipamento das respectivas Delegacias Municipais, cujas instalações e demais pertences, uma vez concluído o Recenseamento, passarão, naturalmente, às Agências de Estatística, as quais ficarão assim equipadas para bem atender, a título permanente, aos seus encargos e objetivos;

Resolve:

Art. 1.º — Da verba de 870:000\$000 destinada, no corrente exercício, à aquisição de equipamento padronizado, para as Agências Municipais de Estatística, *ex-vi* da consignação n.º 4 do art. 5.º da Resolução n.º 63, de 20 de janeiro do corrente ano, desta Junta, é deduzida a importância de 435:000\$000.

Art. 2.º — A quantia ora destacada destina-se:

- a) — a reforçar com 120:000\$000 os recursos de que dispõe no presente exercício, o Conselho Nacional de Geografia;
- b) — a custear os novos encargos dos serviços técnicos da Secretaria Geral do Instituto, ficando elevada, assim, de 200:000\$000 para 365:000\$000 a verba fixada no inciso 5 do art. 5.º da Resolução n.º 63, de 20 de janeiro deste ano;
- c) — a reforçar com a importância restante de 150:000\$000 a verba consignada no art. 2.º — inciso 9 da Resolução n.º 71 de 16 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, para custeio da Assistência Técnica aos órgãos regionais integrados no Instituto pela Convenção de 11 de agosto de 1936 (ajuda de custo, diárias e despesas de viagem de funcionários comissionados pelo Instituto).

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 75, de 18 de agosto de 1939

Autoriza a modificação pelas Juntas Regionais, do decreto-padrão sugerido aos governos dos Estados para regularizar-se o levantamento e apuração da bio-estatística.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando as ponderações formuladas pelas autoridades competentes do Estado do Rio de Janeiro, quanto à impossibilidade de se regularizar, naquele Estado, o levantamento e a

apuração da bio-estatística, dentro do padrão proposto pelo Departamento Nacional de Saúde e sugerido aos Governos Regionais pela Assembléa Geral do Conselho, em sua Resolução n.º 106,

Resolve:

Art. 1.º — A Junta Regional de Estatística do Estado do Rio de Janeiro fica autorizada a alterar o projeto de decreto sugerido pela Resolução n.º 106, da Assembléa Geral, no sentido de assegurar:

- a) — A remessa direta ao serviço regional de bio-estatística das primeiras vias das declarações de óbitos e das cópias dos registos de nascimentos e casamentos ocorridos;
- b) — a obtenção de dados necessários ao serviço de bio-estatística e que não constam dos livros do registo civil.

Art. 2.º — As demais Juntas Regionais ficam autorizadas a proceder à adição de medidas análogas, nos respectivos Estados, se assim julgarem conveniente.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 80, de 16 de novembro de 1939

Exprime a adesão do Conselho ao IX Congresso Brasileiro de Geografia.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

Considerando que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com o patrocínio dos altos poderes da República e contando com a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve por bem decidir fôsse reencetada a série dos Congressos Brasileiros de Geografia, passando a realizá-la trienalmente, a

partir do nono, que se verificará no mês de setembro de 1940, na cidade de Florianópolis;

Considerando que, pelo seu relevante alcance para a cultura geográfica brasileira, essa iniciativa está a merecer não somente os melhores aplausos como, ainda, o mais decisivo concurso, de modo a ficar plenamente assegurado o êxito de sua convocação;

Considerando, também, o que dispuseram, em suas Resoluções ns. 43 e 26, de 3 e 27 de outubro último, respectivamente o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e a Comissão Censitária Nacional;

Considerando, bem assim, a solidariedade que se devem, reciprocamente, os órgãos de direção superior do Instituto, sobretudo em relação aos cometimentos que, como no caso em apêço, interessam mais de perto os objetivos de qualquer dêles;

Resolve:

Art. 1.º — Fica expressa, de maneira muito calorosa, a adesão do Conselho Nacional de Estatística, na qualidade de Membro Protetor, ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro de 1940.

Art. 2.º — A Secretaria Geral do Instituto entrará em entendimento com os órgãos centrais da ala estatística da entidade, tanto na órbita federal, quanto na regional, afim de que sejam preparadas, no devido tempo, as respectivas contribuições para o Congresso, de acôrdo com o programa que a referida Secretaria organizará, com o objetivo de caracterizar, gráfica e numericamente, os vários aspectos econômicos e sociais da atualidade brasileira.

Art. 3.º — As despesas decorrentes do disposto na presente Resolução, inclusive o pagamento da quota de adesão a que está obrigado o Conselho, como *Membro Protetor*, nos termos do art. 5.º do Regulamento do Congresso, — serão cobertas pelas verbas — Suplementação e Eventuais — do orçamento do Instituto para o corrente exercício.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1939, ano 4.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Alberto Martins*, Diretor da Secretaria do Instituto. — Visto e rubricado. *M. A. Teixeira de Freitas*, Secretário Geral do Instituto. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

 Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatoriamente.

Conselho Nacional de Geografia

Assembléia Geral

Íntegra das Resoluções n.ºs 127 a 129

Resolução n.º 127, de 9 de julho de 1942

Dispõe sôbre a situação da repartição central do Conselho

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, em virtude do Decreto-lei n.º 782, de 10 de outubro de 1938, foi instituída a repartição central do Conselho, provisoriamente a êle subordinada, como órgão técnico dos serviços geográficos da Comissão Censitária Nacional;

Considerando que, ainda em virtude de outra lei o Decreto n.º 1 360, de 20 de junho de 1939 aquela repartição terá ao seu cargo também o levantamento das estatísticas de transportes e de comunicações, devendo passar à jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, uma vez terminados os trabalhos do Recenseamento de 1940;

Considerando a representação encaminhada ao Conselho Nacional de Estatística pelo delegado do Ministério da Viação e Obras Públicas, no sentido do levantamento das estatísticas da viação ser feito, desde logo, pela Secretaria da Secção de Segurança Nacional do mesmo Ministério;

Considerando a representação do delegado do Ministério da Aeronáutica neste Conselho para que se promova a criação dum serviço nacional de aerofotogrametria;

Considerando o tratamento que deverão merecer de um lado, os trabalhos geográficos a exigirem grande intensificação e conveniente sistematização, e doutro lado, os levantamentos das estatísticas de transporte, das comunicações e das obras públicas, através das quais se espelham importantes índices da economia brasileira;

Resolve:

Art. 1.º — Nos estudos e medidas administrativas que hão de concretizar as disposições legislativas, relativas à Repartição Central do Conselho, deverá ser prevista uma organização adequada que a dote de aparelhamento eficaz para a realização de levantamentos territoriais, na proporção conveniente aos objetivos do Conselho e à atuação ampla, intensa, de grande efeito coordenador e cooperador, que deve caber a uma repartição geográfica federal.

Art. 2.º — A Presidência do Instituto, ouvidos o Conselho Nacional de Estatística e o Ministério da Viação e Obras Públicas, examinará a possibilidade de ser criado, desde já, naquele Ministério na forma da legislação vigente, o Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, que se constituiria a sexta repartição central do quadro executivo da estatística brasileira, formando-se a parte, como repartição central do Conselho Nacional de Geografia, dêle administrativa e tecnicamente dependente, um serviço nacional de Geografia, devidamente aparelhado com recursos para levantamentos territoriais, sobretudo com a utilização da técnica aerofotogramétrica, devidamente adaptada às peculiaridades brasileiras.

Parágrafo único — Fica sugerido ao C.N.E. que, enquanto não fôr criado o órgão de estatística do Ministério da Viação, de que trata este artigo, os trabalhos de estatística dos transportes, comunicações e obras públicas fiquem a cargo da Secção de Segurança daquele Ministério, mediante prévio acôrdo com o I. B. G. E.

Art. 3.º — O serviço de Geografia assim compreendido teria também a faculdade, que a legislação especial do I.B.G.E. permite, de executar trabalhos técnicos por conta de terceiros, sob a forma contratual, revertendo os benefícios decorrentes em proveito da própria repartição; êsses encargos contratuais seriam admitidos, sem prejuízo dos trabalhos normais de levantamento territorial, que deverão ser executados de acôrdo com entendimentos e colaboração das repartições federais e estaduais interessadas no conhecimento das regiões respectivas, tal como impõe o regime cooperativo da atuação dêste Conselho, e obedientes a um plano técnico e executivo predeterminado.

Goiânia, 9 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Resolução n.º 128, de 10 de julho de 1942

Formula congratulações ao Conselho Nacional de Estatística pela unificação dos serviços municipais de Estatística e apresenta sugestões

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando o alto significado da Lei n.º 4 181, de 16 de março último que, ao instituir a estatística militar, proporcionou ao Instituto meios para um grande desenvolvimento da estatística brasileira;

Considerando que a prevista organização dos serviços municipais de estatística, já agora subordinados ao Instituto, oferece possibilidades apreciáveis em prol da coleta de dados e informações referentes ao território municipal;

Considerando ainda que, no vasto plano de vitalização da estatística brasileira, na lei substanciada, caberá o desenvolvimento dos trabalhos geográficos correlatos;

Resolve:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia manifesta vivo regozijo ao Estado Maior do Exército e ao Conselho Nacional de Estatística pela assinatura do Decreto-lei n.º 4 181, de 16 de março último, que, dispondo sobre a criação da estatística militar, instituiu a unificação dos serviços municipais de estatística, pela sua subordinação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2.º — Consigna o Conselho a profunda e benéfica repercussão que terá para a adminis-

tração em geral e para a estatística em particular, o estabelecimento de agências municipais devidamente aparelhadas, servidas por funcionalismo selecionado e destinadas aos levantamentos e pesquisas locais, segundo planos de conjunto e instruções uniformes.

Art. 3.º — Fica encarecido ao Conselho Nacional de Estatística que, na organização das suas Agências Municipais, preveja a coleta de dados e informações referentes aos territórios municipais respectivos e que forem de interesse do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4.º — Sugere-se ainda ao Conselho Nacional de Estatística que estude a possibilidade de serem também beneficiados os serviços regionais de Geografia no auxílio que o Instituto, de maneira permanente, passará a dar aos serviços estaduais especializados, entrosando-se os trabalhos geográficos respectivos nos planos da estatística militar, dentro da unidade especulativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Goiânia, 10 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 129, de 10 de julho de 1942

Dispõe sobre a criação de serviços geográficos estaduais

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições e especialmente da prevista no artigo 2.º do Regulamento do Conselho,

Considerando que, apesar dos apelos e esforços do Conselho em favor do aparelhamento geográfico do país, vários Estados da Federação ainda não puderam criar os seus serviços geográficos;

Considerando a imperiosa necessidade de ser levantada a carta geográfica do território nacional;

Considerando a vantagem de não ser retardada por mais tempo a organização dos serviços geográficos regionais, pois a administração pública, a economia e a segurança da Nação estão a exigir um conhecimento mais perfeito da nossa terra;

RESOLVE:

Artigo único — A Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística examinará

a possibilidade do Governo da União, com o seu concurso, determinar, dentro de praxe prefixado, a criação de "Serviços Geográficos" nas Unidades da Federação ainda não dotadas de serviços especialmente encarregados dos levantamentos geográficos e topográficos dos territórios respectivos.

Parágrafo único — Verificada a possibilidade dessa medida, a Presidência do Instituto empenhar-se-á para que ela entre em vigor no mais curto prazo.

Goiânia, 10 de julho de 1942, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.



Se quiser receber as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira", escreva à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia.

Diretório Central

Integra das Resoluções n.ºs 126 a 130

Resolução n.º 126, de 3 de março de 1943

Fixa o local das reuniões deliberativas e culturais do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições; Considerando que a nova sede do Conselho dispõe de sala própria para suas reuniões;

Resolve:

Art. 1.º — Fica sem efeito a Resolução n.º 93, de 4 de fevereiro de 1942, dêste Diretório quanto ao local das reuniões do Diretório Central, que passarão a ter lugar na nova sede da repartição central do Conselho.

Art. 2.º — Na mesma sede haverá também as reuniões culturais promovidas pelo Conselho, bem como as reuniões plenas da Assembléa Geral do C.N.G., salvo as sessões solenes de abertura e de encerramento que, conjuntas

com a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, poderão ter lugar em outro local, a juízo da Presidência do Instituto.

Art. 3.º — É consignado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o mais profundo agradecimento do Diretório Central pela honrosa acolhida que lhe facultou a realização de reuniões deliberativas e culturais, no seu augusto recinto, no período de 20 de fevereiro de 1942 a 18 de janeiro de 1943.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943, ano VI.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 127, de 3 de março de 1943

Baixa instruções sôbre o uso da franquia postal-telegráfrica pelos órgãos do Conselho

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando as disposições adotadas pelo Instituto sôbre a utilização da franquia postal-telegráfrica e a necessidade, agora mais premente, de se pouparem as comunicações do país para que melhor se apliquem nos serviços de defesa e de segurança nacional;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam adotadas pelos órgãos do Conselho Nacional de Geografia, no que lhes fór aplicável, as disposições baixadas pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, sôbre o uso da franquia postal-telegráfrica, com as suas Resoluções ns. 186 e 245, de 19 de julho de 1941 e 4 de julho de 1942, respectivamente.

Art. 2.º — Na redação dos telegramas oficiais serão observadas as seguintes regras:

a) o enderêço e o nome do destinatário, sempre que possível, serão dados em Código e a indicação da Unidade da Federação obrigatoriamente segundo a abreviação usada pelo Departamento de Correios e Telégrafos;

b) todo telegrama será numerado e datado para facilitar a sua referência;

c) a linguagem será simples, direta, limitada exclusivamente ao assunto cuja comunicação urge, e de tal modo construída que totalize o menor número de palavras possível, sem prejuízo do sentido da mensagem;

d) a pontuação será limitada ao estrito necessário ao bom entendimento e transcrita segundo abreviaturas;

e) no texto do telegrama serão usadas abreviaturas para as palavras e expressões mais correntes;

f) o assinante do despacho usará o código que lhe é peculiar, dispensando assim a reprodução do seu nome.

Art. 3.º — Para os órgãos e autoridades do Conselho, serão usados os seguintes códigos, que dispensam enderêço, bastando juntar-lhes a indicação da cidade e do Estado:

PRESIBGE — Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SECRIBGE — Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

VIACÍSTICA — Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

SECONGEO — Secretário do Conselho Nacional de Geografia.

DIREGEO — Secretário do Diretório Regional de Geografia e diretor do serviço geográfico estadual onde houver. (No caso em que no Estado não há serviço geográfico autônomo e em que é secretário do Diretório de Geografia o diretor do Departamento Estadual de Estatística, prevalecerá o código telegráfico dêste, que é ESTATÍSTICA).

MUNIGEO — Prefeito, na sua qualidade de presidente do Diretório Municipal de Geografia.

§ 1.º — Coincide o código do órgão com o do respectivo dirigente (Ex.º — SECONGEO tanto vale para a Secretaria do Conselho como para o seu secretário).

§ 2.º — Quando o destinatário é funcionário de um órgão do Conselho, será usado o código deste órgão seguido da expressão "para fulano de tal".

§ 3.º — Os endereços dos presidentes dos Diretórios Regionais de Geografia serão codificados: "DIREGEO para presidente", a fim de unificar na Secretaria todo o expediente.

Art. 4.º — As abreviaturas dos nomes das Unidades da Federação são as seguintes: AR — Acre; AL — Alagoas; AM — Amazonas; BA — Bahia; CE — Ceará; DF. — Distrito Federal; ES — Espírito Santo; GO — Goiás; MA — Maranhão; MT — Mato Grosso; MG — Minas Gerais; PA — Pará; PB — Paraíba; PR — Paraná; PE — Pernambuco; PI — Piauí; RJ — Rio de Janeiro; RN — Rio Grande do Norte; RS — Rio Grande do Sul; SC — Santa Catarina; SE — Sergipe; SP — São Paulo.

Art. 5.º — Na pontuação serão usadas as seguintes abreviaturas: PT — Ponto; VG — vírgula; PTVG — Ponto e vírgula; BIP.T — dois pontos; ABRASPAS — abre aspas; FECHASPAS — fecha aspas; — INT — interrogação; suprimindo-se o traço de união (Ex.º guardachuva, aviseme).

Art. 6.º — São adotados os seguintes códigos para palavras e expressões de uso freqüente:

REF — com referência a; a propósito de; RESP — respondendo, em resposta a; OF — ofício; MEM — memorandum; TEL — telegrama; INF — informar, informo, informação; — PROV — providência, providenciar, providenciei; VEF — verificação, verificar, verifiquei; OBS — observação, observar observei; COM — comunicação comunicar comuniquéi; SDS — saudações; ATS SDS — atenciosas saudações; CDS SDS — cordiais saudações — VOSSÊNCIA — Vossa Excelência; ENG — Engenheiro; ASS — assistente; SEC — secretaria secretário; PRESI — presidência, presidente; IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; CNG — Conselho Nacional de Geografia; AG — Assembléia Geral; DC — Diretório Central; DR — Diretório Regional; DRG — Diretório Regional de Geografia; DM — Diretório Municipal; DMG — Diretório Municipal de Geografia.

Art. 7.º — A Secretaria do Conselho providenciará para a pronta adoção das normas desta Resolução baixando as instruções complementares que forem necessárias.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 128, de 3 de março de 1942

Estabelece o programa da expedição científica de 1943

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Dando cumprimento às disposições da Resolução n.º 111, de 3 de julho de 1942, da Assembléia Geral do Conselho;

Resolve:

Art. 1.º — A expedição científica que o Conselho levará a efeito em 1943, estudar a região do Jalapão, ao noroeste do Estado da Bahia, com os seguintes objetivos principais:

a) estabelecer prosseguimento aos trabalhos executados em 1942, na região da divisa Bahia x Goiás, proporcionando sua ligação com o rio São Francisco.

b) levantar, com a possível precisão, a zona da lagoa do Veredão e estudar a comunicação das bacias que nela se dá;

c) reconhecer a faixa litorânea do Estado da Bahia com os de Piauí, Maranhão e Goiás, caracterizando quanto possível a localização das respectivas divisas interestaduais.

Art. 2.º — A expedição partirá da cidade do Salvador no mês de abril, pesquisando a região em aprêço de leste para oeste, até ao mês de setembro, quando retornará a Salvador.

Art. 3.º — Chefiará a expedição o Eng. Gilvandro Simas Pereira, astrônomo da Campanha de Coordenadas do Conselho e que participou da expedição de 1942.

Art. 4.º — O chefe da expedição receberá uma ajuda de custo de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5 000,00) e terá a sua diária aumentada para sessenta cruzeiros (Cr\$ 60,00), durante o período da expedição, a contar da sua partida de Salvador.

Art. 5.º — A Secretaria do Conselho providenciará junto à Contabilidade do Institu-

to para que seja entregue ao chefe da expedição o adiantamento de oitenta mil cruzeiros (Cr\$ 80 000,00), com o qual ocorrerá às despesas de pronto pagamento, com a condução e alimentação e outras necessidades da expedição, ficando aquele chefe obrigado a apresentar os comprovantes dos pagamentos efetuados, na forma usual, uma vez terminados os trabalhos da expedição.

Art. 6.º — Ficam ratificados os entendimentos promovidos pela Secretaria do Conselho para a participação de repartições especializadas nos trabalhos científicos da expedição sobretudo quanto ao concurso indispensável e valioso do Departamento Geográfico do Estado da Bahia, que partilhará dos ônus e encargos técnicos do cometimento.

Art. 7.º — É autorizada a incorporação à expedição de um funcionário da Secção de Estudos da repartição central do Conselho e que seja diplomado em Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Art. 8.º — Haverá um diário da expedição, não só para a turma principal como também para as turmas suplementares de irradiação; e os seus técnicos se esmerarão na coleta de dados, fotografias e desenhos por forma que venha a ser abundante o material descrito, cartográfico, documental e científico do relatório da expedição.

Art. 9.º — Incorpora-se à presente Resolução o projeto da expedição, apresentado pelo respectivo chefe ao Secretário do Conselho.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1943, ano 6.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 129, de 3 de maio de 1943

Promove medidas referentes à revisão quinquenal da divisão territorial do país e dá outras providências

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que, no corrente ano, há de ser feita a revisão dos quadros territoriais das Unidades Federadas nos termos da Lei n.º 311, de 2 de março de 1938;

Considerando que posteriormente à Lei 311 houve outras leis tratando de questões de divisão territorial, donde a conveniência de bem se ajustarem as disposições respectivas;

Considerando a grande responsabilidade do Conselho na integral e fiel execução das disposições legais referentes à divisão territorial;

Resolve:

Art. 1.º — A Presidência do Instituto representará ao Presidente da República, no sentido de ser baixado um decreto-lei consolidando as disposições referentes à divisão territorial do país, constantes no Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, nos novos códigos de Processo Civil e Penal do país e no Decreto-lei n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941 (revisão da nomenclatura das estações ferroviárias).

Art. 2.º — Serão particularmente objetivados, nesse decreto de consolidação, o perfeito e definitivo ajuste da divisão judiciária do país, com o mesmo rigor de inalterabilidade quinquenal, e a atualização da nomenclatura das estações ferroviárias depois da revisão em curso dos nomes das cidades e vilas brasileiras, para o efeito de eliminação das duplicatas no país.

Art. 3.º — No mesmo decreto, sob o fundamento real e decisivo de que das Comissões revisoras das divisões territoriais dos Estados fazem parte normalmente os técnicos regionais de Geografia e de Estatística, será determinada

a não realização em 1943 da sessão ordinária das Assembléias Gerais do Instituto, conforme vem também dedecidir o Conselho Nacional de Estatística, pela sua Junta Executiva Central.

Art. 4.º — Será ainda prevista no mesmo decreto a autorização para que a Presidência do Instituto designe membros do Diretório Central para inspecionarem nos Estados os trabalhos de revisão de divisão territorial, sobretudo nos Estados das Regiões Norte, Nordeste e Leste, ao ensejo da reunião em Belém do Pará do X Congresso Brasileiro de Geografia, em setembro vindouro, no qual, segundo a praxe estabelecida pela Assembléia, cabe a êste Diretório Central a representação oficial do Conselho.

Art. 5.º — Aos Estados do Sul e do Centro-Oeste do país, deverá ir o secretário do Conselho, em viagem de inspeção aos mencionados serviços de revisão nos Estados respectivos, de preferência antes de agosto para que da excursão se beneficie a propaganda do X Congresso Brasileiro de Geografia.

Art. 6.º — As despesas com as viagens a serviço do Conselho, previstas nesta Resolução, dos membros do Diretório Central e do secretário geral, correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente do Conselho Nacional de Geografia, na forma usual.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1943, ano 7.º do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 130, de 18 de maio de 1943

Dispõe sôbre a organização do Museu de Geografia do Brasil

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições;

Considerando que se impõe uma conceituação nítida de Museu de Geografia, a fim de que a iniciativa da sua criação pelo Conselho não venha a redundar em uma invasão de atribuições de Museus congêneres;

Resolve:

Art. 1.º — Ficam adotadas as normas do esquema anexo, dispondo sôbre a conceituação e a estruturação do Museu de Geografia do Brasil dêste Conselho.

Art. 2.º — O Museu fica diretamente subordinado ao diretor do Serviço de Geografia

e Estatística Fisiográfica e será dirigido por um encarregado de serviço, com a assistência da Secção de Estudos do mesmo Serviço.

Art. 3.º — O funcionário do Conselho que fôr designado para encarregado do Museu deverá fazer o Curso de Museologia, do Museu Histórico Nacional, que se inclui nas suas atribuições funcionais.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1943, ano VIII do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente do Conselho. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Diretórios Regionais

SANTA CATARINA

Integra das Resoluções n.ºs 16 a 18

Resolução n.º 16

Constitui uma Comissão Especial para estudar e definir a terminologia geográfica de Santa Catarina

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia em Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a IV Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia recomendou aos Diretórios Regionais o estudo e pesquisas acerca da terminologia geográfica brasileira;

Considerando a grande variedade de designações para o mesmo acidente geográfico ou a diversidade de sentido sobre um mesmo nome;

Considerando que cumpre ao DRG de Santa Catarina colaborar com o CNG, nessa campanha;

Resolve:

Art. 1.º — Fica constituída uma comissão especial para estudar e definir a terminologia geográfica de Santa Catarina.

Art. 2.º — A Comissão de que trata o artigo anterior será composta dos seguintes Srs.: desembargador Henrique da Silva Fontes, Prof. José Warken, Dr. Virgílio Gualberto, Dr. Osvaldo Cabral e Dr. Haroldo Fedeirneiras, tendo como secretário o dêste DRG.

Parágrafo único — A Comissão aprontará o seu relatório dentro de seis meses, a contar da data da presente resolução.

Florianópolis, 18 de setembro de 1941. — Conferido e numerado. *Válter Barros da Silva*, Auxiliar do DRG. — Visto e rubricado. *José Nicolau Born*, Secretário do DRG. — Publique-se. *Artur Costa Filho*, Presidente do DRG.

★

Resolução n.º 17

Providencia uma reunião do DRG, em conjunto com a JER, para estudar e fixar a divisão do Estado em regiões

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a IV Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geo-

grafia estabeleceu as normas que deverão ser observadas e obedecidas na divisão regional das Unidas Federadas brasileiras, para fins práticos;

Considerando, que, para esta divisão, a Assembléia Geral fixou normas gerais e determinou ao DRG o exame do assunto;

Considerando que na divisão do Estado de Santa Catarina em regiões, por parte do DRG, deve haver a colaboração da Junta Executiva Regional de Estatística;

Resolve:

Art. 1.º — Fica o presidente do Diretório incumbido de estudar a possibilidade de fazer uma reunião do DRG com a JER, a fim de estudar e fixar a divisão do Estado em regiões e promover estudos da delimitação das Regiões Naturais do Estado.

Art. 2.º — O estudo da divisão deverá ficar terminado em 1.º de outubro do corrente ano.

Florianópolis, 18 de setembro de 1941. — Conferido e numerado. *Válter Barros da Silva*, Auxiliar do DRG. — Visto e rubricado. *José Nicolau Born*, Secretário do DRG. — Publique-se. *Artur Costa Filho*, Presidente do DRG.

★

Resolução n.º 18

Providência sobre uma campanha de coordenadas no Estado, e dá outras providências

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, em Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a IV Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia determinou a publicação de um catálogo de coordenadas geográficas selecionadas;

Considerando que a mesma Assembléia fixou que a Campanha de levantamentos das coordenadas geográficas ficasse sendo de caráter permanente;

Considerando que a Comissão Especial da Carta Geral do país ao milionésimo solicitou um plano geral das coordenadas a serem determinadas em Santa Catarina;

Considerando que cumpre ao DRG cooperar com o CNG nesta campanha,

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Secretaria dêste DRG autorizada a submeter à consideração do Diretório Central do CNG o projeto que com esta resolução aprova para levantamento de oitenta e seis novas coordenadas de pontos geográficos do Estado.

Art. 2.º — A Secretaria do DRG providenciará junto aos Srs. prefeitos municipais para que construam e conservem em cada um dos pontos geográficos cujas coordenadas forem determinadas, um marco de cimento, na forma do projeto que fôr aprovado pelo CNG.

Art. 3.º — Fica fazendo parte desta resolução a relação dos pontos geográficos aprovados por êste DRG, cujas coordenadas deverão ser determinadas.

Art. 4.º — A Secretaria cooperará com o Diretório Central na Campanha do Catálogo das Coordenadas Seleccionadas do Estado.

Florianópolis, 18 de setembro de 1941. — Conferido e numerado. *Válter Barros da Silva*, Auxiliar do DRG. — Visto e rubricado. *José Nicolau Born*, Secretário do DRG. — Publique-se. *Artur Costa Filho*. Presidente do DRG.